

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais

Perspectivas contemporâneas da participação cidadã

Caroline Kraus Luvizotto e Isabel Ferin Cunha (Orgs.)

Prefácio: Piero Dominici



Caroline Kraus Luvizotto
Isabel Ferin Cunha
(Orgs.)

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais

Perspectivas contemporâneas da participação cidadã

Prefácio Piero Dominici

Ria Editorial - Comité Científico

Abel Suing (UTPL, Equador)
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
Andrea Versuti (UnB, Brasil)
Angelo Sottovia Aranha (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)
Carlos Arcila (Universidad de Salamanca, Espanha)
Catalina Mier (UTPL, Equador)
Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Diana Rivera (UTPL, Equador)
Fatima Martínez (Universidad do Rosário, Colômbia)
Fernando Ramos (Universidade de Aveiro, Portugal)
Fernando Gutierrez (ITESM, México)
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Gabriela Coronel (UTPL, Equador)
Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil)
Hernán Yaguana (UTPL, Equador)
Jenny Yaguache (UTPL, Equador)
Jerónimo Rivera (Universidad La Sabana, Colombia)
Jesús Flores Vivar (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)
John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)
Joseph Straubhaar (Universidade do Texas – Austin, Estados Unidos)
Juliana Colussi (Universidad do Rosario, Colombia)
Koldo Meso (Universidad del País Vasco, Espanha)
Lorenzo Vilches (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Maria Eugenia Porém (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)
Mauro Ventura (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Octavio Islas (Pontificia Universidad Católica, Equador)
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)
Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)
Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil)
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil)
Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo – USP, Brasil)
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil)
Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais: Perspectivas contemporâneas da participação cidadã. Caroline Kraus Luvizotto & Isabel Ferin Cunha (Orgs.). - 1a edição - Aveiro: Ria Editorial, 2020.

360 p.

Livro digital, PDF.

Arquivo Digital: download e online
Modo de acesso: www.riaeditorial.com
ISBN 978-989-8971-28-9

Prefácio Piero Dominici

1. Comunicação. 2. Cidadania. 3. Movimentos Sociais. I. Luvizotto, Caroline Kraus. II. Cunha, Isabel Ferin. III. Título.

Copyright das imagens pertencem aos seus respectivos autores.

© Design e Foto de Capa: Denis Renó

Diagramação: Luciana Renó

© Ria Editorial
Aveiro, Portugal
riaeditora@gmail.com
<http://www.riaeditorial.com>



Licença:

>: Atribuição - Não Comercial - Sem Obras Derivadas 4.0 Internacional

>: Você é livre para:

- copiar, distribuir, exibir, e executar a obra

Baixo as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve atribuir a obra na forma especificada pelo autor ou o licenciante.

- Não Comercial. Você não pode usar esta obra com fins comerciais.

- Sem Obras Derivadas. Você não pode alterar, transformar ou criar sobre esta obra.

<https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt>



ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e seleccionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correcções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pela avaliador externo Dr. Abel Suing que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma: “O texto reúne 13 obras sobre comunicação, atletismo, mídia, regulação, movimentos sociais e desenvolvimento. Constitui um contributo para a compreensão dos fenómenos emergentes que configuram a participação dos cidadãos na formação da opinião pública, o enquadramento das tecnologias de comunicação nos modelos institucionais que devem garantir o bem-estar e a segurança das pessoas. O objetivo dos autores é identificar as condições para o exercício dos direitos dos cidadãos com base na liberdade de expressão. Os textos obedecem às formalidades académicas dos trabalhos de pesquisa, são redigidos de forma concisa, as premissas de cada estudo são apoiadas por bibliografia atualizada e específica, nos casos pertinentes as metodologias e instrumentos de pesquisa são detalhados, há também uma relação com os recursos digital e Web de realizações concretas que acompanham os estudos de caso”. O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autores

Alana Nogueira Volpato

Ana Carolina Trindade

Ana Cristina Consalter Amôr

Ana Elizabeth de Almeida Gomes

Carolina Castellitti

Caroline Kraus Luvizotto

Cintia Barudi Lopes

Daniel Martínez-Ávila

David Renault

Deise Maria Antonio Sabbag

Denise Cristina Belam Fioravanti

Elizabeth Arruda de Azevedo

Érika Alfaro de Araújo

Fernando Borges

Flávia Piva Almeida Leite

Francisco Arrais Nascimento

Isabel Ferin Cunha

Laura Botosso Gomes da Silva

Lucas Arantes Zanetti

Luiz Felipe Sardinha Bonfim

Luiza Costa Melo

Marcia Marques

Maria Carolina S. R. Vieira

Mauro de Souza Ventura

Milena Carolina de Almeida
Naíde Feijó Müller Cajado Caldeira
Pedro Berti
Rafael de Castro Macedo
Rafaela Carolina da Silva
Raquel Guilherme de Lima
Raquel Lourenço
Rosângela Formentini Caldas

Sumário

Prefazione	13
<i>Prof. Piero Dominici</i>	
Prefácio	21
<i>Prof. Piero Dominici</i>	
Apresentação	29

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais **Perspectivas contemporâneas da participação cidadã**

Mídia, Regulação e Movimentos Sociais em Portugal	37
<i>Caroline Kraus Luvizotto</i>	
<i>Isabel Ferin Cunha</i>	
Types of Development in Society and Hybrid Libraries.....	66
<i>Rafaela Carolina da Silva</i>	
<i>Rosângela Formentini Caldas</i>	
Democratização da Comunicação no Contexto da Mídiação: o que Muda para os Movimentos Sociais?	84
<i>Alana Nogueira Volpato</i>	
<i>Ana Carolina Trindade</i>	

Navegando a Onda de Ativismo no Desporto: um Estudo Exploratório das Manifestações Recentes.....	108
--	-----

Fernando Borges

Cidadania, Acessibilidade e Direitos Culturais das Pessoas com Deficiência: Reflexões a partir da Pandemia de Covid-19	133
--	-----

Flávia Piva Almeida Leite

Cintia Barudi Lopes

A Transparência e a LAI no Acompanhamento da Gestão Pública Local: um Estudo sobre o Conselho do Município de Bauru.....	152
--	-----

Ana Cristina Consalter Amôr

Pedro Berti

Maria Carolina S. R. Vieira

Deliberação, Jornalismo e Midiatização: uma Análise do Debate Informal sobre o Caso “Fabrício Queiroz”	172
--	-----

Lucas Arantes Zanetti

Laura Botosso Gomes da Silva

Milena Carolina de Almeida

Feminismo e os Movimentos Sociais: uma Análise da Produção Acadêmica acerca do Feminismo no Brasil	193
--	-----

Denise Cristina Belam Fioravanti

Francisco Arrais Nascimento

Daniel Martínez-Ávila

Deise Maria Antonio Sabbag

Mídia Independente e Independência do Jornalismo: um Olhar sobre uma Rede em Busca de seus Caminhos.....	214
--	-----

David Renault

Marcia Marques

Ana Elizabeth de Almeida Gomes

Who are the Contemporary Activists represented on Portuguese TV News and what are They Fighting for?	239
<i>Naíde Feijó Müller Cajado Caldeira</i>	
Mulheres no Jornalismo Esportivo da Televisão Aberta Brasileira: uma Análise do Programa Globo Esporte São Paulo	266
<i>Érika Alfaro de Araújo</i>	
<i>Mauro de Souza Ventura</i>	
“Prós e Contras” como Dispositivo Semiótico: Já Sabemos o que Eles Vão Dizer?	293
<i>Raquel Lourenço</i>	
Movimentos Sociais e Pandemia no Brasil de Bolsonaro	317
<i>Carolina Castellitti</i>	
<i>Elizabeth Arruda de Azevedo</i>	
<i>Luiza Costa Melo</i>	
<i>Luiz Felipe Sardinha Bonfim</i>	
<i>Rafael de Castro Macedo</i>	
<i>Raquel Guilherme de Lima</i>	
<i>Os autores</i>	345
<i>Índice Remissivo</i>	355

Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais

Perspectivas contemporâneas da participação cidadã

Prefácio

Prefazione

*Prof. Piero Dominici
Sociologo e filosofo
Fellow of the World Academy of Art and Science
University of Perugia*

Mi fa davvero molto piacere introdurre questi due volumi, condividendo con voi alcune riflessioni che derivano da percorsi di ricerca sviluppati da oltre vent'anni. Si tratta di due pubblicazioni che meritano attenzione e riflessioni ulteriori, cambiamenti di punti di vista e approccio. “Voci” ricche ed eterogenee di chi studia e fa ricerca, in diversi contesti storico-culturali, provando a dare il suo contributo per la ricerca sociale scientifica ma, anche e soprattutto, per una società (realmente) aperta inclusiva, ove i diritti e le opportunità non siano, come sempre è avvenuto in passato, a disposizione dei “pochi” e delle élites. Vi ringrazio molto e non posso che augurarmi che questa rete internazionale di studio e ricerca si rafforzi e allarghi sempre di più.

Il concetto di “cittadinanza” è, come noto, un concetto complesso che vanta una letteratura scientifica estremamente articolata di area non soltanto giuridica. Un concetto o, per meglio dire, una categoria del pensiero politico e sociale che, come numerose altre categorie della Modernità e dei saperi da essa prodotti, richiede urgentemente una ridefinizione e un ripensamento (1998) e non – come spesso traspare

anche dal dibattito pubblico - una semplice estensione/adeguamento funzionale alla prassi tecnologica. Un territorio e una provincia di significato definiti da nuove variabili e concause; un territorio in cui libertà ed eguaglianza si affrontano in campo aperto, in cerca di un equilibrio possibile.

Dal campo semantico vasto, si tratta di un concetto appunto complesso, riconducibile in qualche modo ad un NOI che si contrappone ad un VOI, che chiama in causa quelli altrettanto fondamentali di identità, riconoscimento, soggettività, comunità (politica), territorio, diritti sociali, cultura, inclusione vs. esclusione etc. e che conferma ripetutamente la sua natura storicamente determinata e problematica. Di conseguenza, gli stessi diritti di cittadinanza vanno ripensati se non altro perché siamo ormai tutti membri di una società che, nonostante i drammatici conflitti e le evidenti asimmetrie/disuguaglianze, è – e lo sarà sempre di più - globale e cosmopolita. Tematiche e questioni che, proprio nell’era della globalizzazione e del nuovo ecosistema, dell’economia politica dell’insicurezza e dei grandi flussi migratori, assumono una centralità ancor più strategica, pur rischiando di essere definiti e restituiti in maniera banale e/o quanto meno semplicistica. Al centro di ogni discorso ci sono/ci devono essere le Persone e le Soggettività ma in quanto appartenenti ad una comunità politica e ciò riafferma la complessità di un’analisi, che è evidentemente legata ad una molteplicità di indicatori e variabili. Detto questo, come vado ripetendo da anni, si continua a non considerare con la necessaria attenzione chi siano effettivamente i cittadini/destinatari di servizi, politiche (?), strategie che, al di là di tecnologie, piattaforme e pubbliche dichiarazioni d’intenti, continuano ad essere sostanzialmente *calate dall’alto*; “chi siano” e

quali caratteristiche abbiano, con riferimento non soltanto alle cosiddette variabili strutturali, ma anche, e soprattutto, a variabili e indicatori non più trascurabili come quelli legati all'analfabetismo funzionale, alla povertà educativa, all'educazione e formazione alla complessità ed al pensiero critico.

Come sostenuto in tempi non sospetti, *il rischio è quello di una cittadinanza senza cittadini, oltre a quello di un'innovazione tecnologica senza cultura*. Il rischio, in altre parole, è quello di promuovere una partecipazione a soggetti/attori sociali che, di fatto, non sono messi in condizione di partecipare attivamente, e in maniera “non eterodiretta”, perché non hanno gli “strumenti” (evidentemente, non mi riferisco a quelli tecnici e tecnologici) per partecipare, interagire concretamente, confrontarsi, contestare, negoziare temi, questioni e istanze che li riguardano molto da vicino. Di fatto, siamo di fronte a processi che *non* sono di partecipazione, essendo basati su una *negoziazione* che, apparentemente, arriva sempre a valle dei processi stessi, delle strategie e delle politiche; ci confrontiamo, in altri termini, con processi di “*simulazione della partecipazione*” (1996-2017), all'interno dei quali la cd. società civile, la sfera pubblica, i corpi sociali, rappresentano senz'altro l'*anello debole* di quella *catena sistemica complessa che è la democrazia* (ibidem).

Come noto, la comunicazione è “processo sociale di condivisione della conoscenza (potere)” (1996), in cui sono coinvolti “attori” sociali, persone *in carne e ossa* che, in virtù delle conoscenze e delle competenze possedute, del profilo psicologico, del sistema di relazioni e delle caratteristiche dell'ambiente, delle possibilità/capacità di accesso ed elaborazione delle informazioni e delle conoscenze, possono definire

relazioni più o meno simmetriche tra di loro. Considerando fondata l'equazione *conoscenza = potere*, ne consegue che tutti i processi, le dinamiche e gli strumenti finalizzati alla condivisione della conoscenza non potranno che determinare una condivisione del potere o, comunque, una riconfigurazione dei sistemi di potere e delle gerarchie all'interno delle organizzazioni (nel lungo periodo). Ma a garantire la creazione di tali condizioni e opportunità non saranno certo le tecnologie della connessione e il digitale.

In questa prospettiva, come ribadito più volte, il nuovo ecosistema sociale e comunicativo apre interessanti prospettive a processi di democratizzazione del sapere ed è destinato ad accrescere le possibilità di accesso alle informazioni e di elaborazione della conoscenza; ma, affinché ciò avvenga, è necessario che si facciano seriamente i conti non tanto con il *digital divide* (che, con ogni probabilità, sarà risolto nel tempo) - questione evidentemente importante - quanto con il *cultural divide*: si tratta di un discorso di vitale importanza - e non solo per la *governance* di Internet e del nuovo ecosistema globale.

Abbiamo parlato più volte, anche in passato, di “ripensamento della cittadinanza” e dell’urgenza di un “nuovo contratto sociale” (1998-2008) - che riguarda da vicino la scuola e l’istruzione e, più in generale, una riforma complessiva del pensiero e, nello specifico, dell’insegnamento e dell’educazione (non ci stancheremo mai di ribadirlo). Ma la ridefinizione della cittadinanza (e la qualità della democrazia) richiede con urgenza cittadini consapevoli e responsabili – e, prima ancora, Persone - in grado di valutare e monitorare, di non accettare passivamente le narrazioni e/o le rappresentazioni mediatiche o, peggio ancora, le cose “per sentito dire”.

Non bastano “cittadini connessi”, servono cittadini criticamente formati e informati, educati alla cittadinanza e non alla sudditanza... per *abitudine culturale* (De La Boétie). Il cambiamento culturale è sempre il “prodotto” complesso, da una parte, di processi e meccanismi sociali che devono partire “dal basso”, dall’altra, dell’azione di quella società civile e di quella sfera pubblica, attualmente assorbite e fagocitate dalla politica, che ha tolto loro autonomia (qualche anno fa parlai di “sfera pubblica ancella del sistema di potere”). Servono politiche (lungo periodo) progettate e realizzate con una prospettiva sistemica (dimensione assente). Altrimenti, serviranno a poco anche processi inclusivi, piattaforme e dinamiche attivate e (concretamente) costruite nella logica della partecipazione, attivate da una Pubblica Amministrazione/Stato/Sovrano – questa la speranza e l’auspicio – divenuta, nel frattempo, sempre più trasparente ed efficiente. *Il rischio è di costruire una cittadinanza/democrazia senza cittadini* che è in grado di includere solo chi ha strumenti ed è capace di produrre/elaborare/condividere conoscenza.

La costruzione di una *governance* democratica, con i relativi processi di partecipazione e coinvolgimento (*engagement*) dei cittadini, è processo estremamente complesso e caratterizzato da ambivalenze e dialettiche aperte; dialettiche che non trovano (quasi) mai un momento di sintesi (complessa). Un processo che chiama in causa numerose variabili, approcci, metodi di analisi e rilevazione ma che richiede anche, e soprattutto, *immaginazione*, capacità di “fare rete” (e “fare sistema”) e, allo stesso tempo, di una visione sistemica di lungo periodo. Un processo che può trovare una sua effettiva traduzione soltanto se supportato da una *cultura della complessità e della condivisione* che fatica ancora molto ad affermarsi dentro e fuori le organizzazioni (pubbliche e private). I fattori

sociali e culturali, spesso sottovalutati, giocano da sempre un ruolo di fondamentale importanza: come affermato più volte, sembra esserci ancora poca consapevolezza che non saranno certamente il digitale e le tecnologie della connessione (Dominici, 1998), e/o ancor meno nuove leggi e normative, a risolvere le principali criticità e vulnerabilità (si tratta di condizioni necessarie, ma non sufficienti); al contrario, le continue e repentine accelerazioni, nel determinare nuove opportunità, innescano e radicalizzano problemi di gestione e controllo dei sistemi, spesso correlati anche ad una cultura della comunicazione non adeguata. Sullo sfondo, neanche troppo, il *rischio di una delega in bianco* alla tecnologia/alle tecnologie in un'era, peraltro, sempre più segnata dalla *ipertrofizzazione* del tecnologicamente controllato, con profonde implicazioni per l'autonomia, la responsabilità, la privacy, i diritti.

Non sarà semplice (non lo è mai stato) definire e *costruire le condizioni di una partecipazione pubblica* che non è, e non può essere, semplice costruzione e acquisizione di *consenso* – magari ottenuto anche attraverso sofisticate strategie di marketing - su modelli, azioni, pratiche, servizi che sono stati, in ogni caso, definiti, progettati, calati/imposti dall'alto da parte di *saperi esperti* ed *élite*. Si pensi, in tal senso, anche alla questione di una *tecnocrazia* sempre più invasiva che occupa, ogni giorno di più, quegli spazi sociali e politici (della *πολις*) lasciati vuoti da una Politica sempre più marginale, soprattutto quando deve confrontarsi con i poteri economici.

La partecipazione, al contrario, è “fatta” di processi di *negoiazione*, continua e costante, che devono articolarsi dal momento dell'*ideazione* fino a quello della *decisione*; e, a questo livello, non è più possibile continuare a non fare i conti con i “cittadini reali” che, al di là della

questione “competenze digitali” (giustamente, molto dibattuta), si discostano in maniera significativa da quella figura quasi *idealtipica* di “cittadino ideale” (critico, informato, competente, in grado di interagire alla pari con la PA e, più in generale, con il potere), spesso immaginata e presa come riferimento da parte degli stessi *decisori*; allo stesso tempo, non è più possibile continuare a non fare i conti con variabili e criticità preoccupanti come l’*analfabetismo funzionale*, la *povertà educativa* e, più in generale, le condizioni critiche in cui versano scuola e università che, da tempo, non stanno più svolgendo neanche le loro tradizionali funzioni di ascensori sociali. La cosiddetta “società civile” è destinata a rimanere *anello debole* (2000), e per molto tempo ancora, all’interno delle dialettiche complesse e ambigue della prassi democratica.

I concetti stessi di *partecipazione* e *cittadinanza* chiamano in causa una questione di carattere più generale, ma di fondamentale importanza: l’urgenza di ripensare il “contratto sociale” (2003) e, conseguentemente, di ridefinire le regole di ingaggio della cittadinanza e dell’inclusione. E, su questo terreno, non possiamo non prendere atto di un ritardo culturale importante, ribadendo con forza una nostra vecchia formula: non bastano “cittadini connessi”, servono cittadini criticamente formati e informati, educati al pensiero critico ed alla complessità, educati alla cittadinanza e non alla sudditanza, educati alla libertà ed alla responsabilità. Educati ad una cittadinanza (stesso discorso vale per la costruzione sociale di una *cultura della legalità* e/o di una *cultura della prevenzione*: si *costruiscono* a scuola!) che – bene esser chiari – è fatta di diritti, che devono essere conosciuti ma anche di doveri. In ogni caso, occorre agire e intervenire, con una certa urgenza, là dove si definiscono le condizioni strutturali di questa “società asimmetrica” e diseguale (scuola e

università); là dove si producono, elaborano, distribuiscono informazioni e conoscenza, le “vere” risorse strategiche del nuovo ecosistema. Con la centralità, ancora una volta, posta sui processi educativi e formativi, sul capitale umano e le Persone che, a loro volta, devono contribuire attivamente a co-costruire uno spazio sociale e comunicativo in grado di generare e distribuire valore e, perché no, “fiducia”; vero e proprio dispositivo fondamentale per l’esistenza stessa dei sistemi sociali, ancor prima che democratici.

La/le libertà comporta/comportano responsabilità significative di cui non dobbiamo avere paura.

Prefácio

*Prof. Piero Dominici
Sociólogo e filósofo
Membro da Academia Mundial de Arte e Ciência
Universidade de Perugia*

Tenho o prazer de apresentar este volume, compartilhando com vocês algumas reflexões que derivam de caminhos de pesquisa desenvolvidos ao longo de mais de vinte anos. Ele integra duas publicações que merecem mais atenção e reflexão, mudanças de ponto de vista e abordagem. Ricas e heterogêneas “vozes” de quem estuda e pesquisa, em diferentes contextos histórico-culturais, tentando dar sua contribuição à pesquisa social científica mas, também e sobretudo, a uma sociedade inclusiva (realmente) aberta, onde direitos e as oportunidades não estão, como sempre aconteceu no passado, à disposição de “poucos” e das elites. Muito obrigado, e só posso esperar que esta rede internacional de estudos e pesquisas seja fortalecida e ampliada cada vez mais.

O conceito de “cidadania” é, como se sabe, um conceito complexo que possui uma literatura científica extremamente articulada não só na área jurídica. Um conceito ou, melhor dizendo, uma categoria de pensamento político e social que, como muitas outras categorias da Modernidade e do conhecimento por ela produzido, requer urgentemente uma redefinição e um repensar (1998), e não - como muitas

vezes transparece também do debate público - uma simples extensão/adaptação funcional à prática tecnológica. Um território, uma província de significados definidos por novas variáveis e causas contribuintes; um território em que liberdade e igualdade se enfrentam em campo aberto, em busca de um possível equilíbrio.

Do vasto campo semântico, é um conceito precisamente complexo, atribuível de alguma forma a um NÓS que se opõe a um TU, que põe em causa os igualmente fundamentais de identidade, reconhecimento, subjetividade, comunidade (política), território, direitos sociais, cultura, inclusão vs. exclusão etc., e que repetidamente confirma sua natureza historicamente determinada e problemática. Consequentemente, os mesmos direitos de cidadania devem ser repensados, pelo menos porque agora somos todos membros de uma sociedade que, apesar dos dramáticos conflitos e das assimetrias/desigualdades evidentes, é - e será cada vez mais - global e cosmopolita. Temas e questões que, precisamente na era da globalização e do novo ecossistema, da economia política da insegurança e dos grandes fluxos migratórios, assumem uma centralidade ainda mais estratégica, apesar de correrem o risco de se definirem e voltarem de forma banal/ou menos simplista. No centro de todo discurso estão/devem estar **Pessoas e Subjetividades**, mas como pertencentes a uma comunidade política, e isso reafirma a complexidade de uma análise, que está obviamente ligada a uma multiplicidade de indicadores e variáveis. Dito isto, como venho repetindo há anos, continuamos a não considerar com a devida atenção quem são os cidadãos/destinatários de serviços, políticas(?), estratégias que, para além das tecnologias, plataformas e declarações públicas de intenções, são elas que continuam a ser substancialmente destacadas;

“Quem são” e quais as características que possuem, no que se refere não só às chamadas variáveis estruturais, mas também, e sobretudo, a variáveis e indicadores já não desprezíveis como os relacionados com analfabetismo funcional, pobreza educacional, educação e formação em complexidade e pensamento crítico.

Como argumentado em tempos insuspeitados, o risco é o da cidadania sem cidadãos, assim como o da inovação tecnológica sem cultura. O risco, em outras palavras, é promover a participação de sujeitos/atores sociais que, de fato, não estão em condições de participar ativamente, e de forma “não heterodireta” por não possuírem as “ferramentas” (evidentemente, não me refiro às técnicas e tecnologias). Participar, interagir concretamente, confrontar-se, contestar, negociar temas, são questões e solicitações que lhes dizem respeito muito de perto. Na verdade, estamos perante processos que não são de participação, baseando-nos numa negociação que, aparentemente, sempre vem a jusante dos próprios processos, estratégias e políticas; em outras palavras, somos confrontados com processos de “simulação de participação” (1996-2017), dentro dos quais os chamados sociedade civil, esfera pública e órgãos sociais certamente representam o elo fraco dessa complexa cadeia sistêmica que é a democracia (ibidem).

Como se sabe, a comunicação é um “processo social de compartilhamento de conhecimento (poder)” (1996), no qual estão envolvidos “atores” sociais, pessoas de carne e osso que, em virtude de seus conhecimentos e habilidades, seu perfil psicológico, do sistema de relações e das características do ambiente, das possibilidades/capacidades de acesso e processamento da informação e do conhecimento, podem definir relações mais ou menos simétricas entre eles. Considerando a

equação conhecimento = poder a ser fundada, conclui-se que todos os processos, dinâmicas e ferramentas que visam compartilhar o conhecimento podem apenas determinar um compartilhamento de poder ou, em qualquer caso, uma reconfiguração dos sistemas de poder e hierarquias dentro das organizações (no longo prazo). Mas as tecnologias de conexão e as tecnologias digitais certamente não garantirão a criação de tais condições e oportunidades.

Nesta perspectiva, como várias vezes afirmado, o novo ecossistema social e comunicativo abre perspectivas interessantes para processos de democratização do conhecimento e se destina a aumentar as possibilidades de acesso à informação e processamento do conhecimento; mas, para que isso aconteça, é necessário tratar com seriedade, não tanto com a exclusão digital (que, com toda a probabilidade, se resolverá com o tempo) - questão obviamente importante - como com a exclusão cultural: é uma questão de vital importância - e não apenas para a governança da Internet e do novo ecossistema global.

Já falamos várias vezes, mesmo no passado, em “repensar a cidadania” e na urgência de um “novo contrato social” (1998-2008) - que diz respeito intimamente à escola e à educação e, de um modo mais geral, a uma reforma pensamento global e, especificamente, ensino e educação (nunca nos cansaremos de reiterar). Mas a redefinição da cidadania (e da qualidade da democracia) exige com urgência cidadãos conscientes e responsáveis - e, sobretudo, pessoas - capazes de avaliar e monitorar, de não aceitar passivamente as narrativas e/ou representações midiáticas ou, pior ainda, coisas “por ouvir dizer”.

“Cidadãos conectados” não bastam. Precisamos de cidadãos criticamente educados e informados, educados para a cidadania e não para

a sujeição, por hábito cultural (De La Boétie). A mudança cultural é sempre o “produto” complexo, por um lado, de processos e mecanismos que deve partir “de baixo”, por outro lado, da ação daquela sociedade civil e daquela esfera pública, hoje absorvida e engolfada pela política, que lhe tirou autonomia (faí há alguns anos da “escrava da esfera pública do poder”). Precisamos de políticas (de longo prazo) elaboradas e implementadas com uma perspectiva sistémica (dimensão ausente). Caso contrário, processos, plataformas e dinâmicas inclusivas activadas e (concretamente) construídas na lógica da participação, activadas por uma Administração Pública/Estado/Soberana - esta é a esperança e a esperança - tornam-se, entretanto, cada vez mais transparentes e eficientes. O risco é construir uma cidadania/democracia sem cidadãos, capaz de incluir apenas aqueles que têm as ferramentas e são capazes de produzir / elaborar / compartilhar conhecimento.

A construção de uma governança democrática, com os respectivos processos de participação e envolvimento dos cidadãos, é um processo extremamente complexo caracterizado pela ambivalência e pela dialética aberta; dialética que (quase) nunca encontra um momento de (complexa) síntese. Um processo que envolve inúmeras variáveis, abordagens, métodos de análise e detecção, mas que também e acima de tudo requer imaginação, capacidade de "rede" (e "criar um sistema") e, ao mesmo tempo, uma visão sistémica de período longo. Um processo que só pode encontrar sua tradução efetiva se for apoiado por uma cultura de complexidade e compartilhamento que ainda luta muito para se estabelecer dentro e fora das organizações (públicas e privadas). Fatores sociais e culturais, muitas vezes subestimados, sempre tiveram um papel de fundamental importância: como várias vezes afirmado,

ainda parece haver pouca consciência de que as tecnologias digitais e de conexão certamente não o serão (Dominici, 1998), e/ou menos novas leis e regulamentos, para resolver os principais pontos críticos e vulnerabilidades (são condições necessárias, mas não suficientes); ao contrário, as acelerações contínuas e repentinas, na determinação de novas oportunidades, desencadeiam e radicalizam problemas de gestão e controle dos sistemas, muitas vezes relacionados também a uma cultura de comunicação inadequada. Em segundo plano, não muito, o risco de uma delegação em branco à tecnologia/tecnologias numa era, aliás, cada vez mais marcada pela hipertrofia do controlado tecnologicamente, com profundas de implicações para autonomia, responsabilidade, privacidade, direitos.

Não será fácil (nunca foi) definir e construir as condições para uma participação pública que não seja, e não possa ser, a simples construção e obtenção de consensos - talvez também obtidos por meio de sofisticadas estratégias de marketing - sobre modelos, ações, práticas, serviços que foram, em qualquer caso, definidos, projetados, rebaixados/impostos de cima por especialistas e elites. Nesse sentido, devemos também pensar na questão de uma tecnocracia cada vez mais invasiva que ocupa, a cada dia mais, aqueles espaços sociais e políticos (das *πολεις*, ou cidades, em grego) deixados vazios por uma Política cada vez mais marginal, principalmente quando se trata de lidar com os poderes econômicos.

A participação, pelo contrário, é “constituída” por processos de negociação contínuos e constantes, que devem ser articulados desde o momento da concepção até ao da decisão; e, a este nível, já não é possível continuar a não lidar com “verdadeiros cidadãos” que, para além da questão das “competências digitais” (justamente, muito debatida),

diferem significativamente daquela figura quase ideal-típica de “cidadão ideal” (crítico, informado, competente, capaz de interagir em pé de igualdade com a AP e, mais geralmente, com o poder), muitas vezes imaginada e tomada como referência pelos próprios decisores; ao mesmo tempo, não é mais possível continuar a não lidar com variáveis preocupantes e questões críticas como o analfabetismo funcional, a pobreza educacional e, de forma mais geral, as condições críticas em que se encontram as escolas e universidades não mais desempenhando suas funções tradicionais de elevadores sociais. A chamada “sociedade civil” está destinada a permanecer um elo fraco (2000), e por muito tempo, dentro da dialética complexa e ambígua da prática democrática.

Os próprios conceitos de participação e cidadania colocam em causa uma questão de carácter mais geral, mas de fundamental importância: a urgência de repensar o “contrato social” (2003) e, conseqüentemente, de redefinir as regras de compromisso da cidadania e inclusão. E, por isso, não podemos deixar de notar um importante atraso cultural, reiterando fortemente a nossa velha fórmula: não bastam “cidadãos conectados”, precisamos de cidadãos criticamente formados e informados, formados no pensamento crítico e na complexidade, educados para a cidadania. e não à sujeição, educado para a liberdade e responsabilidade. Educados para a cidadania (o mesmo vale para a construção social de uma cultura da legalidade e/ou da prevenção: eles se constroem na escola!) que - bem sejamos - é feita de direitos, que devem ser conhecidos, mas também de deveres. Em qualquer caso, é necessário agir e intervir, com certa urgência, onde se definam as condições estruturais desta sociedade “assimétrica” e desigual (escola e universidade); onde os recursos estratégicos “reais” do novo ecossistema são produzidos, processados e

distribuídos. Com a centralidade, mais uma vez, colocada nos processos educativos e formativos, no capital humano e nas Pessoas que, por sua vez, devem contribuir activamente para a co-construção de um espaço social e comunicativo capaz de gerar e distribuir valor e, por que não, “confiança”; um verdadeiro dispositivo fundamental para a própria existência dos sistemas sociais, antes mesmo de serem democráticos. As liberdades implicam responsabilidades significativas das quais não devemos temer.

Apresentação

COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: Perspectivas contemporâneas da participação cidadã

A configuração e o fortalecimento dos grupos sociais, a qualidade da democracia e a produção incessante de informação e conhecimento na sociedade contemporânea suscitam novos olhares sobre a dinâmica social, sobretudo, sobre a participação cidadã, a configuração dos movimentos sociais, o ativismo e a atuação dos meios de comunicação. Dividida em dois volumes, esta obra reúne pesquisas que versam sobre a relação Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais, apresentando reflexões teóricas pertinentes a partir da literatura especializada e das análises de casos empíricos.

O Volume 1 - *Perspectivas contemporâneas da participação cidadã* concentra investigações sobre cidadania, formas de participação, formação de identidades e de repertórios estratégicos, modos de protesto dos atores sociais e reflexões sobre as perspectivas e desafios impostos para a participação cidadã, para a atuação dos movimentos sociais e para o ativismo digital a partir da pandemia do Covid-19.

O Volume 2 – *Vivências* congrega investigações sobre a ação dos movimentos sociais e de ativistas na internet, com o intuito de criar, organizar, disseminar e registrar suas ações em rede e investigar o uso

dos meios de comunicação pelos movimentos sociais como incremento para a participação cidadã.

Os capítulos reunidos neste volume abordam de maneira dinâmica, abrangente e hodierna as perspectivas da cidadania e da participação. Temas como regulação da mídia; democratização da comunicação; literacia midiática informacional; ativismo e ativismo digital; transparência pública e acesso à informação; acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência; deliberação e esfera pública; mídia independente e jornalismo; gênero e representatividade, entre outros, são discutidos sob a perspectiva da cidadania e da participação, abrangendo, em alguns casos, o contexto da pandemia de Covid-19. Os textos são de pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades do Brasil, de Portugal e Espanha e refletem a atualidade e a emergência de compreender a relação entre Comunicação, Cidadania e Participação, e como se dá a sua manifestação num cenário de constante transformação das democracias modernas.

Inaugurando este volume, as pesquisadoras Caroline Kraus Luvizotto e Isabel Ferin Cunha apresentam uma contribuição para a compreensão da relação entre mídia, comunicação, participação cidadã e movimentos sociais. No texto intitulado *Mídia, Regulação e Movimentos Sociais em Portugal*, as autoras não só partilham informação sobre o caso português, como, também, refletem e problematizam, dentro de uma perspectiva histórica, a interrelação entre regulação das mídias e da comunicação, participação cidadã e movimentos sociais.

Conjugando com a perspectiva da literacia midiática informacional, as pesquisadoras Rafaela Carolina da Silva e Rosângela Formentini Caldas assinam o capítulo *Types of development in society and hybrid libraries*.

O texto enfatiza a importância da Biblioteca, elemento importante da esfera pública, da Biblioteca Híbrida e das tecnologias que auxiliam os usuários a interpretar as informações que recebem, possibilitando a criação e posterior compartilhamento de conhecimento na sociedade, e potencializando a participação desses cidadãos nos diferentes contextos em que se inserem.

As pesquisadoras Alana Nogueira Volpato e Ana Carolina Trindade respondem pelo texto *Democratização da comunicação no contexto da midiatização: o que muda para os movimentos sociais?* As autoras debatem as possibilidades e os desafios para a democratização da comunicação no contexto da midiatização do ponto de vista dos movimentos sociais, explorando, especificamente, a criação de circuitos. Expõem questões teóricas pertinentes relacionadas ao desenvolvimento da democratização da comunicação no Brasil para, então, discutir como as experimentações sociais proporcionadas pela midiatização alteram as dinâmicas de comunicação entre os diversos setores da sociedade, a mídia e a política.

O quarto capítulo deste volume intitula-se *Navegando a onda de ativismo no desporto: um estudo exploratório das manifestações recentes* e é assinado pelo pesquisador Fernando Borges. O autor apresenta um estudo exploratório da relação entre ativismo e desporto, indicando algumas possíveis rotas de estudo com base em casos selecionados de manifestações políticas por parte dos desportistas profissionais.

Cidadania, acessibilidade e direitos culturais das pessoas com deficiência: reflexões a partir da pandemia de Covid-19, capítulo de autoria das pesquisadoras brasileiras Flávia Piva Almeida Leite e Cintia Barudi Lopes, enfoca a problemática dos direitos culturais e as

políticas de acesso às pessoas com deficiência durante e pós pandemia de Covid-19. As autoras demonstram a fragilidade das políticas nacionais de acesso à cultura e ao lazer para essa categoria de pessoas, fato que, com o período de isolamento, se intensificou. O texto ressalta a importância das políticas de acessibilidade para promover a participação mais ativa das pessoas com deficiência na vida política do Estado e na sociedade em geral.

As pesquisadoras Ana Cristina Consalter Amôr e Maria Carolina Vieira, juntamente com o pesquisador Pedro Berti, apresentam uma reflexão sobre transparência e Lei de Acesso à Informação no capítulo intitulado *A Transparência e a LAI no acompanhamento da gestão pública local: um estudo sobre o Conselho Municipal de Bauru*. Os autores analisaram em que medida o conteúdo da deliberação pública realizada pelo Conselho do Município de Bauru (São Paulo, Brasil) incorpora e faz uso de informações e dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal. O objetivo foi investigar o nível de proximidade entre o cidadão e a administração pública a fim de verificar níveis de transparência e participação neste âmbito.

O sétimo capítulo, assinado pelo pesquisador Lucas Arantes Zanetti e pelas pesquisadoras Laura Botosso Gomes da Silva e Milena Carolina de Almeida, é designado *Deliberação, jornalismo e midiatização: uma análise do debate informal sobre o caso “Fabrício Queiroz”*. Os autores investigam se o fenômeno da midiatização teria feito com que o Jornalismo deixasse de fornecer embasamento informativo para o processo deliberativo. Por meio desse aporte, conjecturam sobre mecanismos de circulação de conteúdos jornalísticos a respeito de acontecimentos

políticos no Brasil, a partir de matérias que relatam a investigação de corrupção política intitulada “Caso Queiroz”.

O oitavo capítulo reúne as pesquisadoras Denise Cristina Belam Fioravanti e Deise Maria Antonio Sabbag e os pesquisadores Francisco Arrais Nascimento e Daniel Martínez-Ávila na pesquisa *Feminismo e os movimentos sociais: uma análise da produção acadêmica acerca do feminismo no Brasil*. Partindo do campo da Ciência da Informação, o estudo buscou compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados *Scopus*, objetivando entender como o feminismo, enquanto movimento social, vem sendo abordado pela comunidade científica brasileira.

O pesquisador David Renault e as pesquisadoras Marcia Marques e Ana Elizabeth de Almeida Gomes apresentam o texto *Mídia independente e independência do jornalismo: um olhar sobre uma rede em busca de seus caminhos*. Os autores demonstram a importância do jornalismo independente para a constituição da opinião pública e apontam a relação dialética entre independência e regulação, ressaltando que este conceito é permanentemente ligado ao direito à informação e à ação ativista, pertinente aos movimentos sociais.

Naíde Feijó Muller Cajado Caldeira assina o texto *Who are the contemporary activists represented on Portuguese TV news and what are they fighting for?* Com base na análise de conteúdo de reportagens televisivas que os jornalistas identificam como sendo sobre “ativistas” e “ativismo”, veiculadas em quatro canais abertos portugueses – RTP 1; RTP 2; SIC e TVI – no ano de 2017, a autora explora como os conceitos “ativistas” e “ativismo” são representados nos telejornais e busca pistas sobre quem são os militantes representados, que espaço ocupam

nos telejornais, quais as causas que defendem e quais são as mensagens sobre ativismo transmitido ao público pela televisão contemporânea.

O capítulo *Mulheres no jornalismo esportivo da televisão aberta brasileira: uma análise do programa Globo Esporte São Paulo*, de autoria da pesquisadora Érika Alfaro de Araújo e do pesquisador Mauro de Souza Ventura, discute a presença feminina na televisão aberta no Brasil, os espaços ocupados e as funções exercidas por mulheres enquanto componentes do mercado de trabalho. Partem do pressuposto de que, em produtos midiáticos esportivos, existem processos de produção, funções relacionadas à reportagem, apresentação e opinião, e cada um desses papéis corresponde a um modo de avaliar o trabalho jornalístico de mulheres. A pesquisa possui como objeto o programa Globo Esporte São Paulo, da Rede Globo.

Raquel Lourenço assina o capítulo “*Prós e Contrás*” como *dispositivo semiótico: já sabemos o que eles vão dizer?* A autora expõe as características estruturais do programa “Prós e Contrás”, que se apresenta como uma “janela aberta sobre a sociedade portuguesa, respeitando a pluralidade de opiniões e a representação democrática”; Em seguida, analisa o programa na perspectiva da cidadania e dos movimentos sociais, de acordo com a noção de dispositivo semiótico, enfatizando a forma como esta estrutura midiática condiciona as leituras que os espectadores podem realizar a partir da sua observação e consequentes dificuldades para a participação cidadã no debate.

Fechando o primeiro volume desta obra, as pesquisadoras Elizabeth Arruda de Azevedo, Carolina Castellitti, Raquel Guilherme de Lima, Luiza Costa Melo e os pesquisadores Luiz Felipe Sardinha Bonfim e Rafael de Castro Macedo assinam o capítulo *Movimentos*

sociais e pandemia no Brasil de Bolsonaro. Os autores apresentam um inventário dos repertórios e das estratégias mobilizados por diferentes movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), no contexto da pandemia de Covid-19. O corpus da pesquisa se constitui de quatro movimentos sociais: o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio); o Movimento Favelas na Luta (MFL); a Rede Emancipa; e o Coletivo Ponte Cultural.

Este livro expõe diferentes perspectivas sobre a relação entre comunicação, cidadania e participação social, contribuindo para a compreensão da comunicação midiática no fortalecimento da democracia em um contexto de investigação marcado por limitações, contradições e desafios. Finalizada esta breve apresentação, convidamos as leitoras e os leitores a desbravarem este volume e, também, o Volume 2 – *Vivências*, que complementa a obra coletiva **Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais**.

Caroline Kraus Luvizotto

Isabel Ferin Cunha

Mídia, Regulação e Movimentos Sociais em Portugal¹

Caroline Kraus Luvizotto
Isabel Ferin Cunha

A participação é uma ação social coletiva que possui em sua gênese uma série de características, dentre as quais se podem destacar suas estratégias de ação, sua organização, a historicidade, os laços e as identidades compartilhadas. Essas características, somadas a um projeto de sociedade, levam os atores sociais a se aproximarem dessas ações coletivas e atuarem ativamente ou ocasionalmente junto aos movimentos sociais, aos espaços de deliberação política e aos mais diversos contextos em que se faz necessária uma ação democrática e cidadã. Estes objetivos não são possíveis sem acesso às mídias e a estratégias elaboradas de comunicação.

A atuação dos movimentos sociais, que Horn (2013, p. 19) define como “formas de ação coletiva que surgem em resposta a situações de desigualdade, opressão e/ou demandas sociais, políticas, econômicas ou culturais não atendidas” é uma das formas de participação política

1. Este texto é fruto da pesquisa intitulada *Participação política e social na sociedade midiaticizada: análise da relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais em Portugal* que contou com o fomento da Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

e social. A relação entre as mídias e a atuação dos movimentos sociais é complexa e de difícil gestão, uma vez que há uma relação de dependência entre ambos e uma tendência a fazerem uso, a seu favor, das suas competências e objetivos. Acresce que o poder da mídia, *mainstream* ou online, tem a capacidade para impor agendas, dificultar acessos, manipular, distorcer informações ou ainda, e, também, impulsionar, ou boicotar, movimentos sociais (Castells, 2004; Castells, 2013). Sem o acesso à mídia os movimentos sociais dificilmente conseguem disseminar informação e alcançar um grande público, o que restringe os seus objetivos e inibe a participação, a pluralidade e a cidadania. Por outro lado, é da natureza dos movimentos sociais constituírem-se e atuarem a partir da diversidade dos sujeitos envolvidos no processo, potencializando dinâmicas informativas e formas de participação ativa que tendem a atuar como força contra hegemônica no campo da Comunicação e das mídias. Neste texto, evocamos a concepção de Comunicação Social de Marcondes Filho (2009), que incorpora a televisão, o rádio e o impresso (a grande mídia), mas abrange igualmente a internet, especialmente as redes sociais digitais. As mídias tem um papel importante na construção da opinião pública e são capazes de atribuir visibilidade aos fatos e descrevê-los a seu critério, sendo elas a maior – e muitas vezes a única – fonte de informação da população em geral. Por essa razão, elas têm grande influência na concepção simbólica, ideológica e política dos indivíduos, sendo fundamentais na mobilização ou desmobilização dos movimentos sociais. A regulação das mídias e dos processos de comunicação em sistemas midiáticos de mercados aberto, pautados pela liberdade de expressão e de informação torna-se, assim, um fator determinante para a democracia e a cidadania.

Entendemos o sistema midiático como o conjunto de instituições, empresas e organismos que operam nos sectores tecnológicos da Informação, Comunicação e Telecomunicações, interagindo com poderes políticos, económicos e culturais, tanto ao nível local, como regional, nacional e global. Mídia são os meios utilizados para transmitir mensagens, mas também os conteúdos desses meios, as indústrias de conteúdo e os dispositivos tecnológicos (Hartley, 2004). A ideia de mídia esteve associada, desde o início do século XX, à produção de mensagens oriundas de um emissor ‘todo-poderoso’ e recebidas por audiências diversas e dispersas. Esta ideia envolvia um controle praticamente absoluto sobre os conteúdos veiculados, suportados por grandes indústrias e conglomerados mundiais, sendo que as audiências estariam à mercê dos efeitos ou, numa perspectiva mais otimista, poderiam selecioná-los e discuti-los, utilizando-os em função das suas conveniências. Este modelo chama-se de “um-para-vários” e foi alterado quando da introdução da internet e da emergência de novos dispositivos eletrónicos, em finais da década de 80, início da década de 90 do século XX. Emergiu, então, o padrão “vários-para-vários” que possibilitou o surgimento de mais emissores/produtores, nomeadamente nas redes sociais. Esta mudança foi acompanhada pela convergência entre as mídias, ditas tradicionais, e as designadas novas mídias (Jenkins, 2009). O conceito de mídia alargou-se, então, apresentando contornos variáveis em diferentes circunstâncias, ora abarcando as tecnologias de informação e comunicação; as suas empresas e atividades; todos os dispositivos digitais; formas de acesso à internet e aos seus conteúdos; as mídias sociais, conteúdos e estruturas, ora restringindo-se aos meios imprensa, rádio, televisão e cinema,

independentemente das plataformas de acesso, aos dispositivos digitais utilizados e aos conteúdos disseminados (Cunha & Peixinho, 2020).

A onnipresença nas sociedades contemporâneas das mídias, *mainstream* e sociais, contribui para que as sociedades e os indivíduos, imersos nesse ecossistema, assimilem, reproduzam, disseminem, transformem, deformem e recriem, num sentido horizontal e vertical, e sempre em circularidade, a informação veiculada. Esta circularidade discursiva (Cárlon, 2017) entre mídias (*mainstream* e sociais) é um fenómeno não só acelerador da informação como potenciador da desinformação, anulando autorias e fontes, bem como descontextualizando factos, situações e testemunhos. Acresce que o sistema midiático é estruturante de subjetividades e coopera na constituição de uma esfera pública política, atuando na produção de sentidos e na configuração de narrativas que transmitem o capital simbólico (Luvizotto, 2017).

Em um contexto de inúmeras e intensas transformações para as sociedades contemporâneas, os limites e desafios da participação configuram-se como importantes temas da discussão pública, a que as instituições de regulação das mídias e da comunicação não podem alhear-se. Dahlgren (2009) defende que os valores e procedimentos democráticos são permeados por valores económicos e a arena da participação política efetiva é frequentemente restrita. Por outro lado, as transformações trazidas pela digitalização da mídia têm afetado sobremaneira não apenas as formas de estruturação da mídia enquanto sistema produtivo, mas também a atuação dos sujeitos sociais, com destaque para as ações coletivas, a exemplo dos movimentos sociais.

Nesta exposição, a partir da regulação das mídias e da comunicação e tendo como estudo de caso Portugal, apresentamos uma contribuição

para a compreensão da relação entre mídia, comunicação, participação cidadã e movimentos sociais. O objetivo é não só partilhar informação sobre o caso português como, também, refletir e problematizar, dentro de uma perspectiva histórica, a interrelação entre regulação das mídias e da comunicação, participação cidadã e movimentos sociais.

Da Ditadura Salazarista à Emergência dos Movimentos Sociais em Democracia

O V-Dem Annual Democracy Report 2018 classifica Portugal como a décima democracia do mundo entre 210 países analisados. De acordo com o relatório, Portugal é considerado um país de “democracia liberal” com altos índices de composição em processo eleitoral (11º), equidade e liberdades individuais (11º), porém verifica-se índices menores de deliberação (17º) e participação política (35º) (V-DEM, 2018).

O relatório considera ainda que a queda do regime salazarista (1933-1974) foi um marco para a “terceira onda” das democracias europeias. O regime ditatorial do Estado Novo português, centrado na figura de Antônio de Oliveira Salazar, foi um dos últimos resquícios do autoritarismo na Europa ocidental, tendo permanecido por 41 anos. O longo período ditatorial deixou marcas na cultura política do país, bem como em seu sistema midiático (Cunha, 2017). A forma de controle, silenciamento e censura ocorrida no governo Salazar, bem como a relação desse período com a imprensa e os meios de comunicação, servem de subsídio para compreensão da cultura democrática portuguesa e a relevância do debate público e da participação.

Tengarrinha (2016) afirma que no início de seu governo, um dos primeiros esforços de Salazar foi conquistar um apoio passivo, com a ajuda da Igreja Católica, e “tentar criar uma corrente de opinião pública que lhe fosse favorável” (Tengarrinha, 2016, p. 185). A estratégia de Salazar para o domínio da opinião pública foi o controle da imprensa e o estabelecimento da censura a partir de ações Constitucionais, que resultaram na criação de órgãos de controle como o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e o Secretariado Nacional de Informação. De acordo com César (2018), nesse período verificou-se a constituição de um ecossistema de coerção da mídia, baseado na censura e em ações policiais repressivas, centradas na polícia política, designada nos últimos anos da ditadura por PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado. O autor afirma que a censura era justificada por Salazar para combater os opositores internos ao colonialismo, a ideologia comunista, as tendências democráticas dos opositores ou, ainda, aqueles que defendiam valores sociais ditos “modernos”.

A queda do regime ditatorial ocorreu em 25 de abril de 1974. O movimento também conhecido por Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril, foi coordenado por militares insurgentes contra o regime e o colonialismo e angariou, imediatamente, o apoio de forças políticas e sociais democráticas. O episódio que ditou a queda do regime ditatorial, então presidido por Marcelo Caetano (1968-1974), marcou o início de um processo que culminou na implantação do regime democrático e a promulgação da nova Constituição, a 25 de abril de 1976, caracterizada por forte orientação social. O retorno à democracia, em 1974, promoveu a abolição da censura e o incentivo a liberdade de expressão, contudo o fim da ditadura fez eclodir um período de nacionalizações – na

indústria, banca, seguros, agricultura e outros – que se estendeu aos jornais, rádios e televisões. A reversão das nacionalizações realizadas no período denominado PREC (Processo Revolucionário Em Curso, 1975-1977) só se deu na década de oitenta do século XX. A existência de um sistema mediático plural e aberto, constituiu uma das exigências da União Europeia para a adesão de Portugal, em 1986. De assinalar, contudo, que a abertura do mercado das mídias só se completará após o fim do monopólio estatal da televisão e o início das atividades dos canais privados SIC e TVI, respectivamente em 1992 e 1993.

A Revolução de 25 de Abril ocasionou uma abertura política que permitiu a criação e a emergência de novos atores sociais, como, por exemplo, partidos políticos, sindicatos e associações de diferentes matizes. Esta dinâmica permitiu àqueles atores adquirirem maior ressonância na sociedade portuguesa e constituiu a base para novos movimentos sociais, quase todos de cariz reivindicativa, que demandavam ações no espaço público e almejavam solidificar os princípios da democracia participativa, baseados em ideais materialistas com vista à satisfação de necessidades básicas. (Fonseca, 2016, p. 133). Surgiram, a partir daí vários movimentos e organizações de extrema-esquerda; movimentos marxistas-leninistas; movimentos contrários ao marxismo-leninismo; movimentos e organizações de suporte ao poder popular, como movimentos pela habitação, pela reforma agrária, associações de mulheres, entre muitos outros (Mateus & Ramalho, 2013). Mas também surgiram movimentos culturais, onde estudantes, artistas e atores adquiriram grande protagonismo, como foram as brigadas de alfabetização, ou os teatros experimentais. A Revolução motivou assim “a emergência simultânea e coexistência, por um curto período e em regime de grande tensão e

contradição social, de velhos e novos movimentos sociais em disputa por concepções contrastantes de democracia participativa e representativa” (Fonseca, 2016, p. 133).

Este foi um período singular para a história do país, no qual coexistiam movimentos sociais e propostas radicais com movimentos sociais e projetos políticos mais tradicionais; foi um período histórico caracterizado por experiências inovadoras no domínio dos movimentos sociais e da participação dos cidadãos (Estanque, 2008; Nunes & Serra, 2003).

A Revolução de 1974, que devolveu a democracia a Portugal, é considerada por Magnone (1998) um marco internacional importante para as democracias europeias. Para que a democracia fosse de fato restaurada e os princípios da cidadania fossem reestabelecidos, a abertura política deveria ir além de uma transição de regime, sendo importante perceber que “a construção desta estrutura democrática tem que encontrar suporte numa política sistêmica e cultural, que só pode aparecer num período mais alargado do tempo” (Magnone, 1998, p. 129). O autor alertou para o fato de que os efeitos de décadas de ditadura não iriam desaparecer apenas com a transição para o regime democrático e que resgatar a cidadania e a participação político-social levaria muito tempo.

As alterações estruturais ocorridas na sociedade portuguesa, após a entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, permitem falar de traços comuns e traços distintivos relativamente aos padrões prevalentes em países europeus de modernidade avançada. Traços comuns são as alterações demográficas, níveis de natalidade, de fecundidade e de envelhecimento, o crescente peso das classes médias urbanas e a alta taxa de trabalho feminino. Longe dos padrões europeus estão, ainda, os níveis de qualificação escolares e profissionais, a produtividade

empresarial, as remunerações salariais e a persistência de formas tradicionais de exclusão social (associadas, agora, às novas exclusões). As contradições e paradoxos gerados nas mudanças estruturais da sociedade portuguesa, nesta última década, levam diversos sociólogos a referirem-se a “sinais de desenvolvimento intermédio num país de semiperiferia” (Santos, 1990); a uma sociedade de “modernidade inacabada ou modernidade plural” (Machado & Costa, 1998) ou, ainda, a uma sociedade de “modernidade biface” (Conde, 1998). Contudo, é Filomena Mónica (1996) quem melhor sintetiza as transformações decorridas nesta última década, sublinhando a velocidade e os ritmos acelerados a que se processaram – fator de distinção relativamente aos outros países europeus:

Portugal está em vias de se tornar uma sociedade aberta. O mais importante não é tanto o sentido da evolução, partilhada com outros países, mas o ritmo a que tudo aconteceu. Com a provável exceção de Espanha, nenhum país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a natalidade infantil, instaurar o sufrágio universal, transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a pessoas e bens, escolarizar a população, liquidar um império à velocidade com que o fez Portugal. Na economia como nas almas, o país está irreconhecível. (Mónica, 1996, p. 230)

Estas contradições e sobreposições de estágios económicos e culturais radicam, fundamentalmente, no crescente processo de litoralização e urbanização da população provocado pelos cruzamentos de emigração e imigração; na massificação do ensino e persistência de iliteracias várias; na terciarização e quaternarização tendencial do trabalho, em

simultaneidade com estruturas empresarias e patronais tradicionais; nas intercepções entre as chamadas culturas de elite, popular e de massas.

Neste contexto a participação social faz-se de forma muito difusa e dispersa, embora nos anos de austeridade (2011-2015) – que reforçam a clivagem entre Portugal e outros países da Europa, bem como dentro do país - tenham aumentado os níveis de participação cidadão em movimentos sociais. No entanto, como Viegas, et al. (2011) afirmam a participação político-social é, muitas vezes, desacreditada pelos cidadãos portugueses, pois o sentimento de ineficácia ou, até mesmo, a falta de consciência cidadã, resquícios do período da ditadura, ainda são marcantes. De acordo com os autores, “a tradição autoritária e repressiva da participação, nomeadamente de protesto, durante as décadas de vigência do Estado Novo também podem contribuir para a cultura política de fraca participação política” (Viegas et al., 2011, p. 26).

Os estudos de Feixa et al. (2009) relacionam a participação com a atuação dos movimentos sociais em Portugal. Segundo os autores, os movimentos sociais contemporâneos romperam a barreira do local, apresentando causas transnacionais, que enfatizam tanto aspectos econômicos, quanto civis, políticos e culturais. Para os autores, uma das principais características dos movimentos sociais contemporâneos é a interação entre distintas gerações de ativistas individuais, bem como diferentes gerações de atores sociais agindo coletivamente. “Demandas concretas e universais, repertórios de ação tradicionais e inovadores, velhas questões e novas propostas alinham-se sob guarda-chuvas comuns de forma multidimensional e fractal” (Feixa et al., 2009, p. 437). Observa-se no país que os movimentos sociais intercalam questões estritamente sociais

com questões mais culturais e simbólicas, combinando demandas culturais e materiais, bem como escalas de ação locais e globais.

Campos et al. (2016), desenvolveram estudos para identificar os tipos de atores coletivos envolvidos em práticas ativistas e movimentos sociais na sociedade portuguesa na contemporaneidade, com incidência nos chamados movimentos “pós-materialistas”². Os pesquisadores identificaram seis tipos de ações: (1) Novos movimentos sociais antiausteridade: “movimentos que nascem como resultado da crise econômica e financeira, tendo como principais reivindicações a luta contra as medidas de austeridade implementadas pelo governo”. Como exemplo, os autores citam os movimentos Plataforma 15 de Outubro e Que se Lixe a Troika; (2) Movimentos alterglobalização: “antecessores dos novos movimentos sociais constituídos em torno das reivindicações antiausteridade”, como por exemplo, o ATTAC Portugal; (3) Novos movimentos sociais clássicos: movimentos associados a causas de caráter cultural e identitário. Como exemplo, podemos citar os movimentos LGBTT e os movimentos ambientalistas; (4) Movimentos radicais: movimentos que se posicionam explicitamente contra o sistema. Como exemplo, destacam-se os grupos anarquistas ou simpatizantes de causas anarquistas, “que se caracterizam por práticas alternativas, de resistência ou que se opõem aos valores da sociedade dominante”; (5) Movimentos diretamente ligados

2. Neste estudo, compreendemos os movimentos “pós-materialistas” como aqueles impulsionados por motivações de ordem simbólica e orientadas para a construção e o reconhecimento de identidades coletivas, a exemplo dos movimentos que defendem causas ambientais; diretos e demandas da comunidade LGBT+; causas étnicas ou religiosas; e movimentos contra o capitalismo ou a globalização. Movimentos “materialistas” são aqueles impulsionados por motivações de ordem material, orientados para a manutenção das necessidades básicas, a exemplo dos movimentos em prol da habitação; do emprego; dos direitos à saúde e educação.

ao ativismo digital: “movimentos, plataformas, grupos ou organizações que atuam primordialmente online ou que utilizam a internet e outras tecnologias como recurso principal ou causa”. Citamos como exemplo os Anonymous, o movimento para o software livre e o movimento para o Partido Pirata; (6) Atores políticos tradicionais: nomeadamente os partidos políticos e sindicatos. “Estes não são obviamente movimentos sociais, mas têm com estes uma relação de cumplicidade que se manifesta de várias formas” (Campos et al., 2016, p. 34).

Regulação da Comunicação em Portugal

Nos anos que se seguiram à Revolução do 25 de Abril, aprofundaram-se as discussões sobre a qualidade das mídias e em sua regulação, fato observado no texto da regulação da Comunicação Social proposta na Constituição da República Portuguesa de 1976. Desde então, surgiram diversos desafios para a área. Primeiramente, criou-se o Conselho de Informação para os órgãos da esfera estatal. Em seguida, com a Reforma da Constituição em 1989, estruturou-se a Alta Autoridade para a Comunicação Social – AACS. Esta instituição nasceu com a atribuição de “fiscalizar o cumprimento das normas referentes à propriedade das empresas de comunicação social”, que estavam definidas nas respectivas leis (Imprensa, Rádio e Televisão). Mas, ainda que explicitamente a concentração não estivesse, assim, presente e designada nas competências da AACS, o fenómeno não deixou, em diversas ocasiões, de ser abordado por esta, no âmbito da fiscalização da propriedade. Contudo, a posição oficial da entidade foi sempre secundada de referências ao limitado poder de intervenção que detinha (Costa e Silva, 2007). Diante da carência de

recursos, dificuldades de organização e contestações diversas, a AACCS encerrou suas atividades em 2004 e no ano seguinte, em consonância com as orientações europeias, surgiu a Entidade Reguladora para Comunicação Social – ERC (Costa e Silva et al., 2011). Neste sentido, a ERC emerge como um órgão ativo na sociedade portuguesa e faz parte de uma complexa estrutura de entidades europeias e mundiais.

De modo geral, Portugal, desde a sua integração na União Europeia, acompanhou as políticas e diretrizes vigentes na Europa acerca da Comunicação Social, seguindo a elaboração das políticas de comunicação do continente e as tendências que influenciaram as ações reguladoras dos meios de comunicação (Liedtke, 2015). De acordo com Mutu (2013) podem ser identificadas três fases de políticas de comunicação na Europa, as quais influenciaram fortemente as ações em Portugal, embora com características próprias em função da sua história: a política de comunicação da emergente indústria de comunicações (até a Segunda Guerra Mundial); a política de comunicação social de serviço público (1945-1980/90); e a fase atual (a partir de 1980-1990), na qual, segundo a autora, um novo paradigma de política de comunicação tenta se estabelecer, muito pautado em sistemas de regulação e responsabilização. Ademais, pode-se falar em uma quarta fase, na qual uma Comissão da União Europeia realiza estudos para elaborar um projeto de lei que será conhecido como Lei de Serviços Digitais, uma vez que considera urgente a necessidade de monitorar as grandes empresas tecnológicas no espaço europeu e, um dos objetivos da Lei de Serviços Digitais será

evitar a repetição de “situações de monopólio” envolvendo empresas como Amazon, Google e Facebook³.

De acordo com Paulino (2010), as práticas de regulação, correção e autorregulação da comunicação em Portugal se modificaram após o ingresso do país na União Europeia, em 1986. O principal aspecto de mudança, segundo o autor, consiste na instauração de entidades responsáveis pela aplicação do conceito de Responsabilidade Social da Mídia, pautadas em experiências de prestação de contas do conteúdo publicado, sem inibir, contudo, a atuação jornalística.

O final da década de 1980 foi marcado por um processo de privatização do sistema midiático do país, mas esse processo ocorreu de forma a não ameaçar o *status quo* e grandes jornais foram vendidos a grupos ligados a organizações hegemônicas em Portugal, criando novos monopólios privados de mídia que tendem a cobrir os interesses dominantes existentes. Este processo de privatização agravou-se após a crise econômica global de 2007/2008, em que muitas empresas e grupos mídia portugueses faliram e foram vendidos ao capital estrangeiro, nomeadamente angolano, espanhol e brasileiro (Figueiras & Ribeiro, 2015). Acresce que os sucessivos governos têm mostrado incapacidade para conter a concentração midiática o que tem tido como consequência a predominância de uma lógica econômica nos discursos noticiosos que reproduzem e representam os interesses do capital internacional (Cunha, 2015). Segundo Cunha (2015), no campo jornalístico por exemplo, essa lógica se traduz em uma posição de conformismo frente aos desafios enfrentados pela Europa no final do século XX e início

3. (“EU calls for greater regulation of US tech companies”, s.d.).

do século XXI, postura essa que manteve “a publicidade e os *sponsors* e os patrocinadores de grandes grupos económicos e financeiros, bem como a publicidade institucional do Estado tutelado pelas organizações financeiras internacionais” (Cunha, 2015, p. 45). Esta posição associada às mudanças tecnológicas, originou a precarização e a desqualificação do trabalho jornalístico. Precisando, para esta situação contribuíram as pressões econômicas exercidas aos jornalistas pelas entidades empregadores, chefias e redações.

A ERC surgiu como um órgão ativo na sociedade portuguesa e faz parte de uma complexa estrutura de entidades reguladoras que têm como prioridade impedir a concentração da propriedade das mídias, escrutinar a origem dos financiamentos das mesmas e promover a pluralidade e diversidade da informação e da comunicação. Em complementariedade à ERC destaca-se, por exemplo, a Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM) que visa a regulação das comunicações eletrônicas e postais, possibilitando o acesso a rede, a promoção de oferta de serviços, a proteção de direitos e interesses dos cidadãos; a Autoridade da Concorrência (AdC), que promove o acompanhamento das regras da concorrência e assegura o interesse dos cidadãos diante da prestação de informações transparentes sobre as práticas exercidas; e o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), que objetiva a criação, implementação e avaliação de políticas públicas midiáticas (Sousa & Lameiras, 2013). Estas entidades cooperam para a regulação midiática no cenário português. Sediada em Lisboa, a ERC objetiva a discussão e criação de políticas públicas, a liberdade de expressão, a pluralidade, tal como a regulação de rádios, televisões, imprensa e outros meios comunicacionais no país (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2017).

A regulação praticada pela ERC pode ser aplicada a qualquer organização pública ou privada, ou pessoa, que atue nas atividades relacionadas à comunicação social, como por exemplo, agências de notícias; organizações que se dedicam a publicações periódicas; operadores de rádio e televisão que difundam conteúdos; pessoas ou organizações que transmitam serviços de programas de rádio ou televisão; pessoas ou organizações que promovam conteúdos editoriais regulares ao público (Entidade Reguladora para a Comunicação Social 2005).

Os Estatutos da ERC elencam seis normas para a regulação da Comunicação Social (Entidade Reguladora para a Comunicação Social 2005, p. 15):

- 1) Promoção do pluralismo cultural e da diversidade de expressão: efetivado a partir das organizações submetidas à regulação das atividades de comunicação social;
- 2) Difusão de conteúdos por organizações e acesso livre dos destinatários das mensagens com transparência: atuação livre das organizações de comunicação social sem discriminação ou exclusão social e/ou econômica;
- 3) Proteção dos menores de idade: o conteúdo transmitido através das organizações de comunicação social não deve interferir no desenvolvimento dos públicos mais sensíveis;
- 4) Zelo no fornecimento de informações prestadas pelos serviços jornalísticos: exige rigor jornalístico e efetiva responsabilidade editorial perante o público em geral, caso se mostrem violados os princípios e regras legais aplicáveis;
- 5) Atenção com informações inseridas em comunicações eletrônicas com a intenção de proteger os destinatários em casos de violações das leis sobre publicidade: proteção dos destinatários atingidos por esses conteúdos;

- 6) Proteção dos direitos de personalidade individual: assegurar a proteção dos direitos de personalidade individual sempre que os mesmos estejam ameaçados devido a conteúdos sujeitos à sua regulação.

Além do cumprimento das normas reguladoras das atividades de comunicação social, o Estatuto da ERC prevê a sua atuação como forma de garantir o livre exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa; a inexistência da concentração de titularidade das entidades de comunicação social, para que exista pluralidade e diversidade no país; a independência política e económica das organizações e pessoas que exerçam atividade de comunicação social; o direito de antena, de resposta e de réplica (Entidade Reguladora para a Comunicação Social 2005).

Costa e Silva et al. (2011) afirmam que a regulação da Comunicação em Portugal garante a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e os direitos individuais para os portugueses. De acordo com o artigo 40º da Constituição da República Portuguesa (Constituição da República Portuguesa 1976, 2005), Portugal dispõe do direito de antena que permite o acesso aos serviços públicos de rádio e televisão por organizações sociais e sindicais. Com isso, possibilita a participação da sociedade civil na mídia e concede mecanismos democráticos de regulação da comunicação:

Art. 40 - Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais e representativas das atividades económicas, bem como outras organizações sociais de âmbito nacional, têm direito, de acordo com a sua relevância e representatividade e segundo critérios objectivos a definir por lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e de televisão.

A regulação dos meios de comunicação social objetiva a defesa dos interesses públicos da sociedade, e a disponibilização de meios de comunicação para atender e reduzir a exclusão social (Costa e Silva et al., 2011). Entretanto, a legislação portuguesa não acompanha as mudanças sociais, econômicas e culturais da sociedade contemporânea. Em relação a cidadania, nota-se um espaço reduzido no campo das regulações, centrado, muitas vezes, no direito de resposta previsto na legislação portuguesa e, segundo os estudos de Costa e Silva et al. (2011), “no campo da cidadania e da participação, há ainda muito terreno para desbravar em Portugal, sendo que a educação para os media e a capacitação dos cidadãos é o desafio que poderá cumprir o desígnio de uma regulação mais participada” (Costa e Silva et al., 2011, p. 93).

Regulação, Cidadania e Movimentos Sociais

A interrelação entre regulação das mídias e da comunicação, participação cidadã e movimentos sociais é uma das dinâmicas da ERC com maior expressão. Destacam-se iniciativas que têm permitido aproximar a atividade de regulação e o conhecimento daí resultante da generalidade da sociedade portuguesa (Soares e Afonso, 2020). Desde 2013, a ERC desenvolveu estratégias que buscaram incentivar a “aprendizagem ao longo da vida e a capacitação para uma cidadania mais crítica e participativa”. Essas estratégias são conhecidas como “Ações de Promoção da Literacia Mediática” e consistem em um conjunto de atividades práticas implementadas junto a diferentes públicos, pelas equipes técnicas da entidade, em colaboração com outros organismos e instituições públicas e privadas.

Como afirmam Soares e Afonso (2020, p. 546) a ERC está apta “a sistematizar, traduzir e partilhar o conhecimento prático e teórico resultante da atividade de regulação dos media, rentabilizando-o ao serviço de diferentes públicos e integrando-o no movimento global de definição das competências de literacia mediática”. As ações desenvolvidas pela instituição neste campo são: Ação 1: Compreender e utilizar criticamente a informação televisiva; Ação 2: A educação para os media no trilho da inclusão – conhecer e compreender a sinalética na programação televisiva; Ação 3: Vamos desconstruir reality shows? entre a realidade e a ficção; Ação 4: Literacia & media digitais – sabe navegar na internet de modo seguro, consciente e eficaz?; Ação 5: Mensagens publicitárias nos conteúdos televisivos; Ação 6: Desconstruir: informação ou desinformação?; e Ação 7: O rigor informativo – os princípios e os limites legais aos conteúdos jornalísticos nas deliberações da ERC.

Apesar das Ações de Promoção da Literacia Mediática desenvolvidas pela ERC, que em Portugal reforçam as diretivas europeias neste sentido (European Audiovisual Observatory, 2016), ainda há um caminho a ser percorrido para consolidar uma cidadania crítica e participativa em Portugal: “investir em permanência em políticas públicas que possibilitem a todos os cidadãos a aquisição, em diferentes campos, de ferramentas e competências que lhes proporcionem melhorar continuamente os seus níveis de literacia mediática” (Soares & Afonso, 2020, p. 539), podem ser mais uns dos caminhos para alcançar esse objetivo.

Este percurso da ERC reforça a Directiva 2007/65/CE do Parlamento e do Conselho Europeu de 11 de Dezembro de 2007 que visava dotar os cidadãos de competências, os conhecimentos e a compreensão que permitem aos consumidores utilizarem os meios de comunicação social

de forma eficaz e segura. Segundo esta instituição supranacional as pessoas educadas para as midia são capazes de fazer escolhas informadas, compreender a natureza dos conteúdos e serviços e tirar partido de toda a gama de oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias das comunicações. Elas estão, ainda, mais aptas a protegerem-se e a protegerem as suas famílias contra material nocivo ou atentatório.

Na mesma linha de raciocínio, autores como Couldry, Livingstone e Markham (2007), e instituições têm colocado a tónica na literacia que, consoante o domínio, se pode desdobrar em literacia mediática, literacia digital, literacia da publicidade, literacia da imagem, literacia da informação, literacia computacional, entre outras. Este alargamento lexical estará ligado às mudanças trazidas pelos meios digitais e com os desafios que o novo ecossistema vem colocar ao nível da formação dos cidadãos.

Neste sentido o *Observatório de Media, Informação e Literacia* (<http://milobs.pt/>), com sede na Universidade do Minho, a atuar desde 2012, e em parceria com a ERC, tem vindo a impulsionar a Educação para os Media em Portugal, promovendo Literacia Mediática junto de diferentes sectores da sociedade, tais como jovens, idosos, desempregados, mulheres e imigrantes.

Historicamente, algumas destas ações de educação para as mídias, bem como de aquisição de ferramentas que permitam a formação de um pensamento crítico e uma perspetiva cidadã, datam dos anos pós Revolução 25 de Abril. São elas, por exemplo, as ações em âmbito escolar, como os jornais e as emissões radiofónicas nas escolas secundárias, os cineclubes e os grupos de teatro escolar e amador, que tendo nascido naquele período se mantém até aos dias de hoje, com adequações

aos novos tempos e tecnologias. São, também, de assinalar iniciativas do poder político que introduziram a *Educação para os Média* nos *currícula* (1986) ou programas direcionados para a juventude como o *Programa Rua Sésamo*, na televisão pública (RTP2, nos anos 90). Salienta-se, também, a implementação da Rede de Bibliotecas Escolares, em 1996, e as atividades que promoveu, bem como a disponibilização de acessos à internet para fins pedagógicos e didáticos. A um outro nível de escolarização, a Universidade Aberta, bem como outras instituições de ensino público e privado têm promovido formações e apoiado investigação neste domínio, muitas vezes socorrendo-se de fundos nacionais e internacionais. Por fim, órgãos de comunicação, como o jornal Público, bem como associações de migrantes, mulheres e outras, têm lançado projetos colaborativos com escolas e investigadores, com a finalidade de promover as literacias mediáticas e formar uma consciência cidadã. Salientamos também a Rede de Observatórios Municipais para a Literacia e a Inclusão Digital (rede ObLID) que foi criada em 2010 e resulta da parceria entre o Cetac.Media, a Universidade Aberta (UMCLA) e as Câmaras Municipais de Resende e Amarante. Esta ação experimental objetivou estudar dinâmicas de acesso e uso das mídias digitais em contextos locais e intervir no desenvolvimento de competências para a Inclusão Digital, em contextos diversos. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento o projeto Espaços Internet e web na vida quotidiana (2014-2020) com abrangência nacional. Em experimentação tem estado a exploração e o diagnóstico sobre literacia digital em espaços rurais (Aires, 2016).

Muitos atores sociais encontram-se envolvidos nestas atividades, a nível individual, institucional ou enquadrados por associações. Ressaltamos os professores, no contexto da escola ou em ambientes

informais, como as associações juvenis ou comunitárias; os grupos cívicos; os bibliotecários; os animadores socioculturais; os grupos e organizações para a juventude; os grupos ou associações de pais ou as associações religiosas (Pinto et al., 2011, p. 30).

À Guisa de Conclusão

A partir dos anos 2000, observamos o nascimento de um conjunto de diferentes plataformas de movimentos sociais em Portugal, além da consolidação de outras anteriormente estabelecidas. A Internet tem um papel essencial no ativismo português, difundindo informações e organizando eventos, principalmente por meio de listas de mala direta, sites, redes sociais e blogs. Os smartphones são cada vez mais utilizados para convocar manifestações e eventos públicos, e transmitir em tempo real essas atividades, configurando-se numa estratégia contra hegemônica da grande mídia. Além disso, ativistas e movimentos sociais estão desenvolvendo novas formas de expressão e ação política, com mobilizações que incluem ações e performances cada vez mais simbólicas, e grupos específicos estão se especializando em rotinas reconhecíveis, fortalecendo os vínculos identitários não apenas no que diz respeito às causas que defendem, mas também, em torno da ação coletiva.

Mesmo prevista na Constituição, a participação dos cidadãos via meios de comunicação existe, porém não é efetiva. A configuração dos meios de comunicação tradicionais não estimula o acesso dos cidadãos, dos grupos e movimentos sociais para apresentarem e divulgarem as suas demandas, sejam políticas, sociais ou de cunho identitário, apresentando-se como obstáculo para a comunicação de movimentos sociais

e coletivos que questionam a ordem social vigente e suas conseqüentes injustiças e desigualdades.

Entendemos que a relação entre Comunicação, Participação Cidadã e Movimentos Sociais se estabelece na esfera pública e envolve uma série de conexões, disputas e atores políticos. Integrantes da esfera pública política, os movimentos sociais comumente precisam se adequar à lógica da produção midiática. Isso pode ser observado, por exemplo, quando os movimentos sociais passam a considerar os critérios de notícia ou, então, quando organizam suas agendas de acordo com a repercussão na mídia ou com o espaço de visibilidade a ser alcançado. As estratégias de comunicação tornaram-se agentes estruturadores que atuam na dinâmica de ação dos movimentos sociais, articulando causas, identidades coletivas e ações. Ademais, em Portugal, a relação entre Comunicação, Participação Cidadã e Movimentos Sociais acompanha as expectativas da sociedade, a atuação dos movimentos materialistas e pós-materialistas, é impactada por mudanças e desafios impostos pelas grandes empresas de tecnologia e comunicação e pelas novas formas de sociabilidades, possíveis a partir do uso maciço da comunicação móvel e das redes sociais digitais.

A regulação do sistema midiático em Portugal é, sobretudo, sobre as televisões generalistas de acesso aberto. O grande desafio que se impõe a Portugal e à Europa, de modo geral, diante do papel central que as plataformas online assumiram na sociedade, é regulamentar a internet e promover a responsabilização das organizações digitais, o que parece, já está em andamento. O projeto de Lei de Serviços Digitais planejado pela União Europeia está em fase de elaboração e ratificação pelos seus

27 Estados-membros e pelo Parlamento Europeu. A previsão é que a Lei de Serviços Digitais seja conhecida até dezembro de 2020.

Referências

- Aires, L. (2016). *Literacias Digitais, Curso de Formação para a Docência Online Modulo 1: Literacia Digital, Tema 2*. Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf
- Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82. <http://journals.openedition.org/spp/2460>
- Carlón, M. (2017). La cultura mediática contemporánea: otro motor, otra combustión, (segunda apropiación de la teoría de la comunicación de eliseo Verón: la dimensión espacial). In P. Castro (Org.), *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento* (pp. 25-48). Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL).
- Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (C. A. Medeiros, trad.). Zahar.
- César, O. (2018). Ecossistema de coerção dos media: Contributo do salazarismo e acção jornalística. *Comunicação Pública*, 13(24).
- Conde, I., (1998). Contextos, Culturas, Identidades. In J. M. Viegas & A. F. Costa (Orgs.), *Portugal que modernidade?* Celta.

Constituição da República Portuguesa 1976. Artigo 40º: Direitos de antena, de resposta e de réplica política. VII Revisão Constitucional [2005]. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Costa e Silva, E. (2007). Concentração: os desafios à entidade reguladora da comunicação social. *Revista Comunicação e Sociedade*, 11 (27). p. 87-98.

Costa e Silva, E., Fidalgo, J., & Sousa, H. (2011). Regular para a liberdade: o caso português. *Derecho a Comunicar*, (1), 80-97.

Couldry, N., Livingstone, S., & Markham, T. (2007). *Media Consumption and Public Engagement: Beyond the Presumption of Attention*. Palgrave Macmillan.

Cunha, I. F. (2015). Da ‘desdemocratização’ da Europa: democracia, media e corrupção política. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 38(1).

Cunha, I. F. (2017). Pesquisa cooperativa e comparativa: o projeto “Média e corrupção (Portugal, Brasil e Moçambique)”. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 24-46). CECS.

Cunha, I. F., & Peixinho, A. T. (2020). *Análise dos Media*. (Ed. Atualizada e Aumentada). Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy*. Cambridge University Press.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2005). *Estatutos da ERC*. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2017). *Relatório de Regulação 2017*. Lisboa. <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2017>
- Estanque, E. (2008). *Entre os velhos e os novos ativismos* (pp. 186-187). JANUS 2008 – Anuário de Relações Internacionais. UAL.
- EU calls for greater regulation of US tech companies. (s.d.). *Deutsche Welle*. AFP, Reuters. Recuperado de <https://www.dw.com/en/eu-calls-for-greater-regulation-of-us-tech-companies/a-53717205>. Acesso em 27 de outubro 2020.
- European Audiovisual Observatory (2016). *Mapping of media literacy practices and actions in EU-28*. Council of Europe. <https://rm.coe.int/1680783500>
- Figueiras, R., & Ribeiro, N. (2015) A nova globalização pós-2008 e a reconfiguração do sistema dos média ocidentais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 79. <http://dx.doi.org/10.7458/SPP2015794037>
- Feixa, C., Pereira, I., & Juris, J. S.(2009). Global citizenship and the ‘New, New’ social movements: Iberian connections. *Young*, 4(17).

- Fonseca, D. J. M. de C. (2016). *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise. O caso português: alianças ou tensões latentes?* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <https://eg.uc.pt/handle/10316/31954>
- Hartley, J. (2004). *Comunicação, Estudos Culturais e Media: conceitos-chave*. Quimera.
- Horn, J. (2013). *Gender and social movements: Overview report*. Brighton: Inst. of Develop. Studies.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. Editora Aleph.
- Liedtke, P. F. (2015). *Políticas de comunicação em Portugal: ações regulatórias instigantes para o Brasil* [Apresentação de trabalho em congresso]. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Luvizotto, C. K. (2017). Luta árdua, penosa e duradoura. In E. C. Geraldês, R. dos Reis, J. de Sousa, & V. Negrini (Orgs.). *Um grito no ar. Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais* (pp. 59-64). Fac-UnB.
- Machado, F. L., & Costa, A. F. (1998). Processos de uma modernidade inacabada. In J. M. L. Viegas & A. F. da Costa (Orgs.), *Portugal que modernidade?* (pp. 17- 44). Celta.
- Magnone, J. A. (1998). integração europeia e a construção da democracia portuguesa. *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, (18), 123-163.

- Marcondes Filho, C. (Org.). (2009). *Dicionário da Comunicação* (2a ed.). Paulus.
- Mateus, J., & Ramalho, T. (2013). O Sistema de Partidos em Portugal. *CIES e-Working*. Paper nº 151/2013.
- Mónica, M. F. (1996). A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995. In A. Barreto (Org.). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais.
- Mutu, A. (2013). Media and Democracy. A Theoretical Design for Cross-Country Comparative Research on Broadcasting Regulation. In H. Souza et al. (Orgs.), *Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences* (pp. 11-33). CECS.
- Nunes, J. A., & Serra, N. (2003). Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In B. S. Santos (Ed.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (pp. 215-245). Edições Afrontamento.
- Paulino, F. O. (2010). Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo* (pp. 35-51). LabCom Books.
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L., & Ferreira, T. (2011). *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos*. ERC.
- Santo, M. E. (2007). Entidades reguladoras: três décadas de reticências. *Comunicação e Sociedade, 11*, 57-63.

- Santos, B. de S., (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Afrontamento.
- Soares, T. de M., & Afonso, B. (2020). Literacia mediática: o papel do regulador português da comunicação social. In R. Simões, M. Marques, J. Figueira, (Orgs.), *Media, informação e literacia: rumos e perspetivas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sousa, H., & Lameiras, M. (2013). Portugal. In H. Sousa, W. Trützschler, J. Fidalgo, & M. Lameiras (Orgs.), *Media Regulators in Europe: A Cross-Country Comparative Analysis* (pp. 137-146). CECS, University of Minho.
- Tengarrinha, J. (2016). O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. Entrevista concedida à Tânia Alves. *Rev. Bras. de História da Mídia (RBHM)*, 5(1).
- V-DEM. (2018). Varieties of democracy: democracy for all? *V-DEM anual democracy report*. Gothenburg: University of Gothenburg. <https://goo.gl/QidFiu>
- Viegas, M. L., Belchior, A. M., & Seiceira, F. (2011). Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise Comparada Europeia. *Perspectivas – Journal of Political Science*, 5, 17-42.

Types of Development in Society and Hybrid Libraries

Rafaela Carolina da Silva
Rosângela Formentini Caldas

INTRODUCTION

“Libraries are living organisms” is one of the four premises of Ranganathan, which is widely considered foundational to library and information science (LIS). The premise means that libraries respond to their environments, and continually change, even while maintaining a central purpose, “to provide a service: access to information” (Buckland, 1992, p. 7). We begin with two main assumptions: (1) libraries, through the provision of information, are centrally situated to maintain a vibrant public sphere within place-based communities, even as the means of providing access to information has migrated online; (2) librarians seek to provide social development to their communities. The International Federation of Library Associations (IFLA, 2019) said that “Libraries have an important role to play in aiding and accelerating development – particularly in supporting vulnerable and marginalised populations” (n.p.). IFLA outlined our areas of human development to which libraries contribute: access to education, reading, and literacy; Information and Communications Technology (ICT) connectivity and

education in ICT skills; providing interaction in socially and economically segregated societies; and reducing gender discrimination. These goals align with John Buschman's (2003) proposition regarding the role of libraries as the flagship institution of the public sphere in the current neoliberal political and economic milieu. The original conception of the public sphere was a forum where public opinion was formed through conversation and the exchange of ideas. As Buschman (2003) says, libraries collect and distribute a wide array of ideas and provide a space where ideas are discussed and critiqued, and librarians strive to reach all potential users, providing unfettered access to information to everyone in their communities. Buschman focuses on public libraries, but other types of libraries that serve a narrower group of users also play an important role in human development. For instance, academic libraries serve the needs of their parent institution, school libraries serve the students and teachers of a school, and special libraries serve the needs of employees or other users. In this chapter we describe a hybrid library, first described by (1996) in (Sutton) as a library that has both electronic and print materials, but which has since been appropriated to describe other kinds of hybridity. Hybridity is a product of imagination.

In technologically developed nations, hybrid libraries might be considered to be the norm rather than the exception. Most libraries have adopted digital platforms for e-book and journal distribution, and many have developed their own digital collections. Such technologies introduced new ways for libraries to work with library users, but that does not change the fundamental role of libraries. The evolving social, technical, and economic milieu in which libraries exist constantly pushes librarians to evaluate services in order to reach more people and

maximize the efficiency of their work and limited funds. This adjustment of the term “hybrid library” thus provides a means, or a framework, for examining some recent changes in library services, especially in reference to their place in the public sphere.

By using an exploratory but systematic literature review, this study aimed at verifying the impact, and possibilities of the hybrid library on the areas of development on public sphere in society. Library and Information Science (LISA) was searched using the term hybrid libraries, and the articles were classified according to subject and area of specialty within librarianship. Findings revealed that the earlier articles about hybrid libraries focused solely on technological development, but that newer articles have focused on cultural development and transformation using technology.

Background

Professional practices in hybrid libraries takes place towards informational access, using development to realize the integration of these libraries with their communities, as agents of informational change. When the term hybrid library was first used it was in reference to libraries that included both print and electronic materials in their collection: a change in how the documents were stored and accessed. As libraries have responded to their environment, though, has the intention or associations with the word “hybrid” evolved as well? Breaks (2002) writes that “the idea behind the label of hybrid library is not new and has been expressed by a number of writers who recognized early the need to join-up all the available types of information resources in order to come to a fully interlinked information environment” (p. 100).

Likewise, Orera-Orera (2007) writes that it is “a mixed entity, where traditional documents and digital information, and services offered in the library facilities and other services offered via Internet coexist” (p. 330). The libraries serve in both in-person and remote users a range of physical and electronic documents.

Under the changes in libraries due to the arrival of digital medias, López Jiménez and Alfonso Sánchez (2005) understand hybrid libraries as models of libraries where the user, through a Web interface, pages or computer screens, can access digital resources. Therefore, “the title hybrid library is the most adequate in the transition from the traditional to the virtual, because it goes from the digital to the virtual without abandoning the print documents” (López Jiménez & Alfonso Sánchez, 2005, p. 11), thus keeping physical and virtual spaces in its structure. That being said, it is understood that in the hybrid library, the information on paper is handled in parallel to the electronic information, requiring the information professional, as a hybrid librarian, to know how to work with the information recorded in different media. Thus, Villa Barajas and Alfonso Sánchez (2005, p. 12) claim that “the motivation behind the concept of hybrid library is the need to deal with diversity, which is an important issue when libraries advocate for a world where the information is globalized”. Therefore, the information on a large scale is at stake.

For that reason, Koltay (2008) considers that hybrid libraries are frequently identified as digital libraries. However, according to Ramírez Céspedes (2006, p. 3), hybrid library is “an intermediate environment between the traditional and the virtual library, where both formats coexist, and traditional services may exist as well as in digital environment”.

Returning to the idea of the public sphere, though, libraries also serve social needs. Silva and Caldas (2017, p. 7) understand that, in addition to the convergence of technologies, the hybrid library must be “a cultural space that fosters dialogue, where individuals and technology interact, so that the information kept in the library comes to life as it is useful to users and, therefore, used”. Therefore, the environment in these libraries is interactive and stimulating, capable of building a multicultural relationship of data, information and knowledge, with the concept of hybridity present in the promotion of information. For Silva and Caldas (2017), hybrid library is a cultural equipment which integrates aspects of traditional libraries, as well as digital libraries. Thus, the idea of libraries includes the need to better understand the users’ requirements and behavior and, therefore, the competence in information, which must be part of the different departments in the library, so that professionals can act in order to recognize the potential of hybrid library (Edwards & Wynne, 1999). Hence, for the hybrid library environment to be able to serve all users of the institution, cultural differences need to be recognized by these libraries administration, requiring that such locations offer a variety of information sources, creating new ways of communicating and disseminating discoveries, in order to facilitate, among users, the discussion about the information received (Hampson, 1999). It is, therefore, a space of continuous learning, where employees and users need to acquire a variety of skills to deal with the information.

Methodology

Research Questions

Taking account the hypothesis that hybrid libraries impact in their communities and society by their products and services, the investigative question of this study was: What does the concept of hybrid library works with? We hypothesized that 1) beyond technologies, hybrid libraries provide opportunities and space for social and cultural development, 2) the products and services offered by hybrid libraries impact the public, and 3) the products and services of libraries are aligned with community needs.

Methods

This exploratory research was completed by a structured systematic review of LISA database by searching the term “hybrid library” (between inverted commas) which contributed to the construction of a selective and concise theoretical framework around the central theme of research. A systematic review was used because, according to Gil (2009), this method can be used to locate materials that will serve as a basis for the development of research, and it offers a researcher a wide variety of phenomena to advance a research agenda.

Library and Information Science Abstracts (LISA) was searched due to its currency and wide scope within Library Science and Information Science. The database indexes more than 400 journals from around 45 countries and 20 languages, providing comprehensive bibliographic coverage of academic literature related to library science.

Using the advanced search option for the keyword “hybrid library” as main subject, limited to publication type “journals”; document type “article”, and languages English, Portuguese, Spanish and French, found 32 articles in 28 journals. Though without limiting the search time, the

article recorded comprised the years 1998 to 2013. All of the articles were found to be relevant were included in the study. 19 included the word “hybrid library” in the title. 15 had the word “hybrid library” in the keywords. All of the 32 articles found had the words “hybrid” in their abstracts, varying between “hybrid libraries” and “hybrid systems”.

The data collect period in both databases was 2018 April/May, delimiting the search to the specific field of Librarianship and Information Science. From this perspective, a new data collect in these databases, or a more embracing search, can reveal a different number of researches about.

Results and Discussions

When observing historical construction of hybrid libraries, it is possible to understand that, when the concept was first considered, it focused on the implementation of digital technologies in the library scope. (Garcez & Rados, 2002; Hampson, 1998; Hamilton, 2004; Keyser, 2005; Leggate, 1999; Oppenheim & Smithson, 1999; Pinfield et al., 1998; Pinfield & McKenna, 1998; Pinfield, 1998; Pinto & Uribe Tirado, 2012; Rusbridge, 1998). From this perspective, the aim was to understand how the library management should behave in relation to the acquisition of information and communication technologies, as well as the expenses, costs and benefits that these new technologies would bring to the library context, emphasizing the economic development for the technology development.

Thus, it was necessary to study the costs of acquiring new software and hardware, understanding the benefits and harms of this acquisition

for both the institution and the public. The vast majority of studies on this subject, in the late 90s and early 2000s (25 articles), are linked to the technological development undergone by traditional libraries and to the software development covering data interoperability and library development programs.

With the understanding of the best and most adequate software and hardware necessary for the library routine, in addition to the acquisition and installation of those in the library environment, these institutions faced a technological convergence, however, these technologies would be of no use without professionals trained for their proper use, according to the mission and vision of the organization (Dent et al., 2001; Gambles, 2000, Marcas et al., 2000; Orera-Orera, 2007; Pinfield et al., 1998). In this scenario, in the late 90s and early 2000s, studies on professional development emerged in order to work the ways in which it would be possible to enable information professionals to make better use/benefit of language convergence provided by these locations.

Understanding the urgency to study the focus of the institution – the users -, a trend was started around the training of these professionals not only on their information needs, but also on their professional desires (Casserly, 2002; Hampson, 1998). Thus, the concept of hybrid libraries comprises the study of users and communities, in order to understand their contexts and develop products and services according to their demands, falling once again on human, social and economic development.

In the third stage, in the early 2000s, researches on hybrid libraries focused on the collection development (Casserly, 2002; Covi & Cragin, 2004; Mlekus, 2000,), taking advantage of the great possibilities to access information (in the institution itself or other institutions)

brought by electronic and digital technologies. In this view of data exchange, the analysis of the privacy versus accessibility issue was initiated (Roberts, 2002), with the aim at offering a wide variety of information to the users, however, without violating their physical and/or legal rights; it was the counterpart between the traditional and digital environments, from the point of view of institutionalized organizational developments (with purposes not only in the market, but also in the social character of their actions) and social developments, which has an impact on human and economic developments (Garrod, 2001; Guy, 2003; Pugh, 2004; Pugh, 2005). For the authors Breaks (2002); Carr (2006); Dent (2000); Gambles (2000); Garrod (2001); Guy (2000); Hamilton (2004); Leggate (1999); Mark (2000); Orera-Orera (2007) and Pinto & Uribe Tirado (2012), the concept of hybrid libraries emphasizes political and cultural aspects, since it expanded according to library and cultural policies, including an organization structure approach and the external contexts surrounding them (other institutions, public and private policies, among others).

According to Pinto and Uribe Tirado (2012), Garrod (2001), Pugh (2004), Pugh (2005), and Carr (2006), the focus of the processes of hybrid libraries was at the operational (library performance) and tactical (library management) levels, since it focused on short and mid-term planning, always highlighting the social development when dealing with users and employees of these organizations.

The mid-2000s, the hybrid library starts to stand out in the medium and long term management, encompassing the strategic, tactical and operational levels. In this context, the concept of hybrid libraries is essentially focused on human and social developments, having an economic

impact as it understands that human resources are the most complex to be worked within organizations, since they work with employees and users in the use of new technology.

In this scenario, when taking into account that the organizational environment of hybrid libraries generates information products and services that impact the economy (Price, 2000), it is possible to say hybrid libraries are institutions which aggregate different technologies and sources of information, as agent of informational change, converging products and services, and using technologies as strategic tools, both printed, electronic or digital informational resources. Hence, the role of hybrid libraries is to identify groups of users to be worked and, so, to offer specialized services to them, in a flexible and creative way, through the diagnosis of their information needs.

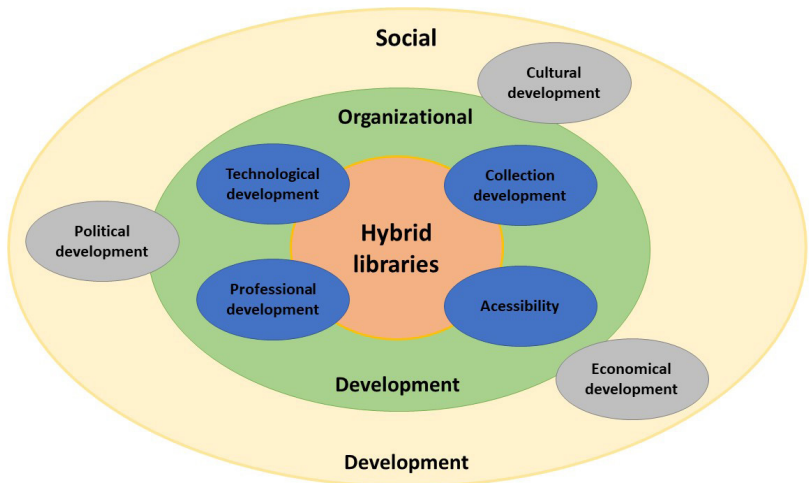
From this perspective, it is possible to say that hybrid libraries impact on public sphere, converging with 1) technological development; 2) social development; 3) political development; 4) professional development; 5) organizational development; 6) economic development; 7) collection development; 8) accessibility; and 9) cultural development. The Figure 1 shows the possibilities of the hybrid library on the areas of development on public sphere in society.

Currently, hybrid library environment impacts, mainly, in the social development, since, although the technological development is part of the constitution of the concept, these libraries make use of technologies as strategic tools in order to achieve social development. Social development is understood as educational activities performed by hybrid libraries in order to socially include their users. In addition, it is possible to find

political, professional, software, organizational, economic, collection, accessibility and cultural development in the hybrid library environment.

Figure 1

Types of Development: Society and Hybrid Libraries



From authors.

The hybrid library is a social institution and must act with inclusive activities, promoting the citizenship when recognising the needs and interests of its public and its political and cultural integration. These positions require the use of ICT. Hence, the value of information is given when the library makes information available to different social strata of the society.

The hybrid library should provide informational environments that stimulate their users, developing the communication, and the activism

of a critical and conscious society. Hybrid environments assist the exercise of citizenship, by social, educational, and informational inclusion.

From this perspective, the role of a hybrid library is to construct the activism, considering the different types of users and their information needs in order to promote the citizenship. The objectives to be achieved in a hybrid library should be based initially to integrate the community in which it operates, and later to establish a dialogue in other areas, such as policy, economy, society, technology, and culture.

Conclusions

The study showed that the original definition of hybrid libraries has become essentially standard procedure; there is no question about incorporating electronic items into a library. The term is still being used, though, has shifted to focus on social aspects of libraries. Technology is still an important aspect of the concept, but libraries are using technologies as strategic tools in order to achieve social development, including aspects of education, politics, professional development, software, organization, economic, collection, accessibility and culture.

Because the primary purpose of libraries is to provide information services, they are an important part of the public sphere – that is, they provide the means for citizens to be better connected and informed. Hybrid libraries are environments that do not wait for users to come looking for library services, taking the information to them through the development of educational activities and attractive environment, with convergent technologies and services for all the public of the institution

(regardless of race, age, gender, etc.), when working with the users' informational and educational desires.

Hybrid organizations must understand that they are largely driven by the access to content in multiple sources, as well as by changes originated from users' needs, which affect the range of services provided by libraries. In this sense, the hybrid library operates in the public sphere when its communities operate in the work of the library.

The technologies are characterized as tools that assist the development of services offered by libraries, that is, in professional practices within libraries that aim to make users able to interpret the information they receive and, thus, generate and share knowledge in society, which allows a greater participation of these subjects as citizens, in the different contexts in which they find themselves. Thus, the discussion in the concept about hybrid libraries needs to take into account the impact between the use of technologies and the provision of services that promote the social inclusion of communities in each hybrid environment.

It is inferred that the social impact of the terminology of hybrid libraries lies in the fact that they highlight the individual as paramount in the development of their products and services. Therefore, there is the need to different discussions about fundamental themes in order to have a conceptualization of an object of study, due to the multiplicity of conceptions brought by various subjects.

The principle of a hybrid library is that the activism, or the promotion of mechanisms to users create knowledge, are the basis of a strongly citizenship. A library that works with a cultural diversity must have a hybrid programming. Hence, the pillars of a hybrid library are culture, information, and citizen information.

The idea of hybridity must be fully incorporated in the contemporaneous libraries, and those that are not putting it into practice are losing public and cultural importance. From this perspective, it is possible to say that hybrid libraries contribute to the autonomous construction of knowledge.

References

- Breaks, M. (2002). Building the hybrid library: a review of UK activities. *Learnerd Publishing*, 15(2), 99-107. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1087/09531510252848854>
- Buckland, M. K., & Gorman, M. (1992). *Redesigning library services: a manifesto*. American Library Association.
- Buschman, J. (2003). *Dismantling the public sphere: Situating and sustaining librarianship in the age of the new public philosophy*. Libraries Unlimited.
- Carr, R. (2006). What users want: an academic “hybrid” library perspective. *Ariadne*, 46.
- Covi, L. M., & Cragin, M. H. (2004). Reconfiguring control in library collection development: a conceptual framework for assessing the shift toward electronic collections. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 55(4), 312-325. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.10375>

- Dent, V. F. (2000). Managing the hybrid library to give users what they want. *Proceedings of the International Online Information Meeting*, 171-175.
- Dent, V. F., Hall, W., Harris, S., Hey, J., & Martinez, K. (2001). Agent technology concepts in a heterogeneous distributed searching environment. *VINE*, (123), 55-63. <https://eprints.soton.ac.uk/256048/>
- Edwards, C., & Wynne, P. (1999). The HyLife experience: a checklist of challenges facing the development of hybrid library services. *New Review of Information and Library Research*, 5(0), 145-159.
- Garrod, P. (2001). Staff training and end user training issues within the hybrid library. *Library Management*, 22(1/2), 30-36. <https://doi.org/10.1108/01435120110358817>
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Guy, R. F. (2000). Developing the hybrid library: progress to date in the national library of Scotland. *The Electronic Library*, 18(1), 40-50. Retrieved from <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02640470010320452/full/html>
- Guy, F. (2003). Developing services in an evolving technological and political era. *The Electronic Library*, 21(6), 538-545. Retrieved from <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02640470310509090/full/html>
- Hamilton, V. (2004). Sustainability for digital libraries. *Library Review*, 53(8), 392-395. Retrieved from <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00242530410556210/full/html>

- Hampson, A. (1998). Information staff roles in the hybrid library. *Impact, the Journal of the Career Development Group*, 1(8), 129-132.
- International Federation of Library Associations (2019, December 24). *Human Development Report 2019: What Libraries Should Know*. <https://blogs.ifla.org/lpa/2019/12/24/human-development-report-2019-what-libraries-should-know/>
- Koltay, T. (2008). Digital library issues in Hungarian LIS curricula: examples from three libraries schools. *Library Review*, 57(6), 430-441. <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00242530810886706>
- Leggate, P. (1999). User access to the hybrid library. *Proceedings of the 8thIATUL*. <https://search.proquest.com/docview/57562411?accountid=8112>
- López Jiménez, C., & Alfonso Sánchez, I. R. (2005). Las bibliotecas a comienzo del siglo XXI. *ACIMED*, 13(6). <http://eprints.rclis.org/7965/>
- Marcas, J. de., Branse, Y., Golan, Y., & Igra, I. (2000). Hybrid library development at the university of Haifa library. *Library Review*, 49(3), 165-172. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00242530010325418/full/html?skipTracking=true>
- Mark, N. (2000). Interlending in the hybrid library: how long will we provide the service? *Interlending and Document Supply*, 28(3), 132-136. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02641610010344800/full/html>

- Mlekus, M. H. P. (2000). Evaluation of library collections and the hybrid library. *Knjiznica*, 44(1), 25-33.
- Orera-Orera, L.(2007). La biblioteca universitaria ante el nuevo modelo social y educativo. *El Profesional de la Información*, 16(4), 329-337. <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2007/julio/06.pdf>
- Pinfield, S., Eaton, J. and Edwards, C., Russell, R., Wissenburg, A., & Wynne, P. (1998). Realising the hybrid library. *New Review of Information Networking*, 4, 3-21. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13614579809516914>
- Pinto, M., & Uribe Tirado, A. (2012). Hybrid public libraries in the context of information literacy. *Documentación Científica*, 35(Extra 1), 136-168. <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/747>
- Price, D. J. (2000). Things you did not want to know about hybrid library collection development. *Information and Librarianship*, 25(2), 47-42.
- Pugh, L. (2004). The management of hybrid libraries. *New Review of Information Networking*, 10(1), 71-83.
- Pugh, L. (2005). The management of hybrid libraries. *Library and Information Research News*, 29(92), 13-31. <https://lirgjournal.org.uk/index.php/lir/issue/view/25>

- Roberts, E. (2002). Access versus ownership in academic libraries: some reflections from the literature. *Education Libraries Journal*, 45(2), 5-11.
- Silva, R. C. da, & Caldas, R. F. (2017). Las bibliotecas públicas híbridas en el contexto brasileño. *Palabra Clave*, 6(2). <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe020/8132>
- Sutton, S. (1996). Future service models and the convergence of functions: the reference librarian as technician, author and consultant. In K. Low (Ed), *The roles of reference librarians, today and tomorrow*. Haworth Press
- Villa Barajas, H., & Alfonso Sánchez, I. R. (2005). Biblioteca híbrida: el bibliotecario en medio del tránsito de lo tradicional a lo moderno. *ACIMED*, 13(2). <http://eprints.rclis.org/6474/>

Democratização da Comunicação no Contexto da Mídiação: o que Muda para os Movimentos Sociais?

Alana Nogueira Volpato
Ana Carolina Trindade

As interações em nossa vida cotidiana são, cada vez mais, permeadas pela mídia. Se o desenvolvimento de tecnologias eletrônicas e digitais, bem como seu acesso por meio de dispositivos móveis que nos acompanham a todo momento, impactou desde as formas de trabalho até as relações familiares, transformou também a maneira como estabelecemos relações no âmbito público. Os meios de comunicação de massa já constituíam um espaço fundamental para publicização de discursos, construção de sentidos e disputa de poder, que se torna mais complexo com os ambientes digitais.

Essa transformação não significa, necessariamente, um avanço na direção da democratização da comunicação ou, ainda, de fortalecimento da própria democracia, como podemos observar pelos acontecimentos recentes da política no Brasil. Mas, certamente, exige pensar novos contornos que o tema assume em face dos processos de mídiação, que envolvem as transformações decorrentes do imbricamento entre mídia e sociedade. Na perspectiva de Braga (2010), estendemos a discussão

frequentemente associada às formas de acesso aos meios para tratar dos processos interacionais onde se dá a comunicação contemporânea.

O tema da democratização da comunicação no Brasil envolve questões relacionadas à liberdade de expressão, ao acesso e à concentração midiática de dispositivos que possibilitam a troca ou o consumo de informações entre os cidadãos. A Constituição Federativa do Brasil de 1988 apresenta um capítulo específico designado à Comunicação Social, com os artigos 220 a 224, os quais fomentam processos de participação política e cidadã no país. Especificamente, o Art. 220 determina que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação” não podem sofrer qualquer tipo de restrições (Constituição do Brasil, 1988).

Entretanto, são notórias as lacunas existentes na efetividade dessas leis devido a uma trajetória autoritária, interessada em manter os privilégios de elites políticas e de grupos hegemônicos. Esse cenário de desigualdade comunicativa se torna particularmente relevante se considerarmos que, para Castells (1999, p. 367), a mídia “passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder”, já que todas as discussões que acontecem fora desse espaço de visibilidade são classificadas como periféricas. Napolitano, Luvizotto & Gonzales (2014, p. 259) atestam que “um estado democrático de direito pressupõe uma sociedade com acesso a todas as informações, consciência crítica e liberdade para o verdadeiro exercício da cidadania”.

Nesse sentido, a mídia configura um espaço fundamental para movimentos sociais, ações sociais realizadas a partir da união de um grupo com o objetivo de diagnosticar problemas na sociedade, sugerir propostas de melhorias e lutar pela inclusão social da população (Gohn, 2011).

Em detrimento da regulação que pressupõe o direito à comunicação, sua participação na mídia esteve condicionada aos interesses de empresas, anunciantes ou políticos. No entanto, os processos de midiáticaização introduzem uma série de mudanças que interferem na relação entre movimentos sociais e a mídia.

Este ensaio visa discutir as possibilidades e os desafios para a democratização da comunicação no contexto da midiáticaização do ponto de vista de movimentos sociais, explorando, especificamente, a criação de circuitos. Não pretendemos explorar todas as perspectivas e aspectos, mas apresentar questões que consideramos fundamentais para um início do debate sobre o tema frente às transformações ocasionadas pelos processos de midiáticaização de caráter digital.

Para situar o debate, apresentamos questões teóricas pertinentes relacionadas ao desenvolvimento da democratização da comunicação no Brasil para, então, discutir como as experimentações sociais proporcionadas pela midiáticaização alteram as dinâmicas de comunicação entre os diversos setores da sociedade, a mídia e a política. Por fim, questionamos como pensar a democratização da comunicação nesse contexto, apontando caminhos para pesquisas voltadas aos processos de consolidação da cidadania.

Democratização da Comunicação

A fim de construir uma reflexão sobre como a midiáticaização pode tensionar as relações encontradas nos processos da democratização da comunicação, elucidamos alguns aspectos sobre tal temática compreendidos pela liberdade de expressão, acesso e concentração midiáticas.

A área de comunicação no Brasil possui cinco características elencadas por Lima (2011, p. 28): *Trusteeship model*, modelo vigente desde a década de 1930, quando o Brasil optou por exercer uma função privada comercial. O exemplo dos Estados Unidos foi utilizado para a regulação de rádio e televisão brasileira, o qual confere a responsabilização da União pela “exploração de um serviço, que é delegado para administração e operação de terceiros”. O *no law* corresponde a segunda característica e enfatiza a falta de regulação da área, causadora da propriedade cruzada e do oligopólio midiático brasileiro. A terceira característica se refere à oligarquia política e familiar que compreendem os grupos familiares com grande poder e de outros inseridos na política brasileira que possuem o controle. As Igrejas representam a quarta característica, pelo fato de estarem à frente das programações vespertinas da TV aberta, na mídia impressa e na radiodifusão. Finalmente, a quinta abarca a característica hegemônica de um grupo midiático privado como, por exemplo, as Organizações Globo.

No contexto da comunicação, as discussões se iniciam sobre a liberdade de expressão brasileira que teve os primeiros sinais no século XIX quando a primeira máquina de imprimir foi trazida por portugueses em 1808. A imprensa se instaurou nesta época com a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro através da venda de exemplares do primeiro jornal com impressão realizada no país e que possuíam, principalmente, notícias de atos oficiais. Desde então, notava-se que não havia liberdade de expressão em uma época marcada pela consolidação do poder vigente (Sodré, 1999).

A imprensa brasileira do século XX foi classificada, principalmente, como uma atividade lucrativa e a expansão foi impossibilitada

por dificuldades econômicas e técnicas. Foi com o advento do rádio em 1922 e, posteriormente, em 1950 com a introdução da televisão no Brasil, que a atuação dos meios de comunicação foram ampliadas no país. A década de 1980 compreende o período em que movimentos sociais ganharam notoriedade, e trabalhadores passaram a organizar rádios próprias, onde seria possível ir de encontro com o regime autoritário ainda vigente e propor novos rumos à população (Rolim, 2011). Também são verificadas alterações comunicacionais no final da década de 1980 por causa da inserção de novas tecnologias proporcionadas pelas redes de computadores, e por promover novas formas de sociabilidade e disseminação de informações.

Os meios de comunicação se desenvolveram até a chegada da internet em meados de 1990, a qual dispôs de uma primeira geração de web de forma estática que, durante a segunda geração da web, se aprimora através da possibilidade de utilizar ferramentas que incentivam a participação do cidadão. Desde então, existe uma “vasta quantidade de informações e conhecimentos disponíveis na internet, acessíveis de forma rápida e fácil por meio de mecanismos de busca e hyperlinks” (Weiss, 2019, p. 208).

A área comunicacional identificou mudanças ocasionadas por movimentos sociais a partir dos anos 2000, quando são realizados registros de situações vivenciadas em praça pública através de celulares e outros dispositivos para armazenamento e disseminação de conteúdos. A fim de exemplificar tais ações, Machado (2007, p. 263) retoma duas ocasiões em 2003: o protesto que levou 250 mil pessoas às ruas de Nova Iorque através da rede MoveOn.org contra o ataque ao Iraque, e “a reação popular à posição do governo espanhol depois do atentado de 11 de março de 2003, em Madrid”. O episódio de Mohamed Bouazizi na região da

Tunísia, que ocasionou um espaço híbrido de conexão, contra a censura e opressão na região árabe no ano de 2010 foi citado por Castells (2013).

Desse modo, os meios de comunicação são identificados como forças que podem ocasionar transformações dentro dos governos e das organizações. Kucinski (2011) disserta sobre a complexidade da inserção e disseminação de informações confiáveis nos meios de comunicação e isso seria a atual problemática da área no país que, com o passar do tempo, demonstram duas vertentes políticas: o bem e o mal. O bem reflete sobre a denúncia de abusos de poder dentro de governos e a efetivação da democracia, como ocorrera no Brasil durante a campanha midiática de Carlos Lacerda sobre o envolvimento do segurança pessoal do então presidente Getúlio Vargas na morte de Rubens Florentino Vaz. Esse lado positivo colabora com a legitimação dos meios de comunicação perante a democracia. Já o malefício provocado pelos meios de comunicação se refere à possibilidade da queda de um governo eleito democraticamente para dar lugar a um governo militar autoritário, desfavorecendo a democracia e estimulando o abuso de poder. Em 1973, o apoio dos meios de comunicação chilenos se destaca durante a ditadura militar (1973-1990) pelo fato de derrubarem “o governo democraticamente eleito de Salvador Allende” e ocasionar a inserção da ditadura de Pinochet (Kucinski, 2011, p. 9). Essas práticas demonstram o poder e o impacto dos meios de comunicação na sociedade contemporânea.

Os direitos políticos da cidadania podem ser alcançados através da efetivação de uma comunicação democrática, entretanto, com o coronelismo eletrônico, “mantém-se o distanciamento entre as emissoras e a sociedade no que se refere ao direito de construir meios efetivamente

voltados à construção da cidadania” (Mello, 2015, p. 44). Isso prejudica o exercício cidadão, uma vez que coronelismo eletrônico corresponde a uma prática ilícita onde os interesses do Estado e de grupos privados ou políticos possuem vantagens nas concessões de rádio e televisão brasileiras, dificultando a pluralidade de conteúdos (Lima, 2011).

Os processos históricos sobre a democratização da comunicação no final do século XX destacaram os movimentos sociais ao assumirem o papel de ator político “pela importância reconhecida como portador legítimo e representante dinâmico de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil” (Machado, 2007, p. 259). Dessa maneira, o combate ao coronelismo midiático presente no país passa a ser uma das demandas dos movimentos sociais que visam efetivar “a liberdade de expressão, o direito ao acesso à informação e o direito de fiscalizar e controlar o exercício do poder estatal” (Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2015, p. 38).

A horizontalização da comunicação provocada pela utilização da internet deu origem a uma comunicação multidirecional e interativa: multidirecional pela expansão do alcance das informações transmitidas, e interativa por aproximar e mobilizar cidadãos ao utilizarem esses meios de comunicação. Com isso, a horizontalização da comunicação vai ao encontro do questionamento de Castells (2003, p. 277) ante a interação da internet com os movimentos sociais: “o que confere uma especificidade à mobilização social a partir do fato de que se realize através da internet?”. A resposta do autor está baseada na crise das organizações tradicionais vivenciadas na contemporaneidade e, também, por causa da conexão global-local promovida por projetos locais desempenhados a partir de projetos globais que fomentam tais mobilizações (Castells, 2003).

Tais aspectos aqui explicitados geram controvérsias quando o assunto se refere à democratização da comunicação. Aspectos como a liberdade de expressão e a criação e disseminação de conteúdos - também entendidas como autocomunicação (Castells, 2013) -, a facilidade do acesso - guardadas as devidas proporções -, bem como a concentração midiática que age majoritariamente em prol de benefícios próprios, tornam a comunicação como um grande desafio no Brasil.

O que Muda com a Mídiação?

Queremos discutir alguns aspectos da mídiação do ponto de vista de movimentos sociais, que muitas vezes são privados de formas de participação institucional e não possuem acesso aos recursos, materiais e simbólicos, necessários para ingressar nos espaços de comunicação em que acontece a formação da opinião pública. A crescente presença dos meios de comunicação (sejam eles de massa ou os característicos da tecnologia digital) atravessando todo o tecido social leva a mudanças nas formas de interação e, conseqüentemente, de contestação política, participação social e construção da cidadania.

Por um lado, os processos de mídiação podem ser entendidos pelas transformações sociais e culturais decorrentes da influência de lógicas da mídia que, enquanto se estabeleceu como uma instituição relativamente independente com seus próprios padrões e normas, passou a compor o funcionamento das demais instituições, principalmente, de duas formas: pelo acionamento nas interações cotidianas e por oferecer “um espaço público para a sociedade como um todo [...] que as outras instituições e atores, cada vez mais, utilizam como espaços para sua

interação” (Hjarvard, 2012, p. 68). O acionamento da mídia em contextos diversos tensiona as práticas estabelecidas e leva a mudanças nas estruturas (Hjarvard, 2012).

Por outro lado, podemos compreender a midiaticização por meio dos processos de experimentação social. Braga (2012) afirma que diante da necessidade de lidar com a mídia atores sociais procuram padrões em busca de respostas para os seus problemas. No entanto, é possível que não encontrem lógicas pertinentes ou que as considerem inadequadas ao trazer a mídia para outro campo social, que tem objetivos próprios. Eles não apenas assimilam ou resistem a essas lógicas, mas de forma tentativa experimentam a mídia nas situações que vivenciam, buscando padrões mais ou menos estabelecidos, encontrando ou não orientação para agir nas interações.

Tal abordagem nos permite pensar como a presença da mídia nas diversas práticas sociais e cotidianas alterou a relação entre emissores e receptores e, conseqüentemente, os fluxos de comunicação. O conceito de mediação proposto por Martín-Barbero (1997) para explicar como a cultura e as relações cotidianas interferem nos momentos de recepção de produtos midiáticos deslocou o foco anterior dado ao sistema de emissão de mensagens. Para Braga (2006), esse foi um importante movimento para superar a dualidade posta entre mídia e sociedade, em que a primeira é sempre emissora e a segunda receptora.

Para além disso, o autor propõe um terceiro sistema que compõe esse modelo: o de resposta social, por meio do qual a sociedade age sobre a

mídia¹, não apenas interpretando, mas produzindo novos sentidos que, por sua vez, podem ser compartilhados em interações midiaticizadas.

Essa mudança mostra que a sociedade não ocupa apenas o sistema de recepção. A presença dos meios de comunicação na vida cotidiana diversifica as formas pelas quais sociedade interage, abrangendo as relações entre indivíduos, organizações e instituições, amparados pelos diversos padrões e lógicas que organizam a vida social. Braga (2012) explica que dessa forma, as possibilidades de emissão, antes centradas exclusivamente nas organizações de mídia, foram minimamente equilibradas com diferentes setores sociais.

Como resultado, existe uma “entrada experimental de participantes” nos processos de comunicação, que desenvolvem táticas para apropriação das mídias de acordo com seus objetivos, contribuindo para construção de novos padrões de interação que, conforme apresentam bons resultados e são repetidamente acionados, incorporam-se às lógicas de mídia. Nesse sentido, a tentativa concretizada “por ações sociais organizadas para ocupar espaços de produção e difusão” (Braga, 2012, p. 34) indica um papel ativo pelo qual diferentes setores e atores, entre eles os movimentos sociais, vão tentativamente se apropriar de novas possibilidades de interação com as mídias e pelas mídias. Diante dessa situação, já não se pode distinguir com clareza os polos de emissão e recepção que sustentavam o modelo de resposta direta, baseado em um fluxo de comunicação sequencial e linear.

1. Nessa ocasião, o autor tratava especificamente das formas pelas quais a sociedade *enfrenta* a mídia. Posteriormente, desenvolve a proposta da experimentação social, que não se restringe às formas de resistência.

O desenvolvimento tecnológico em busca de abrangência, alcance e duração levou a uma tendência de interações diferidas, que ultrapassam o momento inicial, e difusas, que se espalham em variadas direções. A midiaticização promove interações permeadas por formas de expressão além da verbal, já que imagens, sons e experiências podem ser acionados. Tais produtos podem ser armazenados, acessados e reproduzidos, inclusive com reelaboraões, sendo acessíveis em momentos diferidos e em buscas difusas.

Em um contexto de interatividade diferida e difusa, todos os setores sociais participam de conjuntos de circuitos, sistemas de relações que se entrecruzam. Por meio deles, mensagens, produtos midiáticos, opiniões ou discursos circulam em ambientes variados, para além daqueles aos quais se destinaram originalmente. Os circuitos são também produtivos: retrabalham e reeditam mensagens com novos sentidos, podendo fazê-los circular no espaço social por episódios interacionais sucessivos, midiaticizados ou não (Braga, 2012, 2017).

Com condições mais dinâmicas e complexas tanto de produção como de circulação de discursos e sentidos viabilizadas nos circuitos, a midiaticização promove uma nova arquitetura comunicacional. A revolução do acesso, em boa parte impulsionada pela internet, faz com que processos interacionais antes predominantemente controlados por setores sociais de acordo com suas próprias lógicas e objetivos, ou mediados pelos meios de comunicação de massa, sejam tensionados por outros (Fausto Neto, 2018).

Campos sociais estabelecidos, entendidos como microcosmos relativamente autônomos que constroem esferas de legitimidade, são atravessados por circuitos originados em qualquer ponto da sociedade.

Questões que antes eram tratadas apenas nos circuitos restritos ao âmbito do campo social passam a ser atravessadas por circuitos alternativos gerados por participantes externos (Braga, 2012).

É possível que participantes sociais considerados externos passem a ter “incidência de fala e de ação nos circuitos institucionais parcialmente controlados” (Braga, 2018, p. 306). Essa incidência pode alterar ou não relações no campo social e em seu entorno. A ciência tem sido constantemente atacada por discursos que recusam o método científico ou o conhecimento por ele gerado. Mesmo não encontrando ressonância no campo, os questionamentos sobre sua legitimidade circulam no espaço social, podendo afetar sua relação com a sociedade e com outros campos como o da saúde ou da política.

A política e a cidadania têm sido, frequentemente, tensionadas por circuitos paralelos, não institucionais. Por um lado, os circuitos paralelos podem ameaçar instituições com tensionamentos de setores sociais reacionários, autoritários, pautados por interesses privados de elites dominantes já representadas na política institucional. Por outro lado, podem representar um processo democratizante, no sentido de ampliar possibilidades de participação para atores sociais que buscam conquistar direitos, fortalecendo a cidadania.

Diante da realidade brasileira, pautada pelo coronelismo eletrônico, por oligopólios e oligarquias, concentração dos meios de comunicação e inefetividade da regulação que garanta um debate público plural, entendemos que atores sociais que estiveram, historicamente, em desvantagem com relação às possibilidades de comunicação, experimentam uma nova situação no contexto da midiatização, ainda que persistam desigualdades comunicativas.

Primeiro, porque movimentos sociais podem desenvolver suas próprias experiências de comunicação direta com a sociedade, sem a mediação dos meios massivos que, muitas vezes, fazem uma cobertura tendenciosa, parcial e voltada para a criminalização desses grupos (Peruzzo, 2015). Em suas próprias iniciativas, constroem outras narrativas, criam vínculos identitários e desconstroem uma imagem estereotipada (Caldeira, 2017).

Certamente, movimentos sociais sempre buscaram se comunicar com a sociedade, chegando a desenvolver produtos midiáticos, desde os panfletos aos jornais ou programas de rádio. No entanto, é com as formas de circulação características da midiatização que passam a ter chances de alcançar abrangência e visibilidade próxima àquela proporcionada pelos meios de comunicação de massa. Podem tanto instaurar quanto participar de circuitos alternativos, fazendo circular seus discursos e colocá-los em disputa no espaço público, transitando no campo da política. A depender das interações acionadas a circulação pode, inclusive, ganhar proporções inesperadas. Nesse sentido, Carlón (2019) entende que a midiatização promove o dissenso na medida em que introduz enunciados diversos no espaço público.

Em segundo, porque a dinâmica de circulação altera a relação entre movimentos sociais e meios de comunicação de massa. Não encontrando espaço na mídia tradicional, movimentos sociais criam acontecimentos para conquistar atenção pública. Além das performances em espaço público, como passeatas, manifestações e ocupações, desenvolvem estratégias para ampliar sua visibilidade no ambiente digital (Volpato et al, 2019). A depender da proporção que essas ações conseguem alcançar, podem atender a critérios de noticiabilidade, tensionando os meios massivos

a abordar pautas, assumir enquadramentos favoráveis ou apresentar os atores responsáveis à sociedade como interlocutores legítimos.

Esse processo é definido por Carlón (2019) como salto hipermediático, em que a circulação assume um sentido vertical-horizontal: produtos midiáticos, informações ou opiniões que circulam horizontalmente por diferentes redes sociais e ganham relevância no ambiente digital ascendem verticalmente para os meios massivos, mudando de escala, o que pode levar a uma maior participação de atores em manifestações nas ruas. Da mesma forma, mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa podem ser retomadas em redes sociais com reedições, comentários e críticas, ou em grupos formados nos aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, o que possibilita questionar a representação feita pela mídia sobre determinada situação. Nesse sistema de alta complexidade, os meios tradicionais ainda são importantes difusores para os movimentos sociais.

Em terceiro, porque essa arquitetura da comunicação muda a própria relação entre mídia e política. Se as empresas de mídia e o jornalismo controlavam, de acordo com seus critérios, boa parte do que circulava na esfera pública, atualmente dividem espaço com políticos, movimentos sociais, blogueiros, entre outros atores que, diante de lógicas de circulação e ampliação de visibilidade típicas da ambiência digital, ameaçam a hegemonia dos meios de massa no direcionamento da atenção pública (Santos Júnior & Albuquerque, 2019). A internet permite mobilizar um grande número de pessoas em torno de uma questão específica recorrendo a recursos como *hashtags*, compartilhamentos em massa e algoritmos, o que pode levar ao aumento da influência de atores coletivos e maior variedade de temas pautados para discussão (Barros, 2017).

O campo da política encontrava certa estabilidade na relação com os meios massivos, que mediavam a relação entre políticos e governos com a sociedade civil, indicando pautas para debate, problemas e potenciais soluções, geralmente sem atender à diversidade de perspectivas que representa diferentes setores sociais. A experimentação social promovida pela midiatização instaura fluxos de comunicação menos controláveis, nos quais movimentos sociais têm a oportunidade de permear a política.

Pensar a Democratização da Comunicação no contexto da Midiatização (à guisa de considerações finais)

Não pretendemos, com essa breve reflexão, esgotar as formas pelas quais a midiatização altera dinâmicas de comunicação dos movimentos sociais, mas apresentar mudanças que consideramos fundamentais para pensar a democratização da comunicação no ponto de vista desses atores. Essa situação de instabilidade gerada pela circulação representa, como afirmamos, uma abertura para experiências tentativas, para as quais ainda não sabemos ao certo o que esperar como resposta e não há garantia de bons resultados.

Considerando a ausência de regulação que conformou um sistema de comunicação de massa econômica e politicamente concentrado, o contexto da midiatização representa para movimentos sociais diversas possibilidades: expor para a sociedade decisões que seriam tomadas em espaços restritos, sem ampla participação da população afetada; apresentar para discussão pública temas que não seriam pautados pela imprensa, nem receberiam atenção do sistema político institucional; propor novas perspectivas ou soluções para questões já pautadas

pelos meios de massa; fazer circular sentidos que contribuam para uma mudança de comportamento da própria sociedade. Nesse sentido, entendemos que há um processo espontâneo, não regulamentado, de democratização da comunicação em decorrência das novas formas de interação e circulação.

No entanto, esse contexto apresenta, também, uma série de riscos e desafios. Fluxos de comunicação não mediados pelo crivo do jornalismo ou por critérios que garantem a veracidade ou qualidade da informação, tem mostrado resultados desastrosos. Os circuitos que permeiam a política não são formados apenas por grupos que buscam ampliação de direitos. Muitas vezes, não questionam práticas, processos, perspectivas e decisões, mas as instituições, o sistema democrático e a própria política. Vozes autoritárias que não encontravam espaço nos meios massivos também se beneficiam da impossibilidade de controle e passam a circular no espaço público.

É preciso pensar os impactos da desinformação na política e na liberdade de expressão, diante da utilização da internet para disseminação de conteúdos visando uma “rede mundial de computadores mais plural e diversa” (Marinoni, 2019, p. 18). Em 2016, o termo *fake news* se popularizou quando fora utilizado por Donald Trump quando o então presidente estadunidense afirmou que adversários teriam disseminado informações que prejudicaram a candidatura e, “ao mesmo tempo, o eleitorado estadunidense e o público mundial sofriam uma enxurrada de desinformação, que favoreceu a vitória de Trump” (Marinoni, 2019, p.7). O Twitter, Facebook e aplicativos de mensagens foram os meios utilizados para disseminação desses conteúdos. Outro exemplo aconteceu

durante o Brexit², quando a desinformação atinge a sociedade através da disseminação de uma grande quantidade de mensagens durante o referendo. No Brasil, a desinformação dos cidadãos durante a eleição de 2018 foi constatada após um levantamento realizado pelo Ibope Inteligência, o qual retrata o recebimento de *fake news* por uma parcela de pessoas entrevistadas.

Embora as possibilidades de comunicação tenham se ampliado consideravelmente para movimentos sociais, não podemos afirmar que há igualdade de condições entre os diferentes setores sociais. Uma circulação para além do meio social do movimento, que permita convocar novos apoiadores para a causa, disputar a formação da opinião pública e influenciar o sistema político depende do acesso aos recursos materiais e simbólicos necessários. É preciso garantir, para além da liberdade de expressão, condições minimamente justas para que todos sejam vistos, reconhecidos e considerados.

Mesmo que a internet ofereça formas alternativas de comunicação com a sociedade com potencial para amplo alcance territorial, ainda é necessário promover a diversificação dos grupos sociais representados nos meios de difusão de massa brasileiros. Do contrário, estaremos aceitando a manutenção dos oligopólios com suas relações políticas e econômicas, bem como perpetuando a homogeneização de vozes e discursos que ocupam esses espaços.

Além disso, a população brasileira não possui amplo acesso à internet. A partir dos dados obtidos no Brasil em 2018 através da *TIC Domicílios* (2019), 30% dos domicílios localizados na área urbana

2. Brexit seria a junção de *british* e *exit* e retrata a saída do Reino Unido da União Europeia. A decisão formal do Brexit aconteceu em 31 de janeiro de 2020.

não possuem acesso à internet, e na área rural, a proporção sobe para 56%. Quanto a classe social incluída digitalmente, as desigualdades correspondem: classe A e B somam 94% de acesso, enquanto C alcança 76%, e D e E abarcam apenas 40%. O cenário pouco se altera na pesquisa sobre os dados de 2019 da *TIC Domicílios* (2020). Os domicílios sem acesso à internet localizados na área urbana totalizam 25% e 48% na área rural. A classe social incluída digitalmente não sofre grandes alterações: classe A e B atingem mais de 95% de acesso, C obtêm 80% e D e E contabilizam 50%. O acesso à internet é socialmente distribuído e as classes mais vulneráveis que poderiam encontrar no meio digital possibilidades de expressão são, justamente, as que não dispõem de recursos para isso.

Sobre recursos simbólicos, as dificuldades para uma comunicação democrática envolvem também a carência de uma Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) brasileira. A conveniência da criação de políticas e estratégias de AMI são importantes para o exercício da cidadania e para promoção igualitária à informação e ao conhecimento considerando o atual papel dos meios de comunicação para os cidadãos. No mundo digital atual, a dificuldade “é desenvolver políticas que permitam o equilíbrio entre dois objetivos que, de certa forma, são conflitantes: maximizar o potencial das mídias e novas tecnologias de informação e minimizar os riscos associados” (Carlsson, 2016, p. 8).

No caso de ausência da AMI, ocorre o aumento da desigualdade associada a quem possui ou não acesso à informação, à mídia, e entre quem exerce ou não a liberdade de expressão. A inserção da AMI em ambientes formais e não formais pode beneficiar, segundo Grizzle et al. (2016), a participação dos cidadãos e a atuação para com o governo, em sistemas de mídia e informação, e em instituições. Isso porque amplia o

conhecimento e o aprendizado do cidadão, estimula a compreensão de direitos e propicia o diálogo entre diferentes culturas e faixas etárias.

Ao mesmo tempo em que a midiatização oferece novas formas de comunicação que podem contribuir para a atuação cidadã, nos deparamos com o aumento e sofisticação da vigilância dos cidadãos, levantando questões relacionadas à segurança, integridade e privacidade. Os mecanismos de proteção ainda são incipientes. No Brasil, podemos citar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que altera a forma de utilização das informações pessoais de cidadãos brasileiros coletadas em organizações públicas e privadas (Lei nº 13.709, 2018). A LGPD visa o aumento da segurança e privacidade de cidadãos brasileiros que disponibilizam dados pessoais em diversas situações cotidianas como, por exemplo, a utilização do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no momento da compra para obtenção de descontos em farmácias. Tais informações geram históricos de compra do cidadão, os quais são disponibilizados ou vendidos para organizações farmacêuticas sem o devido consentimento (Marinoni, 2019).

Esses aspectos apontam para alguns caminhos que consideramos relevantes para a pesquisa na área. Diante da discussão apresentada, os processos de midiatização de caráter digital não devem levar à impressão equivocada de que a democratização da comunicação (e a luta por ela) não é mais necessária quando, na verdade, ela se tornou mais complexa e urgente.

Referências

Barros, S. A. R. (2017). *Consultas online e democracia digital: um estudo comparativo da participação no Brasil e nos Estados Unidos* [Tese

de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Póscom. http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Barros_2017.v8.0-1-1.pdf

Braga, J. L. (2006a). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática* (pp. 21-44). Paulus.

Braga, J. L. (2010). Nem rara, nem ausente - tentativa. *MATRIZES*, 4(1), 65-81. doi: [10.11606/issn.1982-8160.v4i1p65-81](https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i1p65-81)

Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. Â. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Org.), *Mediação & Mídia* (1ed., pp. 31-52). EDUFBA/COMPOS.

Braga, J. L. (2017). O encaminhamento à pesquisa. In J. L. Braga & R. Calazans (Coords.), *Matrizes internacionais: a comunicação constrói a sociedade* (pp. 65-84). EDUEPB.

Braga, J. L. (2018). Instituições & Mídia - um olhar comunicacional. In J. Ferreira, A. P. Rosa, A. Fausto Neto, J. L. Braga, & P. G. Gomes (Orgs.), *Entre o que se diz e o que se pensa - onde está a mídia* (1ed., pp. 291-311). FACOS-UFSM.

Caldeira, P. S. (2017). Caroline Kraus Luvizotto: Luta árdua, penosa e duradoura. In E. C. Geraldine et al. (Orgs.), *Um grito no ar: comunicação e criminalização dos Movimentos Sociais*. FAC-UnB.

Carlón, M. (2019). Crisis de la democracia representativa? Mediación y circulación. In P. C. Castro. (Org.), *Mídia e reconfigurações da democracia representativa* (1ed., pp. 19-39). EDUEPB.

- Carlsson, U. (2016). Prefácio. In A. Grizzle et al. (Orgs.), *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. UNESCO.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura: poder da Identidade*. Paz e Terra.
- Castells, M. (2003). Internet e Sociedade em rede. In D. de Moraes (Org.), *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Record.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Constituição do Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal.
- Fausto Neto, A. (2018). Circulação: trajetos conceituais. *Rizoma*, 6(2), 08-40. doi: 10.17058/rzm.v6i2.1300
- Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(17), 333-361. doi: [10.1590/S1413-24782011000200005](https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005)
- Grizzle, A., Moore, P., Dezuanni, M., Asthana, S., Wilson, C., Banda, F. & Onumah, C. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. UNESCO.

Hjarvard, S. (2012). Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, 5(2), 53-91. doi: [10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91](https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91)

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. (2015). *Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - Como combater as ilegalidades no rádio e na tv*. Fundação Ford. Recuperado de <https://intervozes.org.br/arquivos/interman004cldcnb.pdf>

Kucinski, B. (2011). Prefácio: O poder da imprensa e os abusos do poder. In V. A. de Lima (Org.), *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. Paulus.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. (2018). Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1

Lima, V. A. de. (2011). *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. Paulus.

Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 9(18), 248-285. <https://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5657>

Marinoni, B. (2019). *Desinformação: Ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news*. Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Fundação Ford.

- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (pp. 261-334). UFRJ.
- Mello, M. G. de. (2015). *Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação: da CONFECOM ao projeto de lei da Mídia Democrática (2009-2013)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18342>
- Napolitano, C. J., Luvizotto, C. K., & Gonzales, L. dos S. (2014). Censura à liberdade de expressão e propaganda política: estratégias para legitimação do regime militar. In C. J. Napolitano et al. (Orgs.), *O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva*. Cultura Acadêmica.
- Peruzzo, C. M. K. (2015). Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 14(28), 31-49. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3874>
- Rolim, R. R. (2011). *Direito à comunicação: possibilidades, contradições e limites para a lógica dos movimentos sociais*. Oito de Março.
- Santos Júnior, M. A., & Albuquerque, A. (2019). Perda da hegemonia da imprensa - a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, 13(3), 05-28. doi: [10.34019/1981-4070.2019.v13.28668](https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28668)
- Sodré, N. W. (1999). *História da imprensa no Brasil*. Mauad.

TIC Domicílios. (2019). Pesquisas e Indicadores - 2018. *Domicílios com acesso à internet*. <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/>

TIC Domicílios. (2020). Pesquisas e Indicadores - 2019. *Domicílios com acesso à internet*. <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>

Volpato, A. N., Luvizotto, C. K., & Versuti, C. D. (2019). Visibilidade como estratégia, estratégias de visibilidade: movimentos sociais contemporâneos na internet. *Revista Eco-Pós*, 22(1), 352-383. doi: [10.29146/eco-pos.v22i1.15992](https://doi.org/10.29146/eco-pos.v22i1.15992)

Weiss, M. C. (2019). Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. *Estudos avançados*, 33(35), 203-214. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/159485>

Navegando a Onda de Ativismo no Desporto: um Estudo Exploratório das Manifestações Recentes

Fernando Borges

O ano de 2020 ficará com certeza marcado nos livros de história. A crise sanitária resultado da pandemia de Covid-19 já seria suficiente para isso, contudo as ramificações políticas (sem falar nas económicas) associadas à pandemia também oferecem contornos que são marcantes. Assim, as eleições presidenciais dos EUA assumem um papel ainda mais dramático, na medida em que é o país com o maior número de vítimas e o Presidente em exercício, Donald Trump, nega a gravidade da pandemia. Como resultado, tem havido muitas manifestações em protesto que repercutem em outras esferas sociais e em outros países. No centro de algumas dessas manifestações globais estão atletas profissionais.

Desporto e política têm um relacionamento ambíguo. Se por um lado, há uma clara tentativa de se separar da política numa estratégia de neutralidade, por outro, é inegável as inúmeras vezes em o desporto foi usado como ferramenta política, de *soft power* e como palco de manifestações. O que se tem visto em anos recentes, mas com especial força em 2020, vem dessa tradição de atletas ativistas, tendo como principais ícones John Carlos e Tommie Smith com os punhos cerrados levantados nas Olimpíadas de 1968.

Muitos desses acontecimentos são recentes e ainda estão a ter consequências no presente. Dessa forma é difícil criar conceitos, generalizar posições e oferecer uma análise mais sólida. Apesar de não haver ainda um distanciamento temporal para uma análise sócio histórica, isso não deve impedir uma proposta de pesquisa para um tema que se mostra bastante importante e que ainda trará muitos desdobramentos para o futuro.

O objetivo deste capítulo é fazer um estudo exploratório da relação entre ativismo e o desporto. Num contexto em que as peças do tabuleiro ainda estão a mexer, e os caminhos ainda não estão tão sedimentados, vamos propor um mapeamento de um terreno complexo, indicando algumas possíveis rotas de estudo a desenvolver a partir do balizamento com base em casos selecionados de manifestações políticas por parte dos desportistas profissionais. Este capítulo está estruturado com base em dois marcos de referência (manifestações contra a injustiça racial e manifestações lideradas por mulheres) e em duas propostas de rotas que resultam da análise desses marcos.

Marco 1: Manifestações contra a Injustiça Racial

Na última década, o desporto tem sido palco para diversas manifestações políticas no âmbito da luta contra o racismo. Com maior incidência nos Estados Unidos da América, mas com efeitos no resto do mundo, as manifestações por parte dos atletas foi acompanhando o surgimento e crescimento do movimento *Black Lives Matter* (BLM), que começou como uma *hashtag*, por três ativistas dos direitos civis, Alicia Garza, Opal Tometi, e Patrisse Cullors, após o assassinato de

um jovem, Trayvon Martin, de 17 anos morto, que voltava para casa, na Flórida, por disparos de um segurança.

Este também foi um marco para alguns protestos por parte de jogadores da liga de basquete norte-americana (NBA). Na noite de sua morte, Trayvon vestia um casaco com capuz que foi usado como tema para uma foto em que todos os jogadores do Miami Heat, da NBA, liderados por Dwayne Wade e LeBron James, usam uma vestimenta semelhante, usando hashtags como “#WeAreTrayvonMartin”, “#Hoodies” e “#Stereotyped”, “#WeWantJustice.”” (Strauss, 2012), como forma de chamar a atenção para os estereótipos de jovens negros por parte das forças de segurança. Outros atletas também usaram as suas contas em redes sociais para publicar fotos usando capuz e dizendo “Eu sou Trayvon”. A NBA continuou a ser um espaço de manifestações contra a violência policial. Em 2014, diversos atletas, durante o aquecimento pré-jogo, usaram uma t-shirt com a frase “I can’t breathe”, que foi a última frase de Eric Garner, após morrer asfixiado por um policial (Adande, 2014).

O primeiro protesto presencial do Black Lives Matter foi organizado em 2014, na sequência da morte de Michael Brown, em Ferguson. Brown foi atingido por um disparo policial após ter sido impedido de roubar cigarros numa loja de conveniência. O corpo de Michael Brown ficou no chão por mais de 4 horas após os disparos. Para simbolizar o acontecimento e chamar atenção para a injustiça sistêmica, Ariyana Smith, jogadora de basquete, deitou-se no chão, durante 4 minutos e meio, após o hino americano. Este foi considerado o primeiro protesto de atletas pelo BLM (Cooky & Antunovic, 2020)

Em agosto de 2016, foi a vez da liga de futebol americano (NFL) se tornar o centro do debate sobre a violência policial e justiça racial nos

Estados Unidos. Colin Kaepernick, *quarterback* do San Francisco 49ers, decidiu se ajoelhar durante o hino nacional que precede os jogos. Na altura o atleta declarou que:

I'm going to continue to stand with the people that are being oppressed. To me, this is something that has to change. When there's significant change and I feel that flag represents what it's supposed to represent, and this country is representing people the way that it's supposed to, I'll stand [...] This stand wasn't for me. This is because I'm seeing things happen to people that don't have a voice, people that don't have a platform to talk and have their voices heard, and effect change. So, I'm in the position where I can do that and I'm going to do that for people that can't. (Thomas, 2016)

A cobertura mediática em torno do acontecimento tomou contornos nacionais e polarizados. O Presidente Donald Trump decidiu criticar Colin e outros atletas que protestavam durante o hino, taxando de desrespeito à bandeira e às forças armadas. A intervenção do Presidente teve como objetivo enquadrar a manifestação como algo negativa, tendo colocado em causa o futuro profissional de Kaepernick na NFL. Depois de terminar o seu contrato, ele não conseguiu uma nova equipa para jogar, tendo, posteriormente, entrado com um processo de conluio contra a liga, que acabou sendo encerrado após um acordo entre as partes que foi visto como uma vitória para o atleta (Boykoff & Carrington, 2020).

As ações de Kaepernick, assim como as dos jogadores da NBA e da WNBA, seguem uma longa tradição de atletas ativistas negros que lutaram pela igualdade racial nos Estados Unidos, que contam com nomes como Jackie Robinson, Bill Russel, Tommie Smith, John Carlos, Kareem Abdul-Jabbar e Muhammad Ali (Carrington, 2010). Entretanto, em 2020, os protestos de atletas contra o racismo e a violência contra negros

tomaram uma dimensão global, chegando inclusive à *Premier League* da Inglaterra. Selecionamos aqui 3 casos que parecem ser mais interessantes por mostrar ousadia e o poder dos atletas.

Com a pandemia de Covid-19, a grande maioria das ligas profissionais desportivas encerrou a sua atividade. De acordo com as condições em cada país e a estrutura de cada liga, foram sendo encontradas soluções para a retomada. No caso da NBA e da WNBA, a proposta envolveu reunir todas as equipas, profissionais de media e outros envolvidos no espetáculo desportivo num complexo fechado e altamente controlado, que ficou conhecido como a “bolha”. Durante as conversas sobre a retomada, além das preocupações sanitárias, também houve o debate sobre a pertinência de voltar num momento em que muitos estavam a morrer por causa da Covid-19 e por causa da forma desigual que a população afro-americana estava a ser tratada. De um lado, havia jogadores que queriam boicotar o retorno e outros que queriam aproveitar o retorno para usar a plataforma de jogo para mais manifestações (Zirin, 2020a).

Acabou prevalecendo a vontade da maioria que alinhou com a segunda proposta. No retorno à competição, estava pintado na quadra em grandes letras “BLACK LIVES MATTER”, enquanto os jogadores poderiam escolher frases para colocar nas costas de seus uniformes, onde antes estavam seus nomes. Eles poderiam escolher manter os seus nomes ou seleccionar uma das 29 frases pré-selecionadas, com a opção de usar a sua língua materna para os jogadores estrangeiros. Dentre as 29 opções, algumas eram: “*Black Lives Matter*”; “*I Can’t Breathe*”; “*Justice*”; “*Peace*”; “*Equality*”; “*Say Her Name*”; “*Anti-Racist*” (Wallace, 2020).

Depois de retomada, a continuidade da competição ficou em causa quando o Milwaukee Bucks decidiu não entrar em quadra para o jogo 5

dos *playoffs* contra o Orlando Magic, em 26 de agosto de 2020. Esta ação foi repetida pelo Milwaukee Brewers, da liga de Basebol americana, e depois por equipas de outras ligas. As equipas se recusavam a jogar em solidariedade e como pedido de justiça pela morte de Jacob Blake, baleado sete vezes nas costas pela polícia (Zirin, 2020b). Depois de mais uma ronda de negociações entre os jogadores e o sindicato dos atletas, decidiu-se pela continuidade da competição, embora, desta vez, tenha havido mais pessoas contra o retorno.

Mais do que um movimento dentro dos Estados Unidos, o Black Lives Matter acabou por fazer eco em atletas de outras nacionalidades e outras modalidades. Entre eles, dois negros em modalidades predominantemente branca e de elite: Lewis Hamilton, no automobilismo, e Naomi Osaka, do Ténis. O britânico Hamilton é seis vezes campeão do mundo de Fórmula 1, e, em 2020, bateu o recorde como o piloto mais vitorioso da modalidade. Osaka tem nacionalidade japonesa, pelo lado da mãe, e um pai haitiano, e, em 2020, venceu o US Open.

Desde o início da temporada de 2020 da Fórmula 1, após a morte de George Floyd, Lewis Hamilton tem vindo a usar a sua visibilidade para protestar contra a injustiça racial. Um dos pontos mais marcantes foi a sua utilização de uma t-shirt com a mensagem “*Arrest the cops that killed Breonna Taylor*” antes da corrida e depois da sua vitória no Grande Prémio da Toscana. Hamilton tem estimulado que outros pilotos também venham a público apoiar as mesmas causas.

Ele acredita que as suas ações contribuem para chamar atenção para o tema da injustiça racial.

People talk about sport not being a place for politics but ultimately it is a human rights issue and that is something we should be pushing

towards. We have a huge, amazing group of people that watch our sport from different backgrounds and cultures and we should be pushing positive messages towards them, especially for equality. (Richards, 2020)

Na sequência da morte de Jacob Blake, Naomi Osaka disse que iria abandonar o torneio de Cincinnati, onde estava para jogar as semifinais. Entretanto, depois que a organização decidiu fazer uma pausa de um dia para se juntar aos vários eventos desportivos em greve, Osaka voltou atrás em sua decisão e continuou a jogar o torneio. Em seu comunicado, Osaka declarou:

Eu sou uma mulher negra. E, como uma mulher negra, eu sinto que têm muitos assuntos mais importantes acontecendo que precisam de atenção imediata, mais do que me ver jogar tênis. Eu não espero que nada drástico aconteça por eu não jogar, mas se eu conseguir iniciar uma conversa em um esporte majoritariamente branco, eu considero um passo na direção certa. Assistir o contínuo genocídio de pessoas negras nas mãos de policiais me deixa enojada. Estou exausta de ver novas hashtags surgindo e extremamente cansada dessa mesma conversa de novo e outra vez. Quando isso terá um basta? #JacobBlake, #BreonnaTaylor, #ElijahMcclain, #GeorgeFloyd. (Nabeshima, 2020)

Semanas depois, ela foi jogar o Aberto dos Estados Unidos e estabeleceu que usaria uma máscara diferente em cada jogo até a final. Campeã do torneio, ela usou 7 máscaras com o nome de pessoas vítimas de racismo ou brutalidade policial: Breonna Taylor, Elijah McClain, Ahmaud Arbery, Trayvon Martin, George Floyd, Philando Castile e Tamir Rice (As 7 máscaras de Naomi Osaka: campeã do US Open homenageou vítimas fatais do racismo, 2020).

Marco 2: Mulheres em luta

A presença das mulheres no campo desportivo é uma história de luta. Entre proibições e lutas por acesso e igualdade, as mulheres, aos poucos, foram conquistando espaço no mundo desportivo. Entretanto, apesar dos avanços, a participação feminina ainda é mais reduzida do que a dos homens (Goellner, 2005), sendo digno de nota que apenas nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, todas as modalidades masculinas tinham uma equivalente feminina.

Apesar de maior integração de género, o desporto competitivo, especialmente o de alto rendimento, continua a ser um espaço de segregação. A atividade desportiva permite a expressão de representações que reproduzem e legitimam certas construções de género: a ênfase em velocidade, força, recordes e elementos quantificáveis valoriza o lado masculino e o coloca em posição hierárquica superior; enquanto o feminino é associado à graciosidade, ritmo, elegância (Pfister & Bandy, 2015).

Rubio e Veloso (2019) falam do protagonismo feminino e a sua entrada no campo desportivo como um ato político e um fenómeno transgressor. Assim, a participação da mulher no desporto é em primeiro lugar uma manifestação política interna ao campo desportivo, mas que também extravasa para questões sociais mais abrangentes. Reconhecendo um vasto manancial de possibilidades, foram selecionados alguns casos que representam lutas dentro do campo desportivo, mas que também apresentam efeitos para a sociedade.

Durante o mês de julho de 2016, várias atletas de diferentes equipas da WNBA, liga de basquete feminino dos EUA, se manifestaram contra a brutalidade policial e a sistémica injustiça racial. Durante o período

do hino e do aquecimento, as atletas usavam t-shirts pretas com dizeres como “*Change Starts with Us*”, “*Justice and Accountability*”, ou relembrando o nome de vítimas e de frases de outras lideranças (Cooky & Antunovic, 2020). Depois de ser escolhida como jogadora do mês na WNBA, Tina Charles usou uma t-shirt preta como forma de protesto ao receber a premiação. Em entrevista ao *New York Times*, ela contou sobre seu envolvimento nas manifestações:

It shows that there’s more to us than putting a ball in a basket. We are women. We have a voice. Oftentimes women are forced to be silent, and that’s why I think it’s really a beautiful thing what we were able to do, very resilient of us to say, “No, this time we’re not going to be silent.” (Berkman, 2016)

Enquanto as manifestações nos desportos masculinos eram iniciativas individuais, centrada em alguns atletas ou algumas equipas, os protestos da WNBA se estenderam a toda a liga. As manifestações na WNBA incluíam várias equipas, atletas negras e brancas, de diferentes contextos sociais e com diferentes orientações sexuais. Devido a maior precariedade das condições profissionais no desporto feminino, pode-se considerar que essas atletas arriscavam mais do que seus pares na NBA, onde as condições de estrelato e financeiras são muito superiores (Cooky & Antunovic, 2020).

Entretanto, em 21 de julho de 2016, a Liga decidiu multar as equipas, em 5 mil dólares, e as jogadoras, em 500 dólares cada, por “violações de uniforme”. Neste mesmo dia, no âmbito do jogo entre New York Liberty e Indiana Fever, as jogadoras se recusaram a responder perguntas sobre basquete, forçando os meios de comunicação a falar sobre os protestos. A atleta Tanisha Wright declarou: “We really feel like there’s still an

issue here in America. And we want to be able to use our platforms, we want to be able to use our voices, we don't want to let anybody silence us in what we want to talk about. So, you guys can ask away about anything that's happening in society". Após manifestações contra a postura da Liga, as multas eventualmente foram canceladas, mas durante esse período o debate sobre as manifestações foram colocados de lado (Cooky & Antunovic, 2020).

Outra ação coletiva promovida por atletas a se ter em conta é a luta por pagamento equivalente. Em 8 de março de 2019, a seleção de futebol feminino dos EUA entrou com uma ação judicial contra a Federação de Futebol do país. Seguindo a tradição de jogadoras como Billie Jean King, a ação judicial foi um dos últimos passos numa longa caminhada de luta pela diminuição da diferença de pagamento e de condições dadas a homens e mulheres. As 27 jogadoras que assinam o processo afirmam que a federação e seus líderes se envolveram em um padrão generalizado de discriminação no emprego com base no gênero, que, segundo as atletas, é mais evidente na forma de disparidades salariais. Elas buscam ter seu caso certificado como uma ação coletiva para incluir todos as jogadoras da seleção desde 2015 (McCann, 2019).

Essa questão ganhou mais corpo após o título mundial vencido em 2015. Tendo em conta a estrutura das seleções de futebol e o trabalho desempenhado, é mais fácil mostrar que as mulheres recebem menos para desempenhar as mesmas funções. Entretanto, as reivindicações das jogadoras eram desvalorizadas com base em argumentos que o futebol feminino não atraía tanto público ou patrocinadores. Por outro lado, em 2019, destacaram-se as reivindicações feitas no processo e outras evidências na construção de narrativas de mérito, o que sugeria

que as mulheres mereciam salários iguais. A seleção feminina de futebol historicamente tem muito mais sucesso que os homens na mesma modalidade, tendo sido campeãs mundiais 3 vezes desde de 1999, além de medalhas olímpicas e maiores audiências televisivas. Os argumentos na ação judicial destacavam a disparidade de prêmios por performance e das condições de trabalho, sejam nas viagens, nos centros de treinamento ou estádios (Cooky & Antunovic, 2020).

Além de ter dado entrada no Dia Internacional da Mulher, na altura, a seleção americana estava a se preparar para disputar o Mundial Feminino da modalidade. Durante toda a trajetória até o jogo final, a questão da equivalência de pagamento foi sendo tratada, chegando ao ponto em que o público no estádio gritou “*Equal Pay*” quando a seleção americana se sagrou campeã do mundo de futebol. Esse processo de discriminação de gênero das equipes acabou por influenciar outras seleções a fazerem o mesmo em seus países, tendo também ultrapassado as fronteiras do campo desportivo, na medida em que a narrativa construída fazia referência às mulheres em todas as esferas do trabalho.

Análise

Após apresentar alguns casos que podem servir como marcos num percurso exploratório, é preciso refletir sobre as rotas possíveis a seguir. Reconhecendo a possibilidade de pontes e interligações de caminhos, serão apresentados aqui possibilidades de análise, que para efeitos de organização estão separadas, mas que podem perfeitamente dialogar entre si.

Rota 1: Entre o Ativismo de Celebidades e o Movimento Trabalhador

O desporto tem uma longa história como arena de contestação racial. Os atletas negros, em particular, usam há bastante tempo o seu estatuto de celebridades desportivas como mecanismo de chamar a atenção do grande público para questões de injustiças raciais. Assim, o campo desportivo é um relevante espaço simbólico de luta e contestação para os negros. As manifestações dos atletas norte-americanos estão intrinsecamente relacionadas ao movimento *Black Lives Matter*, mas não se limitam a isso. Além de toda a história de manifestação de atletas negros, a repercussão e expansão das manifestações contra o racismo no campo desportivo internacional confirma que essas questões ultrapassam as fronteiras nacionais e estão associadas a contestação e resistência a regimes de dominação baseados em histórias coloniais e pressupostos de supremacia racial (Boykoff & Carrington, 2020).

Em associação às suas performances desportivas, os atletas podem usar o espaço que possuem nos media para avançar com questões políticas e sociais. Diferente de muitos ativistas que encontram dificuldade em conseguir espaço, ainda mais com um enquadramento positivo, em meios de comunicação de massa, os atletas conseguem influenciar parcialmente a agenda dos media. Parte desse sucesso está associado ao estatuto de celebridade desportiva que alguns desses atletas possuem.

A força da celebridade desportiva está diretamente relacionada à presença dos meios de comunicação, primeiro com o desenvolvimento da imprensa desportiva e, depois, com o advento da televisão, as características telegénicas do desporto. Na medida em que a indústria do desporto cresceu, também aumentou o poder da celebridade desportiva. Esse processo foi impulsionado pela maior penetração das plataformas mediáticas e o seu uso por empresas patrocinadoras. Considerando a

forte ligação entre o desporto espetáculo, a indústria do entretenimento e o capitalismo pós-moderno, a celebridade desportiva como um produto da cultura comercial, imbuído de valores simbólicos que servem para estimular desejos e identificação no público consumidor (Andrews & Jackson, 2001). A diferença que se coloca recentemente é a possibilidade de autonomia na construção das próprias narrativas, na medida em que os principais atletas conseguem ter um maior domínio sobre a sua própria imagem e sua voz, utilizando as plataformas de redes sociais, influenciando como os patrocinadores poderão enquadrar as suas campanhas publicitárias (Mocarski & Billings, 2014).

Boykoff e Carrington (2020) viram que o enquadramento em torno de Colin Kaepernick nos media foi positivo, apesar de não ter conseguido continuar a sua carreira como jogador. Essa posição foi corroborada pela campanha publicitária da Nike “*Dream Crazy*” que teve Kaepernick como rosto principal dos anúncios, e ainda teve presente outros atletas com fortes associações a lutas sociais, como LeBron James, Serena Williams e a seleção de futebol feminina dos Estados Unidos. A campanha da Nike foi premiada com o no Creative Arts Emmy e contribui para o aumento em 5% das ações da empresa nas semanas seguintes ao seu lançamento (Nike’s ‘Dream Crazy’ advert starring Colin Kaepernick wins Emmy, 2019). Para Cunningham e Regan Jr (2011), o envolvimento em causas sociais pode ser algo positivo para a publicidade, pois transmite qualidades positivas, como confiança, sinceridade e honestidade.

Embora seja importante a capacidade de alcançar um grande público através dos meios de comunicação de massa e anunciantes, assim como manter os meios de subsistência desses atletas, há um risco de cooptação pelo sistema. Após as greves de jogos em agosto de 2020, as

ligas profissionais de desporto nos Estados Unidos passaram a incorporar mensagens contra o racismo, contudo, em especial na NFL, elas chamam atenção pela sua neutralidade e incoerência, como destacou Colin Kaepernick ao mencionar outro atleta que protestou com ele e foi afastado da liga:

While the NFL runs propaganda about how they care about Black Life, they are still actively blackballing Eric Reid (@E_Reid35) for fighting for the Black community. Eric set 2 franchise records last year, and is one of the best defensive players in the league. (Zirin, 2020c)

A posição de atletas negros nascidos, muitas vezes de origem humilde apesar de terem alcançado alguma riqueza, deve ser problematizada em contraposição às posições dos donos das equipas desportivas nos Estados Unidos, em sua grande maioria, homens brancos com património em milhões ou bilhões. Apesar de lançarem mensagens contra a injustiça racial e a violência policial, muitos dos proprietários de equipas da NBA tomaram uma posição antagónica aos jogadores e fizeram doações a políticos que tentam vetar uma legislação na Assembleia que tornaria mais fácil a prisão de policias em casos de assassinato (Gonzalez, 2020). Aumentando o espectro da amostra para os donos de equipas nas diversas ligas profissionais de desporto nos EUA (MLB, MLS, NBA, NFL, NHL e WNBA), estima-se que os 183 proprietários de 161 equipas, desde janeiro de 2019, fizeram doações a políticos e candidatos, no âmbito federal, no valor de 14,6 milhões de dólares, com aproximadamente 86% das doações para o Partido Republicanos (Armour & Schad, 2020). Esse é o partido do Presidente Donald Trump, que em 2017, durante a campanha ao Senado, chamou os jogadores que

protestavam de “*Son of Bitches*”, clamando que os donos das equipas demitissem os jogadores (Gottlieb & Maske, 2017).

A oposição entre donos das equipas e jogadores reflete um tradicional posicionamento nos movimentos sociais. De um lado estão os donos dos meios de produção, isto é, os patrões, e do outro lado está a mão de obra, isto é, os trabalhadores. O crescimento económico da indústria do desporto e o enriquecimento dos atletas, em especial daqueles que têm voz para se manifestar contra as injustiças raciais, esconde uma relação laboral que existe no seio dessas equipas. Sob esse ponto de vista, torna-se ainda mais elucidativo que em protesto, os jogadores de diversas ligas tenham decidido não entrar em campo, fazendo greve, que é o grande instrumento de luta dos trabalhadores. Na NBA, o sindicato dos jogadores se mostrou forte e presente durante a negociação para o retorno das competições, mostrando que o caminho para retomar a ligação do desporto com a política pode ser através do fortalecimento das associações e sindicatos de atletas e a sua ligação com os movimentos sociais.

Rota 2: Campo Desportivo como espaço de disputas políticas

Apesar das tentativas em evitar a política do campo desportivo, os grandes eventos foram frequentemente usados para manifestações e por movimentos sociais. Entre casos famosos e históricos estão: a invasão do Epsom derby, em 1913, pela sufragista britânica Emily Davison (que veio a morrer atropelada pelo cavalo do rei George V na sequência), os punhos cerrados de Johh Carlos e Tommie Smith, do movimento Panteras Negras, no pódio, na Cidade do México, em 1968, os atentados

durante os Jogos de Munique, em 1972, e, mais recentemente, atletas em prol das causas homossexuais nos jogos olímpicos de inverno em Sochi 2018.

A própria organização de megaeventos desportivos é um acontecimento com muitas implicações políticas e sociais. Na última década, viu-se a utilização desses eventos como ferramenta de *soft power* (Leite Jr., & Rodrigues, 2019), assim como aumentou o debate sobre os impactos económicos e sociais nas cidades-sede (Coakley & Sousa, 2013; Damo & Oliven, 2013; Marques & Rocco Jr, 2018), remetendo a aspetos negativos da sua implementação, em especial em relação aos despejos em massa de pobres por interesses de gentrificação urbanística e a utilização dos chamados “elefantes brancos” (Mascarenhas, 2016). O entendimento de que a maior parte das consequências de receber um grande evento desportivo era negativo contribuiu para a organização de movimentos sociais contrários a sua realização, especialmente como é o caso em países desenvolvidos que algumas cidades disseram não a chance de sediar um evento (Munique, Boston, Hamburgo) ou estão a se mobilizar para protestar contra a realização dos jogos olímpicos em Tóquio, Paris e Los Angeles (Boykoff, 2020).

Como se nota, a relação entre desporto e política é inegável, embora haja constantes tentativas de apagar essa ligação. Como estratégia para conseguir a sua autonomia enquanto um campo social próprio, as autoridades desportivas adotaram uma posição de negação da política, reforçando que a prática desportiva tinha uma finalidade em si mesma. O desenvolvimento do profissionalismo e a espetacularização do desporto contribuíram para essa estratégia de autonomização em relação aos campos da política e da educação (Defrance, 2000).

Contudo, essa neutralidade política do campo desportivo é muito frágil. Por um lado, ela é hipócrita, pois serviu historicamente para silenciar opositores e apoiar regimes políticos autoritários (Drumond, 2009). Por outro lado, há uma série de atletas que se posicionam como ativistas. O desporto em alta performance e o sucesso atlético oferecem aos jogadores um estatuto de sucesso e conquista, que acabam por se tornar um importante capital simbólico para lideranças, como ativistas políticos (Valiente, 2019).

O universo de atletas de alto rendimento é bastante restrito, e se torna ainda mais reduzido se acrescentarmos a componente do ativismo. A participação em desportos de alto rendimento pode fazer do atleta uma figura pública, de modo que alguns atletas desenvolvem uma consciência social, estando atento ao que influencia a vida das pessoas, de maneira positiva e negativa. Isto pode se desenvolver a partir das muitas viagens e contatos com diferentes realidades a que estão sujeitos os atletas de alto rendimento. Outra motivação para o ativismo advém da capacidade de angariar respeito e prestígio nacionalmente ou em esferas internacionais, consequentemente superadas barreiras étnicas, classes sociais e inclinações ideológicas. Assim, atletas de alto rendimento podem ser grandes líderes na medida em que conseguem mobilizar uma população grande e variada (Valiente, 2019).

A participação em ações de caridade, de maneira apolítica, é vista, frequentemente, com bons olhos. Entretanto, um posicionamento ativista direcionado a problemas estruturais da sociedade gera reações de que o desporto não é espaço para política. Cooky e Antunovic (2020) argumentam que os casos apresentados de protestos na WNBA e da seleção de futebol feminino dos EUA mostra como há diferentes enquadramentos

e hierarquias no relato das manifestações. As autoras afirmam que num nível, as jogadoras de basquete são colocadas em um segundo plano em relação às ações de Colin Kaepernick e outros protestos de jogadores, pois o desporto masculino é posto, sistematicamente, em primeiro lugar, retirando o protagonismo e valor às mulheres mesmo que elas tenham sido pioneiras, manifestando-se antes mesmo que Kaepernick. Num segundo nível, as reivindicações das atletas da WNBA não são enquadradas de forma tão positiva como as exigências de equidade de pagamento das atletas do futebol. Cooky e Antunovic (2020) explicam que ir contra problemas sistêmicos e estruturais da sociedade, como é a injustiça racial, gera mais desconforto na população do que uma luta por melhores condições de trabalho e pagamento, mais facilmente assimilado por uma lógica neoliberal.

Os casos de manifestações femininas salientam outro eixo de disputa política dentro do campo desportivo. Podemos identificar um nível interno, no qual as mulheres lutam por mais espaço e melhores condições, com objetivo de alterar a disposição de forças do campo desportivo. Outro nível é transversal ao campo desportivo, na medida em que ultrapassa o que vai dentro “das quatro linhas” e toca em questões sociais e/ou sistêmicas. Assim, considerando a constante necessidade de lutar pelo seu lugar dentro do campo desportivo, não é de surpreender que as manifestações políticas por parte das mulheres apresentem características mais coletivas, assim como mais críticas do sistema.

Conclusão

Os casos analisados mostram que há um movimento de crescimento do ativismo de atletas. Numa das rotas, nota-se um ativismo ancorado na posição de celebridade de certos atletas, em que a sua orientação política está associada a estilos de vida e outros elementos que são consumidos pelo público. Assim, a relação comercial pode desviar as manifestações para um aspeto estético em que importa mais a marca individual e coletiva de quem se manifesta. A ligação com elementos comerciais não é necessariamente perniciosa em si mesmo, pois nela também estão assentes a possibilidade de construir credibilidade e lideranças alargadas, assim como a origem social dos atletas mostra a sua posição enquanto força de trabalho em oposição às forças conservadoras, representadas pelos donos de equipas e dirigentes de federações.

Noutra rota, nota-se que há disputas que se relacionam com as estruturas de poder internas ao campo desportivo. O posicionamento das mulheres como atletas já é transgressor em sua origem, de modo que toda a trajetória desportiva dessas atletas é permeada de questões políticas, tanto a nível interno quanto externo. Isso se reflete na capacidade de mobilizar pessoas de diferentes raças, origens sociais e orientações sexuais em suas manifestações, que tomam mais frequentemente formatos coletivos, embora também sofram mais com as reações conservadoras do sistema.

Em comum, podemos ver o objetivo de se expressar e dar voz a setores marginalizados da sociedade. A relação simbiótica entre os media e o desporto permite que os atletas de alta performance tenham espaço constante na imprensa e possam influenciar a agenda noticiosa. Diferente de atletas ativistas de gerações anteriores, que dependiam dos media tradicionais para difundir a sua voz, hoje é muito mais difícil

silenciar aqueles que fogem da norma e questionam o sistema. Através das redes sociais e dos media online, muitos atletas conseguem construir as suas próprias narrativas e se expressar diretamente para o público, em alguns casos com mais seguidores e audiências que meios tradicionais.

Esse aspeto narrativo, de dar voz e visibilidade a causas e grupos pouco presente nos media configura uma terceira rota de futuro para a investigação. Enquanto disputa interna, por melhores condições de trabalho dentro do campo desportivo, o ativismo de atletas pode ter contornos tradicionais dos movimentos sociais, a ênfase em chamar atenção do público para certos problemas sociais reforça a função fática do ativismo de atletas, se aproximando do ativismo mediático.

Por fim, uma quarta rota poderá analisar de forma mais alargada e quantitativa a presença de atletas em movimentos e ações em causas sociais. Essa linha de investigação permitirá avaliar a eficiência da sua participação, assim como comparar o tipo de enquadramento político, entre uma abordagem mais direccionadas aos problemas sistémicos e estruturais da sociedade ou em casos pontuais e campanhas humanitárias, mais facilmente aceites pelo status quo.

Referências

- Adande, J. (2014, Dezembro 10). Purpose of “I Can’t Breathe” T-shirts. *ESPN*. https://www.espn.com/nba/story/_/id/12010612/nba-stars-making-statement-wearing-breathe-shirts
- Andrews, D., & Jackson, S. (2001). Introduction: Sport celebrities, public culture, and private experience. In D. Andrews & S. Jackson *Sport Stars: The Cultural Politics of Sporting Celebrity* (pp. 1-19). Routledge.

Armour, N., & Schad, T. (2020, Outubro 2). Sports team owners listen to players, but support Republicans to the tune of millions of dollars. *USA Today*. <https://eu.usatoday.com/in-depth/sports/2020/10/01/election-2020-sports-team-owners-support-republicans-millions/3562973001/>

As 7 máscaras de Naomi Osaka: campeã do US Open homenageou vítimas fatais do racismo. (2020, Setembro 13). Recuperado de <https://globoesporte.globo.com/tenis/noticia/as-7-mascaras-de-naomi-osaka-campea-do-us-open-homenageou-vitimas-fatais-do-racismo.ghtml>

Berkman, S. (2016, Julho 30). Quiet protest helped Tina Charles find her voice. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2016/07/31/sports/basketball/tina-charles-new-york-liberty-wnba-protest.html>

Boykoff, J. (2020). *Nolympians: Inside the Fight Against Capitalist Mega-Sports in Los Angeles, Tokyo and Beyond*. Fernwood Publishing.

Boykoff, J., & Carrington, B. (2020). Sporting dissent: Colin Kaepernick, NFL activism, and media framing contests. *International Review for the Sociology of Sport*, 55(7), 829–849. <https://doi.org/10.1177/1012690219861594>

Carrington, B (2010). *Race, Sports, and Politics: The Sporting Black Diaspora*. SAGE.

Coakley, J., & Sousa, D. (2013). Sport mega-events: Can legacies and development be equitable and sustainable? *Motriz*, 19(3), 580-589.

- Cooky, C., & Antunovic, D. (2020). “This Isn’t Just About Us”: Articulations of Feminism in Media Narratives of Athlete Activism. *Communication & Sport*, 8(4–5), 692–711. <https://doi.org/10.1177/2167479519896360>
- Cunningham, G. B., & Regan, M. R. (2012). Political activism, racial identity and the commercial endorsement of athletes. *International Review for the Sociology of Sport*, 47(6), 657–669. <https://doi.org/10.1177/1012690211416358>
- Damo, A., & Oliven, R. (2013). O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 19-63.
- Defrance, J. (2000). La politique de l’apolitisme. Sur l’autonomisation du champ sportif. *Politix*, 13(50), 13-27.
- Drumond, M. (2009). Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estudos Históricos*, 22(44), 398-421. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200005>
- Goellner, S. (2005). Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática*, 8(1), 85-100.
- Gonzalez, J. (2020, Setembro 24). The Political Donations of NBA Owners Are Not So Progressive. *The Ringer*. <https://www.theringer.com/nba/2020/9/24/21453818/nba-owners-political-donations-trump-gop>

- Gottlieb, J., & Maske, M. (2017, Setembro 23). Roger Goodell responds to Trump's call to 'fire' NFL players protesting during national anthem. *The Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/news/early-lead/wp/2017/09/22/donald-trump-profanelly-implores-nfl-owners-to-fire-players-protesting-national-anthem/>
- Leite Jr., E., & Rodrigues, C. (2019). A geopolítica do futebol em transformação: o caso chinês. *FuLiA*, 3(2), 28-50. <https://doi.org/10.17851/2526-4494.3.2.28-50>
- Marques, J. C., & Rocco Jr., A. (Eds.). (2018). *Qual o legado? Leituras e reflexões sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016*. Cultura Acadêmica.
- Mascarenhas, G. (2016). A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp – Espaço e Tempo*, 20(1), 52-68.
- McCann, M. (2019, Março 8). Inside USWNT's New Equal Pay Lawsuit vs. U.S. Soccer—and How CBA, EEOC Relate. *Sports Illustrated*. <https://www.si.com/soccer/2019/03/08/uswnt-lawsuit-us-soccer-equal-pay-cba-eec-gender-discrimination>
- Mocarski, R., & Billings, A. C. (2014). Manufacturing a Messiah: How Nike and LeBron James Co-Constructed the Legend of King James. *Communication & Sport*, 2(1), 3–23. <https://doi.org/10.1177/2167479513481456>
- Nabeshima, R. (2020, Setembro 12). A força por trás das sete máscaras. *Break Point*. <https://globoesporte.globo.com/tenis/blogs/break-point/post/2020/09/12/a-forca-por-tras-das-sete-mascaras.ghtml>

- Nike's 'Dream Crazy' advert starring Colin Kaepernick wins Emmy (2019, Setembro 16). <https://www.theguardian.com/sport/2019/sep/16/nikes-dream-crazy-advert-starring-colin-kaepernick-wins-emmy>
- Pfister, G., & Bandy, S. (2015). Gender and Sport. In R. Giulianotti (Ed.), *Routledge Handbook of the Sociology of Sport* (pp. 220-230). Routledge.
- Richards, G. (2020, Setembro 24). Lewis Hamilton says BLM protest is human rights issue, not about politics. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/sport/2020/sep/24/lewis-hamilton-black-lives-matter-protest-human-rights-issue-not-politics>
- Rubio, K., & Veloso, R. C. (2019). As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica. *Revista USP*, (122), 49-62. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i122p49-62>
- Strauss, E. (2012, Março 23). LeBron James, Dwyane Wade Promote Solidarity on Trayvon Martin. *Bleacher Report*. <https://bleacherreport.com/articles/1117166-lebron-james-dwyane-wade-promote-solidarity-on-trayvon-martin>
- Thomas, J. (2016, Agosto 28). Colin Kaepernick will continue to sit during the national anthem. *SB Nation*. <https://www.sbnation.com/2016/8/28/12684014/colin-kaepernick-will-continue-protest-national-anthem>
- Valiente, C. (2019). Sport and social movements: Lili Álvarez in Franco's Spain. *International Review for the Sociology of Sport*, 54(5), 622-646. <https://doi.org/10.1177/1012690217733679>

Wallace, A. (2020, Julho 30). With the words on their backs, NBA players take a stand. *The Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/sports/2020/07/30/nba-social-justice-jerseys-names-messages/?arc404=true>

Zirin, D. (2020a, Junho 16). NBA Players Face the Question: To Boycott or Not to Boycott. *Edge of Sports*. <https://www.edgeofsports.com/2020-06-16-1534/index.html>

Zirin, D. (2020b, Agosto 26). We've Entered the Era of 'Branding for Black Lives'. *Edge of Sports*. <https://www.edgeofsports.com/2020-08-26-1550/index.html>

Zirin, D. (2020c, Setembro 14). NBA Players Face the Question: To Boycott or Not to Boycott. *Edge of Sports*. <https://www.edgeofsports.com/2020-09-14-1556/index.html>

Cidadania, Acessibilidade e Direitos Culturais das Pessoas com Deficiência: Reflexões a partir da Pandemia de Covid-19

Flávia Piva Almeida Leite
Cintia Barudi Lopes

Os Entraves Nacionais das Políticas Públicas de Acesso à Cultura e ao Lazer para as Pessoas com Deficiência

A questão de acesso à cultura destinado às pessoas com deficiência sempre foi um fator de preocupação e de muitas barreiras a serem ultrapassadas por esse grupo de pessoas. As políticas culturais no Brasil ainda precisam ser melhor pensadas para viabilizar informações e inclusão das pessoas com deficiência.

Ao longo da vida, a professora Candice Assunção, deficiente visual, aprendeu a driblar as barreiras de falta de acessibilidade para ler e conquistou, neste ano, o doutorado em linguística pela Universidade de Brasília (UnB). O método? Ela mesma adaptava os livros. “A gente quebrava as barreiras. Muitas vezes era o meu pai que lia, em outras circunstâncias, alguém escaneava o livro todo para mim e, por meio de um programa do Word, o documento era lido”, lembra Candice. “A acessibilidade para obras é ainda muito restrita”, lamenta. (Secretaria Especial da Cultura, 2016, par. 1)

O Brasil é signatário do Tratado de Marraqueche desde 27 de junho de 2013, tendo-o assinado na cidade Marroquina durante a reunião da

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) com a principal finalidade de incentivar a adaptação de obras literárias para pessoas com deficiência visual ou com visão reduzida ou outras dificuldades de leitura (como a dislexia). A ratificação do referido Tratado foi realizada pelo Congresso Nacional apenas em 11 de dezembro de 2015 e somente em 09 de outubro de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.522 que passa a ser incorporado ao direito brasileiro com status de norma constitucional, nos termos do art. 5º, parágrafo 3º da Constituição Federal. Esse ato internacional vem ao encontro da chamada “fome de livro” (*book amine*), uma vez que menos de 1% dos livros impressos publicados no mundo são também publicados em formatos acessível para essa categoria de pessoas (Mazzuoli & Xavier, 2016).

A respeito das disposições do Tratado, Souza (2020, par. 4) esclarece:

Obviamente, o maior desafio no campo literário vem da necessidade de acesso das obras dessa natureza aos cidadãos cegos, com deficiências visuais ou outras dificuldades de uso pleno das obras. Para isso, o Tratado de Marrakech tem por objetivo facilitar a adaptação para um formato acessível a essas pessoas, adaptando materiais escritos para formato em braile, conversão em formato audível etc., o que implica em limitações aos direitos de autor com a única finalidade de remover eventuais entraves ao acesso de importantes conteúdos por essa parte da população.

Além do Tratado Internacional dispondo sobre regras de adaptação de obras literárias já incorporado ao direito brasileiro, outras medidas

-
1. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

de incremento à cultura das pessoas com deficiência devem ser citadas. Segundo dados estatísticos do Censo- IBGE de 2010, de 45,6% de pessoas possuem algum tipo de deficiência². Este número corresponde a 23,9% da população brasileira (Comissão Nacional de Classificação [CONCLA], 2010). Todas essas pessoas têm o mesmo direito à inclusão do que as que não apresentam deficiência, inclusive o direito à cultura e ao lazer. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que previu especificamente direitos às pessoas com deficiência em diversos dispositivos, especialmente no tocante ao direito à acessibilidade nos artigos 227, § 2º e 244, o ordenamento jurídico pátrio, ainda que de maneira incipiente, vem buscando assegurar o acesso das pessoas com deficiência à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer.

Para dar eficácia a esses dispositivos constitucionais, o legislador ordinário elaborou diversas leis protetivas às pessoas com deficiência³, sendo a mais específica sobre a acessibilidade, a Lei nº 10.098/2000,

2. Segundo art. 2 da Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) considera-se “*pessoa com deficiência* aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.”
3. A Lei n. 7.853/89 dispõe sobre o apoio à pessoa com deficiência, sua integração social, sobre a CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos etc., já dispunha que ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive do direito ao lazer (art. 2º, *caput*). Regulamentando o diploma legal citado, visando garantir a igualdade de oportunidades as pessoas com deficiência, o Decreto n. 3.298/99 determinou como diretriz a política nacional à inclusão da pessoa com deficiência em todas as iniciativas governamentais, entre elas as relacionadas à cultura, ao esporte e ao lazer. Para tanto, determinou o Capítulo VII, Seção V, aos órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta o tratamento prioritário e adequado, visando viabilizar o acesso das pessoas com deficiência a cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, mediante a criação de incentivos, e exigiu acessibilidade de instalações hoteleiras, transporte, instalações desportivas, entre outras.

que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, determinou a adaptação de instalações e serviços de parques e demais espaços de usos públicos (art. 3º), inclusive de parques de diversão públicos e privados, para fins de utilização dos brinquedos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (art. 4º). Garantiu ainda a reserva de espaços para cadeiras de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, em locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar (art. 12). Determinou ainda a adoção de plano de medidas técnicas aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou de outra subtítuloção, garantindo o acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva, a ser regulamentada quanto à forma e aos prazos de implantação.

O Decreto n. 5.296/2004, ao regulamentar a Lei n. 10.098/2000, foi mais específico, definindo deficiências, criando prazos e critérios para implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística com ênfase para a observância das normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Enfatizou também a importância que o Município e demais órgãos envolvidos devem dar ao planejamento da acessibilidade arquitetônica e urbanística, à implementação das respectivas ações e à reserva de recursos para executar as adaptações necessárias e garantir um espaço novo inclusivo. Para tanto, quantificou a destinação de assentos e espaços a deficientes em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferência e similares. Bem como determinou a adequação de acessibilidade nos bens culturais imóveis, de acordo

com a Instrução Normativa n. 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Determinou também, a acessibilidade nos meios de informação de comunicação, como portais e sítios eletrônicos da rede mundial de computadores (internet); das autorizatárias e consignatárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens; a adoção de mecanismos para acessibilidade das obras publicadas no país, entre outros (Affonso, 2019, p. 239).

O Decreto-Legislativo n. 186/2008, que introduz no ordenamento jurídico brasileiro a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo da Organização das Nações Unidas, garante as pessoas com deficiência em seu artigo 30, a participação delas na vida cultural em recreação, lazer e esporte.

E, no ano de 2015, foi aprovada a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou LBI, trazendo em seu Capítulo IX, nos artigos 42 a 45, a consagração do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer. Pensar na acessibilidade de todas essas situações é tarefa inesgotável, mas pretende a lei garantir que todas elas, envolvendo lazer, esporte, cultura e turismo, ainda que não previstas expressamente, sejam acessíveis. Assim, como qualquer indivíduo, as pessoas com deficiência têm o direito de participar de espetáculos culturais, esportivos, atividades de lazer e turismo.

Para fins da aplicação da Lei n. 13.146/2015, a acessibilidade é conceituada em seu art. 3º como a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e suas tecnologias, bem como de outros

serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) foi criado o Portal do Livro Acessível que permite conectar uma pessoa com deficiência a uma editora responsáveis pela adaptação. Trata-se de uma importante plataforma criada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (fruto de um Termo de ajustamento de conduta celebrado entre o Sindicato e o Ministério Público Federal) que visa auxiliar as pessoas com deficiência que pretendem comprar um livro em formato adaptado.

O portal promove o contato direto entre clientes e editoras. Funciona assim: é feito o cadastro no portal e depois o usuário registra um pedido do livro que deseja comprar, que será direcionado para a editora que detém os direitos da obra. Se o livro solicitado estiver em catálogo, a editora deverá informar em quais canais de venda ele pode ser encontrado. Se a obra ainda não tiver uma versão acessível, a editora responsável será notificada e terá até 60 dias para providenciar o título. (Freitas, 2018, par. 2)

Outra política de destaque foi tomada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo com o lançamento do projeto Diversos – Livros Acessíveis e Inclusivos, que compreende diversas obras literárias em diversos formatos de acessibilidade Tablets, vídeos e áudios e que se encontram disponíveis no site do CTI – Centro de Tecnologia e Inovação.

Em parceria com a organização Mais Diferenças, o DIVERSOS – LIVROS ACESSÍVEIS E INCLUSIVOS surge do compromisso e da necessidade de disponibilizar clássicos da literatura infantil e

infanto-juvenil em múltiplos formatos acessíveis, como contribuição à leitura no processo de formação da cidadania responsável e sustentável. (“Diversos – Livros Acessíveis e Inclusivos”, 2018, par. 1)

Mas ainda há muito a ser implementado em termos de políticas públicas ligadas à cultura e ao lazer das pessoas com deficiência. No lazer, por exemplo, a pessoa com deficiência ainda esbarra em obstáculos de falta de acessibilidade a bares, restaurantes, teatros e hotéis. Poucos lugares são efetivamente adaptados para receber essas pessoas com dignidade.

Diante disso, o governo federal aprovou o programa Ação 10T2 (Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência) que fornece apoio financeiro a Estados, Municípios, Distrito Federal e consórcios públicos (instituídos nos termos da Lei nº 11.107/2005) para a realização de obras de infraestrutura para readaptação de espaços urbanísticos destinados ao uso público em especial em áreas ocupadas por pessoas com baixa renda.

Apesar desse programa de fomento ao lazer e turismo das pessoas com deficiência, as dificuldades em se adaptar espaços urbanos e turísticos ainda representam um grave problema no país. Há lugares turísticos no Brasil que ainda apresentam grande barreira de adaptação, que vão além de apoios financeiros e de repasse de recursos orçamentários.

Bonito é uma área natural, então, como fazer acessibilidade lá? Colocar rampas e elevadores no meio da natureza não é uma coisa viável”, ressalta Shimosakai⁴. “O trabalho é feito por meio da capacitação dos guias. São os guias que vão colocar a pessoa nos botes, fazer a flutuação e outras coisas. Quanto a isso, eu vejo uma situação ainda muito primária. Por outro lado, um exemplo bem sucedido,

4. Ricardo Shimosakai, consultor em acessibilidade e turismo adaptado.

segundo Shimosaki, são as jangadas adaptadas, em algumas praias de Pernambuco e Alagoas. Ele defende o uso da acessibilidade como critério para a reclassificação hoteleira, já que o atual selo “não é confiável. (Oliveira, 2015, par. 7)

Além disso, ainda existe uma outra agravante: as viagens adaptadas normalmente apresentam um custo mais alto, o que significa dizer que é necessário pagar mais para ter acesso aos serviços turísticos adaptados, inviabilizando-se assim o acesso aos menos favorecidos. Obras de infraestrutura para adaptação e readaptação dos espaços turísticos são apenas o passo inicial para a solução desse problema social.

Vê-se que muitas vezes os profissionais da área também não se encontram devidamente treinados para atender as pessoas com deficiência, devendo ser habilitados para isso, com capacitações específicas que permitam uma melhor comunicação com a diversidade.

O Cenário do Acesso à Cultura para essa Categoria de Pessoas durante o Período Pandêmico

A população mundial foi surpreendida no início de 2020 pela COVID-19, doença nomeada pela Organização Mundial de Saúde, provocada por um novo vírus (Sars-Cov-2) que, após registrar, no início de dezembro de 2019, os primeiros casos de pneumonia por agente desconhecido, na cidade de Wuhan, China, disseminou-se rapidamente.

Segundo a mesma Organização, o vírus é altamente contagioso, pois passa de pessoa para pessoa, através de gotículas invisíveis que saem do nariz ou da boca e que se dispersam, por até 2 metros, quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou fala, podendo permanecer por horas nas superfícies. Para tanto, a ONU instituiu uma série de medidas essenciais

para a prevenção e enfrentamento a serem adotadas. Dentre elas foi incluída a higienização das mãos com água e sabão sempre que possível e uso de álcool em gel nas situações em que o acesso a água e ao sabão não fosse possível, bem como evitar tocar olhos, nariz e boca etc. Além dessas medidas, a Organização indicou também a manutenção da distância social (mínimo de um metro), evitassem aglomerações, e a utilização de máscaras em caso de quadro gripal ou infecção pela Covid-19, ou se o profissional de saúde no atendimento de pacientes suspeitos/infectados. (Oliveira, Lucas, & Iquiapaza, 2020)

Diversos países adotaram tais medidas, inclusive as de proteção com base no distanciamento social, e de repente, as pessoas com deficiência enfrentam o isolamento e exclusão social. Aliado a esse isolamento, a Covid-19 trouxe para as pessoas com deficiência um isolamento também de ordem cultural e de políticas de lazer voltadas a elas. Apesar das pessoas com deficiência, muitas delas, não conseguirem realizar o isolamento social integral, já que alguns grupos de deficiência ainda dependem de apoio para suas atividades cotidianas, o distanciamento social o tanto quanto possível é medida imposta e recomendada pela OMS e pelos governos locais nesse momento de pandemia.

Sabe-se que, se o isolamento social contribui para um isolamento interpessoal, no caso das pessoas com deficiência esse afastamento pode ser ainda mais prejudicial para a saúde mental dessas pessoas. Medidas de lazer e de cultura, a despeito de fechamento de teatros e de outros centros de convivência, devem ser minimamente garantidas. A Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo promoveu durante o período de isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus uma maratona de Lives InclusãoSP em

sua página nas redes sociais do facebook com o objetivo de informar os principais temas ligados a essa parcela de pessoas e diretamente conectados com a prevenção da doença da Covid-19.

Essas lives foram transmitidas em paralelo a uma outra pauta bastante relevante e que corria ao mesmo tempo, referindo-se à discussão parlamentar para a aprovação do projeto de Lei de Emergência Cultural cuja sessão virtual foi realizada em 04 de junho de 2020 com aprovação unânime pelo Senado Federal. O projeto de lei previa apoio emergencial ao setor de arte e cultura, um dos mais afetados pela crise diante da impossibilidade de realização de atividades presenciais (Taveira, 202). O projeto foi sancionado pelo Presidente da República e deu origem à Lei nº 14.017/2020 que traz a previsão de aplicação de três bilhões de reais para apoio desses setores e que será distribuído entre os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Dentre as lives promovidas pela referida Secretaria, destaca-se a das políticas para Acessibilidade cultural: experiência da Escola de Gente. A Escola de Gente é uma entidade não governamental fundada no Rio de Janeiro e que atende as demandas da acessibilidade cultural por todo o país (por meio do projeto teatro acessível) e se dedica a realizar espetáculos públicos e eventos culturais com a utilização de até 15 recursos adaptados como legendas descritivas, audiodescrição, intérpretes de libras, permissão de cão guia, banheiros adaptados e outros, sendo que todos os eventos tem conteúdo também inclusivo.

Um exemplo marcante deste nosso trabalho foi a realização da primeira audiência pública completamente acessível da história do Congresso Nacional em 2013. Desta audiência, surgiu o projeto de lei do Dia Nacional do Teatro Acessível, aprovado quatro anos depois, em 2017. Pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu

o teatro acessível como uma modalidade artística. Desde então, ele é celebrado oficialmente e anualmente no Brasil em 19 de setembro. (“Políticas Públicas”, 2019, par. 3)

Com a participação dessa entidade não governamental inaugura-se no país o dia do teatro acessível oficialmente celebrado em 19 de setembro (que é o dia do teatro). Verifica-se, portanto, a importância da participação da sociedade civil para atuar em áreas carentes como o da cultura e da arte quando se percebe que as políticas exclusivamente públicas são insuficientes para proporcionar uma melhoria desse cenário no país. A atuação dessas entidades sem fins lucrativos em fomentar a cultura, em especial da cultura acessível, vem sendo reconhecida como uma das medidas mais promissoras para transformar arte em cultura realmente acessível a todos, sem exceção.

Durante a pandemia decorrente do novo coronavírus peças virtuais também se destacaram e viraram uma nova realidade cultural na cidade de São Paulo. Com cenário bastante simples, o teatro teve que se adaptar à nova realidade das portas fechadas na cidade.

No pequeno palco do teatro Ágora, no centro de São Paulo, o ator e diretor Celso Frateschi recebeu há uma semana uma equipe de filmagem. Ao final da apresentação online de “Diana”, peça de sua autoria sobre um homem que se apaixona por uma escultura no largo do Arouche, ele disse acreditar que o teatro está sendo reinventado durante a pandemia do novo coronavírus. (Fioratti, 2020, par. 1)

Os benefícios dessas peças virtuais são com certeza garantir um maior acesso aos cidadãos aos eventos culturais durante a quarentena, ampliando o público, o que não significa que necessariamente as pessoas

com deficiência estariam incluídas nesse acesso, já que várias deficiências demandam adaptações de recursos.

O Futuro dos Direitos Culturais e ao Lazer para a Pessoas com Deficiência na Era Pós Covid-19

Com esses avanços na área de cultura e de lazer, que se espera continuem sendo incentivados e implementados, abre-se a discussão sobre o panorama desses direitos fundamentais no período pós-pandemia. Como será que os direitos culturais vão sobreviver após a fase pandêmica? E como fica o retorno dos eventos culturais para as pessoas com deficiência?

Observa-se que os museus estrangeiros que abriram após o pico da pandemia estão adotando medidas como: testagem de temperatura das pessoas na entrada; higienização antes, durante e após a presença das pessoas nos locais; limpeza redobrada de artefatos e de itens de maior manipulação (como réplicas, mapas e placas táteis, geralmente usados por pessoas com deficiência visual); restrição do número de pessoas por período de visitação; extensão do horário de funcionamento para distribuição do volume de pessoas presentes nos locais e uso de marcações físicas no chão para distanciamento social (em sendo acessíveis, precisarão ser táteis e em alto contraste, para facilitar a identificação por pessoas com deficiência visual). Outras tantas providências podem ser pensadas, a depender da natureza de cada local e os públicos atendidos. A adoção de ferramentas digitais também deve ser considerada antes e após a retomada de ações presenciais, pois fornece meios de acesso e participação pela ampliação de recursos de acessibilidade vinculados a conteúdos de sites e redes sociais de forma segura. Para que isso ocorra, é importante que as pessoas com deficiência sejam convidadas a validar e parametrizar a forma como a Libras (Língua de Sinais), a legenda e a audiodescrição, por exemplo, são aplicadas às experiências culturais que estão nas redes e que também sejam protagonistas de propostas. É uma oportunidade de aproximação que contribui para

a manutenção do vínculo desta população com os espaços culturais. (Zamaro, 2020, par. 15)

No Brasil, o plano de retomada das atividades editado pelo Estado de São Paulo coloca a reabertura de museus, teatros e de espetáculos públicos na última faixa de abertura (cor azul), desde que os protocolos de higiene e de distanciamento sejam devidamente seguidos pelas entidades promotoras. Quando se fala em pessoas com deficiência, o cumprimento das regras de higienização dos espaços e dos equipamentos por elas manipulados é imprescindível para o retorno seguro da categoria aos eventos culturais.

Inspirados na movimentação exterior, empresários e instituições preparam retornos com base nas recomendações sanitárias. No cinema, a principal mudança é para o drive-in (que as pessoas assistem dos seus carros). Nos Estados Unidos, algumas divisões administrativas autorizaram 100% do público nesta modalidade. Em Pernambuco, o Festival Cine PE sinalizou a programação para a modalidade, além de realizar outras atividades sem aglomeração. A rede Cinemark, com salas de exibição nos EUA e na América Latina, pretende retornar em meados de julho com redução de público. (Vinicius, 2020, par. 5)

Pequenos espetáculos poderão se adaptar melhor a essa fase pós-pandêmica, pois o cumprimento das regras de higienização dos espaços e de distanciamento social nos espaços ficam mais fáceis de serem geridas. Grandes musicais terão uma dificuldade maior de adaptação das regras de retomada tendo em vista o número de artistas envolvidos no evento. Há ainda o risco da fatal diminuição dos patrocínios que, por força da pandemia da Covid-19, tiveram seus destinos desviados para a área da assistência social.

Trata-se, portanto, de uma nova era da cultura mundial. Acredita-se que aos poucos a retomada dos eventos culturais ocorrerá em todo nosso país. Não se pode olvidar da importância de se manter acesas as regras de acessibilidade em favor das categorias que demandam recursos adaptados e de fazer dessas pessoas o protagonista da sua própria história. O retorno aos museus, teatros, cinemas e outros espaços culturais deve considerar as medidas de segurança voltadas às pessoas com deficiência que dependem de vida cultural ativa para uma melhor aproximação social de que tanto necessitam.

Apesar de museus e galerias terem fechado suas portas no mundo todo, novos caminhos estão surgindo na **arte**. A Art Basel Hong Kong, que teria ocorrido em março, realizou suas vendas por meio de *online viewing rooms*. Em meados do mês passado, já na quarta semana de quarentena em São Paulo, o espaço 55SP lançou uma plataforma em que artistas visuais podem divulgar e distribuir seus trabalhos. (Messias, 2020, par. 2)

Espera-se que as políticas públicas de acessibilidade não sejam esquecidas quando dos retornos dos espaços culturais e que às pessoas com deficiência sejam garantidas as normas de higienização dos seus equipamentos e dos recursos adaptados a fim de que haja segurança mínima de visitação. As políticas de acessibilidade também não podem ser deixadas para trás. A pandemia decorrente do novo coronavírus demonstrou a fragilidade de acessibilidade que o país ainda enfrenta e, em razão disso, o incremento aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência deve ser ainda mais privilegiado.

A situação também não será fácil no mundo da **literatura**. Com o fechamento das livrarias, o mercado editorial pode encolher

até 65%. Este é o momento em que editoras grandes e independentes devem explorar o formato ebook, audiolivros e o sistema POD (*Print on Demand*), no qual os exemplares comprados são impressos sob demanda e entregues diretamente na casa do leitor. (Messias, 2020, par. 4)

Nessa nova era pós-pandêmica a importância da participação das entidades da sociedade civil e das pessoas com deficiência na vida política do Estado é tida como mais evidente quando se pretende lutar pelos direitos de acesso à cultura, ao lazer, ao esporte e à arte, uma vez que somente um olhar tão diferenciado como dessas pessoas que vivem cotidianamente as diversidades e desigualdades sociais é possível contribuir para a construção de estratégias que derrubem ou diminuam as barreiras sociais de inclusão, tão escancaradas no momento pandêmico.

Considerações Finais

A pandemia decorrente do novo coronavírus nos faz repensar as políticas de acessibilidade às pessoas com deficiência. O distanciamento social orientado pela Organização Mundial da Saúde e pelos governos nacionais trouxe um afastamento interpessoal para esse grupo de pessoas tão carente de inclusão social.

Apesar dos avanços brasileiros, traduzidos em Tratados Internacionais dos quais o país é signatário, assim como a promulgação de diversas legislações protetivas, em especial o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a pandemia da Covid-19 nos mostrou que essas políticas representam apenas um primeiro passo na luta pela concretização desses direitos fundamentais.

Durante o período pandêmico algumas medidas de aproximação virtual foram realizadas em apoio às pessoas com deficiência. Destacam-se portais governamentais e não governamentais com plataformas adaptadas, teatros acessíveis e lives destinadas à distração e à informação dessas pessoas com conteúdo também inclusivo. Porém, as barreiras de acessibilidade ainda existem em larga escala porque, para além de equipamentos adaptados, as políticas públicas devem investir em capacitação de pessoas para que estejam preparadas em lidar com as diversidades.

O retorno de espetáculos públicos e visitas de museus aos poucos têm se intensificado em várias partes do mundo. O cumprimento das regras de higienização, uso de máscaras e distanciamento com limitação do número de visitantes e de usuários são medidas imprescindíveis para que o retorno ocorra com segurança. Essas medidas devem ser priorizadas quando se pretende inserir as pessoas com deficiência na rota cultural do período pós-pandêmico.

Acredita-se, portanto, que as políticas de acessibilidade da arte e da cultura sejam reinventadas após a quarentena com a criação de novas plataformas e de recursos adaptados e isso somente será possível com uma participação mais ativa das entidades da sociedade civil e das próprias pessoas com deficiência as quais, protagonizando suas histórias, poderão contribuir para a concretização de estratégias diversificadas.

Referências

- Affonso, D. K. (2019). Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer. In F. P. A. Leite, L. L. G. Ribeiro, & W. M. Costa Filho (Orgs.), *Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Editora Saraiva.

Comissão Nacional de Classificação - CONCLA. (2010). *7a12 | vamos conhecer o brasil?* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1468-caracteristicas-da-populacao.html?Itemid=6160>

Diversos – Livros Acessíveis e Inclusivos. (2018, abril 19). Recuperado de <https://www.cti.org.br/site/diversos-livros-acessiveis-e-inclusivos-e-lancado-em-multiplas-versoes/>

Fioratti, G. (2020, maio 24). Teatro feito na pandemia marca retorno à era dos autores e dramaturgos. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/teatro-feito-na-pandemia-marca-retorno-a-era-dos-autores-e-dramaturgos.shtml>

Freitas, F. (2018, março 2). Portal do Livro Acessível conecta editoras a leitores com deficiência visual. *Fundação Dorina Nowill para cegos*. <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/portal-livro-acessivel-fd/>

Mazzuoli, V. de O., & Xavier, F. C. C. (2016, outubro 6). Entra em vigor tratado que facilita acesso para cegos a livros. *Revista Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2016-out-06/entrou-vigor-tratado-facilita-acesso-cegos-livros>

Messias, C. (2020, maio 15). Qual será o futuro da cultura pós pandemia? *Vogue*. <https://vogue.globo.com/lifestyle/cultura/noticia/2020/05/qual-sera-o-futuro-da-cultura-pos-pandemia.html>

Oliveira, A. C. de., Lucas, T. C., & Iquiapaza, R. A. (2020). O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? *Texto de contexto - enferm.*, 29. <https://>

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072020000100201&tlng=en

Oliveira, J. C. (2015, maio 7). Deficientes enfrentam barreiras nas atividades de lazer, apontam especialistas. *Agência Câmara de Notícias*. <https://www.camara.leg.br/noticias/403095-deficientes-enfrentam-barreiras-nas-atividades-de-lazer-apontam-especialistas/>

Políticas Públicas. (2019, dezembro 5). Recuperado de <https://www.escoladegente.org.br/politicas-publicas>

Secretaria Especial da Cultura. (2016, setembro 30). *Mais inclusão e acesso à cultura para deficientes visuais*. Ministério do Turismo. <http://cultura.gov.br/mais-inclusao-e-acesso-a-cultura-para-deficientes-visuais-2/>

Souza, P. A. I. de. (2020, maio 24). Para lá de Marrakech...e do Tratado de Marrakech para cá. *Revista Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2020-mai-24/paulo-innocente-souza-tratado-marrakech>

Taveira, V. (2020, junho 4). Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc é aprovada no Senado. *Século Diário*. <https://www.seculodiario.com.br/cultura/lei-de-emergencia-cultural-aldir-blanc-e-aprovada-no-senado-federal>

Vinicius, B. (2020, junho 6). Como vai ficar o consumo da arte depois da pandemia? *Folha de Pernambuco*. <https://www.folhape.com.br/noticias/como-vai-ficar-o-consumo-da-arte-depois-da-pandemia/143078/>

Zamaro, L. H. F. (2020, maio 24). Direitos culturais, isolamento das pessoas com deficiência e os cenários de acessibilidade cultural pós-pandemia. *Sesc São Paulo*. <https://m.sescsp.org.br/direitos-culturais-isolamento-das-pessoas-com-deficiencia-e-os-cenarios-de-acessibilidade-cultural-pos-pandemia/>

A Transparência e a LAI no Acompanhamento da Gestão Pública Local: um Estudo sobre o Conselho do Município de Bauru

Ana Cristina Consalter Amôr
Pedro Berti
Maria Carolina S. R. Vieira

Considerando que em sistemas representativos o nível de proximidade entre o cidadão e a administração pública tende a diminuir quanto mais alta a esfera do governo, seria possível supor que em âmbito municipal a população tivesse um maior interesse em obter informações sobre ações e decisões que lhe afetam de maneira mais direta. Em condições ideais, os cidadãos munidos dessas informações poderiam se organizar e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo “encurtamento burocrático” para acompanhar e fiscalizar as atividades realizadas pelas autoridades municipais, podendo cobrar mais de perto eventuais casos de irregularidades ou de má administração, bem como o andamento de políticas públicas. Na literatura política, essa perspectiva conhecida como “*bottom-up design*” (Easterly, 2008) se sustenta na ideia de que a compreensão de cenários institucionais é facilitada quando dados mais específicos e menos complexos são elaborados a partir de esferas

menores de poder de modo a serem integrados em outros dados e em modelos de análise mais gerais.

No Brasil, existem poucos estudos quantitativos e abrangentes a respeito da efetividade do direito à informação nos municípios, por meio, por exemplo, de ferramentas legais como a Lei da Transparência e da Lei de Acesso à Informação (LAI). É pouco clara especialmente a relação entre a informação utilizada pelos cidadãos e a informação disponibilizada pelas prefeituras. As pesquisas existentes analisam o tema separadamente, coletam dados de regiões diferentes, usam metodologias distintas e chegam a resultados que não permitem a construção de um quadro minimamente homogêneo da situação brasileira. Sem uma unidade de indicadores não é possível avaliar, por exemplo, como e em que medida os fatores de acesso à informação e transparência poderiam influenciar positivamente em um bom desempenho dos órgãos públicos e, conseqüentemente, em uma boa gestão das cidades, o que por sua vez poderia gerar índices para serem comparados com dados correspondentes encontrados em estados e federação.

Contudo, essa diversidade nas pesquisas se deve em parte ao caráter da própria legislação da LAI, que estabelece que cada município, considerando as suas especificidades, tem a liberdade para implementar procedimentos próprios para o acesso à informação pública, desde que cumpra os objetivos e diretrizes dispostos na lei federal. A falta de obtenção de dados oriundos desses entes menores da federação, que elaboram os serviços primordiais à população, torna difícil o estabelecimento de estratégias comunicativas ou mesmo políticas para aperfeiçoar os mecanismos de transparência pública, inclusive em esferas maiores da administração pública.

Desta forma, a fim de trazer um olhar à esfera local, esta proposta analisou em que medida o conteúdo da deliberação pública realizada pelo Conselho do Município de Bauru (CMB) incorpora e faz uso de informações e dados provenientes dos setores administrativo, financeiro e de planejamento colocados à disposição do público no site oficial da Prefeitura Municipal de Bauru. O CMB é uma entidade composta por 35 membros oriundos do poder público, da sociedade civil e associação de bairros, cuja competência consultiva tem como finalidade fiscalizar o desenvolvimento urbano do município.

A metodologia de análise de conteúdo se baseou nos indicadores de governança elaborados por Buta e Teixeira (2020). O conteúdo das atas das reuniões do conselho foi classificado em planilhas eletrônicas de acordo com categorias desenvolvidas em torno de quatro eixos: *participação, monitoramento e controle, capacidade governamental e atores sociais*. Essas quatro categorias de análise foram dispostas da seguinte maneira:

- A) *Participação*: nesta categoria, verifica-se a existência de demandas por parte dos representantes da sociedade civil a respeito de questões tratadas durante as reuniões. O texto das atas será classificado em três grupos: I. Ausência de demandas; II. Presença de demandas por informações e dados; III. Presença de demandas por ações do poder público.
- B) *Monitoramento e controle*: nesta categoria, caberá verificar em que medida os membros do Conselho elaboram estratégias de acompanhamento dos projetos e decisões administrativas. Serão admitidas três variáveis: I. Ausência de estratégias; II. Presença de estratégias motivadas por problemas específicos do município; III. Presença de estratégias traçadas com base em informações prévias do poder público.

- C) *Capacidade governamental*: aqui, o objetivo será conhecer em que medida os representantes do poder público no Conselho apresentam planos de gestão às demandas sociais. Serão admitidas três variáveis: I. Inexistência de solução; II. Existência de gestão parcial (menção a estudos, prognósticos e planos); III. Existência de gestão completa (menção a políticas públicas).
- D) *Atores sociais*: nesta categoria, será registrada a menção a setores específicos da sociedade como fontes de informação. Serão admitidas quatro variáveis, relativas à presença das seguintes fontes: I. Entidades da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações e conselhos profissionais); II. Autarquias; III. Representantes da iniciativa privada; IV. Prefeitura e secretarias municipais.

Este artigo se estrutura da seguinte maneira: em primeiro lugar são apresentadas brevemente teorizações fundamentais sobre o direito ao acesso à informação pública, a responsabilidade que os agentes políticos têm de tornar transparente suas ações e decisões, e o papel dos conselhos populares nesse contexto. Em segundo lugar, os principais resultados são descritos e discutidos à luz da literatura apresentada. Por fim, conclusões indicam de que maneira esta pesquisa pode contribuir para a compreensão da comunicação pública na modernidade e dos mecanismos de participação social a ela inerentes.

Do Global ao Local: Implicações do Direito ao Acesso às Informações Públicas

O desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, que assegurem o acesso público à informação e protejam as liberdades individuais são algumas das metas contidas na Agenda 2030

para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Proposto em 2015, o documento reúne 17 objetivos principais e 169 metas correspondentes que devem nortear as ações dos países membros da organização até a data que concede nome ao programa.

O direito à informação, portanto, ainda que visto como direito humano fundamental no mínimo desde 1948 com o artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos, também da ONU, permanece na pauta mundial atual como ponto a ser desenvolvido e aprimorado. Mendel (2009), observando o tema ao redor do mundo, atesta sua evolução ao observar que, de 13 países com leis nacionais de direito à informação em 1990, houve um salto para mais de 70 nações em 2009. Segundo levantamento de 2018 da ONG Artigo 19, cerca de 90% da população mundial vive em um país que conta com alguma lei ou política de direito à informação.

A abrangência destas políticas evoluiu no final do século XX ao caminhar lado a lado da ampliação do próprio entendimento da questão. A partir da data, o direito à informação passa a implicar novos pesos, pois se torna essencial para o fortalecimento de uma democracia mais transparente e participativa, exigência social que reflete tempos em que o sistema democrático foi e é, muitas vezes, posto na berlinda.

Bobbio (2019), ao abordar o conceito de “público”, afirma que a democracia exige que o poder seja visível, enxergando no termo público não só o que é coletivo em contraponto ao que é privado, mas, de maneira secundária, também o que é publicizado e não mantido em segredo. O sentido de público – ou, especificamente, de informação pública – diz respeito, então, ao que deve ser colocado à disposição dos cidadãos.

Darbishire (2010), justifica a demanda por transparência das informações públicas, já que uma maior prestação de contas faz com que a

sociedade possa acompanhar os atos do governo, combatendo a corrupção, entre outros problemas. Além disso, para a autora, a evolução da participação do público nos processos de tomadas de decisão depende das informações públicas estarem disponíveis. Ainda sobre a democracia participativa, Mendel reforça a ideia anterior ao dizer que “a participação efetiva depende, de maneira razoavelmente óbvia, do acesso à informação, inclusive de informações mantidas por órgãos públicos (2009, p. 4). O direito ao acesso à informação pública ajuda a assegurar, de acordo com o autor, uma arena participativa mais equilibrada.

Em consonância com a agenda global, as políticas nacionais refletem essa “nova” ética que reivindica que as instituições publiquem seus atos e forneçam dados referentes a eles de maneira acessível à população. Para Darbishire (2010) a adoção de mecanismos legais para o fortalecimento da transparência faz parte deste processo por três razões principais: pois estabelece critérios mínimos para divulgação das informações que sejam aplicáveis a todos os órgãos públicos; para facilitar o trabalho antecipando as demandas do público e suprindo-as com a transparência ativa (ou seja, a que parte da própria instituição e não necessita de solicitação do cidadão, que seria uma transparência passiva); e porque tais legislações aumentam o reconhecimento de que a transparência é uma parte integral do direito ao acesso à informação.

Segundo Ruijer (2017), a divulgação ativa de informações acontece quando dados são tornados públicos por iniciativa exclusiva de algum órgão governamental, sem que seja feito uma solicitação por parte dos membros da sociedade civil. Quando as leis de acesso à informação estabelecem que o poder público deve divulgar informações de interesse geral antes que seja acionado para cumprir tal obrigação, elas estão

indicando que o acesso prévio às informações evita um gasto de tempo e de recursos por parte dos cidadãos, além de demonstrar o compromisso do governo com a transparência de sua gestão.

No Brasil, desde o ano 2000 com a publicação da Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que trouxe maior rigor, controle e planejamento das contas e orçamentos públicos, principalmente por meio de fiscalização e transparência, o direito ao acesso à informação foi sendo tratado em um tom crescente. A Lei da Transparência ou Lei Capibaribe (Lei Complementar nº 131/2009) obrigou os órgãos públicos a publicar diversas informações fiscais em tempo real na internet; já a Lei de Acesso à Informação ou LAI (Lei nº 12.527/2011), por fim, regulamentou o direito ao acesso à informação contido no artigo 5º da Constituição Federal e garantiu que todo cidadão pode obter qualquer tipo de dado – excluindo as exceções previstas – sobre as ações das instituições.

Com essas legislações, o Brasil fica mais próximo de promover uma plena cultura de acesso, resumida em nove princípios por Mendel (2009): divulgação máxima; obrigação de publicar; promoção de governo aberto; limites para as exceções; procedimentos que facilitem o acesso; custos acessíveis; reuniões abertas; precedência da divulgação; e proteção aos denunciantes.

Em um estudo sobre os limites da aplicação da LAI, Napolitano, Resende e Rothberg (2013) apontam que o país consegue cumprir bem alguns dos princípios listados, como a divulgação máxima, os limites para exceções e a precedência da divulgação; e em outros deixa a desejar, como na promoção de reuniões abertas e proteção aos denunciantes. No geral, os autores veem como desafio para fazer valer a LAI “aspectos

da histórica cultura brasileira de sigilo que serve à permanência de burocratas isolados da política e mandatários acostumados a governar com o apoio obtido através de relações clientelistas de poder” (p. 115). Ademais, para eles, limitam a efetividade da lei as possíveis negativas ao acesso à informação, a variedade de situações nas quais o poder público pode impor exceções ao direito à informação, a ausência de um órgão independente que zele pela aplicação da lei e, por fim, o fato de que o acesso à informação foi regulamentado apenas na esfera federal, deixando a cargo de cada município implementar procedimentos próprios que, desde que se cumpram as diretrizes da Lei Federal, podem considerar especificidades locais.

Comunicação Pública e Deliberação na Lógica dos Conselhos Municipais

A disponibilização, o acesso e o uso das informações públicas no âmbito local é, de fato, uma questão a ser observada e que nos interessa neste artigo. Além da falta de exigência de legislação municipal, a atenção se justifica devido, entre outras razões, à pouca visibilidade acadêmica dedicada à temática até o momento. As potencialidades cidadãos deste processo merecem ser examinadas principalmente ao se considerar também a lógica mais ampla da comunicação pública.

Frequentemente, a comunicação pública é entendida como um campo comunicacional em construção que permite diversas abordagens, entre elas a que a relaciona com a comunicação governamental ou do Estado. Esta perspectiva é adotada por autores como Brandão (2006), que vê a relação comunicação pública – Estado como uma das cinco possíveis;

Koçouski (2013) que defende o Estado como “o único entre os demais atores que deve atuar integralmente com a comunicação pública” (p. 53), já que este tem a obrigação de se pautar pelo princípio ético do interesse público; e o clássico Zémor (1995), para quem “as finalidades da comunicação pública não podem ser dissociadas daquelas inerentes às instituições públicas, cujas funções são: a) informar; b) escutar; c) contribuir para assegurar a relação social e d) acompanhar as mudanças de comportamento e das organizações sociais” (p. 5).

Além de trabalhar com a perspectiva que coloca o Estado e, como consequência, as instituições vinculadas a ele, como atores centrais na comunicação pública, vale ressaltar que suas próprias características a tornam um instrumento não só de efetivação do direito à informação, mas, de maneira mais extensiva, de promoção de cidadania e participação na esfera pública, noção que os conselhos deliberativos procuram representar. Matos (2009) e Duarte (2012) são pesquisadores que abordam a temática. Duarte diz que a comunicação pública é o caminho para uma comunicação mais democrática e lista cinco itens necessários à sua realização plena:

a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; b) centralizar o processo no cidadão; c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo. (Duarte, 2012, p. 59)

Já Matos (2009) define comunicação pública como o “processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade; um espaço de debate, negociação e tomada de

decisões relativas à vida pública do país” (2009, p. 6). De maneira particularmente importante para este artigo, ela acredita estar no âmbito da municipalidade a maior expressão de condições adequadas para divulgação de informação cidadã e, portanto, para construção de arenas públicas de debate.

Mantendo o olhar local e partindo do conceito de comunicação pública para o de deliberação, de acordo Sisk et al. (2015, p. 15), organizadores da obra “Democracia em nível local”, uma espécie de Manual de Participação, Representação, Gestão de Conflito e Governança do International IDEA (*International Institute for Electoral Assistance and Democracy*), há uma movimentação acerca da renovação da democracia local, principalmente em relação aos princípios e procedimentos de governança, no início do século XXI. O envolvimento do cidadão seria a base do espírito comunitário. Estes teriam o direito de opinar sobre os mais diversos assuntos e anseios, bem como seria dever do Estado assumir responsabilidades e responder às suas deliberações. “Em espaços cívicos locais, o significado da democracia (governo popular) ganha vida e forma” (Sisk et al., 2015, p. 15).

Há então um consenso, um entendimento de que a governança local é muito importante e fundamental. Mais do que a gestão de impostos e serviços essenciais, seria ela a “base de uma democracia mais duradoura, de alta qualidade” e “a oportunidade de participar ativamente e diretamente das decisões tomadas para toda a sociedade”.

Marques (2009, p. 11), por sua vez, sobre a deliberação, reflete que esse tema ainda se apresenta como referência fundamental para os pesquisadores que investigam a formação de uma esfera pública de discussão ampliada, capaz de construir um sistema democrático participativo.

Os primeiros estudos acerca da deliberação pública, assim como a esfera pública, também possuem base conceitual marcada pelos estudos de Habermas. Ele, ao refletir sobre a realidade plural das sociedades, desenvolveu um modelo de discussão pautado na negociação e que se preocupa em “estabelecer princípios formais de interação que possam assegurar a legitimidade das normas e garantir alternativas capazes de regular os tipos de conflitos que surgem nas sociedades pluralistas” (Habermas, 1997 como citado em Marques, 2009, p. 12).

A concepção habermasiana de que a deliberação pública seria um processo discursivo ideal esbarra na necessidade de engajamento e no fato de que todos os participantes devem ser capazes de compreender o contexto e formular razões compreendidas e aceitas.

A comunicação também assume papel importantíssimo neste contexto, segundo Marques (2009, p. 14), porque demanda da prática da intercompreensão, através de um processo de comunicação onde os indivíduos se posicionam e colocam seus pontos de vista, validando seus argumentos com respeito recíproco. Nesse sentido, Marques (2009, p. 15) defende a deliberação como um processo comunicativo de problematização de questões de interesse geral, que se consolida em longo prazo e através de práticas capazes de articular as pessoas nas diversas arenas da esfera pública (arenas formais e informais).

A deliberação deve ser entendida, portanto, como um processo capaz de conectar diferentes espaços discursivos, articulando-os em uma rede que se mantém graças aos princípios normativos que servem de guia para buscar legitimidade do processo público de troca de razões. (Marques, 2009, p. 17, p. 15)

No epicentro desta proposta está o Conselho do Município de Bauru (CMB). De fato, os conselhos são, em seu sentido mais geral, coletivos ou agrupamentos de pessoas que deliberam e que tomam decisões sobre alguma coisa. Segundo Teixeira (2005, p. 690), apareceram na antiguidade e hoje são muitos, em formas, denominações e organizações diversas e presentes nas mais diferentes áreas de atividade humana. Têm a função de intermediar questões entre a sociedade e o Estado, debatendo e refletindo ideias e concepções restritas ou mais amplas para influenciar a dinâmica de políticas públicas em todas as instâncias. Na etimologia greco-latina, um conselho refere-se à ação de deliberar, cogitar, refletir, cuidar, exortar. “Em latim, traz a ideia de ajuntamento de convocados, o que supõe participação em decisões precedidas de análises, de debates” (Teixeira, 2005, p. 691).

Resultados e Discussão

Sob a luz dos conceitos discutidos, foram coletadas e analisadas, no total, 20 atas de reuniões do Conselho do Município de Bauru (CMB) durante o período de julho de 2019 a julho de 2020. Foram 13 reuniões ordinárias mensais e 7 reuniões extraordinárias esporádicas realizadas ao longo do intervalo. Como descrito na introdução, o CMB é composto por 35 membros que têm poder de voto em suas deliberações. Aqui, é importante ressaltar a disparidade entre poder público e sociedade civil, em uma formação que dá ênfase aos membros pertencentes à última: as cadeiras do conselho são distribuídas em 8 vagas destinadas a membros do poder público e 23 vagas a membros da sociedade civil. Estes ainda são divididos em 8 membros das entidades de classe, ONGs e institutos

de Ensino Superior, e 15 membros que representam a comunidade local, entre setores urbanos, rurais e correspondentes às bacias hidrográficas da cidade.

Utilizando a metodologia indicada também na introdução, os resultados apontam para um cenário em que, embora sejam minoria na composição do CMB, o poder público exerce uma predominância nas discussões do conselho, tanto na forma com que as sessões são organizadas e conduzidas como nas proposições apresentadas para deliberação. À posição mais ativa dos conselheiros que representam o poder municipal contrasta uma postura mais passiva dos representantes da sociedade civil.

Das 20 reuniões analisadas, em apenas 6 houve algum tipo de solicitação feita pelos membros da sociedade civil a respeito de informações de posse do poder público que pudessem esclarecer aspectos controversos discutidos na pauta das sessões ou ensinar uma tomada de ação mais efetiva e concreta da administração municipal. Nas outras 12 reuniões as informações e os dados apresentados vinham das secretarias da prefeitura ou de representantes da iniciativa privada que participam das reuniões quando convidados, já que não fazem parte do conselho como membros efetivos.

Em parte, esse dado deve ser entendido pelo caráter constitutivo do conselho. Como a sua função principal é deliberar sobre o Plano Diretor da cidade, as questões discutidas giram em torno do desenvolvimento urbano e da organização territorial do município, seja a respeito da manutenção da infraestrutura de ruas, praças, residências, lojas e edifícios, seja sobre a construção de novos condomínios em áreas nativas e do impacto ambiental e financeiro a eles relacionado.

O fato de a gestão da cidade ser de competência do poder público pode sugerir que seus representantes tenham maior preponderância nas atividades do conselho em relação aos outros setores da sociedade. No entanto, esse fato não constitui um obstáculo capaz de justificar a baixa participação dos membros da sociedade civil a respeito de demandas ou propostas que poderiam ser feitas à prefeitura, em especial quando se considera que estes representam setores urbanos ou rurais do município e poderiam refletir as preocupações dos moradores de cada localidade.

Outro aspecto que reforça essa participação passiva foi observado na categoria “monitoramento e controle”. Os resultados indicam que em 7 das 20 atas analisadas as estratégias para o acompanhamento de projetos e decisões administrativas estiveram atreladas a informações prévias disponibilizadas pelo poder público, enquanto em outras 8 atas as estratégias surgiram a partir de problemas específicos apresentados por representantes de empresas e da prefeitura durante as reuniões. Em 5 atas não foram verificadas estratégias para supervisionar as ações do poder municipal.

Na categoria “capacidade governamental”, que avaliou em que medida o poder público apresentou planos de gestão às demandas sociais, os resultados indicaram um bom desempenho das autoridades municipais em propor possíveis soluções para os problemas discutidos pelo conselho.

Das 20 atas analisadas, em apenas 6 reuniões não houve menção a projetos ou proposições que buscassem atender às demandas apresentadas na deliberação. Nas outras 12 reuniões, os representantes do poder público apresentaram respostas às demandas sociais, sendo que em 8 reuniões

foram citados estudos, projetos ou prognóstico (gestão parcial) e em 6 reuniões houve a menção de políticas públicas (gestão completa).

Esses dados estão em conformidade com aqueles encontrados nas categorias anteriores, que indicaram uma presença mais atuante do poder público nas atividades do conselho. De certa forma, o bom desempenho das autoridades municipais parece corresponder às expectativas e exigências que a sociedade deposita nos agentes públicos como principais responsáveis pelo provimento de ações e decisões às demandas e problemas administrativos.

Por fim, a categoria “atores sociais” apresentou certa paridade da participação dos diversos setores da sociedade e do poder público. Em todas as 20 atas havia representantes de entidades da sociedade civil, ONGs, sindicatos, associações) e de agentes políticos. Em 11 atas houve a presença de representantes da iniciativa privada, em sua maioria de construtoras que apresentavam projetos de ampliação de lotes territoriais. Somente em uma reunião houve a participação de membros de autarquias municipais, no caso, do Departamento de Água e Esgoto (DAE).

Conclusões

A Lei de Acesso à Informação se assenta em dois princípios fundamentais: no dever que o poder político tem de disponibilizar publicamente informações relativas à administração e no direito que os cidadãos têm de pedir e obter essas informações. Destes dois princípios surge a distinção feita por Fox (2007) entre “*proactive disclosure*” (divulgação ativa), em que as instituições fornecem voluntariamente informações ao

público, e “*demand-driven*” (divulgação passiva), quando a sociedade solicita informações não divulgadas pelas instâncias administrativas.

Servindo como canal de ligação entre esses dois pólos situam-se os conselhos populares, espaços públicos de participação política que visam criar nos indivíduos noções de práticas de cidadania e de fortalecimento de experiências democráticas. Esta pesquisa partiu da premissa de que os conselhos municipais são ambientes propícios para a obtenção de dados que permitem aferir de que forma o poder público e a sociedade civil se articulam de modo a exercer deveres e direitos estabelecidos nas leis de acesso à informação.

Os resultados apresentados neste artigo apontaram que o Conselho do Município de Bauru (CMB) incorpora e faz uso de estudos, informações e dados disponibilizados pelos órgãos públicos, o que caracteriza uma forma de gestão focada na divulgação ativa de dados administrativos. A literatura sobre transparência e governabilidade ressalta de maneira positiva esse posicionamento da esfera política que se antecipa a possíveis demandas da população por informações.

No entanto, os resultados também indicaram que os representantes da sociedade civil atuam mais como coadjuvantes nas reuniões do conselho, o que caracteriza certa apatia na prática deliberativa que exige uma participação mais efetiva na busca por soluções para problemas e necessidades sociais e exigência de políticas públicas. De um modo geral, os resultados sugerem que o poder político presente no CMB realiza uma comunicação pública que se mostra eficaz na divulgação de projetos, estudos, ações e decisões administrativas.

Uma forte cultura do sigilo que inibe a demanda por informações atrelada à pouca prática deliberativa pode explicar a baixa participação

da sociedade no Conselho do Município de Bauru. Como aponta Bourdieu (2011), se o cidadão se mantém alheio às decisões políticas, ele se encontra também à margem de todo o campo político e, de certa forma, da vida pública.

Utilizando metodologias apropriadas, outros estudos podem se valer dos resultados apresentados nesta pesquisa para produzirem dados que sirvam de referência para a construção de um amplo quadro de indicadores capaz de expandir os estudos sobre LAI e transparência a esferas maiores de representação como estados e federação.

Referências

- Bobbio, N. (2019). *Estado, governo, sociedade. Fragmentos de um dicionário político* (22^a ed.). Paz & Terra.
- Bourdieu, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5). 193-216.
- Brandão, E. (2006). Usos e significados do conceito de comunicação pública [Trabalho apresentado em congresso]. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, Brasília, DF, Brasil.
- Buta, B. O., & Teixeira, M. A. C. (2020). Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, 27(94), 370-395.
- Darbishire, H. (2010). *Proactive transparency: the future of the right information?* World Bank Institute.

Dia Internacional do Direito ao Saber: o direito à informação pública pelo mundo. (2018, setembro 28). Recuperado de <https://artigo19.org/?p=14745>

Duarte, J. (2012). Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. Editora Atlas.

Easterly, W. (2008). Institutions: Top down or bottom up? *American Economic Review*, 98(2), 95-99.

Fox, J. A. (2007). The uncertain relationship between transparency and accountability. *Development in Practice*, 17(4-5), 662- 671.

Kočouski, M. (2013). Comunicação pública: construindo um conceito. In H. Matos (Org.), *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. ECA/USP.

Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Lei complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do

§ 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências (Lei do Acesso à Informação). Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Marques, A. C. S. (2009). *A deliberação Pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas*. Autêntica Editora.

Matos, H. (2009). *A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais* [Trabalho apresentado em congresso]. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, Curitiba, PR, Brasil.

Mendel, T. (2009). *Liberdade de informação: um estudo de direito comparado*. Unesco.

Napolitano, C. J., Resende, L. P., & Rothberg, D. (2013). Estado e burocracia: limites de aplicação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. *Revista Fronteiras*, 15(2), 108-117.

Organização das Nações Unidas - ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. brasil.un.org

Ruijter, H. J. M. (2017). Proactive transparency in the United States and the Netherlands: The role of government communication officials. *The American Review of Public Administration*, 47(3), 354-375.

Sisk, T. et al. (2015). *Democracia em nível local. Manual de Participação, representação, Gestão de conflitos e Governança da International IDEA*. Instituto Atuação.

Teixeira, A. C. C. (Org.). (2005). *Os sentidos da democracia e da participação*. Instituto Pólis.

Zémor, P. (1995). *La Communication publique*. PUF.

Deliberação, Jornalismo e Midiatização: uma Análise do Debate Informal sobre o Caso “Fabrício Queiroz”

Lucas Arantes Zanetti
Laura Botosso Gomes da Silva
Milena Carolina de Almeida

O presente capítulo concentra esforços de pesquisa sobre as relações entre jornalismo e deliberação, perante a perspectiva dos estudos em midiatização. A partir desse aporte, refletimos sobre mecanismos de circulação de conteúdos jornalísticos a respeito de acontecimentos políticos no Brasil, a saber, matérias relatando a investigação de corrupção política intitulada Caso Queiroz. Focamos na apropriação de tais conteúdos, considerando os processos de troca de razões argumentativas em que estão inseridos os sujeitos como base para opiniões em ambientes de conversação. A troca pública de argumentos seria o principal componente do processo de significação e reflexão acerca das informações e opiniões fornecidas por meios jornalísticos, justificando uma análise mais criteriosa destes mecanismos.

O objetivo geral é pensar o papel do Jornalismo em ambientes de conversação informais, com vistas à deliberação na esfera pública midiatizada. Buscamos averiguar se o fenômeno da midiatização teria

feito com que o Jornalismo deixasse de fornecer embasamento informativo para o processo deliberativo. Assim, analisamos a dinâmica da chamada conversação cotidiana através da organização de um grupo de debate sobre o acontecimento político mencionado. Inserimos materiais jornalísticos pré-selecionados e examinamos os argumentos utilizados pelos envolvidos na deliberação antes e depois do contato com o conteúdo apresentado.

A Esfera Pública de Habermas

O conceito de esfera pública foi elaborado na década de 1960 por Jürgen Habermas, sob forte influência da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer (Avritzer, 2000; Marques, 2008) e das conseqüentes considerações acerca da Indústria Cultural. Teorizado por Habermas pela primeira vez na obra *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), já apresentava como um de seus principais elementos o Jornalismo enquanto subsídio para debates bem embasados e a formação de uma opinião pública entre sujeitos racionais em espaços de livre troca argumentativa.

Ao longo das décadas, a noção recebeu críticas que antecederam diversas transformações e adaptações teórico conceituais. Segundo Gomes (2008), o conceito só vai atingir a dimensão contemporânea na década de 1990, quando passa a ser aplicado em diferentes contextos, desde a noção sociológica de democracia deliberativa até os estudos comunicativos dos debates através de fóruns na internet.

A partir da contribuição de novos autores, a esfera pública adquire significado distinto do inicial e é assimilada por outras correntes teóricas, como as Teorias Democráticas Contemporâneas. Importante

ressaltar que as diferentes teorias, perspectivas e abordagens com relação à mídia têm impacto direto no entendimento do que seria esfera pública. Não é à toa, portanto, que a mídia passa a ser entendida com novos olhares e desempenha funções chave nas reformulações sobre o conceito habermasiano.

O Modelo Discursivo de Esfera Pública

Influenciado pelas teorias linguísticas que emergem a partir dos anos 1960, as reformulações de Habermas sobre a esfera pública contribuem para elaborar uma teoria discursiva da democracia, levando em conta as trocas simbólicas ocorridas no espaço público e na vida cotidiana (Mattelart & Mattelart, 2011). Em *Teoria da Ação Comunicativa* (2012), é admitida a importância da circulação do discurso público como forma de fortalecimento e legitimação democrática. A concepção de esfera pública é então ampliada a partir do modelo de democracia deliberativa nas sociedades complexas e pluralistas (Maia, 2012), configurado em sua obra *Direito e Democracia* (1997).

A revisão de Habermas se estende ao papel da mídia dentro desse processo. Segundo o autor, para que a esfera pública funcione como mediadora legítima entre Estado e sociedade, é preciso “assegurar a diversidade de meios de comunicação de massa independentes, assim como um amplo acesso de audiências massivas inclusivas à esfera pública” (Habermas, 2008, p. 10). Nesse ponto, é fundamental se considerar a capacidade da mídia comercial tanto em inserir interesses privados na esfera compartilhada, quanto para a apropriação desse espaço por temas que não sejam de interesse público.

Também o papel do jornalismo neste contexto é central, uma vez que é responsável por fornecer informações, opiniões e instrumentos que são apropriados pelos sujeitos para a constituição do debate público ocorrido nestes ambientes por meio de trocas argumentativas (Maia, 2008). Assim, o jornalismo atua na esfera pública “com a responsabilidade de processar as demandas vindas dos atores centrais (políticos, lobistas, representantes administrativos etc.) e dos atores de base (movimentos sociais, associações, grupos minoritários etc.)” (Marques, 2008, p. 29), de forma a estabelecer diálogo entre centro e periferia do sistema político.

Esfera Pública Política e Democracia Deliberativa

Em um contexto mais contemporâneo da teoria habermasiana, surge o conceito de esfera pública política. A partir de *Direito e Democracia* (1997), fica evidente o esforço de Habermas em relacionar a conceituação ao sistema político e institucional das democracias contemporâneas.

A esfera pública passa a ser política quando atua como intermédio de influência da sociedade no sistema da política institucional (Habermas, 1997). Segundo Maia e Fernandes (2002, p. 158), no modelo formulado pelo autor, o direito e as instituições políticas seriam responsáveis por institucionalizar as contribuições dos debates advindos da esfera pública. As autoras explicam que o caráter espontâneo das conversações públicas e das mobilizações de movimentos sociais e grupos de interesse “fazem surgir impulsos promissores para a revitalização de práticas e instituições democráticas” (Maia & Fernandes, 2002, p. 158).

Os estudos em deliberação caminham ao lado do conceito de esfera pública, já que os esforços da teoria habermasiana para o desenvolvimento

de um modelo de democracia deliberativa tem por imperativo a troca pública de razões por meio da interação entre instituições, indivíduos e grupos sociais em diferentes níveis e arenas da sociedade civil.

A partir de *Direito e Democracia* (1997), as colocações de Habermas vão abrir espaço para um rico leque teórico que vai desaguar nas Teorias Democráticas Contemporâneas e nos estudos sobre deliberação. Avritzer (2000) afirma que o autor é responsável por introduzir o valor do debate argumentativo no campo político, a partir da ideia de um espaço de interação diferenciado do Estado, no qual indivíduos poderiam discutir sobre questões políticas, ações dos governantes e apresentar-lhes suas demandas. Dessa maneira, acabou por romper com uma tradição em que o processo deliberativo ficava restrito à tomada de decisão.

Habermas ainda defende que deve haver um esforço racional coletivo na resolução de problemas que afetam a vida comum por meio da troca pública de argumentos. Essa troca, a partir da comunicação e do diálogo, seria responsável por naturalmente levar aos participantes à melhor solução, onde as justificativas fracas seriam descartadas e desconsideradas.

Silva (2004, p. 2) sintetiza os pressupostos da democracia deliberativa em três pontos principais: a “insistência na noção de debate racional” em contraposição à ideia privada de “voto”; o ato público enquanto “ato político por excelência”; e a ideia de igualdade política e sensibilidade ao interesse comum.

Embora tal teoria tenha absorvido grande parte das considerações habermasianas em seus princípios, estas foram alvo de diversas críticas por autores deliberacionistas. Uma das principais diz respeito à questão do uso de um racionalismo que desconsidera fatores como a emoção, a

paixão, a retórica, os interesses pessoais e as desigualdades e opressões que possam estar presentes em um espaço deliberativo (Maia, 2012).

Mouffe (2003) defende que a visão racionalista parte de pressupostos individualistas, que reduzem a política a questões éticas ou econômicas. Sua teoria leva a questionar a possibilidade de um consenso racional em uma esfera pública que busca excluir as paixões, os antagonismos e as relações de poder. Segundo o autor, “a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem as relegar à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático” (Mouffe, 2003, p. 16).

Para Silveirinha (2005), a complexificação da sociedade a partir da reivindicação de novas identidades por atores sociais e vozes minoritárias a serem consideradas, nos leva a uma nova reflexão sobre o que pode ser considerado espaço público e formas de garantir inclusão nos ambientes deliberativos. Ela afirma que a questão foi notadamente excluída das reflexões durante parte da trajetória dos estudos em deliberação, sendo necessário repensar tais apontamentos. A exclusão do cotidiano e de ambientes privados, na visão da autora, “estreita não só o leque de quem pode aceder ao espaço público, mas também o que está aberto a discussão política e a própria forma como pode ser discutido” (Silveirinha, 2005, p. 160).

Nova Realidade Deliberativa: a Mdiatização e suas Implicações

Os estudos em midiatização desenvolvidos por Braga (2006) partem da premissa de que a mídia é um elemento estruturante das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A abordagem vem de uma

tendência dos estudos em comunicação que rompe com o clássico esquema emissor - mensagem - receptor e com qualquer resquício de ação direta dos meios de comunicação na sociedade. Na teoria da midiatização, os sentidos produzidos midiaticamente circulam na sociedade de forma diferida e difusa em um processo complexo.

Nesse sentido, também as práticas políticas têm na comunicação um de seus elementos estruturantes. Guareschi (2007, p. 8) afirma que “não há instância de nossa sociedade que não tenha uma relação profunda com a mídia e que não esteja intrinsecamente contaminada por ela”, de forma que “a comunicação constrói, hoje, o novo ambiente social”.

A teoria da midiatização nos permite observar a esfera pública a partir de uma nova perspectiva: a complexidade do processo comunicativo inerente às sociedades midiatizadas. Dessa forma, a perspectiva da teoria de Braga (2006) nos parece se aproximar do conceito de esfera pública ao oferecer uma nova contribuição da relação entre mídia e sociedade. Tal aproximação se faz evidente no contexto da chamada sociedade da informação, com a predominância das formas de comunicação em rede a nível global por meio do advento da internet.

Apesar de Habermas nunca ter teorizado uma esfera pública virtual, não demorou até que tais formas fossem exploradas por autores da comunicação, abrindo um vasto campo de produções teóricas e empíricas que buscam medir o potencial das redes para a democracia, para a participação política, para a deliberação e para a cidadania. O deslocamento e a canalização de informações de todos os tipos no ambiente virtual e a possibilidade da autocomunicação tornam a internet como ambiente em evidência em grande parte das pesquisas em esfera pública (Maia, 2008b).

Algumas ressalvas, entretanto, se fazem necessárias antes de atribuir à internet tal alcunha. Adaptações teóricas são necessárias na medida em que a garantia de anonimato transforma radicalmente a dinâmica discursiva das discussões online e novos desafios à consolidação de uma esfera pública inclusiva e abrangente são lançados. Não raro, práticas de racismo, sexismo, homofobia e ataques em geral ganham repercussão, impulsionados pelo advento das fake news e outros fatores manejados para influenciar o debate público e a formação da opinião pública. Outro problema é a questão do acesso — material e imaterial — às ferramentas. Além de computadores e redes de wi-fi, é preciso “uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo” (Maia, 2008b, p. 285). Maia (2008b) considera ainda que a resolução discursiva de problemas políticos e sociais esbarra muito mais na apatia política e não em questões dos meios de comunicação.

O Jornalismo e a Mídiaatização da Esfera Pública

O Jornalismo em seus moldes atuais de exercício, baseado nas práticas de reportar acontecimentos factuais por meio de tecnologias de ampla cobertura, tem seu surgimento remetido à Era Moderna, a partir da criação da prensa — no século XV por Johannes Gutenberg — e do fato de que “além das necessidades institucionais, havia a necessidade popular de obter informações e manter-se em dia com os acontecimentos da época, fenômeno que geraria a imprensa periódica”, conforme destaca Enzenberger (1975 citado em Genro Filho, 1987, p. 21). Com ferramentas e contextos favoráveis à sua expansão, o exercício jornalístico se tornou uma profissão baseada, essencialmente e/

ou idealmente, na difusão de informações interpretadas e transmitidas periodicamente à sociedade “com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum” (Beltrão, 2006, p. 30). É justamente a capacidade de orientar a opinião pública que contribui para que esse segmento seja visto como uma esfera de articulação e visibilidade para outros campos sociais.

Nesse cenário, ganha destaque o campo político-democrático e suas pautas. Na lógica deliberativa habermasiana de legitimação da Democracia, o Jornalismo encontra funcionalidade dentro e fora da esfera pública, enquanto subsídio para debates bem embasados e para a formação da opinião entre sujeitos racionais em espaços de livre troca argumentativa. Destacamos, dessa forma, que para Diógenes Lycarião, seguindo a perspectiva proposta por Habermas, a função da imprensa estaria em traduzir, para a linguagem ordinária do mundo da vida, aquilo que é dito em códigos especializados pelo sistema político (Lycarião, 2012). A ação jornalística permitiria, portanto, que os demais sistemas compreendessem ações e normatizações da classe política.

No entanto, com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação e os usos sociais feitos delas — fenômeno contemporâneo de mediatização — há um deslocamento na ordem da produção noticiosa que permite que os próprios sujeitos envolvidos no fato a ser noticiado disseminem a notícia para consumo direto (Fausto Neto, 2012) e que o próprio público noticie aquilo que observa. Assim, na mediatização, o papel do jornalista como mediador entre os extremos perde protagonismo e a cobertura jornalística torna-se autorreferencialista — dando destaque à própria ação do veículo durante a construção noticiosa — e reflexiva, buscando nos feedbacks e ações gerados a partir de seu conteúdo, se

aperfeiçoar para captar interesse do público imerso cada vez mais nas mídias sociais (Carvalho & Lage, 2012).

Mas teria o fenômeno da midiaticização feito com que o Jornalismo deixasse de fornecer embasamento informativo para a deliberação, perdendo assim sua função frente à esfera pública? Esse questionamento se torna ainda mais conveniente em meio ao contexto da presente pesquisa. Atualmente, não só o papel do Jornalismo tem sido questionado, como também o próprio sistema democrático-representativo é atacado por movimentos político-sociais de diversas nacionalidades, inclusive no panorama brasileiro, por fatores como crises econômico-financeiras, falhas no sistema de representação, escândalos de corrupção e a popularização de discursos radicais autocratas.

Como já adiantado, a fim de responder aos questionamentos realizados, seguimos a dinâmica processual de organização de um grupo de debate em ambiente deliberativo face-a-face, a partir de referências apresentadas por produtos jornalísticos selecionados sobre a investigação de corrupção política brasileira intitulada Caso Queiroz. O acontecimento foi amplamente coberto pela mídia jornalística nacional e transnacional, e diz respeito à denúncia de que Flávio Bolsonaro, filho do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, teria participado de um esquema de desvio de verbas e lavagem de dinheiro envolvendo seu ex-assessor, Fabrício Queiroz.

Para a inserção do material jornalístico na dinâmica organizada, reunimos e analisamos enquadramentos de reportagens referentes à temática em cada um dos seguintes veículos: BBC, O Globo, Estadão, El País e Folha de S. Paulo, conforme o exposto na tabela subsequente. Indicamos que os critérios de escolha das notícias e do acontecimento foram repercussão, visibilidade, grau de interesse público e relevância.

A opção por utilizarmos cinco conteúdos jornalísticos para o embasamento da deliberação acerca do ato político, justifica-se pela variedade dos vieses de cobertura, informações, argumentos, razões e justificativas veiculadas. Entendemos que a diversidade de abordagens informacionais é essencial no processo deliberativo, no que se refere à produção e à significação de sentidos, bem como à formação da opinião dos sujeitos. Além disso, ressaltamos que, nas sociedades midiaticizadas, há forte concorrência entre abordagens e conteúdos que circulam na esfera pública, assim, submeter os sujeitos a apenas um enquadramento seria uma simulação artificial.

Tabela 01

Coberturas midiáticas

Veículo jornalístico	Matéria analisada	Viés da matéria
BBC Brasil	“Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF”	Tem como objetivo elucidar os desdobramentos das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro após o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontar movimentações financeiras ilícitas entre Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor, Fabrício Queiroz.
O Globo	“Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”	Foco nas eleições de cargos em secretarias e comissões do Senado, as disputas internas entre partidos aliados e opositores, a derrota do MDB na disputa pela presidência e a redução do número de cargos obtidos pelos partidos na Casa.

O Estado de S. Paulo	“Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da justiça; veja os casos”	Síntese dos casos judiciais envolvendo Flávio Bolsonaro com o objetivo detalhar as investigações e instâncias de acusação e elucidar o andamento dos processos.
El País	“Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro	A matéria mais reflexiva e argumentativa de todas as analisadas. A notícia não é apenas sobre o Caso Queiroz, apesar de este ter destaque, mas sim sobre os casos de corrupção que envolvem os primeiros meses do governo e os conflitos internos do PSL.
Folha de S. Paulo	“Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês”	Aborda o depoimento prestado por Agostinho Moraes da Silva, ex-assessor de Flávio Bolsonaro durante o mandato como deputado estadual na Alerj. O jornal levanta que, mesmo com o testemunho, ainda existem questões a serem esclarecidas pela defesa dos acusados.

Elaboração própria com base nas análises dos produtos midiáticos

À constituição do grupo de debate, reunimos nove pessoas de diferentes faixas-etárias (de 22 a 84 anos), gêneros (5 mulheres e 4 homens), profissões e níveis de escolaridade, com o objetivo de assegurar a diversidade identitária dos envolvidos. Para que fosse possível a apreensão argumentativa antes e depois da inserção do material jornalístico no grupo de debate organizado, fizemos uso de dois recursos: a aplicação de questionários e a análise de enquadramento das discussões. Aplicamos os questionários a cada um dos participantes ao início e ao final do debate, com o intuito de quantificar a variação de posicionamentos após a troca de argumentação e o contato com os conteúdos

jornalísticos. Dessa forma, realizamos oito afirmações relacionadas ao contexto do Caso Queiroz, de acordo com as notícias analisadas, para que os participantes pudessem apresentar concordância ou discordância. Empreendemos a análise de enquadramento das discussões a partir da classificação de elementos discursivos e argumentativos e as justificativas para os posicionamentos. A deliberação promovida foi mediada por um dos pesquisadores envolvidos neste trabalho, o qual adotou posição neutra perante os demais participantes e teve embasamento nas asserções realizadas no mesmo questionário aplicado ao grupo.

Análise das Repostas Obtidas por meio dos Questionários

O questionário foi organizado de acordo com as afirmações:

- Os meios de obtenção das provas contra Flávio Bolsonaro e o ex-assessor Fabrício Queiroz foram ilegais, pois violam o direito ao sigilo bancário dos investigados;
- Investigações sobre corrupção que acontecem antes do mandato parlamentar devem ser conduzidas pelo STF devido ao direito ao foro privilegiado;
- Há casos em que investigações sobre corrupção devem ser conduzidas sob segredo de justiça;
- O ministro do STF, Marco Aurélio Mello, agiu bem em não conceder direito ao foro privilegiado a Flávio Bolsonaro sobre as investigações do caso Queiroz;
- O caso de corrupção conhecido como “Caso Queiroz” prejudica a imagem do governo Bolsonaro;
- A prática, por parte de políticos, de cobrar de seus assessores a devolução de parte dos salários deve ser classificada como corrupção política;

- As acusações contra Flávio Bolsonaro não têm fundamento e servem para atingir o governo de Jair Bolsonaro;
- De forma geral, a mídia tem feito um bom trabalho na cobertura sobre o caso Queiroz.

Apesar de as respostas aos questionários mostrarem certa heterogeneidade e variação dos posicionamentos, três participantes declararam não mudar de opinião em nenhuma das oito questões ao final do debate. Entretanto, notamos que, a partir da inserção de materiais jornalísticos, houve uma redução significativa de pessoas que assinalaram as respostas “não concordo, nem discordo”, “não tenho opinião formada” e “não sei”.

Análise do Debate

No que tange à análise do debate promovido, notamos que pelo fato do grupo ser constituído de forma plural em termos identitários e ideológicos, uma série de sentidos opostos foram produzidos. Por esse ângulo, fica claro que o pano de fundo do debate é constituído na lógica da polarização política que se observa no Brasil desde as manifestações de junho de 2013. De um lado, os mais alinhados ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à esquerda de modo geral, e de outro os alinhados às ideias de direita e ao antipetismo canalizado por Jair Bolsonaro. Por esta razão, em muitos momentos, o debate se tornou acalorado e foram necessárias a mediação e o lembrete para o respeito às falas dos outros participantes.

Entre as apreensões possibilitadas, percebemos como fator comum de direcionamento do debate a junção entre o sentimento de impunidade com relação aos casos de corrupção e o descontentamento com

as instituições políticas, midiáticas e o Poder Judiciário. Além disso, em muitos momentos, o debate se voltou para a questão da mídia e os mecanismos de visibilidade da informação. A perspectiva geral, mesmo antes da inserção dos materiais, foi crítica com relação aos conteúdos midiáticos. A descrédibilização da imprensa fez com que os indivíduos se voltassem a outras formas de acesso à informação, ainda que a veracidade de tais informações não fosse calcadas em fatos concretos. Também observamos a demanda por uma necessidade de maior transparência no que tange às investigações de corrupção, uma vez que a maior parte dos envolvidos na deliberação afirmou acreditar que não deve haver segredo de justiça em nenhuma hipótese. Nesse sentido, ainda que tenha havido o reconhecimento da importância da mídia no fornecimento de dados e informações, ficou nítido que o uso direto dos conteúdos oferecidos foi feito em menor escala, durante o debate. Sobre o afastamento entre os participantes e o conteúdo midiático, ao longo da deliberação, foram suscitados os seguintes fatores relacionados à imprensa: excesso de informação e “sensacionalismo”, capacidade de destruir a reputação de políticos, possibilidade de manipulação dos dados por parte dos produtores da notícia.

Enfatizamos, assim, que os dados e fatos midiáticos em si foram interpretados no debate a partir de leques amplos de significados ligados a experiências pessoais, o que torna a preocupação com essas questões necessárias às pesquisas que se propõem a analisar o debate público. Mesmo nos momentos da estruturação argumentativa lógica, ficou evidente que a base das justificativas estavam relacionadas a questões subjetivas como as experiências pessoais, as narrativas íntimas e de fé, a identidade dos indivíduos. Em alguns momentos, as práticas

argumentativas e de convencimento mais eficazes foram as que produziram emoções e empatia nos demais participantes. A tabela a seguir expõe a síntese das apreensões feitas com base na análise do debate.

Tabela 02

Síntese de apreensões

Âmbito de análise	Apreensões
Cobertura midiática	Postura dos veículos foi neutra e equilibrada. Destacamos que a narrativa midiática ainda estava em construção, no momento da análise.
Posicionamento inicial dos participantes	Opinião sobre o caso não é consolidada, com muitas dúvidas sobre o caso.
Dinâmica do debate	Desrespeitosa em muitos momentos, com polarização e dificuldade de diálogo sobre assuntos divergentes.
Visão sobre a Democracia e as instituições	Alto nível de descontentamento com as instituições democráticas.
Visão sobre a cobertura da mídia	Apesar de acharem a cobertura boa, tentam se afastar do discurso midiático.
Aproveitamento da leitura dos conteúdos oferecidos	Média. Alguns conteúdos foram lidos, mas não todos.

Elaboração própria com base no debate promovido

Considerações Finais

Com base na exploração bibliográfica e na análise empírica realizada no presente trabalho, sublinhamos alguns apontamentos. O primeiro deles se condensa na conservação do papel do Jornalismo enquanto contributo para o desenvolvimento argumentativo em meio a deliberações face a face durante um período em que a esfera pública se torna cada

vez mais midiaticizada. Mesmo observado tal manutenção, ressaltamos que o Jornalismo não atua como protagonista nesse processo, haja visto que o embasamento argumentativo dos envolvidos na deliberação analisada também teve base em justificativas subjetivas e em conteúdos das mídias sociais, na busca pelo distanciamento da mídia jornalística que, segundo os membros do processo deliberativo, não teria isenção na cobertura. Vale lembrar que dinâmica de grupos de discussão face a face pode ser imprevisível e variável de acordo com o próprio grupo em si.

Dessa forma, o segundo apontamento a que atribuímos realce condiz com o fato de que, assim como a esfera pública, o Jornalismo tem atravessado um processo de transformação ainda incompleto e em fluxo contínuo, devido à sua midiaticização. Esse procedimento, em que os sujeitos relacionados ao mencionado campo social são tirados de suas zonas de conforto (Fausto Neto, 2012), tem acarretado mudanças nas práticas profissionais jornalísticas e no consumo de suas produções, além de gerar uma espécie de deslegitimação da atividade, que passaria a poder ser praticada por qualquer um. Nesse cenário, com os antigos receptores tornando-se potenciais produtores informacionais, os meios jornalísticos lidam com uma maior demanda de accountability e com a competição, entre campos sociais das mais diversas ordens, para a produção noticiosa. Como consequência dessa conjuntura, diversas instituições jornalísticas, como o El País, têm optado por uma prática jornalística diferenciada pertencente ao conhecido Jornalismo Especializado que adota um viés declarado de produção, de enquadramento e de exploração argumentativa. Conforme o apreendido a partir da análise, compreendemos que quando claras as intencionalidades e interesses das empresas de mídia, expressas em suas notícias, fica evidente que grande

parte dos discursos formulados pelos participantes da deliberação são midiáticos, seja por concordância ou por derivação e influência.

Uma terceira questão digna de nota é quanto a opção de não ampliar o estudo para as dinâmicas da cibercultura no processo deliberativo das sociedades midiaticizadas. Salientamos que esta investigação vem de sequência prévia de estudos em deliberação, cujos esforços foram centrados no universo digital e nas formas de interação online. Estamos cientes, portanto, dos complexos processos de construção de sentidos, bem como a gestão de informação necessária à qualidade democrática e cidadania — especialmente em tempos de desinformação e polissemia.

A escolha por ambientes face a face de deliberação, com as dinâmicas próprias exibidas e a influência dos conteúdos jornalísticos, se justifica justamente pela carência de estudos com tal foco. Ainda que seja cada vez mais impossível a separação entre presencial e virtual, acreditamos que os resultados apresentados demonstram uma série de tendências no debate público que possuem marcas da cultura digital, como a dificuldade de leituras mais densas e as teorias abstratas notadas nos discursos de diversos participantes ao longo dos debates realizados.

Por fim, um quarto apontamento é sobre a discussão acerca da racionalidade no processo deliberativo. Acentuamos a necessidade de uma guinada definitiva na compreensão dos aspectos emocionais e abstratos que são fatores constituintes do discurso. O grupo participante deste trabalho mostrou que o emocional e o abstrato são, de fato, agentes mobilizadores da participação e condutores da produção de sentidos. Foi nítido que as emoções são o ponto de partida das justificativas, colocando a racionalidade no espaço das justificativas, como construção secundária. Assim, acreditamos que estudos que avaliem o estímulo de

diferentes emoções em espaços deliberativos possam contribuir para a compreensão desses espaços de formas mais complexas.

Referências

- Avritzer, L. (2000). Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (49), 215-238.
- Avritzer, L., & Costa, S. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, 47(4), 703-728.
- Beltrão, L. (2006). *Teoria e Prática do Jornalismo*. FAI & Cátedra Unesco.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. Paulus.
- Carvalho, C. A., & Lage, L. (2012). Midiatização e reflexividade das mediações jornalísticas. In M. Â. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação e Midiatização* (pp. 245-271). EDUFBA.
- Fausto Neto, A. (2012). Midiatização da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo-significante. In M. Â. Mattos, J. Janotti. Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação e Midiatização* (pp. 297-322). EDUFBA.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional - UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75390>

- Gomes, W. (2008). Da discussão à visibilidade. In W. Gomes & R. C. Maia (Orgs.), *Comunicação e democracia Problemas e Perspectivas*. Paulus.
- Guareschi, P. A. (2007). Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*, 1(1), 6.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. (F. B. Siebeneichler, trad.). Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2008). Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Líbero*, ano XI(21), pp. 09-20.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo*. WMF Martins Fontes.
- Lycarião, D. (2012). Sistema dos media e deliberação pública acerca do valor epistêmico da mediação para legitimação democrática. In M. Â. Mattos, J. Janotti. Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação e Midiatização* (pp. 123-148). EDUFBA.
- Maia, R. C. (2008). *Mídia e deliberação*. FGV Editora.
- Maia, R. C. (2012). Emoção, retórica e histórias pessoais na esfera pública. In M. C. Soares, M. M. Vicente, C. J. Napolitano, & D. Rothberg (Orgs.), *Mídia e Cidadania*. Cultura Acadêmica.

- Maia, R., & Fernandes, A. B. (2002). O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 157-171.
- Marques, A. C. S. (2008). Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para articulações entre arenas e atores. *Líbero*, ano XI(21), 23-36.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (2011). *História das teorias da comunicação*. Edições Loyola.
- Silva, F. C. (2004). *Democracia deliberativa: avaliando os seus limites* [Trabalho apresentado em Congresso]. II Meeting of the Portuguese Political Science Association, Lisboa, Portugal.
- Silveirinha, M. J. (2007). Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público. In J. C. Correia (Orgs.), *Comunicação e Política* (pp. 139-169). Estudos em Comunicação.

Feminismo e os Movimentos Sociais: uma Análise da Produção Acadêmica acerca do Feminismo no Brasil

Denise Cristina Belam Fioravanti
Francisco Arrais Nascimento
Daniel Martínez-Ávila
Deise Maria Antonio Sabbag

Ao imergir no domínio dos Estudos Feministas, para além de seu enquadramento enquanto subárea do domínio Estudos de Gênero, se pode observar todo um construto histórico que compõe uma multifacetada área regida por uma ideologia que se apresenta de forma distinta em cada uma das múltiplas vertentes. Ancorando-se em demandas específicas alocadas sob recortes temporais, de raça, classe e de origem geográfica que marcam as ondas do movimento feminista compreendendo que “as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo” (Davis, 2017, p. 22).

Logo, se pode vislumbrar que historicamente há uma construção social, cultural, política e econômica sobre e em torno do gênero enquanto alicerce das discussões que se desdobraram, em tempos hodiernos, no que se pode nomear de Movimento Feminista. Ressalta-se que, a compreensão acerca do Movimento Feminista se faz necessária ante o

avanço das discussões dos Estudos Feministas, também, em um nível científico, de forma a reforçar o lastro de compreensão do leitor acerca do debate que norteia tal estudo.

Uma vez que, a divisão binária de gênero (Masculino e Feminino), separa as partes sob o respaldo de discursos hegemônicos estruturados como forma de reprodução de padrões estéticos e comportamentais arraigados no patriarcado, no machismo e adotados pela heteronormatividade. Tal organização da produção social do conhecimento faz com que não apenas o Gênero, mas as sexualidades sejam determinadas como dispositivo de controle social, criando um sofisticado aparelho de sequestro moderno que de forma insidiosa fabrica a norma. Esse discurso normalizar funciona como uma técnica de controle que fomenta esta divisão que faz uso da invisibilidade, do silenciamento de outros discursos e do apagamento como forma de coerção/pena para aqueles que destoam da norma vigente, punindo, cerceando direitos e alocando no marginalia os sujeitos que não se enquadram nos padrões vigentes ou que não se adequam ao proselitismo social adotado enquanto norma.

É necessário pontuar que o domínio das Sexualidades para além do Gênero configura-se como um domínio plural, dadas as suas multifacetadas manifestações e representações, para além de sua volatilidade, uma vez que, as sexualidades enquanto construtos sociais não se apresentam de forma fixa e imutável. Denizart (1997, p. 9) afirma que “a sexualidade é ‘uma fantasia passageira’, a ser usufruída como bem a entendemos”. Assim, alicerçando-se sob esse discurso em tempos hodiernos, pode-se observar o emergir de Identidades de Gênero tais

como *Crossdressers* (CD)¹, *Drag Queens*, *Drag Kings*², além de gêneros não ocidentais (Fernandes, 2015) que apresentam uma natureza fronteiriça entre os gêneros binários (Masculino e Feminino), “borrando” as margens do sistema binário, criando algo novo, estranho e diverso, que não apenas destoa do que está posto, mas atua de forma política na construção de uma pluralidade apagada histórico culturalmente em função de sua natureza.

Sobretudo, salienta-se que existem identidades de gênero que se constituem de múltiplos gêneros, assim como também a ausência de gênero, a parcialidade de gênero, entre outras manifestações identitárias. Dessa forma, se pode identificar algumas dessas identidades de gênero como forma de ilustração, uma vez que as mesmas não são foco do estudo aqui apresentado, mas que permeiam o estudo uma vez que Gênero e Sexualidade são associados na literatura e, em muitos casos, confundidos devido a não naturalização dos mesmos e da quantidade de novas identidades, tanto de gênero quanto sexuais, que povoam as fronteiras estabelecidas entre os gêneros binários.

Essa ampla tipologia amplia as fronteiras do fenômeno e lança luz sobre as zonas de sombra da sociedade, fazendo-se perceber o aparato

-
1. Termo referente a pessoas que vestem roupas ou usam objetos associados ao sexo oposto, por qualquer uma de muitas razões, desde vivenciar uma faceta feminina (para os homens), masculina (para as mulheres), motivos profissionais, para obter gratificação sexual, ou outras. O *crossdressing*, não está relacionado à orientação sexual nem a transexualidade, um *crossdresser* pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual.
 2. Artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito geralmente profissional artístico. Chama-se *Drag Queen* o homem que se veste com roupas exageradas femininas estilizadas, e *Drag King* a mulher que se veste como homem. Os primeiros registros apresentam-se como “Dr. A.G.” (*Dressed As a Girl*, traduzido por “vestido como uma garota”) sigla utilizada por William Shakespeare para diferenciar seus atores no roteiro das peças.

sociocultural do qual emergem atores que podem modificar a forma como as relações estabelecidas socialmente são representadas, visualizadas e compreendidas, para além da narrativa histórica eleita que apresenta preconceitos e antipatias sendo norteadas por proselitismos sociais e com isso certificando estereótipos (Berman, 1993). Tal debate, tem grande influência nas demandas não só do Movimento Feminista nas últimas cinco décadas, mas também no Movimento LGBTQIAP+³, e no próprio Movimento Negro que tem outras agendas dadas suas construções históricas, o que também tem sido traduzido por reivindicações, teorias, metodologia e pesquisas voltadas a estes grupos específicos na organização do conhecimento (Martínez-Ávila et al., 2016).

Nesse ínterim sob o viés da memória se pode compreender que toda memória é construída por uma sociedade, grupo de indivíduos, estrato social. Halbwachs (1990) afirma que a memória é o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um contexto de recordações comuns a determinado grupo, ou seja, só tem razão para um conjunto de indivíduos que fazem parte do mesmo meio social. O autor enfatiza o conceito de coesão social, quadros sociais que produzem uma coesão social onde os laços estarão explícitos dentro de uma formação de identidade que está preservada e conservada nos lugares de memória.

A memória compartilhada por grupos classificados como marginais procura através de relatos, tornarem suas experiências fatos importantes para a história. Neste contexto pode-se destacar que a construção da memória ocorre em condições de interesses de poder, onde o dominante

3. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Inrtersexo, Assexual, Arromantico, Agênero, Panssexuais, Polisssexuais, Não binários para além de todas a identidades sexuais e de gênero que se encontram a margem da heteronormatividade.

dita o que deve e o que não se deve ser lembrado pelo sujeito dominado. Essa seleção está em constante negociação com a memória individual de sujeitos ou de grupos (Halbwachs, 1990).

Para Ricoeur (2007), a memória individual é tão somente a constituição da memória presente em cada indivíduo, uma combinação desordenada das memórias adquiridas em diferentes grupos nos quais ele sofre influência, isso justificaria em grande parte, porque algumas pessoas guardam memórias diferentes de outras. Neste sentido, não é senão “a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma” (Ricoeur, 2007, p. 130). Pollak (1989, p. 4) nomeia períodos de silenciamentos sociais de memórias subterrâneas⁴ para que atos ou atitudes revolucionárias, depois de um grande período silenciadas, possam cair no esquecimento.

No contexto histórico de cidadania, uma das principais pautas do movimento Feminista, experiências antes silenciadas, ganharam força e foram julgadas importantes de serem narradas como forma de disseminação e estudo. Através de práticas sociais, culturais e religiosas, situações “escondidas” por aqueles que detinham o poder, puderam ser conhecidas e incluídas nos discursos históricos. Práticas femininas foram conhecidas, começando pelos movimentos das trabalhadoras e militantes, históricas⁵, prostitutas,

-
4. “Memórias Subterrâneas” análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, muitas vezes estratégia para a consolidação de projetos de poder.
 5. Durante um tempo a histeria foi encarada como uma doença que seria causada por um “mal feminino”. Não queria casar? Histérica. Não se interessava por homens? Histérica. Queria estudar e trabalhar? Histérica. Mulher independente? Histérica. Ou seja, ser histérica no final dos anos 1800 e início dos anos 1900, era também desviar das categorias normativas de gênero, entre outras coisas. Muito tentou se fazer para “curar” a histeria, como por exemplo, retirar o útero ou terapias de choque.

bruxas⁶, parteiras, as loucas⁷, domésticas entre outras. Segundo Rago (1998, p. 14) “a ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento”.

As primeiras discussões científicas geradas em relação ao conceito de gênero, surgem na década de 50, quando o Dr. John Money, da Universidade John Hopkins, utiliza o estudo da redesignação sexual em pessoas intersexuais, nesse momento ele levanta o questionamento sobre indivíduos que nascem com uma genitália indefinida, chegando à conclusão que a questão do gênero não está ligada ao genital como fator de construção de gênero, ideias hoje pensadas de maneiras diferentes em função do próprio espaço auferido na academia e, conseqüentemente, na produção do conhecimento para além do discurso médico científico que vigorou desde os séculos XVIII e XIX, com Tissot (2003) e Krafft-Ebing (1895), e que ainda ecoa em tempos atuais.

É necessário conhecer abordagens que tratam a questão de gênero fora do contexto homem e mulher, onde as relações partem de indivíduos que não se encaixam perante termos propostos pela sociedade, como é o caso de transexuais e travestis que, apesar de carregarem dentro de si uma característica, não podem exercer o seu papel de escolha por não estarem presentes dentro de padrões normativos, sendo assim, entende-se a categoria de gênero como um sistema binário, dicotômico.

-
6. As bruxas representam para o movimento feminista não somente resistência, força, coragem, mas também a rebeldia na busca de novos horizontes emancipadores
 7. Muitas mulheres foram arrastadas para manicômios com a intenção de serem silenciadas, eram taxadas de loucas, perdiam o controle de seus corpos. Essa era uma das formas de dizer que as mulheres não poderiam fazer o que elas quisessem.

Ou seja, onde se digo que você é homem, automaticamente você não pode ser mulher, o que nos passa a ideia que somos classificados de acordo com os aparelhos reprodutores e não por nossa identidade de gênero construída socioculturalmente. Ressalta-se o surgimento nos últimos anos de um grupo dentro do movimento feminista denominado *Trans-exclusionary Radical Feminist* (TERF), que se configura como uma ruptura alocada contra a faceta trans do movimento feminista que não reconhece a identidade de gênero de pessoas trans.

Na década de 1960 os estudos de Michel Foucault sobre o poder, o sexo e a sexualidade, resultaram em um importante cenário em que o sexo pode ser desnaturalizado, passando a ser investigado como uma essência discursiva construída ao longo da história. Em 1970, sempre articulados com movimentos sociais e populares, surgiram ações que lutavam por moradias, melhores condições de vida das mulheres, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades, somados aos movimentos políticos, incluindo anistia aos presos políticos, luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país, do movimento dos homossexuais e diferentes minorias (Mato & Oliveira, 2017, p. 288).

Segundo Narvaz e Koller (2006, p. 648) “o feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes”. Surgiram mulheres que buscavam a transformação e levavam o conhecimento às demais companheiras. Começava então os movimentos femininos e assim “abriram escolas, publicaram livros e enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever” (Duarte, 2003, p. 153).

Pedro (2005, p.78) afirma que as relações existentes entre sexo e gênero são fruto de uma vertente cultural, onde através dos movimentos feministas que surgiram a partir dos anos 1980, a palavra gênero foi adotada no lugar de sexo. Ao mesmo tempo muito preocupado em reconhecer a importância da diferenciação sexual das experiências sociais Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria do gênero, em uma atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino.

A separação de sexo/gênero é suporte para as discussões da política feminista. Os comportamentos sociais imputados a homens e mulheres são marcados pelas diferenças culturais. O papel destinado ao homem sempre foi de superioridade em relação ao designado às mulheres, isso parte de uma cultura patriarcal enraizada, onde a mulher é entregue a papéis de submissão.

Para Butler (2003), discutir essa relação, foi o início para seus questionamentos em relação às mulheres como sujeito do feminismo. Estas duas categorias sempre estão presentes nessas discussões, pois se entende gênero como as relações sociais e culturais construídas entre as pessoas que, segundo Joan Scott, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Este autor entende também que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1988, p. 75). Logo, conceituar e identificar historicamente a construção do Movimento Feminista faz com que seja vislumbrado o norte do estudo no campo não apenas da memória, mas também da Ciência da Informação (CI)

como forma de sedimentação do conhecimento para que o mesmo venha a servir de alicerce para estudos futuros na área.

A Ciência da informação enquanto campo interdisciplinar que estuda dados informacionais, como a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação até o processo de transformação de dados em conhecimento. Apesar de ser uma ciência interdisciplinar, são poucas as discussões a respeito dos movimentos sociais, como é o caso das mulheres, feministas, gays e de lésbicas dentro do universo científico brasileiro. Nos anos 1990, com a globalização e a realização de várias conferências mundiais das Organizações das Nações Unidas (ONU), a sociedade teve acesso às mais complexas identidades culturais presentes e representadas, possibilitando diálogos multiculturais. Com a diversidade social, o aumento de protestos, a consolidação dos padrões de atuação institucional nas diferentes esferas governamentais, surge uma nova forma de poder na esfera do conhecimento, a saber: os Movimentos Sociais.

De acordo com Luvizotto, Amôr e Caldeira (2018, p. 620), os movimentos sociais podem ser considerados como “fontes de inovação, geradoras de saberes e possuem caráter democrático e cidadão, justificando a realização de análises que privilegiem o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos sujeitos em sua prática cotidiana”. Uma das grandes demandas dos movimentos sociais é promover a democratização das relações sociais e a redefinição de papéis sociais, discursos e identidades, por meio da luta, das redes de articulação entre os sujeitos sociais e os processos de construção do conhecimento.

Autoras como a Gohn (2012) e Scherer-Warrwn (2014) consideram os movimentos sociais como uma ação social coletiva, caracterizada pelo agrupamento de pessoas que se identificam em torno de uma causa ou demanda específica. Ainda, as autoras destacam que os movimentos sociais possuem estrutura, sociabilidade e mecanismos de ação próprios de acordo com cada época e circunstância e segundo Luvizotto, Amôr e Caldeira (2018, pp. 621-622), “é por meio das ações empreendidas pelos movimentos e pelos ativistas que suas demandas, ideologias, críticas ou denúncias são apresentadas para a sociedade”.

Segundo Gohn (2011, p. 336) os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. A autora destaca que no Brasil foi apenas nas três últimas décadas que os movimentos sociais ganharam destaque. A partir da década de 1990, segundo a autora, é possível observar uma qualificação e estruturação dos movimentos, a partir de ações motivadas com mais organização e menos pressão baseada em uma nova cultura e contribuições dos diferentes tipos de movimentos para o processo de democratização do país para reconstrução de valores democráticos (Gohn, 2012).

É importante salientar que o século XXI inaugurou uma nova fase para os movimentos sociais e para a mobilização social. A organização em redes e o uso de tecnologias móveis e a internet passam a ser uma ferramenta para a articulação destes movimentos e essas tecnologias passaram a ser utilizadas amplamente na difusão de informações. A informação evidencia-se como fator que condiciona a ação social e segundo Castells (2013), passa a ser fundamental para os movimentos sociais e

para os ativistas. Como explica Raquel Recuero (2009), a conexão em rede permite que os sujeitos sociais se articulem e estabeleçam vínculos identitários com outros sujeitos que possuam demandas semelhantes ou idênticas às suas, criando nós que representam a ligação entre esses sujeitos sociais e isso é fundamental para os movimentos sociais e para a visibilidade dos mesmos:

Os sites de redes sociais permitem os atores sociais estar mais conectados. Isso significa que há um aumento da visibilidade social desses nós. A visibilidade é constituída enquanto um valor porque proporciona que os nós sejamos mais visíveis na rede. Com isso, um determinado nó pode amplificar os valores que são obtidos através dessas conexões, como o suporte social e as informações. [...] O surgimento da Internet proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa. Tal mudança criou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais. (Recuero, 2009, p. 108)

Este contexto, no qual as relações sociais passam a ser permeadas pela conectividade da internet, favorece os movimentos sociais e especialmente os movimentos feministas, que teve nas duas últimas décadas uma maior ressonância e representatividade no cenário nacional. Isso ocorreu porque grupos de mulheres organizadas em torno de sua causa passaram a se expressar através da rede mundial de computadores, ganhando adeptas a suas causas, legitimando as suas demandas e tornando públicas situações de agressão, discriminação e abusos de todos os tipos. De mesmo modo, estudos sobre gênero, estudos feministas ou que apresentam abordagens sobre a condição da mulher ganharam forma e força e passaram a ser mais comuns nas universidades Brasil afora.

Estudos sobre movimentos sociais estão presentes em várias áreas do conhecimento e representam importante reflexão sobre os grupos sociais, sobre a diversidade cultural, a desigualdade social, as demandas das minorias, as políticas públicas e as relações sociais de modo geral.

Dessa forma, sabendo que o principal objetivo da Ciência da Informação é compreender, organizar, preservar e disseminar a informação e que a base de dados *Scopus* é uma das mais importantes base do ponto de vista de alcance, e qualidade para a Ciência da Informação, as questões de pesquisa do presente trabalho fazem-se presentes, a saber: a área das ciências sociais tem sido representada de forma eficiente e indexada pela base de dados Scopus para que possam servir de base em estudos científicos? No âmbito da base de dados Scopus qual o impacto da produção de natureza feminista e/ou que faça uso do feminismo como objeto?

Nesse íterim objetivou-se compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados Scopus e entender como o feminismo, enquanto movimento social, vem sendo abordado pela comunidade científica brasileira.

Aspectos Metodológicos

Como vereda metodológica para alcançar o objetivo proposto a pesquisa caracteriza-se enquanto quantitativa de natureza exploratória, alicerçada em pesquisa bibliográfica, utilizando-se das técnicas de Análise de Domínio, norteadas pelos aspectos epistemológicos, ontológicos e até mesmo sociológicos, a partir de trabalhos de Hjørland

&Albrechtsen (1995), Moya-Anegón & Herrero-Solana (2001), Hjørland (2002, 2004, 2017), Tennis (2003), Smiraglia (2011, 2012, 2015).

A coleta foi realizada sob o recorte cronológico que compreende o período de 1999 a 2018, tendo exclusivamente a base Scopus como espaço da pesquisa. Uma ordem lógica composta por três etapas foi organizada para alcance pragmático dos propostos estabelecidos:

Etapas 1 – Coleta da produção sobre o feminismo na base Scopus;

Etapas 2 – Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil;

Etapas 3 – Análise de artigos sobre feminismo realizados pelas Ciências sociais.

Primeira etapa - Coleta dos dados. Conforme indicado anteriormente, a busca foi realizada em abril de 2018 a partir do termo *Feminism*, que foi verificado nos metadados título, resumo e palavras-chave. Como resultados foram recuperados 17.672 documentos. Destes, após um refinamento entre os tipos de documentos recuperados, foram selecionados 11.791 artigos e, entre eles, a partir da seleção por país, indicando o Brasil, foram recuperados 167 documentos, constituindo o corpus da pesquisa.

Segunda Etapa - Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil, aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos foram identificados e analisados. Para a pesquisa caracterizou-se o Feminismo como o domínio necessário para o desenvolvimento do estudo, dentro deste contexto selecionou-se termos dentro do título, nos resumos e nas palavras-chave.

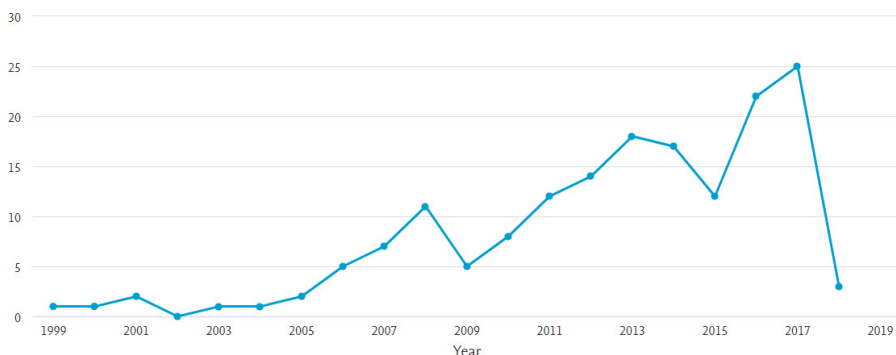
Etapa 3 - As análises são apresentadas na forma de gráficos que mostram a evolução das publicações, bem como seus aspectos de produção e área do conhecimento.

Resultados e Análises

Da análise dos 167 artigos publicados em 20 anos, tal como o Figura 1, nota-se que do total apenas 1 documento foi publicado em 1999, e que as publicações começaram aumentar significativamente a partir do ano de 2008. Esse aumento na produção ocorreu após grandes conquistas no universo feminino, dentre eles a Lei Maria da Penha de 2006⁸.

Figura 1

Evolução do número de documentos por ano



Base de dados *scopus*.

8. A lei Maria da Penha (11.240/06), cria mecanismos para prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

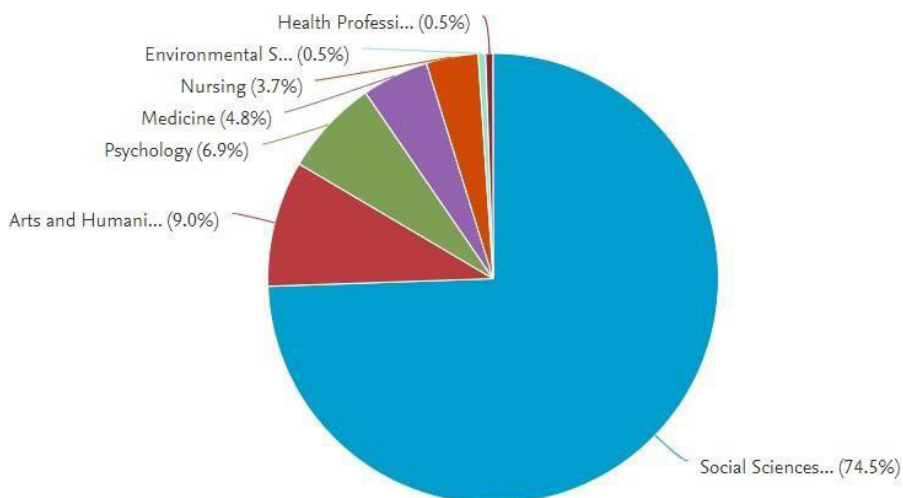
Destaca-se que, a maior frequência de publicações foi o ano 2017 (com 25 publicações) seguido do ano 2016 com 22. O ano 2018 apresenta um número menor de publicações de apenas 3 documentos, este número pode ser explicado pelo fato da pesquisa ter sido iniciada em abril de 2018, pelo tanto ter um número de trabalhos indexados menor.

A análise das áreas de maior publicação na Scopus sobre feminismo (Figura 2) mostra uma predominância das Ciências Sociais. Pode-se observar que cerca 74,5% da produção científica encontrada na *Scopus* foi no campo das Ciências Sociais, mostrando relações de domínio e poder que dividem o mundo social e exclui gêneros, não justificando ausência de mulheres na política, na presença constante em notícias sobre violência, na sexualidade domesticada e tantas outras formas de depreciação da mulher. Os movimentos sociais feministas, lutam contra a situação de inferioridade em que a mulher ainda vive na sociedade, buscando: o fim da desigualdade salarial (na prática) entre homens e mulheres; igualdade e a participação das mulheres no cenário político do país, tanto na ocupação de cargos políticos como na tomada de decisões; Discussões sobre saúde ligadas diretamente à condição de ser mulher: como prevenção de doenças, sexualidade e discussão sobre o direito ao aborto; combate aos diferentes tipos de assédio, como o moral e o sexual; Fim da violência contra a mulher: violências dentro de relacionamentos, violência sexual, assédio moral, violência obstétrica. Um grande avanço nas conquistas sociais foi a Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos, outra grande conquista e provavelmente a mais conhecida das ações de proteção às vítimas seja a Lei Maria da Penha. O movimento feminista brasileiro pode contar

com os esforços da Secretaria de Políticas das Mulheres, que atua não apenas pela redução desigualdade dos gêneros, mas também para ajudar na redução da miséria e de pobreza para, assim, garantir a autonomia econômica das brasileiras.

Figura 2

Distribuição de documentos por área do conhecimento



Base de dados *Scopus*.

Considerações Finais

Após o termino da análise de dados se pode concluir que a produção científica que apresenta o Feminismo como Tema e/ou Objeto de estudos tem auferido largo espaço no âmbito acadêmico de forma a representar um extrato de produção relevante, apesar de compreender que, as relações foram construídas historicamente e os discursos enraizados na

sociedade, em que a mulher fora subordinada e alocada em condição de inferioridade. Logo, em todas as áreas do conhecimento pesquisados se pode perceber vertentes feministas construindo um processo social amplo no campo da produção do conhecimento.

Notou-se um crescimento significativo da produção acadêmica por meio da Ciências Sociais enquanto área do conhecimento, fazendo com que a população não só acadêmica, tivesse acesso a trabalhos desenvolvidos dentro e fora das universidades, ancorando-se no tripé das instituições de maior produção acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão). A produção científica apresentou um crescimento ascendente após a implementação da lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (Lei 13.104), ambas contribuíram de forma profunda e irreversível para os processos de subjetivação e construção de uma sociedade com padrões de equidade não tão dispares.

Referências

- Berman, S. (1993). *Prejudice and antipathies: a tract on the LC subject heads concerning people* (2ª ed.). McFarland & Company Inc. Publishers.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Editora Zahar.
- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo.

- De-Moya-Anegón, F., & Herrero Solana, V. (2001). Análise de domínio da revista mexicana Investigación Bibliotecológica. *Informação, cultura e sociedade*, (5), 10-28.
- Denizart, H. (1997). *Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro*. Jorge Zahar ed.
- Duarte, C. L. (2003). Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, 17(49), 151-172.
- Fernandes, E. R. (2015). *Descolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos* [Tese Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19269>
- Gohn, M. D. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*, 16(47), 333-361.
- Gohn, M. da G. (2012). *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória coletiva*. Vértice/Revista dos Tribunais.
- Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science. *Journal of documentation*, 58(4), 422-462.

- Hjørland, B. (2004). Domain analysis: A socio-cognitive orientation for information science research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, 30(3), 17- 21.
- Hjørland, B. (2017). Domain analysis. *KO Knowledge Organization*, 44(6), 436-464.
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain analysis. *Journal of the American society for information science*, 46(6), 400-425.
- Krafft-Ebing, R. (1895). *Psychopathia sexualis*. Georges Carré Editeur.
- Luvizotto, C. K., Amôr, A. C. C., & Caldeira, P. S. (2018). Study of the Approaches on the “Civic Center Massacre” in Magazines Carta Capital and Revista Fórum. *Brazilian Journalism Research (BJR)*, 14(2), 618-637.
- Martínez-Ávila, D., Semidão, R., & Ferreira, M. (2016). Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, 43(2), 118-125.
- Matos, G. I., & Oliveira, E. F. T. de. (2017). Estudo de Gênero e Feminismo: Uma Análise Bibliométrica da Revista Estudos Feministas. Informação, conhecimento e modelos. In M. A. Alves, M. C. C. Grácio, & D. Martinez-Ávila (Orgs.), *Informação, conhecimento e modelos* (pp. 285-297). Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência; Oficina Universitária.

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11(3), 647-654.
- Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 24(1), 77-98.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Rago, M. (1998). *Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural*. Ed. Mulheres.
- Recuero, R. (2009). Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. *Metamorfoses jornalísticas*, 2, 1-269.
- Ricoeur, P. (2007). *A Memória, a História, o Esquecimento*. Editora da Unicamp.
- Scherer-Warren, I. (2014). Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, 13(28), 13-34.
- Scott, J. (1988). *Gender and the politics of history*. Columbia University Press.
- Smiraglia, R. P. (2011). Domain coherence within Knowledge Organization: People, Interacting Theoretically, Across Geopolitical and Cultural

Boundaries. In P. Mckenzie, K. Johnson, S. Stevens (Eds.), Exploring interactions of people, places and information, *Proceedings of the 39th Annual CAIS/ACSI Conference*, Univ. of N. Brunswick, Fredericton, Canada, June.

Smiraglia, R. P. (2015). Domain analysis of domain analysis for knowledge organization: Observations on an emergent methodological cluster. *KO Knowledge Organization*, 42(8), 602- 614.

Smiraglia, R. P. (2012). Epistemology of Domain Analysis. In H.-L. Lee, & R. P. Smiraglia (Eds.), *Cultural frames of knowledge* (pp. 111-124). Ergon.

Tennis, J. (2003). Two axes of domains for domain analysis. *Knowledge organization*, 30(3/4), 191-195.

Tissot, S.A. (2003). *El onanismo*. Asociación Española de Neuropsiquiatría.

Mídia Independente e Independência do Jornalismo: um Olhar sobre uma Rede em Busca de seus Caminhos

David Renault
Marcia Marques
Ana Elizabeth de Almeida Gomes

O conceito de mídia independente abriga várias definições, entre elas, a de meios que praticam um jornalismo fora dos padrões dos veículos tradicionais, com autonomia editorial, de operação, ou aquele feito na internet. Entender esse fenômeno que cresce a cada dia com o avanço das novas tecnologias atrai pesquisadores de vários campos, que se debruçam sobre a rede formada por blogs, sites e portais em torno da produção jornalística, que se autônoma de mídia ou jornalismo independente. O objetivo deste trabalho é discutir e apresentar uma fotografia dessa rede no Brasil, resultado de uma pesquisa realizada em 2017 e 2018, outra que está em andamento, e tentar identificar os seus possíveis caminhos.

O trabalho anterior e a retomada da investigação são do grupo de pesquisa *Jornalismo e Memória na Comunicação*, certificado

pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹. Nesta reavaliação do cenário, fizemos nova pesquisa exploratória com integrantes desta rede independente, por meio da aplicação de uma survey que sofreu algumas modificações em relação à primeira. Os resultados obtidos, sempre que possível, são comparados ao trabalho anterior, cujos dados e informações foram essenciais para orientação da nova investigação do grupo, que será multiplicada por diferentes pesquisas, com diversidade de metodologias e perspectivas teóricas, em torno desta rede complexa.

Em agosto de 2020, o grupo *Jornalismo e Memória na Comunicação* iniciou a nova fase do projeto para, partir dos resultados anteriores, identificar o cenário atual, que inclui manter as questões ainda presentes sobre as formas de financiamento das mídias independentes nas redes sociais, ou a falta dele, o que tem levado ao desaparecimento desses veículos. De uma lista inicial de 30 que funcionavam em 2016, por exemplo, 10 foram descartados por terem parado de publicar ou mudado completamente sua linha editorial, investindo, por exemplo, no jornalismo segmentado.

A pequena fotografia que fizemos desta rede de jornalismo independente nos mostra uma característica básica: há diversidade. Assim como se enquadram em diferentes acepções do conceito de “independente”, um

1. Informações processadas na pesquisa foram apresentadas em discussões no Colóquio Mudanças Estruturais no Jornalismo (Mejor 2019) no Canadá. O relatório final da pesquisa, não publicado, - *Modelos de financiamento no jornalismo independente contemporâneo: como se mantêm os veículos que se denominam independentes e jornalísticos?* – foi produzido por David Renault, Márcia Marques, Marcelo Souza de Jesus e Paula Evelyn Barbosa. Disponível no espelho do grupo de pesquisa, Jornalismo e Memória na Comunicação (s.d.)em repercussões dos trabalhos.

olhar sobre o “quem somos” dos endereços dos veículos que responderam à pesquisa e sobre a organização editorial mostra uma multiplicidade de construção de sentido a partir da realidade social. Há veículos que mantêm permanente cobertura e tratamento de temas identitários – como se referem hoje às pautas de gênero e raça, por exemplo. Há editorias específicas para acompanhar movimentos sociais e programas voltados para a cidadania, como a Rede Brasil Atual, criada a partir do movimento sindical. Ou a Revista Fórum, que nasceu inspirada no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS) no início deste século, organizado por entidades e coletivos com forte ligação de movimentos sociais. O que vários dos veículos procuram é dar voz à representação de determinados movimentos sociais, até como contraponto à tímida cobertura da mídia tradicional, justificativa suficiente para a inserção deste artigo na temática Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais.

Na nova fase do trabalho seguimos com o método do paradigma indiciário proposto por Ginzburg (2007) para a observação deste mundo complexo. Em busca de pistas, sintomas e sinais utilizamos uma mescla de metodologias quantitativas e qualitativas. Nesta nova etapa, foram resgatados alguns dados da pesquisa anterior, como a lista de blogs e portais jornalísticos que apresentavam conteúdos jornalísticos de forma preponderante. Atualizada a lista de veículos a serem pesquisados, chegou-se ao número de 85, com os quais foi feito algum tipo de contato (e-mail, mensagem pelo Fale Conosco, WhatsApp, Messenger).

Na elaboração das questões que tipificassem a produção desses veículos, utilizamos conceitos de jornalismo informativo (que inclui a vigilância social), opinativo, interpretativo (onde se insere o papel educativo

e esclarecedor), o diversional e o utilitário (Melo, 2016, pp. 39-56)². Acrescentamos novos nomes na lista, a partir da sugestão dos próprios entrevistados e também da consulta em grupos de profissionais jornalistas, como o da campanha “conteúdo jornalístico tem valor”, no WhatsApp. Continua complexo observar este grupo bastante heterogêneo, suas formas de financiamento e de organização da produção. Porque os seus atores, como acontece nas redes, são diversos: podem ser pessoa física ou jurídica, um indivíduo ou um coletivo e têm em comum o uso da internet como meio de propagar o que consideram jornalismo independente. (Barabási, 2008; Jenkins, 2009)

Com o uso de uma mescla de metodologias³ a pesquisa da fase inicial do projeto, iniciada em 2017 e concluída em 2018, buscava retratar o chamado jornalismo independente praticado naquele momento na internet por meio de blogs, sites e portais. A pesquisa adotou o termo jornalismo independente, sobretudo, porque é assim que a maioria dos veículos analisados se autodenominavam. Também em função de divergências conceituais, já que em alguns estudos e trabalhos da época eram também identificados como jornalismo alternativo ou mídia/imprensa alternativa, imprensa nanica, midialivrisimo ou mídia livre. A expressão “independente” remete à definição de “independência” da Organização

-
2. Utilizamos a classificação de José Marques na survey. Ele inclui no gênero informativo: Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista; no opinativo: Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica; no interpretativo: Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê; no diversional: História de interesse humano, História colorida; e no utilitário: Indicador, Cotação, Roteiro e Serviço.
 3. Além da survey, também coletamos dados para Análise de Redes Sociais, a metodologia estatística de observação das redes por meio de grafos que permitem visualizar as relações entre atores. Temos previsão de entrevistas qualitativas para aprofundamento das informações encontradas neste levantamento inicial, de caráter mais quantitativo.

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em documento sobre a liberdade de expressão e de mídia e desenvolvimento, que diz:

o termo independência se refere especificamente ao grau de liberdade de operação dos canais de mídia e dos jornalistas independentemente de interesses governamentais e de outros tipos e em que a ética profissional permita que eles desempenhem seu papel de serviço de utilidade pública, incluindo o de vigilância. (Unesco, 2016, p. 72.)

Esclareça-se que o conceito da Unesco não tem referências sobre a sustentação dessas organizações nem mesmo a eventuais questões ou posições políticas ideológicas. Entendemos, então, como a liberdade para produção, com respeito à ética profissional, superando outros interesses. Um grupo de pesquisadores do Observatório da Ética Jornalística (ObjETHOS), da Universidade Federal de Santa Catarina, debruçou-se sobre o conceito de independência aplicado ao jornalismo. O debate sobre este tema, mostra o estudo, é tão antigo quanto o que envolve a questão da liberdade de imprensa (Assis, Camasão, Silva & Cristofollette, 2017).

O conceito foi reivindicado na Europa primeiro pelo setor privado, como contraponto à mídia estatal e também foi utilizado para definir um jeito diferente de fazer jornalismo, fora das regras de mercado. Em algumas definições, é todo o jornalismo feito na internet, desligado do *mainstream* da indústria de mídia. Ou o que representa uma negação à dependência – algo próximo a um misto das ideias de autonomia e ausência de controle. Os pesquisadores apontam ainda a relação dialética entre independência e regulação e ressaltam que este conceito é permanentemente ligado ao direito à informação e à ação ativista, próxima

dos movimentos sociais. O financiamento, ressaltam, é o calcanhar de Aquiles da independência.

As características dos empreendimentos jornalísticos que se autointitulam independentes na atualidade revelam ainda um alto grau de idealização em torno dessa categoria, o que contribui para uma certa fetichização dessa condição. De igual monta, percebe-se ainda uma evidente fragilidade financeira da maior parte dessas iniciativas, o que as leva a buscar soluções de sustentabilidade que também não garantem a plenitude na autonomia, embora contem com maior liberdade editorial. (Assis et al., p. 15)

Do Olho no Passado para Compreender o Presente

Paralelamente à aplicação dos questionários e para melhor compreender o cenário do jornalismo independente brasileiro no Século XXI, empreendemos uma pesquisa histórica sobre a chamada imprensa alternativa. Alternativa, de forma simplificada, porque era diferente da tradicional, formada pelos grandes jornais e revistas, na maioria dos aspectos da produção jornalística e modelos de negócio, quando eles existiam. Já no decorrer da primeira metade do século XX existiram no Brasil veículos que poderiam ser classificados como alternativos, o que inclui a imprensa operária e de movimentos negros, entre outros, e, mais adiante, aqueles com clara conotação política e ideológica.

é possível inferir que a imprensa alternativa foi concebida como parte de um processo de luta mais amplo, relacionado à realidade política e econômica do Brasil e de outros países da América Latina que também viviam sob governos autoritários e com altos índices de desigualdade socioeconômica. Nesse sentido, a convulsão social vivida pelo país a partir de 1978 pode ser explicada, em parte, pela conduta da imprensa alternativa, que conseguiu se configurar como

difusora de contrainformação dos discursos hegemônicos (Barbosa, 2019, p. 55)

A pesquisa se concentrou nos jornais alternativos⁴ que surgiram a partir de meados dos anos 1970, apesar da forte repressão e censura existentes no País até a redemocratização, em 1985 (Chinen, 2004). Um quadro muito resumido da situação desses veículos: a imprensa alternativa surgiu e atuou como foco de resistência à ditadura e na defesa de movimentos muito discriminados no conjunto da sociedade, como os homossexuais. Determinados veículos tinham forte vinculação político-ideológica. Muitas publicações tinham o conteúdo produzido por colaboradores, sem remuneração, os responsáveis eram os sócios do negócio, que ganhavam dinheiro se havia disponível, e poucos eram os funcionários efetivos, um esquema muito semelhante, portanto, ao que se identifica ainda hoje em sites e blogs. Uma revisão da literatura aponta várias tentativas de arrecadação de recursos por meio de venda de livros, distribuição de brindes e por sistemas de assinaturas.

Outra semelhança - uma questão central para sobrevivência - identificada entre os dois grupos (nos períodos aqui estudados) é o próprio sistema de sustentação financeira, muitas vezes, baseado em financiamentos com sócios honorários, cotistas do empreendimento, contribuições fixas mensais. Vários veículos da pesquisa realizada em 2017 adotavam esquemas semelhantes, a exemplo da Agência Pública, O Tijolo e o Portal Catarinas, que mantinham em seus sites espaços para adesão de colaborador mensal, com contribuições por boleto bancário e cartão de

4. As informações completas sobre o assunto estão disponíveis no relatório de pesquisa já citado.

crédito. Já em 2020, 60% dos pesquisados disseram obter recursos também com a monetização de conteúdos. Há modalidades de assinaturas com oferta de “conteúdos premium” e prestação de alguns serviços de apuração ou análise de dados de conjuntura para clientes específicos, inclusive plataformas ligadas à mídia tradicional, como o UOL.

Os dados sobre o financiamento coletivo, como assinaturas e vaquinhas virtuais, que encontramos nas duas pesquisas realizadas neste projeto até o momento, indicam que este tipo de ação não dá conta da manutenção da mídia. Há novas formas de buscar recursos financeiros com a audiência, nos indicam as primeiras respostas nesta segunda survey. Entre elas, identificamos a ampliação do cruzamento de mídias, com o surgimento de canais audiovisuais, sobretudo na plataforma do Youtube, para atrair audiência de faturamento. E a “ação cruzada”, em que um jornalista/blogueiro participa de programas do outro de forma permanente, com dia e horários fixos.

Enredados pelas Plataformas

Os estudos quantitativos que têm por base a estatística, especialmente a Análise de Redes Sociais, conseguiram identificar comportamentos que se repetem em todas as redes. Um deles diz respeito à organização de diferentes tipos de atores em arquipélagos, ou formando bolhas de interesses de pessoas reunidas em torno de alguma mídia digital de redes. Outro diz respeito à formação de *hubs*, que são atores (individuais ou coletivos) que concentram grande fluxo de comunicação e de informação. No período hegemônico da comunicação de massas, as grandes

corporações que respondiam pela emissão de informação e oferta de entretenimento⁵ eram os grandes *hubs*.

A comunicação nas redes tem um novo desenho, que, de modo híbrido, sem excluir as corporações de mídia tradicional, envolve o surgimento de *hubs* mais concentrados ainda, as plataformas privadas, mediadoras de relações em ambientes digitais, que se apropriam dos dados que por ali transitam. É por meio delas que a mídia independente se apresenta e, em muitos casos, consegue algum recurso, atualmente denominado monetização, pago por critérios das plataformas, por meio de ferramentas de aferição de audiência que não são transparentes. Esse trânsito de recursos e restrições por plataformas gigantescas e monopolistas, em geral formulados em algoritmos desconhecidos, ainda carecem de estudos e análises mais aprofundados.

As respostas sobre financiamento indicam um peso significativo para o Google AdSense®⁶, a ferramenta de pagamentos da plataforma Google, citado como fonte de financiamento por cinco dos 12 veículos que afirmaram, nessa nova pesquisa exploratória, obter recursos por meio da “monetização” dos conteúdos disponibilizados (Figura 1). Também citados nesta pesquisa o crowdfunding (quatro citações) e a publicidade convencional (três). Já as assinaturas e as parcerias com plataformas da mídia tradicional receberam duas referências cada.

-
5. No Brasil, seis famílias detêm o monopólio da Comunicação, com propriedades cruzadas, o que é vedado pela Constituição de 1988, mas nunca regulamentado.
 6. Há várias plataformas que abrigam estes veículos de mídia independente, como Facebook e UOL, no caso brasileiro, com os mesmos problemas para a remuneração dos produtores de conteúdos jornalísticos.

Figura 1

Formas de financiamento do jornalismo independente



Autoria própria

Há duas formas de remuneração por meio do Google AdSense®: vamos chamar de “cega” aquela em que os anúncios passam pela página e geram a “monetização” para o gestor do endereço; e a que vamos denominar “dirigida”, em que o anunciante escolhe os sítios que serão aquinhoados. No primeiro caso, o grande problema é que o dono da página não tem a mínima ideia da fórmula que lhe resulta em um pouco de dinheiro por mês. Não há transparência no algoritmo das plataformas para saber como se faz a contagem de visitantes, de interações (Canclini, 2020). No segundo caso, os financiamentos abrem caminho para transferências dirigidas a apoiadores políticos (Martins, 2020) como

nos anúncios do governo federal do Brasil em mídias digitais de direita, como se denominam estes sites e portais⁷. Os dados foram apurados pela Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, do Congresso Nacional, que investiga a disseminação de fake-news por meio das mídias digitais.

As informações que transitam pelas redes digitais, especialmente nas plataformas como Google, Amazon, Facebook e Apple, se inserem no contexto das relações em rede, dependentes do algoritmo, da web semântica e a *AnimaVerbiVocoVisualidade*, (AV3), conceito criado por pesquisadores da Ciência da Informação da Universidade de Brasília (Miranda & Simeão, 2014). Este conceito apresenta os modos complexos de expressão das informações nos aparatos tecnológicos, programas, aplicações e aplicativos que possibilitam conjugar a interatividade, a hipertextualidade, a hipermediação, a hiperatualização, a mobilidade, a ubiqüidade, a multivocalidade e o hibridismo. É neste modelo multifacetado, organizado em bolhas fluidas em permanente mudança, que as informações alcançam os vários cantos do planeta em quantidades hiperbólicas⁸, distribuídas e acessadas de forma desigual.

E nesse cenário circulam as notícias verdadeiras e as falsas, as produzidas profissionalmente, as reproduzidas de forma correta, as produzidas criminosamente, as reproduzidas sem qualquer conferência. São informações que têm o poder de interferir na vida de bilhões de pessoas. Pode-se citar a pandemia do Covid 19, que alcançou nível de exposição de informação nunca visto antes e que envolve a disseminação de notícias falsas misturadas a verdadeiras, tratando de temas como

7. Analisados os “quem somos” dos veículos citados como apoiadores do governo de extrema-direita, nenhum se classificou como mídia independente.

8. A estimativa é de que neste ano de 2020 circulem pelas redes 40 trilhões de gigabytes de dados digitais (Ávila, 2017).

isolamento, uso de máscaras, medicamentos e vacinas. Os incêndios criminosos do Pantanal e da Amazônia em 2020 foram transmitidos ao vivo para todo o planeta. Décadas atrás, as repercussões sobre as queimadas eram restritas, tratadas como problema interno, do Brasil, mas com a amplificação do noticiário pelas redes sociais ao redor do mundo, o descaso do governo brasileiro em preservar o meio ambiente viralizou e foi, inclusive, um dos temas do debate entre os candidatos à presidência dos Estados Unidos Donald Trump e Joe Biden.

Os Governos da Alemanha e da Noruega suspenderam repasses de recursos para apoio à preservação do meio ambiente brasileiro, investidores de vários Países fogem da Bolsa de Valores em São Paulo, contribuindo para uma perda da ordem de US\$ 88 bilhões entre janeiro e setembro deste ano. O *Real*, a moeda nacional, se desvalorizou 40% em relação ao dólar até setembro, o pior desempenho de uma moeda no mundo em 2020. Vive-se um tempo em que algoritmos podem promover a raspagem de dados e a partir daí produzir notícias que se espalham em mídias diversas em todos os lugares. Um mundo em que habitantes de vários países e continentes se comunicam simultaneamente, em horários diferentes entre si, acessam o mesmo documento produzido em algum lugar, com diferentes equipamentos, programas, aplicativos e idiomas.

Redes Híbridas nas Mobilizações

O uso das redes para a mobilização social ficou mais conhecido a partir do que se denominou “Primavera Árabe”, quando explodiram, a partir do final de 2010, movimentos de protestos no Oriente Médio e no Norte da África, que resultaram na renúncia do então presidente

do Egito, Hosni Mubarak e, pelo menos em um primeiro momento, provocaram mudanças substanciais em países como Tunísia, Egito, Argélia, Líbia, Iêmen, Barein, Arábia Saudita, Marrocos, Jordânia, Sudão e Iraque. As manifestações sempre tiveram caráter híbrido, de uso intenso das tecnologias na convocação de atos presenciais. Nem sempre a tecnologia utilizada era a mais avançada, mas a que tornava possível a troca de informações, como o uso do fax, um equipamento em desuso, para comunicar sobre o movimento quando os governos cortavam as redes de internet.

No mundo Ocidental podemos lembrar o papel das redes em setembro de 2011, nos Estados Unidos, com o movimento *Occupy Wall Street* (“Movimento “Ocupe Wall Street” começa em Nova Iorque”, s.d.). Sob inspiração da Primavera Árabe, denunciava a desigualdade social e tinha um lema, “Nós somos 99%”, referindo-se à concentração, em um por cento da população norte-americana, da riqueza do País. Na Espanha também houve ocupação de praças próximas a centros financeiros, que culminaram no surgimento do *Podemos*, movimento que hoje integra, como partido, o governo de esquerda daquele país. Esses movimentos refluíram como ocupação física permanente e passaram a mesclar, com o uso de aplicativos de celulares, atuações físicas e digitais (Gerbaudo, 2012).

No Brasil as redes também tiveram papel fundamental em movimentos estimulados por questões sócio-políticas ou econômicas. As “Jornadas de Junho” de 2013, por exemplo, começaram na cidade de São Paulo, a maior do País, com cerca de 12,3 milhões de habitantes no município (19 milhões na região metropolitana) e o maior pólo econômico nacional, ampliando um protesto contra o aumento de 20 centavos nos preços das

passagens de ônibus do transporte coletivo urbano. O movimento se espalhou por cidades de vários estados, que igualmente haviam elevado os preços das passagens. Quase todas cancelaram os reajustes.

Ao fazer circular as informações, abrir espaços para críticas diversificadas e facilitar formas inovadoras de mobilização popular, de um modo nunca visto antes da popularização da internet, as mídias digitais facilitaram a origem de movimentos sociais de importância contínua (Tuftes, 2013, p. 61). Castells (2013) observou características comuns em estudos sobre movimentos sociais e a articulação para a comunicação no ciberespaço. Entre elas, hibridismo de cibernética e espaço urbano, conexão em rede em múltiplas plataformas, o caráter local e global ao mesmo tempo. Esses movimentos atemporais possuem, em geral, horizontalidade na organização e normalmente nascem de uma centelha de indignação, tornando-se virais.

Entre os veículos analisados na primeira fase do projeto, muitos surgiram exatamente nos períodos de mobilizações em outros países e no Brasil. No levantamento já realizado nesta nova fase do projeto de pesquisa, dos 19 veículos que responderam ao questionário, apenas quatro foram criados após 2016 (um em 2019 e os outros três em 2020). As redes ganharam musculatura com o desenvolvimento e popularização das tecnologias móveis, especialmente de telefones celulares com acesso à internet sem fio, no final da primeira década deste século. De acordo com o Digital News Report (Newman, N. et al., 2020), produzido pelo *Reuters Institute for the Study of Journalism*, em 2020, 76% dos brasileiros acessavam notícias por meio de smartphones, percentual que era de apenas 23% em 2013. A mesma pesquisa aponta o aumento da relevância do chamado jornalismo independente, com a

referência a quatro veículos entre os mais citados pelo público pesquisado: O Antagonista (22%), Rede Brasil Atual (16%), Diário do Centro do Mundo (11%) e Brasil 247 (10%).

Aplicação da Pesquisa⁹

Antes de iniciar a pesquisa em 2017, com base nos critérios já apontados de produção majoritariamente de conteúdo jornalístico, os veículos foram selecionados com base em lista de associados do Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé¹⁰ e do Mapa do Jornalismo Independente, elaborado pela Agência Pública¹¹. Foram convidados a responder aos questionários veículos identificados, segundo os mesmos critérios, nos fóruns em duas redes do Telegram de Ativistas de Mídia Independente, a “Mídia “Resistência 2017” e “Operação Comunicativa”, do WhatsApp. Para a nova pesquisa também foram incluídos jornalistas do grupo de WhatsApp da campanha “Conteúdo Jornalístico tem Valor”, que defende a criação de lei prevendo que as plataformas paguem, de forma transparente, pelo conteúdo jornalístico que veiculam e com o qual ganham dinheiro.

Foram feitos contatos posteriores através de e-mails, telefonemas, além do Facebook. Na etapa inicial desta segunda pesquisa, em

-
9. Participam da pesquisa em 2020 os estudantes Danilo Alcântara Santos, Pedro Paulo Gentil da Costa e Pétala Inah Santana Machado Silva, da disciplina Comunicação, Informação e Computação: Fundamentos e Aplicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.
 10. Organização que defende a democratização dos meios de comunicação e organiza encontros anuais de blogueiros e ativistas digitais. Descrição completa disponível em <https://www.baraodeitarare.org.br>
 11. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Descrição completa disponível em <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

setembro, convidados 85 veículos, 19 responderam plenamente aos questionários¹². Neste caso optou-se por um questionário menor, com enfoque especialmente nas questões relacionadas à monetização e ao compartilhamento de conteúdos. Com isso, ficaram de fora as questões relacionadas, por exemplo, à estrutura administrativa do veículo, como o número de trabalhadores para a produção do noticiário.

Quem são esses veículos? As estatísticas têm como base as respostas dos responsáveis de cada veículo aos questionários. Todos os que responderam à pesquisa de 2020 afirmaram dispor de canais em blogs e portais, embora tenham outros meios de disseminação do material produzido, como páginas em redes sociais digitais, revistas eletrônicas e até uma publicação impressa. No levantamento realizado em 2017/2018, do total de 57 pesquisados, 82,4% se definiram como blogs ou portais e 1,8 % como revistas digitais. A categoria outros, que inclui sites, revista impressa, eletrônica, newsletter e “parcerias com veículos”, somaram 15,8%.

Com relação ao conteúdo veiculado,¹³ em 2020 todos os pesquisados consideraram disseminar ao mesmo tempo produtos jornalísticos típicos, dos quais 90,0% veiculam notícias, 75,0% reportagens, 30,0% fotorreportagens, 70,0% entrevistas e 85,0% artigos de opinião, editoriais e crônicas. Na pesquisa anterior, 60% asseguraram que publicavam notícias, reportagens, fotorreportagens e entrevistas, e outros 26,67% artigos de

12. A survey ainda ficou aberta após a elaboração deste texto para receber novos questionários. Os resultados aqui apresentados, portanto, são parciais. Apesar disso, apresenta já indicações que permitem comparações com a pesquisa anterior.

13. Os questionários admitem respostas múltiplas em várias questões. Ou seja, um mesmo veículo, por exemplo, pode indicar que tem, entre seus funcionários, pessoa física, pessoa jurídica e informal. Assim, o resultado final em determinadas questões ultrapassa os 100%.

opinião e editoriais, além de crônicas. Isso significa dizer que 86,67% do que era veiculado naquele período constituía-se produto típico dos meios jornalísticos, enquanto agora a indicação é de 100%.

Na questão do faturamento anual, em 2017/2018 era grande a disparidade entre os pesquisados, já que havia variações desde R\$ 5 mil, passando pela faixa de R\$ 100 mil, R\$ 600 mil até R\$ 1,5 milhão. Mas nenhum dos veículos disponibilizava as informações financeiras e contábeis em suas páginas, o que permitiria uma conferência independente. Os veículos de faturamento mais elevados se disseram sustentáveis e foram os que indicaram o maior número de funcionários. Em 2020, 21,4% afirmam ter faturamento anual acima de R\$ 1 milhão; 14,3% entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão; 14,3% entre R\$ 120 mil e R\$ 500 mil; 28,6% entre R\$ 60 mil e R\$ 120 mil; e, por fim, 21,4% de até R\$ 60 mil ao ano. Embora a última pesquisa tenha faixas de faturamento mais discriminadas do que a anterior, é possível perceber que houve um aumento no conjunto que fatura mais de um R\$ 1 milhão por ano, já que, em 2017/18, eram apenas 7,0%, segundo os questionários. Com relação à periodicidade de publicação, 61,4% dos 57 veículos eram diários, 8,7% semanais, 28% não tinha periodicidade definida e o restante não respondeu. Em 2020, 75% disseram ter atualização diária e outros 25% periodicidade não definida.

Em 2017/2018, parcela significativa do pessoal dos veículos trabalhava principalmente com base em relações sociais e trabalhistas pautadas por identidades e afinidades pessoais, políticas e ideológicas. Uma análise inicial, que não foi aprofundada, sugeriu que até os poucos que tinham funcionários contratados não cumpriam estritamente os direitos da legislação trabalhista brasileira. E nas redações a regra era que o

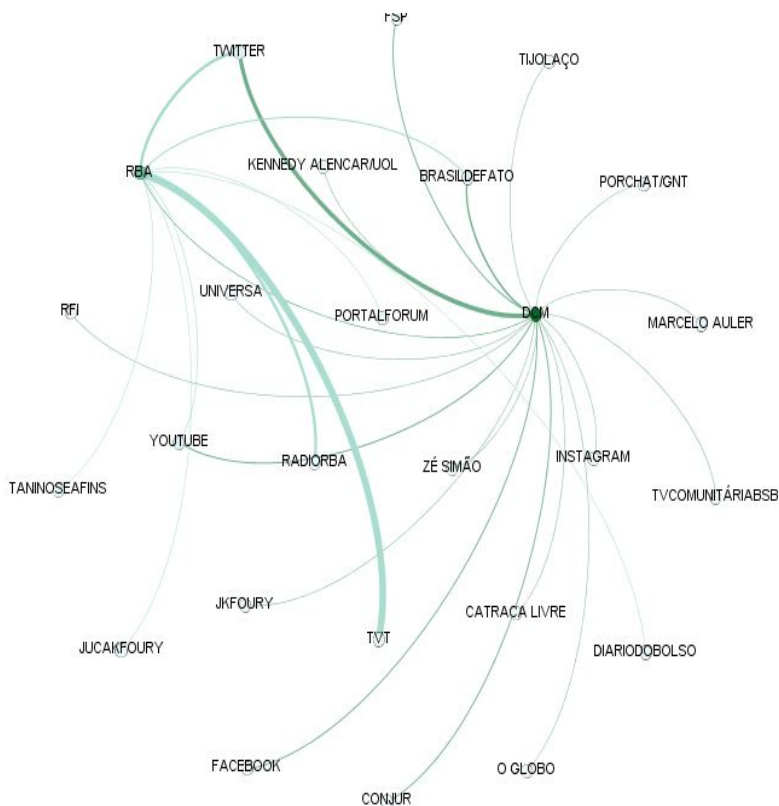
jornalista trabalhasse ocupando duas ou três funções ao mesmo tempo, como as de repórter/redator, editor e gestor (Panacioni & Rocha, 2016). A edição do material acabava sendo absorvida por diferentes profissionais, como o repórter, quando só havia uma pessoa na equipe, ou o próprio dono do veículo, que virava o gestor-editor. Um mesmo veículo podia ter formas diferentes de remunerar o trabalho. Em 2020, 70% disseram pagar pelo trabalho jornalístico, sendo a maioria (46,2%) por meio de contratos como pessoa jurídica. Os contratos com carteira assinada estão em 38,5% dos veículos e, pagamentos informais, em 30,8%.

Como se Enredam os Resultados

Na pesquisa anterior, 63,21% disseram reproduzir material de outros veículos, o que configura a incapacidade da maior parte de ter uma produção jornalística própria e, portanto, depender de terceiros. Mais: 88,33% desse material era de agências públicas de notícias, que se apresentavam como importante *hub* (Barabási, 2008) e garantiam oferecer informação de credibilidade, além de links para fontes seguras. Esse conjunto de agências englobavam assessorias de comunicação de órgãos governamentais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas Federal, Estaduais e Municipais. Os dados mostravam ainda que 50,9% dos que responderam ao questionário produziam conteúdos em parceria com outros veículos e blogueiros. Nessa questão a nova pesquisa precisa ainda ser ampliada, para se ter uma comparação mais adequada com a primeira.

Figura 2

Grafo da rede formada a partir das primeiras páginas da Rede Brasil Atual e do Diário do Centro do Mundo em 11 out 2020



Elaboração dos autores

Na pesquisa anterior, perguntamos aos entrevistados sobre as fontes das notícias que publicam. Neste novo estudo, o objetivo é buscar estas informações também nos próprios veículos, a partir da análise do conteúdo publicado em suas primeiras páginas. Isso porque a mera referência à fonte que costuma utilizar para compartilhamento de notícias não dá

ideia da intensidade destas relações no cotidiano. A título de exemplo, foi feito levantamento de todo o material com link na primeira página no dia 11 de outubro de 2020, em busca de conteúdos compartilhados ou material produzido a partir de informação de outro veículo, com atribuição do crédito. Foram escolhidos para este exercício a Rede Brasil Atual e o Diário do Centro do Mundo, por terem respondido à pesquisa e por receberem citação no *Digital News Report*. Foram detectadas 60 referências ou compartilhamento de conteúdos de outros veículos e, a partir dos dados obtidos, foi criado o Grafo da rede (Figura 2).

A Nova Pesquisa

As respostas aos questionários das duas pesquisas empreendidas até aqui nos permitem inferir que a independência reivindicada por esses veículos se relaciona mais ao fazer jornalístico do que aos recursos financeiros para sua sustentação, seja o dinheiro de organizações públicas e privadas, ou assinantes individuais, anúncios, editais e outros. Instiga aprofundar a investigação o fato de nos veículos do jornalismo independente o gênero opinativo ser o segundo mais publicado, perdendo somente para a reportagem, segundo as duas pesquisas. Para instigar ainda mais, recorremos ao pensamento de Becker (2009), que diz que o objetivo da mídia alternativa brasileira, desde o período do Império, seria oferecer um “jornalismo de posição” em contraponto ao jornalismo “neutro”, “informativo” e “objetivo”.

O anseio dos veículos alternativos, em grande parte, representava uma resistência ao regime ditatorial implantado no País com o golpe militar de 1964 e clamava por democracia política e liberdade de imprensa.

Atendido o primeiro ponto, com a redemocratização, a partir de 1985, o jornalismo independente, como aqui citado, clama por democracia sobretudo nos meios de comunicação em geral, concentrados, por exemplo, em propriedades cruzadas – o que é vedado pela Constituição, mas nunca foi regulamentado – reunindo jornais, emissoras de rádio e televisão, para ficar apenas nas que mais concentram a produção jornalística.

A partir do caminho percorrido pela pesquisa inicial, decidimos fazer ajustes metodológicos necessários à atualização desta investigação, que pretendemos tenha etapas sucessivas, que nos permitam o acompanhamento desta rede permanentemente em mudança, característica básica de todas as redes. A ideia é empreender projetos conjuntos com pesquisadores de diferentes grupos que se debrucem sobre este tema. É possível compartilhar dados coletivamente para as observações dos mais diversos ângulos. Quando cunhou a Teoria do ator-rede, humano e não-humano, (Latour, 2012) estudava pesquisadores que atuavam em conjunto em laboratórios, em países diferentes. Inicialmente, além de atualizar questões relacionadas ao modelo de financiamento e organização da produção jornalística dos veículos, pretendemos verificar as consequências e influência de fatos mais recentes, especialmente a queda de financiamentos públicos aos meios aqui analisados, a partir do novo governo brasileiro, que culminou com o fechamento de sites e blogs de relevância.

A pesquisa pretende verificar como se dá e quais os benefícios da movimentação de jornalistas/blogueiros em torno ação cruzada, já citada. Haverá efetividade na ampliação do cruzamento de mídias, com a criação de canais audiovisuais (especialmente no Youtube) para atrair audiência e dinheiro? Que resultado trará para o setor a movimentação

de profissionais e entidades para que as plataformas remunerem também as mídias sociais pelos seus trabalhos jornalísticos que divulgam, a exemplo do que começou a fazer o Google com veículos tradicionais de vários Países, inclusive o Brasil? Há novas perguntas para as quais a pesquisa precisa ficar atenta. Quais funções surgiram ou desapareceram e os perfis dos atuais profissionais? Quais mídias utilizam - canais de vídeo, áudio, portal - equipamentos, programas e plataformas? Qual o peso das plataformas (o que inclui as brasileiras G1 e UOL) no jornalismo produzido pela mídia independente? Como é a produção conjunta e o relacionamento com o leitor/usuário/navegador? Fazem projetos específicos para se financiar, recebem recursos de instituições de fomento?

Enfim, há possibilidades de novos trabalhos, com levantamentos mais abrangentes e que podem ser feitos inclusive em comum com instituições de ensino, por meio de pesquisa de iniciação científica. Dessa forma, a pesquisa, em sua continuidade, pode até ganhar novos contornos que reflitam as diferenças regionais, em um País com diferenças sócio econômicas tão significativas com o Brasil.

Referências

- Assis, E., Camasão, L., Silva, M.R., & Cristofollete, R. (2017). *Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*. 4(1), 3-20. <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/issue/view/549>
- Ávila, T. (2017, setembro 29). O que faremos com os 40 trilhões de gigabytes de dados disponíveis em 2020? *Open Knowledge Brasil* <https://www.ok.org.br/noticia/o-que-faremos-com-os-40-trilhoes-de-gigabytes-de-dados-disponiveis-em-2020/>

- Barabási, A. L. (2008). *Linked: A nova ciência das redes* (1ª ed). Leopardo.
- Barbosa, P. E. S. (2019). *Trajetória da imprensa lésbica no Brasil (1981 – 1995): Uma história possível para (re)-pensar o jornalismo* [Dissertação de Mestrado (não publicada), Universidade Estadual de Ponta Grosso (PR)].
- Becker, M. L. 2009. Mídia Alternativa: antiempresarial, anti-industrial, anticapitalista? In K. J. Woitowicz (Org.), *Recortes da Mídia Alternativa: histórias & memórias da comunicação no Brasil*. (pp. 273-286). Editora UEPG.
- Canclini, G. N. (2019). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Calas. http://www.calas.lat/sites/default/files/garcia_canclini.ciudadanos_reemplazados_por_algoritmos.pdf
- Castells, M. (2013) *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na eranetnet* (2ª ed). Zahar.
- Chinem, R. (2004) *Jornalismo de guerrilha: A imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet* (1ª ed). Disal Editora.
- Gerbaudo. P. (2012). *Tweets and the Streets*. Pluto Press.
- Ginzburg, C. (2007). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (2ª ed). Companhia das Letras.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência* (2ª ed). Aleph.

Jornalismo e Memória na Comunicação. (s.d.). Recuperado de <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7822877112645602>

Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Edufba.

Martin, R. M. (2020, agosto 13). Bolsonaro Entrega R\$ 7,5 Milhões para Google Distribuir – Inclusive a Sites de Fake News. *The Intercept*. <https://theintercept.com/2020/08/13/bolsonaro-usa-google-distribui-milhoes-reais-sites-fake-news-adsense/>

Melo, J. M., & Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – Revista Bras. Ciênc. Com.*, 39(1), 39-56.

Miranda, A. L. C. de, & Simeão, E. L. M. S. (2014). Da Comunicação extensiva ao hibridismo da Animaverbivocovisualidade (AV3). *Informação e Sociedade – Estudos*, 24(3), 49-62. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/19075>

Movimento “Ocupe Wall Street” começa em Nova Iorque. (s.d.). Recuperado de <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/movimento-ocupe-wall-street-%20comeca-em-nova-iorque>

Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andl, S., & Nielsen, R. N. (2020). *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Reuters Institute for the Study of Journalism. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf

Panacioni. G., & Rocha. P. M. (2016). *Marcas de empreendedorismo na prática do jornalismo investigativo* [Trabalho apresentado em congresso]. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Curitiba. <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1023-1.pdf>

Tufte, T. (2013). O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. *Revista Brasileira de Comunicação*, 36(2), 61-90.

UNESCO. (2016). *Tendências mundiais sobre liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002447/244708por.pdf>

Who are the Contemporary Activists represented on Portuguese TV News and what are They Fighting for?

Naide Feijó Müller Cajado Caldeira

Significant social changes have recently taken place as contemporary activists are given the opportunity to become globally organized and no longer limited to their places of action. Internet and smart-phones enabled digital activism, shifting the way protests, movements and political events are organized and mobilizing numerous new supporters to a diverse range of causes (Baer, 2016; Bennett, 2014; Castells, 2017; Earl & Kimport, 2011). But do these changes triggered by digital activism result in effective tools to maximize the power of the imagination of contemporary activists and their ability to interfere in social change? If, on the one hand, some authors argue that we are witnessing a revival of some forms of activism with the cultivation of strong creative narratives on subjects as diverse as combating poverty, pollution, racism, climate change and social and economic justice (Cardoso et al., 2015; Jordan, 2002; Jouët, 2018), on the other hand, online activism has been criticized for not being followed or complemented by forms of off-line participation and often rejected as *clicktivism* or *slacktivism* (Gladwell, 2011; Halupka, 2014; Karpf, 2010;

Morozov, 2009; Shulman, 2009), supposedly fulfilling only the desire for instant self-satisfaction and having little or no impact on real political processes and concrete actions of citizens.

Also, in Portugal, there has been a scenario of social reconfiguration and pattern change arising from the era of “network communication” (Cardoso et al., 2015). But, despite the new configurations of political and social involvement and participation brought by digital activism, as well as new and unexpected forms of collective mobilization and activism (Campos, Pereira, & Simões, 2016), television is still the privileged medium of the vast majority of citizens in Portugal and Europe to access information (Burnay & Ribeiro, 2016, Standard Eurobarometer, 2017). Furthermore, television news strongly influences, by their representativeness, the construction and orientation of public opinion (Brandão, 2010, p. 134).

Based on the content analysis of the TV news reports that journalists identify as being about “activists” and “activism” - aired on the four Portuguese free-to-air channels - RTP 1; RTP 2; SIC e TVI - in 2017-, this article explores how these concepts are represented in the news programs and seeks clues about who are the activists represented, what space they occupy in the news programs, what causes they defend and what are the messages on activism transmitted to the public by contemporary television.

The Concept of Activism

There is no universally recognized definition of activism, and although it is a concept widely used in various contexts, the literature on this

topic, from a conceptual point of view, is scarce. Etymologically the word activism is recent, arises in the twentieth century, used in apolitical contexts and more associated with metaphysical issues (Joyce, 2014). In Europe, the term was used to refer to the “physical world of nations, power, and politics,” and in the speech about World War I, activism was used by a British journalist to describe active support for Germany. During the years of World War II, the word activism was little mentioned, but in the 1950s a definition of activism emerged that combined the early-twentieth-century connotation of “passionate political belief” and the connotation of the progressive era of personal involvement in social transformation (Joyce, 2014, p. 15). The concept acquired contemporary contours to mean “personal involvement in activities that bring about political and social transformation,” and researchers in the 1960s constructed their studies on this meaning (Joyce, 2014, p. 16).

The definition of activism in the *Encyclopedia of Activism and Social Justice* describes it as “an action in the name of a cause, an action that goes beyond what is conventional or routine” (Martin, 2007, p. 19). From a historical point of view, activism has played an important role in ending slavery, defying dictatorships, protecting workers from exploitation, protecting the environment, promoting equality for women, opposing racism and many other important issues, however, activism can also be used for other purposes such as attacking minorities or promoting war, so activism is not necessarily something good or bad. It all depends on the cause, actions, and appreciation of each individual on what “is worth” to defend (Martin, 2007, p. 19). It is usually those who hold less power in society who resort to activism since those who

hold positions of power and influence can usually achieve their goals through conventional means (Martin, 2007, pp. 19-20).

Jordan (2002) argues that traditional political battles are being replaced by collective practices that give rise to different types of new political activism, refuting schools of thought that defend that Western culture has never been more politically apathetic than now. For example, in March 2019, inspired by the Swedish 16-year-old climate activist, Greta Thunberg, the world witnessed the Global Climate Strike, where teenagers from everywhere, including Portugal, skipped school to fight for a greener planet. In this perspective, 21st-century societies are generating new meanings about what is a “good life” and these new meanings are gaining authority and affecting everyday life (Jordan, 2002, p. 8).

Historically the concept has been closely associated with joint action with the motivation to achieve political change. But the concept of political action itself incorporates several dimensions and a wide range of actions that are also experiencing ongoing changes in Western societies, some related to the usual distinction between left, center and right, which is presenting itself as problematic when offered to the new generations as secular ideological separation (Jordan, 2002).

The different approaches and definitions of activism are related to the fact that the “activist” represents a “negotiated identity”. Previous research provides clues about how actors in activist movements challenge definitions and challenge self-identification about being “activists” (Bobel, 2007; Corrigan-Brown, 2012; Gamson, 1995). To help in the understanding of competing for cultural constructs about what an “activist” is and what they do, the findings of Cortese (2015) allowed

the creation of three types of “activists” - —Emphatics, Demarcators, and Reconcilers (Cortese, 2015, p. 217).

There are also several methods of activism. Gene Sharp (2005) divides methods of nonviolent action into three main types. First, methods of protest and persuasion that go beyond conventional behaviors, such as speeches, slogans, posters, protests, vigils, songs, marches, and lectures. The second type of non-violent action is non-cooperation, disobedience to social customs, protest emigration, producer boycotts, bank withdrawal, international trade embargo, and a wide variety of strikes. The third type is intervention, including nonviolent occupations, guerrilla theatre, fasting, and the creation of alternative economic and political institutions (Sharp, 2005, pp. 25-30). Between nonviolent action and armed struggle is violence against physical objects, such as sabotage of oil pipelines or genetically modified plantations (Martin, 2007, p. 21).

Media and Democracy

Since media studies are not dissociated from culture and “cannot be seen in isolation from (the rest of) the social” (Carpentier, 2011, p. 146), they can address the ever-expanding ethical, political, and social dilemmas by asking, among other important and relevant questions: Who are the groups and/or individuals who are actively involved in today’s urgent social issues and in what way do they occupy, or seek to occupy, public space in their function of resistance to broader and more established cultural forces? This paper aims to contribute to this debate, assuming that in a healthy democracy the public sphere demands that urgent

socio-political dilemmas be the object of vigorous public contestation as the one activist groups usually provides (Benhabib, 1996).

The historian André Canhoto Costa (2019) reminds us that historically and culturally Portugal “seems to have been the victim of permanent instability, generating revolutions behind revolutions, none deep enough to reverse the process of relative poverty” in comparison with the countries of the Northern Europe (Costa, 2019, p. 19).

When we speak of the media we speak not only of types of technology and parts of the content we choose, we speak of a view of the media as external agents that affect us in various ways and recognizing that the uses and appropriations of the media penetrate all aspects of the contemporary life (Deuze, 2011, p. 137). On the dynamics of weights and balances existing in the public space, which are amplified or silenced through the media, Elisabeth Noelle-Neumann (1974) argued that those who hold the majority opinions in the public space tend, even indirectly, to silence those who hold minority opinions which, for fear of punishment, end up not exposing their ideas. According to the psychological and social mechanism called the “Spiral of Silence,” the mass media “must be seen as creators of public opinion since they provide the environmental context to which people respond with spontaneity, agreement or silence” (Noelle-Neumann, 1974, pp. 43-51).

From the point of view of the democratic discourse and of participatory democracy, the information economy network offers a real reorganization of the public sphere (Benkler, 2006, p. 465). However, this does not mean that the basic functions of traditional media are no longer of the utmost importance, and some authors point out the real and inherent dangers of a discourse and an excessively optimistic perception of the new media and

what they represent for social changes around democratic values (Couldry, 2004; Curran, 2012; Sandoval & Fuchs, 2010). Therefore, it is important to remember that the new and old media are ‘living’ in contemporary societies in an articulated way with the new ones complementing the old ones and thus utopian visions on what can be achieved by digital media will not materialize (Ribeiro, 2015, p. 212).

Concerning the relevance of investigating television in this social and communicational context, it is important to highlight that although there are perspectives that believe that the media reconfiguration brought about by the digital environment will mean that television will no longer be a relevant medium in the short term, especially among the younger ones, the evidence points to a scenario of complementarity (Vicente, 2016). In fact, although a decline in the traditional pay-tv industry in the US market (the largest in the world) is expected by 2023 due to the rise of streaming, the inability of public broadcasters to achieve significant revenue increases and strong competitiveness challenges (Global Entertainment & Media Outlook 2019 - 2023), television continues to have a “major centrality in social life (time use, customs and social sharing) and economic (weight in advertising pie, distribution channel for creative industries)”, remaining the “icon of the traditional media par excellence” (Cardoso, et al., 2017, p. 9).

Television in Portugal, in general, and the generalist channels in particular, seek to adapt to the conjuncture of media convergence and technological transformation, and its study remains relevant both due to the uncertainties arising from digital transformation and the impact that these changes have in the reorganization of the sector and in the new practices of audiovisual consumption (Cardoso et al., 2017; Sobral, 2012).

Television continues to be the privileged mean for the vast majority of citizens in Portugal and Europe to access information (Burnay & Ribeiro, 2016; Standard Eurobarometer, 2017; Cardoso et al., 2017; Gonçalves, 2015). The analysis of television consumption in Portugal, in the last 17 years, indicates that, along with the progressive growth of cable television channels, in Prime-time, there is a growth of the thematic genres “News”, “Series” and “Entertainment” (Cardoso et al., 2017, p. 26). It should also be noted that the “News” genre increased audiences on private channels, SIC and TVI, and lost audiences on public channels RTP1 and RTP2. Overall, it was the genre that increased ratings on more channels, reinforcing the Portuguese public’s preference for the news genre on television (Cardoso et al. 2017, p. 35).

The media are essential for certain groups to be publicly positioned with legitimacy to defend a cause and are decisive in validating the activists themselves as revealing actors in the social arena (Bucy & Gregson, 2001), because “through the media sphere, citizens can use their generative powers to become part of the societal decision-making processes or to resist them” (Carpentier, 2011, p. 147). To generate positive social change the power and systems approach emphasizes that we first need to understand how power is distributed and can be re-distributed between and within social groups (Green, 2016) and television news representations have a fundamental role in these processes. However, celebrity and consumerism cultures and the economic constraints of the media industries lead to practices and representations that tend to ignore the agenda of activist movements or limit the intervention of “non-media elites” in (mainstream) media organizations (Carpentier, 2011; Hackett, 2000; Hanania, 2016).

The Methodology of the Study

For this study, we have identified all the news programs transmitted on the four Portuguese free-to-air channels - RTP 1, RTP 2, SIC, TVI - that used the words “activism” and “activists” in the year 2017.¹ That is, the present analysis focuses on the news that the journalists themselves identified as being about activism and activists, having used these terms specifically in the presentation/reporting of the news.

The choice of these channels was based on the fact that their content is representative of the content produced in Portuguese newsrooms. Furthermore, these are the channels that reach a larger number of viewers, according to CAEM / GFK audiometry data. A significant part of the population considers that these channels offer “sufficient programs for the satisfaction of [their] informative and recreational needs” (Burnay & Ribeiro, 2016, p. 25).

When analyzing the news transmitted on the four Portuguese free-to-air channels we intend to answer the following research questions:

- 1 - How many times news programs of the Portuguese free-to-air television channels mentioned the “words “activism” and “activists” in 2017?
- 2 - What causes, movements and representations are associated with the concept of activism on the four Portuguese free-to-air channels?

For the content analysis, we carried out a selection of the dimensions on which the research was intended to focus, creating a series of

1. This survey was carried out with the support of Cision Portugal.

variables that served as a structure to the thematic categorical content analysis. The categories were created through an inductive process and also drawing on inspiration from the empirical studies carried out by researchers from the University of Amsterdam (Arbaoui, Swert & Der Brug, 2016), consisting of a content analysis of a sample of 29 daily news broadcasts on public and private television stations, and Nuno Goulart Brandão's (2006, p. 151) work on the Portuguese television news programs of 2003.

Quantitative Content Analysis Variables

Variable 1 - *News* - This variable analyzes the number of news items of the four Portuguese free-to-air channels (RTP1, RTP2, SIC, TVI) that mentioned the words “activism” and “activists” in 2017.

Variable 2 - *Channel* - This variable examines the number of news stories aired by each channel.

Variable 3 - *Program* - This variable analyzes the number of news reports in each news program aired in the four channels. The programs covered in our analysis are: RTP 1 – Bom Dia Portugal (from Monday to Friday); Jornal da Tarde (daily); Telejornal (Daily), Sexta às 9 (Friday's) || RTP2 - Journal 2 (Daily); || SIC – Edição da Manhã (from Monday to Friday); Primeiro Jornal (daily); Jornal da Noite (Daily); || TVI - Diário da Manhã (from 2nd to 6th F); Jornal da Uma (daily); and Jornal das 8 (daily).

Variable 4 - *Repeats* - This variable analyzes the number of times each news item is repeated.

Variable 5 - *Duration of the News* - This variable analyzes the temporal durations of the television/news items under study.

Qualitative Content Analysis Variables

Variable 6 - *Positioning* - This variable refers to the location that the news item occupies in the schedule of the news program. This will allow to verify the relevance that was attributed to the news, assuming that the opening news stories are considered more relevant by the newsroom (Brandão, 2006, p. 158). In the case of television news, it will be analyzed whether the news is at the *beginning, middle or end* of the program.

Variable 7 - *Sensationalism audiovisual image* - Characteristics that stimulate the human sensory system as the use of background music in the news will be evaluated in television items; the use of special effects in images (slow motion, acceleration of movement, repetition of visual effects, close-ups, soft focus); and the use of pictorial or graphic representation (Arbaoui, Swert & der Brug, 2016, pp.8-9). This variable determines if the news under analysis integrates the sensational elements, from the point of view of the audiovisual image and has two possibilities of categorization: *yes or no*.

Variable 8 - *Causes* - This variable identifies the type of causes defended in the television news under analysis: *Human rights* - This category includes all the news items that refer to the defense of the rights contained in the Universal Declaration of Human Rights adopted by the United Nations on December 10, 1948. *Environmental / Nature Rights* - This category identifies all the news that refers to the rights of nature and the ethics of environmental protection (Cullinan, 2011; Nash, 1989; Klein, 2014).

Animal rights - This category includes all the news items that refer to the protection of non-human animals (Cavalieri, 2002; Singer, 2009).

Variable 9 - Type of Actors / Activist Organizations - Three categories were created: *micro-level* - activist individuals who can integrate protest networks stimulated by the crowd but are not connected to any kind of social movement organization; *meso level* - collective actors in the organization of mobilizations, that is, collective formations in which some individuals come together to interact on a stable basis; *macrosocial level* - activists that assume to integrate a specific collective social movement, organized in time and space, according to his political culture, target audiences, causes, objectives, and ability to influence mobilizations (Mattoni & Treré, 2014, pp. 256-257). At each of these levels, the names of activist organizations will also be identified.

Variable 10 - Geographical Treatment - This variable makes it possible to categorize the news “predominant at the *national* level and which are at the *international* level” (Brandão, 2006, p. 157).

Variable 11 - Tone / Valencia - This variable evaluates “whether the news contains a *neutral, positive or negative* tone concerning the activists’ actions, there is, corresponding to the so-called “neutral news”, “good news “or” “bad news” (Brandão, 2006, p. 158).

Variable 12 - Title - This variable identifies the subject of the news. In the case of television news items that do not have a specific title, it identifies the concrete issue reported in the television piece, using the opening/introduction of the theme or the information present in the footnotes, if they exist.

Variable 13 - Spokespersons for activist causes - This variable identifies who are the spokespersons explaining what is at stake and

what the activist's claims are. The options of categorization are: *common citizen*; *specialist from outside the organization*, *specialist from the organization*; *organization institutional spokesperson*; *public figure or other* (voice of journalists in the narration of events). The same news item can include spokespersons in more than one category.

Variable 14 - *Type of activist action* - The analysis of this variable intends to determine which type of activist action prevails in the news under analysis and has the following categorization possibilities: *Methods of protest and persuasion*; *non-cooperation*; *intervention* (Sharp, 2005, pp. 25-30); *violence against physical objects and violent action* - Armed struggle (Martin, 2007, p. 21).

Variable 15 - *Confrontations* - This variable examines whether television news items that refer to the concepts of “activism” and “activists” report and/or show images of physical confrontations/violence between police/authorities and activists.

Variable 16 - *Profile* - Analyzes whether the news refers to activists as *victims*, *aggressors* or is *neutral* concerning these criteria.

Variable 17 – *Online Sources* - This variable analyzes if the TV news refers to sources of information that have been originated or have developed in the digital environment on social media, sites, blogs or others (properly identified).

Results and Analysis

The first objective was to quantify how many times the news programs of the Portuguese free-to-air channels mentioned the “words “activism” and “activists” in 2017 and the following results were obtained:

Table 1

News programs broadcast on the free-to-air Portuguese channels with and without reference to the concepts of “activists” and “activism”

Program/Channel	Nº of Transmissions 2017	Nº of News No/ Ref. Activism	% Programs With/ Ref. Activism
Bom Dia Portugal (RTP 1)	250	197	21,20%
Portugal em Directo (RTP 1)	250	246	1,60%
Jornal da Tarde (RTP 1)	365	340	6,85%
Telejornal (RTP 1)	365	341	6,58%
Sexta às 9 (RTP 1)	52	51	1,92%
Jornal 2 (RTP 2)	365	352	3,56%
Edição da Manhã (SIC)	250	224	10,40%
Primeiro Jornal (SIC)	365	348	4,66%
Jornal da Noite (SIC)	365	253	3,29%
Diário da Manhã (TVI)	250	221	11,60%
Jornal da Uma (TVI)	365	347	4,93%
Jornal das Oito (TVI)	365	344	5,75%

(Source & Cision, 2017)

The above-identified programs of the Portuguese free-to-air channels (RTP 1, RTP, SIC and TVI) 2) referred to the concepts of “activism” and “activists” 243 times in 2017. It is possible to see that the **news program** that most referred these concepts is the morning newscast “Bom Dia Portugal” aired on the public channel. 21,20 % of the daily editions of this newscast mentioned the concept of “activists” or “activism”. The morning news programs are, in general, the ones that mention more these concepts.

Examining the number of news stories published by each **channel** it is possible to see that the public channel RTP 1 was the one that mentioned more times the words “activism” and “activists” – 107 times. From all the news items mentioning the two words, 99 were **original items** and 144 were **repeated** by the different programs in different schedules which reduces substantially the actual total number of “stories” related to these concepts.

The **duration of the news** items ranges between 23 seconds (shorter) and 8 minutes and 9 seconds (longer). Most of the news items is **positioned** in the middle of the program (172), with 47 positioned at the beginning and 24 at the end. Regarding the variable **sensationalism in the audiovisual image**, the vast majority of the analyzed news items - 238 - did not reveal these indicators. Only 5 items showed shocking visual effects and, unnecessary (for the informative purpose) repetition of visual effects.

With regard to the **causes** defended, Human Rights was the topic that obtained the highest number of references in the news (129), followed by references to forms of political activism (66). This is followed by environmental rights (30) and the news in which more than one cause was defended. The news that referred to animals' rights were nine. For the sake of optimizing the space available for this article, we removed several graphs and results tables.

Concerning the **Type of Actors/activist organizations**, it was at the micro-level, with 44% of the television news report, that more references were detected. Crossing this variable with the variable **geographical location** it is possible to observe that only 8 of these news reports are of national scope, that is, of the 107 items that refer to forms of unorganized activism, the great majority is about international issues. 47 news items referred to the meso level and, at this level, 18 of the news reports are dedicated to national events. Still, regarding the geographical location, most of the references are to international activism (165), with only 78 news reports referring to national activist initiatives.

At the macro level, 85 items were analyzed. At this level the references of national scope increase significantly, only 35 news are of

an international scope, which may be an indicator that more television attention is given, at a local level, to activist initiatives that result from movements organized in time and space.

Also at the macro level it was possible to identify the following organizations mentioned in the analyzed news items: International Amnesty (AI); Black Lives Matter; Red Line Campaign; National Council of Activists of Angola; Islamic state; Group of Activists in Treatment (GAT); Greenpeace; Pro Tejo Movement; Spanish Platform of Toledo; Quercus; National Geographic; Zero; Anti-Nuclear Iberian Movement; SOSAnimal; UMAR; Network Activists “Stop sexism build equality”.

The analysis of the **Tone** variable indicates that the associations made to the activists present in the television news reports, namely through voice off or voiceover, are mostly positive (180), which suggests that television follows the model of watchdog journalism that oversees the activities of public authorities on behalf of citizens (Dyck & Zingales, 2002, Serrin & Serrin, 2002) by giving attention to movements or events that denounce the State’s shortcomings.

The identification of the **spokespersons for activist causes**, reveals that in the television news reports analyzed, the ordinary citizens are the privileged spokespersons (88), followed by news reports with only the voice of the journalist (66).

The **type of activist action** which prevails in the television news reports, 96%, is clearly the protest and persuasion with street actions (artistic expressions, street protests, conferences, specific campaigns, reporting of abuses), followed by violence against physical objects or violent action (3%) and non-cooperation (1%). The great majority of the

television news reports analyzed do not show images of physical **confrontations**/violence between police authorities and protestors/ activists.

According to a study that analyzed the YouTube channels of two virtual feminist communities dealing with violence against women, the signs of audiovisual messages are complex and use semiotic artifacts that produce meaning on the variation of the term “victim” or “aggressor”, (Núñez, Fernández, & Rubira, 2015). Thus, the vast majority of the analyzed items are neutral in relation to the **profile of the activists** (203), with 30 of the television news reports, in contexts of evident violations of fundamental human rights, presenting the activists as victims and only 10 present them as aggressors.

In the **online variable** only 5% of the news items have been originated or have developed in the digital environment, related to topics as demonstrations against a sexist decision of the Court of Appeal in Portugal, movements of protests against Donald Trump’s policies, International Amnesty campaigns, the disrespect of Human Rights in China and cancellation of an LGBT exhibit in Brazil. The sources of the news are the institutional websites, Twitter and Facebook.

Discussion

Studying the concept of activism presents a series of limitations by the very subjectivity of what it implies, exposed to conjectural interferences related to the geopolitical location, the temporal and cultural space context in which the initiatives associated to the concept develop and also to the psychological and social automatisms of the individuals (Núñez, Fernández, & Rubira, 2015). The present analysis reflects these

limitations insofar as the events that generate television news reports associated with the concepts of “activism” and “activists” are also conjectural, and there may be reports associated with activist actions and organizations who, not being specifically mentioned by journalists as such, have been left out of the scope of the analysis. On the other hand, the methodological options underlying the criterion of selection of the television news items for analysis exclude other variants of expressions related to the phenomenon, such as the term “activist” in the singular, because we have privileged the variant of collective social action. Similarly, it will be interesting in the future to deepen the intersection of data obtained in some dimensions and to analyze trends over time.

However, it was possible to respond to the research questions posed and to quantify and identify what causes, movements and representations are associated with these concepts in Portuguese television news programs. The analysis turned out to be elucidative concerning the subjects covered, the most represented causes that are of international scope and fundamentally related to political and human rights issues. As social practices with great mutability, activist actions are also the target of a volatile media projection (Estanque & Bebian, 2007), still, it was possible to observe that the news programs analysed do not highlight the action of the activist groups that commit violent acts, nor do they reveal signs of sensationalistic audiovisual coverage. On the other hand, concrete actions on the ground are favored, whose spokespersons are ordinary citizens at the micro-level. This may reflect the tendency of the media system for the progressive increase of interaction and identification with audiences (Brandão, 2010, p. 95). It was possible to see that the Portuguese public television channel (RTP 1) was the

one that mentioned these concepts the most. This may be related to the discussion about the role of public television in stimulating participation as a space for informed citizenship (Brandão, 2010, p. 164).

Most of the references to the concepts in Portuguese television news programs of free-to-air channels in 2017 are to international activism. But at national level the attention is mostly given to activist initiatives that result from movements organized in time and space at the macro level. When analyzing the airtime dedicated to activism, the number of programs that referred to the concepts of “activism” and “activists” is reduced. The morning news programs are, in general, the ones that mention more these concepts. The fact that news are placed mainly in the middle of the news programs, without major prominence, with most of the news to be repetitions of international issues, seems to indicate that, on the one hand, in the national context the activist action is not muscled enough to attract television media attention, or, on the other, that the free to air television channels undervalue the coverage of activist actions. Also noteworthy for these considerations is the fact that only 5% of the news have been originated or have developed in the digital environment, which may suggest a gap between what television screens show and how certain topics become relevant online.

If technologies have brought a new space of visibility to activist organizations that defend human, civil, environmental and animal rights, they have also made it possible for extremist organizations and totalitarian movements to create virtual spaces that undermine public confidence in elections, in the courts, in the traditional media, and in science, with conspiracy theories, false narratives and ignorant perspectives on religion and race (Albright, 2018, pp. 20-30). In this

context, those who define and seek to influence what is reported in the TV news programs, have a greater responsibility and interest to provide perspectives that allow us greater independence from the most varied attempts of “intellectual subjugation” inherent to the production and dissemination of information (Tornero & Varis, 2010, pp. 24-26). It is important to present citizens with other possibilities for public participation with the capacity to assert a set of social “counter-powers”. A kind of “parallel system that, far from being undemocratic, presupposes a healthy relationship between governors and the governed”, based on the use of instruments of evaluation, control and accountability of the actions of the governments that, by consecrating impartiality, plurality and proximity, are capable of limiting the “absolutism” of the legitimized rulers by the consecration of the elections (Teixeira, 2018, pp. 123-127).

References

- Albright, M., (2018). *Fascism: A Warning*. HarperCollins.
- Arbaoui, B., Swert, K. D., & Der Brug, W. van. (2016). Sensationalism in News Coverage: A Comparative Study in 14 Television Systems. *Communication Research*, 47(2), 299-320.
- Baer, H. (2016). Redoing feminism: digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist Media Studies*, 16(1), 17-34
- Bennett, W. L. (2014). Communicating Global Activism: Some Strengths and Vulnerabilities of Networked Politics. In W. van de Donk, B. D. Loader, P. G. Nixon, & D. Rucht (Eds), *Cyber protest: New Media, Citizens and Social Movements*. Routledge

- Benhabib, S. (1996). Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy. In S. Benhabib. (Ed.), *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political* (68–94). Princeton University Press
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks*. Yale University Press
- Bobel, C. (2007). I'm not an activist, though I've done a lot of it: Doing Activism, Being Activist and the Perfect Standard in a Contemporary Movement. *Social Movement Studies*, 6, 147-159.
- Brandão, N. G. (2006). *Prime Time – do que falam as notícias dos telejornais*. Casa das Letra.
- Brandão, N. G. (2010). *As Notícias nos Telejornais*. Guerra & Paz
- Brown, W, (2005). *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton University Press.
- Bucy, E. & Gregson, K. S. (2001). Media Participation: A Legitimizing Mechanism of Mass Democracy. *New Media & Society*, 3(3), 357–380.
- Burnay, C. D. E., & Ribeiro, N. (2016). *As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal*. ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social e GfK; Cambridge University Press.

- Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal - Um estudo exploratório. *Sociologia, problemas e práticas*, (82), 27-47.
- Cardoso, G., Costa, A. F., Coelho, A. R., & Pereira, A., (2015). *A Sociedade em Rede em Portugal: Uma Década de Transição*. Almedina
- Cardoso, G., Mendonça, S., Paisana, M., Lima, T., & Caldeira Pais, (2017). *A Televisão em Portugal. Análise das audiências e dinâmicas concorrenciais do mercado televisivo português entre 1999 e 2016*. Relatórios OBERCOM.
- Carpentier, N. (2011). *Media and Participation: A Site of Ideological-democratic Struggle*. Intellect Books
- Castells, M. (2017). *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Zahar
- Cavalieri, P. (2002). *The Animal Question: Why Non-Human Animals Deserve Human Rights*. Oxford Scholarship Online
- Cortese, D. K. (2015). I'm a good activist, you're a bad activist, and everything I do is activism: parsing the different types of activist identities in LGBTQ organizing. *Interface: a journal for and about social movements*, Article Volume 7(1), 215 – 246
- Costa, A. C. (2019). *As Cinco Grandes Revoluções da História de Portugal*. Desassossego.

- Couldry, N. (2004). Theorising media as practice. *Social Semiotics*, 14(2), 115-132.
- Cullinan, C. (2011). *Wild Law - Manifesto for Earth Justice*. Green Books.
- Curran, J. (2012). *Understanding the Internet*. Routledge.
- Deuze, M. (2011). Media life, Media. *Culture & Society*, 33(1), 137–148.
- Dyck, A., & Zingales, L. (2002). The corporate governance role of the media, In R. Islam (Ed.), *The right to tell: The role of mass media in economic development* (pp. 101-137). The World Bank Institute.
- Earl, J., & Kimport, K. (2011). *Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age*. MIT Press.
- Estanque, E., & Bebiano, R. (2007). *Do Activismo à Indiferença, Movimentos Estudantis em Coimbra*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Gamson, J. (1995). Must Identity Movements Self-Destruct? A Queer Dilemma. *Social Problems*, 42, 390 - 407
- Gerlach, L. (2001). The Structure of Social Movements: Environmental Activism and Its Opponents. In J. Arquilla and D. Ronfeldt (Eds.), *Networks and Netwars: The Future of Terror* (pp. 289-309). Crime, and Militancy.

- Gladwell, M. (2011). From innovation to revolution - Do social media made protests possible: An absence of evidence. *Foreign Affairs*, 90, 153.
- Global Entertainment & Media Outlook 2020–2024. (n.d.). Retrieved from <https://www.pwc.com/gx/en/industries/tmt/media/outlook.html>
- Gonçalves, T. (2015). *Públicos e consumos de média o consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)
- Green, D. (2016). *How Change Happens*. Oxford University Press
- Hackett, R. (2000). Taking Back the Media: Notes on the Potential, for a Communicative Democracy Movement. *Studies in Political Economy*, 63.
- Halupka, M. (2014). Clicktivism: A systematic heuristic. *Policy & Internet*, 6, 115-132
- Hanania, R. (2016). *PowerR Pr: Ethnic Activists Guide to Strategic Communications* (2nd ed.). Urban Strategies Group. CafePress.com.
- Jordan, T. (2002). *Activism!: Direct Action, Hacktivism and the Future of Society*. Reaktion Books Ltd.
- Jouët, J. (2018). Digital feminism: questioning the renewal of activism. *Journal of Research in Gender Studies*, 8(1), p: 133–157

- Joyce, M. C. (2014). *Activism Success: A Concept Explication* [Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements of the degree of Master of Arts, University of Washington]. https://digital.lib.washington.edu/researchworks/bitstream/handle/1773/26455/Joyce_washington_02500_12997.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Karpf, D. (2010). Online political mobilization from the advocacy group's perspective: Looking beyond clicktivism. *Policy & Internet*, 2(4), 7-41.
- Klein, N. (2014). *This Changes Everything*. Penguin Books.
- Martin, B. (2007). Activism, social and political. In G. L. Anderson & K. G. Herr (Eds.), *Encyclopedia of Activism and Social Justice* (pp. 19-27).Thousand Oaks.
- Mattoni, A., & Treré, E. (2014). Media Practices, Mediation Processes, and Mediatization in the Study of Social Movements. *Commun Theor*, 24, 252-271
- Morozov, E. (2011). *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. Perseus Books Cambridge.
- Nash, R. (1989). *The Rights of Nature: A History of Environmental Ethics*. University of Wisconsin Pres.
- Negri, A., & Hardt, M. (2005). *Multidão - Guerra e democracia na Era do Império*. Campo das Letras.

- Noelle-Neumann, E. (1974). The Spiral of Silence a Theory of Public Opinion. *Journal of Communication*, 24(2), 43–51.
- Norris, Pippa, (2002), *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge University Press
- Núñez Puente, S., Fernández Romero, D., & Rubira García, R. (2015). Online activism and subject construction of the victim of gender-based violence on Spanish YouTube channels: Multimodal analysis and performativity. *European Journal of Women's Studies*, 22(3), 319–333.
- Rose, N. (1999). *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge University Press
- Sandoval, M. & Fuchs, C. (2010). Towards a critical theory of alternative media. *Telematics and Informatics*, 27, 141-150
- Serrin, J. & Serrin, W. (2002). *Muckraking! The journalism that changed America*. The New Press
- Sharp, G. (2005). *Waging nonviolent struggle*. Porter Sargent
- Shulman, S. W. (2009). The case against mass e-mails: Perverse incentives and low-quality public participation in US federal rulemaking. *Policy & Internet*, 1(1), 23–53.
- Singer, P. (2009). *Animal Liberation* (1st Published in 1975). Ecco Book/Harper Perennial.

- Sobral, F. A. (2012). Televisão em Contexto Português: uma abordagem histórica e prospetiva. *Millenium*, 42, 143-159.
- Standard Eurobarometer 88, (2017). *Media Use in the European Union*. European Commission.
- Teixeira, C. P. (2018). *Qualidade da democracia em Portugal*. Fundação Fra.cisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Pérez Tornero, J. M., & Varis, T. (2010). *Media Literacy. And New Humanism*. UNESCO Institute for Information Technologies in Education.
- Toro, J. B. A., & Werneck, N. M. D. (2004). *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Autêntica.
- Universal Declaration of Human Rights (UDHR). (n.d.). Retrieved from <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- Vicente, F. (2016). Novos media ou media tradicionais? O lugar da política num paradigma da comunicação em mudança. *Cision*. <https://www.cision.pt/2016/05/novos-media-ou-media-tradicionais-o-lugar-da-politica-num-paradigma-da-comunicação-em-mudança/>

Mulheres no Jornalismo Esportivo da Televisão Aberta Brasileira: uma Análise do Programa Globo Esporte São Paulo¹

Érika Alfaro de Araújo
Mauro de Souza Ventura

A busca pela ocupação de espaços, a relevância da representatividade e a luta pela igualdade de direitos entre os gêneros são temas de destaque na sociedade contemporânea. Esses conceitos e reivindicações se aplicam nos mais variados campos, do político ao educacional, do trabalhista ao esportivo. E é este último que estará em foco neste trabalho. As mulheres marcam presença no universo dos esportes como torcedoras, atletas, treinadoras, dirigentes, árbitras e bandeirinhas. E, ao transpor essa perspectiva para o jornalismo esportivo, são as profissionais quem simbolizam as causas femininas.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo verificar a presença feminina na televisão aberta, além de entender os espaços ocupados e as funções exercidas por mulheres enquanto componentes do mercado de trabalho. Assim, partimos do pressuposto de que, em produtos midiáticos esportivos, existem processos de produção, funções

1. Texto apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2019, no GP Comunicação e Esporte.

relacionadas à reportagem, apresentação e opinião, e cada um desses papéis corresponde a um modo de avaliar o trabalho jornalístico de mulheres. Partindo dos bastidores, a produção, que acontece longe das câmeras e dos microfones, diz respeito ao planejamento e à viabilização dos conteúdos. A reportagem, por sua vez, apura e divulga as notícias, caracterizando-se pelo caráter informativo e pela reprodução da imagem do sujeito ocupante desse posto. A apresentação se mostra como um setor em que a imagem do indivíduo representa a identidade e a marca do programa, exigindo do mesmo, em alguns casos, posturas mais objetivas e roteirizadas em boa parte do tempo. Já a análise, que é um dos eixos diferenciais das atrações esportivas além da informação, exige conhecimento significativo, domínio fundamentado sobre o tema e legitimidade ao se posicionar sobre as pautas esportivas diante do público para passar credibilidade, tendo em vista que se trata de um gênero opinativo: “Mais do que qualquer outro membro da equipe, o comentarista precisa ter conhecimento profundo das regras do esporte sobre o qual fala” (Barbeiro & Rangel, 2006).

Com um panorama da participação de mulheres em postos de trabalho da televisão aberta, buscaremos verificar, sob a luz da questão de gênero, em que momento a sociedade brasileira atual se encontra no que diz respeito à trajetória de luta pela igualdade, tendo em vista a necessidade de entender de que forma as figuras femininas se inserem no jornalismo esportivo, um campo historicamente masculino.

É preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. Colocar o problema nestes termos é marcar um progresso na ordem do conhecimento que pode estar no princípio de

um progresso decisivo na ordem da ação. Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo. (Bourdieu, 2003, p. 5)

Em um breve resgate histórico, é possível perceber como esse universo se construiu e “eternizou” como masculino. Partindo da Grécia Antiga, pensando na prática esportiva, às mulheres era negado até mesmo estar presente nos Jogos Olímpicos como espectadoras. Miragaya (2002) ressalta que a participação e atuação de figuras femininas eram impedidas em atividades físicas porque pensava-se que eram muito delicadas e frágeis, tendo que se restringir à vida doméstica e levar um estilo de vida passivo. Na Era Moderna, as disputas olímpicas tiveram início em 1896 e contaram apenas com a presença de homens. De acordo com Gomes (2004) os Jogos Olímpicos colaboram de forma decisiva para que a disputa esportiva seja considerada um ato viril por excelência. Assim, reforça-se o fator temporal para a consolidação das mulheres como atletas nesse evento: foi apenas em 2012, mais de um século depois do ressurgimento da competição na Modernidade, nos Jogos Olímpicos de Londres, que todas as modalidades contaram com uma representante feminina.

No jornalismo esportivo, também se verifica um longo processo. Os primeiros registros da imprensa esportiva nos remetem à Europa do século XIX, com os franceses *Journals des Haras* e *Le Vélo* (Andújar, 2013). No Brasil, o primeiro jornal esportivo que se tem notícias nos leva a 1856, segundo Bahia (1990), com O Atleta. No entanto, para que surgisse o nome de Maria Helena Rangel, a primeira mulher

a trabalhar na cobertura de esportes no Brasil, passou-se mais de um século – ela foi contratada pelo jornal *Gazeta Esportiva* em 1947. “É considerada a primeira jornalista do país e era atleta (campeã) em arremesso de disco” (Ramos, 2010).

Sendo assim, para entender como esse cenário é composto nos dias de hoje, em que mudanças sociais estão ocorrendo e os movimentos femininas dão suporte para o questionamento dos papéis das mulheres na sociedade, analisaremos o programa esportivo da Rede Globo, o *Globo Esporte São Paulo*, para entender de que forma as equipes jornalísticas são formadas por meio dos programas exibidos ao público.

Objeto

O objeto a ser analisado é o *Globo Esporte São Paulo*, no ar na Rede Globo a partir de 12h50, com um total de 20 a 30 min. Os formatos de conteúdo privilegiados pelo GE são notícias, boletins, entradas ao vivo, entrevistas, notas cobertas, de coletivas de imprensa, apresentação de jogadores, pré e pós jogos, reportagens especiais e outras modalidades consideradas de teor informativo.

O programa está no ar desde agosto de 1978. De acordo com o portal *Memória Globo*, ao longo de sua trajetória, o *Globo Esporte* pode ser definido como uma mistura de informação e entretenimento. Em 2009, passou a contar com uma redação esportiva em São Paulo. “O noticiário esportivo da capital paulista e das emissoras retransmissoras do interior do estado conquistavam novamente espaço no programa” (*Memória Globo*). A dinâmica era: o primeiro bloco contava com pautas regionais e o restante com matérias para toda a rede.

No que diz respeito à história das mulheres no programa, na década de 1980, temos Isabela Scalabrini, a primeira apresentadora mulher do Globo Esporte e uma das primeiras representantes femininas do campo a produzir reportagens esportivas. Cobriu grandes eventos, como os Jogos Olímpicos de 1984 e 1988, além das Copa do Mundo de 1986 e 2014. Monika Leitão é outro nome a ser lembrado na Rede Globo, sendo uma das pioneiras da Divisão de Esportes e também fazendo matérias para o Globo Esporte. Na época de precursoras, dar oportunidades às mulheres na editoria esportiva não era uma prática comum adotada pelos veículos. Configurando-se como um fenômeno recente, na década de 1990, Mylena Ciribelli foi a primeira mulher a apresentar o Esporte Espetacular e, posteriormente, também esteve à frente do Globo Esporte em algumas oportunidades. Embora Isabela e Mylena tenham aberto esse caminho, foi apenas com Glenda Kozlowski que o Globo Esporte contou com uma mulher diariamente em seu comando – o que aconteceu depois de seu trabalho no Esporte Espetacular.

Objetivos e Metodologia

Em termos gerais, o objetivo deste trabalho é estudar a presença feminina no processo de produção, reportagem, apresentação e opinião do Globo Esporte, da Rede Globo, programa esportivo da televisão aberta brasileira, com a finalidade de identificar e analisar o lugar da mulher jornalista nesse gênero que, durante muito tempo, foi dominado pelos homens. Para isso, com o aporte metodológico de Bardin (2002), selecionamos um

corpus de dez edições do Globo Esporte, de 2017² e 2019, um intervalo de dois anos em que ocorreram mudanças no quadro profissional.

A Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), “é um conjunto de análises das comunicações”, e não um instrumento, mas de um leque de apetrechos. “Ou, com mais rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2011). Com esse instrumento metodológico, marcados por aspectos particulares e capaz de oferecer diversas possibilidades ao analista, é possível recorrer às abordagens quantitativa e qualitativa, as quais permitem inferências de caráter crítico, além de interpretações que possibilitam uma leitura além da convencional, tudo isso ao atingir um novo aspecto de significação de uma mensagem.

Uma amostra com cinco edições consecutivas de cada um dos períodos (2017 e 2019) – apresentados na última semana de setembro de 2017, de 25 a 29/9, e na primeira de junho de 2019, de 3 a 7/6 – foi escolhida para verificar a relação da perspectiva de gênero com a realização dos produtos jornalísticos que chegam até o público. Os recortes foram escolhidos em decorrência da cobertura da partida decisiva da final da Copa do Brasil 2017, entre Cruzeiro e Flamengo. A semana de 2017 também apresenta dois momentos de pautas jornalísticas interessantes aos programas e aos propósitos da pesquisa: as análises e reportagens após o clássico entre São Paulo e Corinthians, assim como o pré-jogo de outro clássico, Palmeiras e Santos. Sendo assim, o Globo Esporte São Paulo

2. A escolha do ano de 2017 deveu-se também ao fato de que, naquele período, realizamos uma pesquisa sobre o lugar da mulher no jornalismo esportivo, com uma análise dos programas Jogo Aberto e Globo Esporte São Paulo. A parte relacionada à atração da Rede Globo permanece inédita, por isso subsidiou o presente trabalho, que agora efetua uma análise comparativa em dois tempos.

selecionaria suas equipes principais para a produção das reportagens, o que nos proporcionaria um material pertinente ao estudo. Já em 2019, a semana foi escolhida por se tratar do período que antecede a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019, um dos principais eventos globais relacionados ao esporte (a abertura do evento seria no dia 7/6). Uma das perguntas levantadas a partir do transcorrer do tempo seria: o que mudou no Globo Esporte em dois anos?

Com isso, houve a verificação da presença feminina nos programas a partir das categorias M (mulher) e H (homem) e dos nomes dos profissionais de acordo com as funções que exercem. Os programas também foram divididos por categorias com relação aos formatos, como chamadas, matérias, entradas ao vivo e comentários. Com a organização da amostra em categorias, as informações levantadas são responsáveis pela descrição analítica do objeto. Dessa forma, na etapa seguinte, temos o que Bardin (2011) nomeia como “inferência”, que “recorre a marcadores (quantitativos ou não)” e para a interpretação do conteúdo.

Os procedimentos de levantamento dos conteúdos nas semanas selecionadas, a categorização dos mesmos, a descrição analítica do objeto e posterior inferência baseada em marcadores quantitativos e qualitativos foram adotados com o objetivo de entender o lugar ocupado pela mulher jornalista neste programa da televisão aberta brasileira.

Análise

Semana Construída 2017

O programa possui um formato bem delimitado de sequência entre chamada/cabeça, matéria e comentários/pé. Por vezes, os apresentadores

mostram notícias e lances de jogos, por exemplo, no telão do estúdio, sozinhos ou ao lado dos comentaristas. Vale ressaltar que, apesar do foco da análise ser a imagem (por se tratar de um produto televisivo) e os encarregados de cada conteúdo, também optamos por computar os créditos de produção, arte, edição e de imagem, quando existentes, ademais das pessoas que aparecem na tela ou narram as reportagens.

Globo Esporte São Paulo: 25 de setembro, segunda-feira³

O programa foi aberto com um VT, exibindo lances e entrevistas do jogo entre São Paulo e Corinthians. No estúdio, o apresentador Ivan Moré e o comentarista Caio Ribeiro entrevistaram o jogador do Palmeiras, Egídio. O que chamamos de nota coberta se refere ao momento em que lances e gols do Brasileirão foram exibidos e Ivan os narrou.

Tabela 1

Programa 1, dia 25 de setembro de 2017

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
VT ⁴ (3); abertura (1); entrevistas (2); chamadas de reportagens (3); matérias (3); comentários (6); nota coberta (1); passagem de bloco (1).	H	Ivan Moré (apresentação); Caio Ribeiro (comentários); Alex Escobar (narração) e Cássio Barco (reportagem); Renato Rodrigues (crédito de imagem).

Elaborada pelos autores, 2019.

3. A edição do dia 25/9/2017 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/6172355/>
4. O que chamamos de VT se refere às imagens gravadas e exibidas fora do contexto de uma reportagem ou sem a narração de um jornalista; a abertura é o momento em que o apresentador cumprimenta o público; as chamadas ou cabeças são a introdução, feitas pelo apresentador, das matérias/reportagens que estão por vir.

Conforme ilustrado na tabela 1, todas as categorias foram ocupadas por homens. Desde a apresentação e os comentários até as matérias e narrações, não houve nenhuma representante feminina.

Globo Esporte São Paulo: 26 de setembro, terça-feira⁵

Tabela 2

Programa 2, dia 26 de setembro de 2017

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Matérias (6); abertura (1); chamadas (8); comentários (5); entradas ao vivo (2); passagens de bloco (2).	H	Ivan Moré (apresentação); Walter Casagrande (comentários); Edílson Caju, Pedro Santana, Carlos Velardi, Felipe Silveira, Marcos Pinguim e Gabriel Torres (créditos de imagens); Renato Peters; Renato Cury; Caio Maciel; Felipe Diniz; Andrei Kampff e Leo Bianchi (reportagem).

Elaborado pelos autores, 2019.

O programa teve início com uma reportagem sobre um evento de futebol em uma escola na favela de Paraisópolis. Duas entradas ao vivo, dos repórteres Renato Peters e Renato Cury, trouxeram notícias sobre Palmeiras e Santos, respectivamente. A terça-feira ainda contou com a presença do comentarista Walter Casagrande, com o quadro “Fala, Casão”. O formato traz perguntas do público para que

5. A edição do dia 26/9/2017 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/6175089/programa/>

o comentarista possa respondê-las. O confronto entre Corinthians e São Paulo também foi tema da matéria. Na última parte, o quadro de Casagrande teve continuidade. Nessa etapa, Ivan Moré conduziu as situações e Casagrande as comentou.

Por meio dos dados da tabela 2, nota-se que o GE foi composto inteiramente por homens – da apresentação de Ivan Moré aos comentários de Casagrande, as reportagens e as entradas ao vivo. Não foi encontrado nenhum nome feminino, nem em créditos de produção ou edição nas matérias, e nem ao final do programa, oportunidade em que apenas o nome de Renato Ribeiro Silva, o diretor responsável, foi exibido.

Globo Esporte São Paulo: 27 de setembro, quarta-feira⁶

Após a abertura, o repórter Andrei Kampff fez uma entrada ao vivo no centro de treinamentos do Corinthians. A matéria do repórter Guilherme Pereira repercutiu a entrevista coletiva do técnico do São Paulo. Notícias de Palmeiras e Santos também tiveram espaço. A categoria que chamamos de nota coberta se refere ao momento em que lances passaram no telão enquanto Ivan Moré, no estúdio, passava as informações e fazia comentários pontuais. A matéria que antecipou o confronto que ocorreria naquele dia, entre Cruzeiro e Flamengo na final da Copa do Brasil, trouxe a história de ambos os clubes no campeonato. O futebol internacional foi abordado na edição, assim como uma matéria e nova entrada ao vivo falaram sobre o Corinthians.

6. A edição do dia 27/9/2017 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/6178254/>

Tabela 3

Programa 3, dia 27 de setembro de 2017

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Abertura (1); chamadas (10); matérias (8); passagem de bloco (1); nota coberta (1); entradas ao vivo (2); comentário (1); encerramento (1).	H	Ivan Moré (apresentação); Andrei Kampff, Caio Maciel, Guilherme Pereira, Renato Peter, Renato Cury, Tino Marcos (narração), Richard Souza e Marco Aurélio Souza (reportagem); Diogo Cortes, Felipe Silveira, Rafael Carneiro, Moisés Lopes e Fernando Ferro (créditos de imagens).

Elaborado pelos autores, 2019.

O terceiro programa segue os anteriores: é 100% feito por homens.

Globo Esporte São Paulo: 28 de setembro, quinta-feira⁷

Após a breve abertura feita por Ivan Moré, foi exibida uma entrevista exclusiva com o jogador do São Paulo, Lucas Pratto, realizada pelo repórter Guilherme Pereira. Logo após, uma matéria sobre o Palmeiras trouxe a preparação do time para enfrentar o Santos. Uma entrada ao vivo feita no CT do Santos foi realizada por Renato Cury. Vale ressaltar que, em uma chamada, notamos que Ivan Moré usou o termo “meu amigo” para se referir ao telespectador, reduzindo a audiência a um substantivo masculino. A matéria que se seguiu trouxe a final da Copa do Brasil entre Cruzeiro e Flamengo, já a do Corinthians foi conduzida

7. A edição do dia 28/9/2017 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/6180654/programa/>

por Andrei Kampff, e o material seguinte tratou do tema Orlando City, clube americano do brasileiro Kaká. O futebol internacional também esteve presente na edição.

Tabela 4

Programa 4, dia 28 de setembro de 2017

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Abertura (1); matérias (7); chamadas (8); passagens de bloco (2); pés de matérias (2); encerramento (1); notícia (1); entrada ao vivo (1); entrevista (1);	H e M	Ivan Moré (apresentação); Guilherme Pereira; Diogo Camargo, Rafael Carneiro, Emanuel da Ros, Edu Bernardes (créditos de imagens); Julyana Travaglia e Lívia Faria (créditos de produção); Leo Bianchi, Renato Cury, Andrei Kampff, André Gallindo e Regis Rösing (reportagem).

Elaborado pelos autores, 2019.

Da mesma forma que aconteceu nos dias anteriores, todas as matérias foram assinadas por repórteres homens. No entanto, pela primeira vez, notamos dois nomes femininos: Julyana Travaglia e Lívia Faria⁸. Ambas aparecem nos créditos de produção; a primeira na entrevista com o jogador Lucas Pratto, e a segunda na reportagem sobre o Orlando City. Assim, podemos concluir que, apesar existir a presença feminina, ela acontece de forma minoritária – longe das câmeras ou microfones.

8. Ambas são produtoras.

Globo Esporte São Paulo: 29 de setembro, sexta-feira⁹

No último dia analisado em 2017, Ivan Moré abre o programa e chama a matéria sobre o Palmeiras, assinada por Mauro Naves. Em sequência, a matéria sobre o Santos veio com Renato Cury. O pé da matéria, feito pelo apresentador Ivan Moré, foi uma informação adicional. Escapando da tendência futebolística, Anselmo Caparica trouxe um material sobre a Stock Car. Assim, a Fórmula 1 também foi retratada, a exemplo do futebol internacional. As notícias do Corinthians foram temas da reportagem de Edgard Alencar, e do São Paulo, de Leo Bianchi. O quadro “Geração Z”, que apresenta novos talentos do esporte, teve como personagem Isabella Marques Montaldi, uma menina de 12 anos campeã brasileira de judô sub-13. A reportagem de Edgard Alencar acompanhou sua rotina, mostrou a dedicação da garota, as preocupações e opiniões dos pais sobre sua carreira no esporte.

No último GE selecionado para análise em 2017, constatamos que, durante toda a semana, não houve nenhuma representante feminina à frente das reportagens – nem na apresentação, uma vez que a posição é ocupada por Ivan Moré, nem nos comentários. No quadro “Geração Z”, o judô, um esporte olímpico de pouca participação em pautas de programas esportivos diários, a personagem é Isabella Marques Montaldi, uma garota, e nem nesse caso uma repórter mulher foi designada para a condução da reportagem. O único nome feminino presente está relacionado aos créditos de arte. Daniela Anselmo aparece ao lado de outro homem, Vinícius Reis.

9. A edição do dia 29/9/2017 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/6183376/programa/>

Tabela 5

Programa 5, dia 29 de setembro de 2017

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Abertura (1); matérias (8); chamadas (7); passagens de bloco (2); pé de matéria (1);	H e M	Ivan Moré (apresentação); Mauro Naves; Renato Cury, Anselmo Caparica, Edgar Alencar (reportagem); Alex Escobar, Leo Bianchi, Tino Marcos (narrações/reportagem); Luis Fernando Finoti (crédito de auxílio técnico); Daniela Anselmo e Vinicius Reis (créditos de arte); Fernando Ferro (crédito de imagens); Guilherme Fuoco e Pedro Tattoo (créditos de edição).

Elaborado pelos autores, 2019.

Semana construída 2019

O formato do Globo Esporte São Paulo se manteve com chamadas, reportagens/entradas ao vivo, com pautas sobre futebol masculino e o foco nos clubes paulistas. Houve a troca de Ivan Moré por Felipe Andreoli na apresentação, e este novo profissional à frente da atração possui a característica de fazer breves comentários, muitas vezes com toques de humor, ao final dos conteúdos exibidos.

Globo Esporte São Paulo, 3 de junho de 2019, segunda-feira¹⁰

A edição do GE analisada tem início com uma reportagem de Thiago Crespo sobre a Taça Favela. No estúdio, o apresentador

10. A edição do dia 3/6/2019 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/7664016/programa/>

Felipe Andreoli recebeu meninas e meninos que disputaram a competição. Os jogos do Campeonato Brasileiro também foram abordados: Palmeiras e Chapecoense, Ceará e Santos, São Paulo e Cruzeiro, com Felipe Diniz, Alessandro Jodar e Alexandre Oliveira, respectivamente. Duas entradas ao vivo, de Caio Maciel e Eric Faria, trouxeram notícias do Corinthians e da Seleção Brasileira masculina de futebol (na preparação para a Copa América 2019), respectivamente. O basquete americano e a partida final da *Champions League* também estiveram presentes.

Tabela 6

Programa 6, dia 3 de junho de 2019

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Matérias (6); chamadas (6); entradas ao vivo (2); VT (1); passagem de bloco (1); pé (1); encerramento (1).	H	Felipe Andreoli (apresentação); Felipe Diniz, Alex Escobar (narração), Thiago Creso, Alessandro Jodar, Alexandre Oliveira, Caio Maciel, Eric Faria (reportagem); Salvio Spindola (crédito de comentarista de arbitragem).

Elaborado pelos autores, 2019.

Conforme apontam os dados coletados e compilados na tabela 6, nenhuma mulher aparece à frente das câmeras e dos microfones da atração da Globo, nem mesmo nos créditos finais, que apenas exibem o nome de Renato Ribeiro como diretor responsável.

Globo Esporte São Paulo, 4 de junho de 2019, terça-feira¹¹

A edição, aberta pelo apresentador Felipe Andreoli, exibiu conteúdos sobre os times da capital paulista (Corinthians, São Paulo e Palmeiras) e o Santos, seja por meio de reportagem ou entradas ao vivo. Notícias da Seleção Brasileira masculina também foram abordadas, tanto em uma entrada ao vivo, quanto em uma reportagem – destaque para o tema Neymar, pois o jogador foi acusado em um caso de estupro¹². Na terça-feira, ainda houve uma matéria especial: após selecionar uma torcedora do Corinthians em uma rua da capital paulista, a reportagem a levou de São Paulo ao Rio de Janeiro para ver o jogo do time contra o Flamengo. Vale destacar também a presença constante de pés nas matérias, feitos pelo apresentador, ou em tom de comentário ou de humor.

Tabela 7

Programa 7, dia 4 de junho de 2019

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Abertura; chamadas (6); matérias (5); pé (5); passagens de bloco (2); entradas ao vivo (3); encerramento (1).	H	Felipe Andreoli (apresentação); Caio Maciel, Alexandre Oliveira, Renato Cury, Tino Marcos, Eric Faria, Leo Bianchi (reportagem); Edson Silva (crédito de imagens); Victor Pozella (crédito de produção).

Elaborada pelos autores, 2019.

11. A edição do dia 4/6/2019 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/7666663/programa/>

12. Uma mulher registrou um boletim de ocorrência, em São Paulo, contra o jogador Neymar, acusando-o de estupro.

A segunda edição do GE na semana de abertura da Copa do Mundo Feminina e anterior à Copa América Masculina contou apenas com homens, seguindo o modelo anterior em que os créditos na tela exibem Renato Ribeiro como diretor responsável.

Globo Esporte São Paulo, 5 de junho de 2019, quarta-feira¹³

Tabela 8

Programa 8 – 5 de junho de 2019

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Matérias (6); chamadas (6); pé (3); entradas ao vivo (2); passagem de bloco; nota coberta; encerramento.	H e M	Felipe Andreoli (apresentação); Leo Bianchi, Renato Peters, Thiago Crespo, Felipe Brisolla, Tino Marcos (reportagem); Luis Fernando Soncini (imagens); Bruna Campos (crédito de produção); Mateus Benato e Pedro Garcia (créditos de edição).

Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Nesta edição, houve a continuação da matéria especial do programa anterior, em que a reportagem levou uma torcedora do Corinthians para ver seu time no Rio de Janeiro, exibindo-a no estádio e após o jogo. Uma reportagem sobre a partida entre o time paulista e o Flamengo também foi ao ar. Em seguida, uma entrada ao vivo direto do CT do São Paulo trouxe as notícias da equipe. O basquete americano, em uma matéria sob a narração de Felipe Andreoli, também marcou presença

13. A edição do dia 5/6/2019 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/7669608/programa/>

– vale ressaltar que a narração se refere à voz em off do apresentador. Um conteúdo especial sobre tênis, com Gustavo Kuerten e Ymanitu Silva, além de uma reportagem sobre polêmicas de arbitragem na série B do Brasileirão foram outros conteúdos que foram ao ar. Seguindo a regra da semana, foram exibidas notícias da Seleção Brasileira masculina.

No terceiro programa analisado, todas as pessoas que tiveram suas imagens exibidas na tela eram homens. No entanto, pela primeira vez, o nome de uma mulher aparece nos créditos de produção de uma reportagem: Bruna Campos¹⁴ na matéria sobre tênis.

Globo Esporte São Paulo, 6 de junho de 2019, quinta-feira¹⁵

Tabela 9

Programa 9 – 6 de junho de 2019

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Abertura; chamadas (10); matérias (8); pé (3); entrada ao vivo (2); passagem de bloco (2); encerramento.	H	Felipe Andreoli (apresentação); Tino Marcos, Marco Aurélio Souza, Anselmo Caparica, Renato Cury, Alexandre Oliveira, Renato Peters (reportagem); Ronaldo Dias, Railson Santos (créditos de imagens).

Elaborada pelos autores, 2019.

Na quinta-feira, a Seleção Brasileira e Neymar voltaram a ser focos dos conteúdos (reportagem e entrada ao vivo) de Tino Marcos – a

14. Bruna Campos é produtora de reportagem.

15. A edição do dia 6/6/2019 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/7672578/program>

vitória em um amistoso e a lesão do atleta. Matérias sobre São Paulo, Santos e Palmeiras, e uma entrada ao vivo do CT do Corinthians também foram observadas, assim como uma matéria sobre *National Basketball Association* (NBA), o jogo da Copa do Brasil entre Cruzeiro e Fluminense e a disputa pelo cinturão no boxe – as três últimas sob narração de Andreoli. Por fim, uma matéria sobre skate.

No quarto programa, nenhuma mulher marcou presença, nem à frente das câmeras ou microfones, nem como créditos em funções realizadas nos bastidores.

Globo Esporte São Paulo, 7 de junho de 2019, sexta-feira¹⁶

Tabela 10

Programa 10 – 7 de junho de 2019

Formatos dos conteúdos e respectivas quantidades em que aparecem	Presença M ou H	Profissionais
Matéria (5); pé (6); chamada (8); entrada ao vivo (4); passagem de bloco (2); nota coberta (1); encerramento (1).	H e M	Felipe Andreoli (apresentação); Moisés Lopes, Railson Santos (créditos de imagens); Gláucia Santiago, Odinei Ribeiro, Thiago Crespo, Alexandre Oliveira, Evelyn Rodrigues, Felipe Brisolla, Lizandra Trindade, Mariana Becker (reportagem); Ana Hissa (produção).

Elaborada pelos autores, 2019.

16. A edição do dia 7/6/2019 do Globo Esporte foi assistida na íntegra por meio da plataforma Globo Play. <https://globoplay.globo.com/v/7675370/programa/>

A edição foi aberta com uma matéria sobre um campeonato de rua entre crianças no litoral paulista. Reportagem sobre o Santos na Copa do Brasil, notícias do Corinthians, da Seleção Brasileira masculina e da Fórmula 1 em entradas ao vivo, além de uma matéria sobre tênis foram exibidas na sexta-feira. Uma novidade foi o primeiro conteúdo sobre futebol feminino na semana de abertura da Copa do Mundo, o que ocorreu em uma breve entrada ao vivo da repórter Lizandra Trindade. Outro fato do dia foi que a matéria sobre *Ultimate Fighting Championship* (UFC), de Evelyn Rodrigues, foi acompanhada de uma propaganda, narrada por Andreoli, da assinatura do Canal Combate da Globo.

A última edição analisada neste trabalho é a primeira a contar com repórteres mulheres: Gláucia Santiago (campeonato de rua); Evelyn Rodrigues (UFC), com créditos de produção de Ana Hissa; Lizandra Trindade (Seleção Brasileira feminina) e Mariana Becker (Fórmula 1). Dos 9 conteúdos (entre reportagens e entradas ao vivo), 4 foram conduzidos por figuras femininas e 5 por masculinas.

A Predominância Masculina no Globo Esporte São Paulo

Conforme elabora Coakley (2007), jornalistas esportivos são peças-chave no processo construtivo do mundo social porque representações do esporte podem influenciar as ideias e crenças que as pessoas usam para definir e dar significado a si mesmas. Partindo desta premissa e dos levantamentos realizados em dez edições do Globo Esporte, em que grupos de cinco estavam localizados em períodos distintos, é possível apontar que a representação feminina no programa é mínima. Tantos nos créditos de imagens e produção, quanto na presença a frente

das câmeras, as mulheres são minoria, o que caracteriza um cenário ainda fortemente marcado pela dominação masculina.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003), há posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho. Assim, essa divisão colocaria as mulheres em segundo plano em um produto jornalístico exibido na televisão aberta e acessível à massa de telespectadores. O pensador postula que a visão androcêntrica (aquela que coloca o masculino como representação coletiva) impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. Bourdieu continua:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos. (Bourdieu, 2003, p. 18)

Por meio do cenário descrito por Bourdieu, é possível interpretar que essa imensa máquina simbólica ainda atua de forma determinante no campo esportivo, mantendo os homens em posição de destaque.

A análise de Bourdieu “possui um caráter descritivo da estrutura de dominação masculina” (Silva, 2013) e constitui uma visão importante para compreensão dos mecanismos de produção e reprodução dessa ordem na sociedade. No entanto, recorrer uma autora como Judith Butler em uma análise centrada na questão de gênero é essencial para que as observações e questionamentos possam ir além, considerando o que se convencionou chamar de pós-feminismo. De acordo com Silva (2013), neste, haveria a substituição das noções unitárias de mulher e da identidade genérica feminina por conceitos de identidade social que são

plurais e de constituição complexa, nos quais o gênero seria mais um entre outros traços.

Butler (2010) sugere a desconstrução do conceito de gênero, culturalmente construído, inserido na dicotomia na relação com o sexo, como naturalmente atribuído. Judith Butler “apontou para o fato de que, embora a teoria feminista considere que há uma unidade na categoria mulheres, paradoxalmente introduz uma divisão nesse sujeito feminista” (Rodrigues, 2005). Essa ideia se dá pelo fato de que, para a autora, há uma perpetuação da mulher enquanto sujeito unitário, e, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que este alguém é”, além do fato de que o gênero estabelece intersecções com outros elementos como raça, etnia, classe e região, os quais são “modalidades de identidades discursivamente constituídas”.

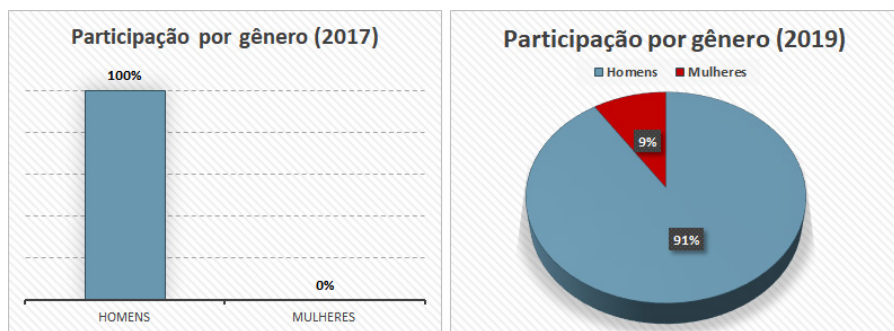
Com isso, é possível apresentar a crítica e a problematização de Butler como forma de expandir as visões propostas pelas análises no campo de estudos de gênero, levando em conta que a autora formula que “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou por ele é restrito” (Butler, 2010). Dessa forma, é possível assumir, inclusive nessa análise, a existência de sujeitos femininos.

Retomando a noção de lugares e funções femininas serem significativas em um estudo que leva em conta aspectos socioculturais, também consideramos quantitativamente os dados e verificamos que, à frente das câmeras, em 2017, não houve mulheres no período estudado. Foram 32 matérias e cinco entradas ao vivo (37 conteúdos no total).

Já em 2019, das 30 matérias e 13 entradas ao vivo (43 conteúdos no total), apenas quatro foram conduzidas por mulheres, conforme elaborado visualmente nos gráficos a seguir:

Gráfico 1

Conteúdos jornalísticos e a atuação por gênero em dois períodos



Elaborado pelos autores, 2019.

Tratando-se de objetos televisivos, destacamos essa posição à frente das câmeras por conta da representatividade não apenas no espaço de trabalho – como acontece com produtoras, editoras de texto, pauteiras, entre outras em seus ambientes profissionais –, mas também no produto exibido ao telespectador, aos públicos masculinos e femininos que consomem o conteúdo da televisão aberta e recebem essa informação visual. Quando a figura de uma mulher é aliada a um campo historicamente masculino como o esporte, estabelece-se uma nova ordem de representatividade e ocupação de espaços.

Percebemos, por exemplo, que não existem mulheres na posição de comentaristas no programa da Rede Globo. A ocupação desse cargo por uma mulher demonstraria que, além de ocupar um posto, a figura

feminina também poderia se inserir no contexto esportivo a ponto de possuir um conhecimento tão aprofundado e legitimado que a capacitaria para analisar todos os aspectos do tema. Além disso, observamos que as pautas recorrentes do GE são as notícias dos quatro clubes de maior expressão no Estado (Palmeiras, Corinthians, São Paulo e Santos), e estas não são conduzidas por mulheres durante o período estudado.

Por fim, destacamos que uma averiguação da televisão aberta nos oferece um panorama em que o esporte não é o protagonista da grade da programação, basta verificar o tempo de duração do programa. Isso porque, em 24 horas de programação, e emissora distribui o tempo entre telejornais, programas de entretenimento, de entrevistas, filmes e telenovelas. Dessa forma, a quantidade de profissionais escalados para compor atrações esportivas é restrita – ao contrário de um canal esportivo por assinatura, que coloca no ar uma grade completa voltada ao esporte e tem um corpo de profissionais mais numeroso. E, em um contexto restrito, a preferência foi o cumprimento da regra histórica do masculino.

Considerações Finais

Com este trabalho, nos propusemos a verificar a presença feminina no jornalismo esportivo da televisão aberta por meio do programa Globo Esporte São Paulo, da Rede Globo. Com a categorização dos dados levantados e expressos nas tabelas de 1 a 10, que indicam dois períodos de tempo diferentes, chegamos à conclusão de que muito pouco mudou na atração no intervalo de dois anos. Embora tenha existido um número de 9% de atuação feminina em 2019, o mesmo representa um

avanço, ainda que pequeno, por conta da comparação com a inexistência de representatividade feminina em 2017.

Nos cinco dias selecionados como *corpus* no primeiro período, 37 conteúdos foram exibidos em reportagens e entradas ao vivo, e nenhum deles foi conduzido por uma jornalista. Na segunda semana de amostra, que corresponde à abertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino, temos 43 conteúdos, entre matérias e entradas ao vivo, realizadas por repórteres. Deste total, quatro profissionais eram mulheres. Dessa forma, se realizarmos a somatória dos dez dias, temos 80 conteúdos no *corpus*, o que resultaria em 5% de participação feminina nos períodos estudados. Além disso, podemos ressaltar a inexistência de mulheres na posição de comentarista no programa.

Sendo assim, esse cenário é capaz de oferecer uma visão da atuação minoritária de mulheres no campo do jornalismo esportivo da televisão aberta, contexto em que as pautas esportivas compartilham o espaço com outras editorias em uma grade de programação completa de um meio de comunicação acessível à massa de telespectadores.

Por meio de um breve resgate histórico, foi possível verificar como a inserção de mulheres em determinados contextos considerados masculinos aconteceram por meio de longos processos históricos em que o fator temporal pode ser destacado – foi assim com as atletas e com as jornalistas. No entanto, a simples inserção não se mostra suficiente para que a presença feminina seja naturalizada. Bourdieu (2003) propõe que uma experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres, mesmo sem estes lhes serem recusados. Isto é, mesmo que

o exercício profissional feminino não seja proibido – como um dia já foi a prática esportiva no Brasil por meio do decreto lei 3.199 de 1941, revogado apenas em 1979 –, é necessária superação de barreiras práticas e simbólicas para que um processo de igualdade e equidade se torne realidade. Sendo assim, acreditamos que o trabalho da mulher jornalista no campo esportivo ainda está passando por esse percurso histórico de ocupação de espaços.

Referências

- Andújar, C. S. de B. (2013). Orígenes de la prensa diária deportiva: El Mundo Deportivo. Universidad Carlos III de Madrid. *Materiales para La Historia del Desporte*, (11), 7-27.
- Bahia, J. (1990). *Jornal, história e técnica - História da Imprensa Brasileira*. Ática.
- Barbeiro, H., & Rangel, P. (2006). *Manual do jornalismo esportivo*. Contexto.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (2003). *A Dominação Masculina*. Bertrand Brasil.
- Butler, J. (2010). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Coakley, J. (2007). *Sports in Society: Issues and Controversie* (9a ed.). McGraw-Hill.

Globo Esporte - Evolução. (s.d.). Recuperado de <https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/globo-esporte/evolucao/>

Gomes, P. B. (2004). *Mulheres e desporto: qual a agenda pedagógica do século XXI?* [Trabalho apresentado em congresso]. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades. Universidade de São Paulo-USP.

Isabela Scalabrini foi a primeira mulher a apresentar o Globo Esporte. (2013, agosto 14). Recuperado de <https://globoplay.globo.com/v/2757664/>

Miragaya, A. (2002). A mulher olímpica: tradição versus inovação pela busca da inclusão. In M. Turini & L. Dacosta (Orgs.), *Coletânea de textos em estudos olímpicos* (pp. 1-23). Gama Filho.

Ramos, R. H. de P. (2010). *Mulheres jornalistas – A grande invasão*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Faculdade Cásper Líbero.

Rodrigues, C. (2005). *Butler e a desconstrução do gênero*. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 179-183. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso

Silva, W. F. (2013). Reprodução ou Subversão da Heterossexualidade? Uma Articulação Teórica entre Pierre Bourdieu e Judith Butler. *Revista Café com Sociologia*, 2(3). <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/86/pdf>

“Prós e Contrás” como Dispositivo Semiótico: Já Sabemos o que *Eles* Vão Dizer?

Raquel Lourenço

O debate televisivo “Prós e Contrás” (doravante P&C) foi um programa transmitido pela RTP1, às segundas-feiras, perto das 22 horas, em direto, com a duração média de 1h30min entre 2002 e 2020, apresentado no *site* do operador de serviço público da seguinte forma:

Um ponto de encontro da cidadania, com a isenção de Fátima Campos Ferreira! O ‘Prós e Contrás’ continua a ser o debate mais alargado da televisão portuguesa! O programa de informação conduzido pela jornalista Fátima Campos Ferreira trata semanalmente de um assunto diferente, controverso e atual. É uma janela aberta sobre a sociedade portuguesa, respeitando a pluralidade de opiniões e a representação democrática. Um ponto de encontro da cidadania!

A primeira condição externa que possibilita a exibição de um programa televisivo como P&C é o regime democrático em que Portugal vive. De acordo com a definição de Silveirinha (2005), “a democracia é uma forma de lidar com os desacordos entre cidadãos que partilham de uma só sociedade mas não de uma só cultura ou de um só sentido do que deve ser feito em matérias que mutuamente os afetam” (2005, p. 147). O duplo destaque conferido na descrição do programa à pretensão de se

constituir como “ponto de encontro da cidadania” assenta na importância que a ideia de esfera pública de Habermas ainda tem na atualidade como espaço – simbólico, diria eu – “de interação face a face diferenciado do Estado” (Silveirinha, 2005, p. 154), onde existe um “debate em torno do conteúdo moral das diferentes relações sociais com uma dinâmica que não é movida nem por interesses particulares, nem pela tentativa de dominar os outros” (Silveirinha, 2005, p. 154-155). Assim, em P&C e na definição de Habermas, o pressuposto é de que o uso público da razão estabelece uma “paridade segundo a qual a autoridade do melhor argumento pode prevalecer e conseguir contra a hierarquia social, no pensamento daquele momento, a paridade da condição humana comum” (Habermas, 1989, p. 36, citado em Silveirinha, 2005, p. 155).

O próprio médium que acolhe o programa – a televisão – é entendido por Mateus (2013) como um “parlamento”, isto é, “um concílio onde os indivíduos, de forma individualizada ou coletiva, procedem a um exercício discursivo, discutindo, negociando, conferenciando publicamente” (2013, p. 108). O autor encara, assim, a televisão como uma “mediatização dessa capacidade de discussão verbal da experiência social” que oferece “novas oportunidades, não apenas para a compreensão das audiências, como também para a discussão, pública e informal de temas sociais”, tornando possível “um acesso do indivíduo comum à cena televisiva que expõe, de forma pessoal e subjetiva, as suas próprias inquietações e expectativas” (2013, p. 108). Contudo, em 2012, não era “muito expressiva a vontade dos canais portugueses em fomentar a integração dos telespetadores. Pelo contrário. No que diz respeito à TV generalista, apenas encontramos canais de participação na RTP1 e em número muitíssimo reduzido” (Lopes, F. et al., 2012, p. 92). A situação

em 2018 é semelhante pelo que, com a inclusão de uma sondagem e de comentários deixados em www.paxvoice.com, P&C é um dos momentos de debate mais alargado da televisão portuguesa, embora esteja também sujeito a críticas.

Alicerçado, primeiramente, na vigência de um regime político democrático e no facto se tratar de um programa televisivo, P&C tem características estruturais analisadas, neste artigo, como componentes de um dispositivo, ou seja, práticas que atuam “como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 135, citado em Marcello, 2004, p. 200). O objetivo é perceber como é que o dispositivo P&C contribui para que os espetadores do programa adotem uma perspetiva paranoica como prática epistemológica nas suas leituras do mesmo. De acordo com Eve Sedgwick (2002), a paranoia é, então, antecipatória, reflexiva e mimética, uma teoria forte, uma teoria de afetos negativos, crente na exposição.

P&C como Dispositivo Semiótico¹

Em sentido lato, a língua é intrinsecamente argumentativa porque aquilo que dizemos tem sempre como efeito agir sobre o outro, a começar pela construção de uma imagem nossa que adaptamos às expetativas

-
1. Nesta fase do artigo a referência à semiótica não vai ser explorada, fazendo sentido apenas para antecipar o próximo ponto onde será explicitada. Para já, destacamos que o P&C se trata de um dispositivo semiótico na medida em que é um processo com um caráter marcadamente comunicativo, capaz de pôr em comum significados que remetem ao objeto de referência numa situação e contexto determinados. Assim, os signos produzidos pelo homem em sociedade funcionam como porta de entrada de significados convencionais e interpretações não convencionais, pelo que o debate político televisivo enquanto mediação (ato ou efeito de mediar, interceder e interpor) é uma atividade de natureza semiótica, isto é, institui-se por e nas representações (Almeida, 2012).

que julgamos que o outro tem sobre nós, do modo como consideramos mais conveniente (Silva, 2004, p. 1). Contudo, alguns tipos de discurso são especializados em argumentação em sentido restrito: um deles é o discurso político, fortemente orientado para um fim: a persuasão (Silva, 2004). Este último abre-se ao discurso polêmico, por natureza dialógico, em situação de debate, um tipo de interação verbal cordial mas assente no dissenso e na competição discursiva que consiste na troca de ideias mas tem como objetivo vencer, convencendo, nomeadamente, o público. O debate é, portanto, uma discussão que possui um caráter organizado, “desenrolando-se dentro de um quadro ‘pré-fixado’, ou seja, o seu *quadro comunicativo*”², com a presença de um *moderador* e de um *público* que “completam o *quadro participativo*”³ e contribuem para a sua especificidade (Orecchioni, 1990, citado em Silva, 2004, p 18). Assim, estamos em condições de afirmar que P&C é um debate televisivo⁴ e político⁵, o que significa que está aberto a certos regimes de enunciação discursiva e fechado a outros. Este é um dos motivos pelo qual é importante enquadrar P&C como um dispositivo, ou seja, um conjunto multilinear alicerçado em três grandes eixos que Foucault distingue sucessivamente: saber, poder e (produção de modos de) subjetivação (Deleuze, 1996).

-
2. Silva (2004), citando Orecchioni (1990, pp. 76-81), afirma que o conceito engloba “ingredientes do contexto” que incluem o enquadramento espaço-temporal, a finalidade e os participantes.
 3. Refere-se ao número de participantes e ao seu estatuto interlocutivo, considerando-se que os participantes de uma interação podem ser igualmente locutores e ouvintes potenciais (Silva, 2004).
 4. Sujeito, como tal, a leis e lógicas televisivas e publicitárias que impõem, por exemplo, a divisão do programa em partes, intercaladas por intervalos.
 5. Entenda-se político num sentido amplo, como conjunto de assuntos que adquirem interesse público.

Na perspectiva destes autores, os dispositivos são “máquinas de fazer ver e de fazer falar” e cada dispositivo tem o seu “regime de luz” que distribui “o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe” (Deleuze, 1996). Além destas curvas de visibilidade, cada dispositivo tem, como referimos acima, regimes de enunciação que limitam a *ordem do discurso* (conceito foucaultiano). Em terceiro lugar, existem linhas de força que retificam as curvas de visibilidade e os regimes de enunciação, delimitando os seus trajetos. Atuam como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras e estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder. Atingem, por isso, todos os espaços do dispositivo (Deleuze, 1996). É necessário considerar, ainda, como os indivíduos se transformam em debatentes ou ouvintes, dentro do dispositivo de P&C que organiza em torno de si convites para que o sujeito entre em relação de força consigo mesmo para que se possa reconhecer como sujeito de visibilidade e enunciação e aprender um jogo de regras, uma gramática, produzida e colocada em circulação no seu interior. Além disso, não se aponta aqui para a ideia de um sujeito livre, autónomo e soberano, mas para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo para outro. Assim, estas linhas de subjetivação indicam também linhas de fratura, de rutura do próprio dispositivo, de contínua elaboração e superação (Deleuze, 1999, citado em Marcello, 2004, pp. 207-209).

Traçado este enquadramento inicial, importa agora centrar a análise, no âmbito deste artigo, nas características do dispositivo P&C que influenciam a forma como o público em estúdio e em “casa” lê os debates realizados semanalmente nestes moldes. Em primeiro lugar, interessa salientar que o debate é “em direto”, o que, segundo Silva (2004), coloca

os participantes numa situação de grande tensão, obrigando-os a gerir um conjunto de questões diferentes, como a capacidade de improviso e rapidez na resposta, a capacidade de tomada e manutenção da vez, a gestão temporal da sua vez e o controlo da imagem que passam de si próprios. A mesma autora acrescenta que o programa apresenta “uma configuração muito estereotipada, ainda que mais complexa, do que se entende por um debate, ou seja, utiliza dois painéis, constituídos por indivíduos que constroem e defendem opiniões antagónicas, em resposta a um tema proposto inicialmente pelo programa” (2004, p. 35).

Outra dimensão relevante para este estudo é a tradicional distinção entre razão e emoções, em que a primeira é atribuída ao discurso público dos “especialistas” em dada matéria e a segunda é vista como inferior, uma fraqueza que reside no interior de cada sujeito. Ahmed (2004) desafia esta dicotomia, considerando que as emoções são práticas sociais e culturais, embora não se encontrem no interior do “social” ou do “individual”, o que significa que produzem superfícies e fronteiras que permitem delinear, quer um, quer outro, como se de objetos se tratassem. O que é necessário reter, neste contexto, é que as emoções não estão ausentes da política nem, consequentemente, do debate político, embora o público possa procurar essa ausência ou acreditar que ela se efetivou, o que tem implicações na forma como critica ou elogia certas intervenções.

Ao distinguir aquilo que designa como “modos performativos do parlamento televisivo”, Mateus (2013) estabelece duas categorias: o debate e a conversação. Embora saliente que os seus contornos, por vezes, se misturam – pelo que a diferenciação entre as duas interações discursivas não é absoluta – o autor afirma, citando Livingstone e

Lunt (1996, p. 180), que o “primeiro tende a pautar-se por um discurso especializado, político, baseado em grandes sistemas de representações coletivas e visando a legitimação de uma perspectiva acerca do mundo” e o “segundo tende a ser mais concreto e vivencial, assumindo uma personificação dos problemas sociais e oferecendo uma dimensão mais subjetiva” (Mateus, 2013, p. 113). Mateus associa, então, o primeiro tipo de parlamentação a programas televisivos clássicos de debate (como P&C), renegando o segundo para “bastantes géneros televisivos, além do *talk-show*” e caracterizando-o como a “reprodução mediatisada dos diálogos abertos, espontâneos e informais que ocorrem em ambientes sociais quotidianos, como no café” (Mateus, 2013, p. 114).

Recorrendo ao trabalho do mesmo autor, podemos encontrar características de P&C que promovem uma visão do debate possível de conotar (sem atribuição de um significado negativo) como mais emotiva, também por parte do público. Quando se refere aos “três fundamentos da parlamentação”, Mateus (2013, pp. 109-113) destaca uma noção de “aqui e agora” – “uma partilha simbólica do mesmo tempo e espaço simbólico que inaugura uma relação de proximidade entre o falatório e os telespetadores”; o “estar junto” – “os programas de discussão que envolvem a audiência oferecem um sentimento comunitário que agrega especialistas e não-especialistas, oradores em estúdio e oradores em casa”; e, por fim, a “sociabilidade” – “sentimento de imediatez e sociabilidade que nega a pretensão de exclusividade do carácter unidirecional da comunicação televisiva (Brunn, 1999, p. 248)”.

Confirmando a complexidade de P&C como debate televisivo e político, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sentiu necessidade de realizar uma “avaliação que fosse além da análise

casuística da emissão de um único programa” para fundamentar a resposta que deu ao PSD (V. Deliberação nº 3-Q/2006) sobre a queixa que o partido apresentara à entidade, relativa a um “alegado incumprimento do dever de promoção do contraditório político na escolha dos participantes em palco do programa [...] P&C” (ERC, 2007, p. 3). Já Silva (2004) na sua dissertação de mestrado, citada diversas vezes ao longo do artigo, elencou as estratégias discursivas que contribuem para a “construção do *ethos* ou imagem pessoal do locutor e que lhe permitem assumir uma posição de domínio no debate político televisivo”. Estas visam influenciar as leituras que os espetadores efetuam, tanto sobre a temática tratada, como sobre o próprio orador.

Em primeiro lugar, a ERC optou por caracterizar o dispositivo cénico do programa. À data de realização do estudo, P&C era realizado na Casa do Artista. Atualmente tem lugar no auditório da Fundação Champalimaud, mas o formato que procura aliar a “vertente espetacular da televisão ao debate aprofundado de assuntos de interesse público” não se alterou. Estrutura-se em torno de um centro – o palco – e de uma periferia – a plateia. No palco alinham-se, de um lado, três participantes representantes de uma corrente “prós” e, do outro, três participantes alinhando pelo “contras”, respetivamente sentados numa bancada situada à direita e à esquerda da imagem. Na plateia, sentam-se participantes com alguma relação com o tema em debate, para além de

público anónimo. A moderadora⁶ não possui um lugar fixo no dispositivo cénico, deslocando-se no palco e junto da plateia. No início do programa é emitida uma breve reportagem (de cerca de 3 minutos) sobre o tema em debate. Ao longo das intervenções, a plateia vai aplaudindo ou pateando, o que leva a ERC (2007, p. 4) a afirmar que se trata de um formato “próximo do entretenimento, característica reforçada pelo dispositivo palco/plateia”⁷. Neste sentido, o programa é constituído por vários tipos de interação verbal (como momentos de entrevista) e por outros tipos discursivos (mini reportagem televisiva, comentários escritos pelos espetadores que surgem no ecrã, a sondagem que é atualizada ao longo do programa), embora “todos esses discursos estejam ao serviço do debate, como agentes polemizadores. O debate é, assim, um espaço de cruzamento de vários discursos, ainda que sejam privilegiadas as dimensões dialogal e argumentativa” (Silva, 2004, p. 123).

-
6. Silva (2004, p. 23) cita vários autores que destacam o papel da moderação no debate, importante para a forma como o público o percebe: conduzir o debate para o seu bom desenrolar; referir as regras de emissão do programa; alternar a vez de quem fala, gerindo os tempos concedidos aos participantes; conceder ou retirar a palavra; suavizar os ânimos sempre que se alterem; ajustar os conhecimentos dos participantes e do público, no sentido de tornar acessível o conteúdo do debate ao maior número de espetadores; defender os interesses informativos do público não presente. Doury conclui que este “papel dominante” se reflete “na produção exclusiva das sequências de abertura e conclusão do debate, na exclusividade (teórica) da formulação das perguntas [...], no reconhecimento da sua autoridade pelos participantes”. Silva acrescenta que, “apesar da esperada e estereotipada imagem de imparcialidade por parte do moderador, o enorme poder que detém no quadro participativo do debate” reflete-se “no uso que faz da palavra, poucas vezes neutral, frequentemente carregada de subjetividade” (Silva, 2004, p. 24).
 7. Ainda assim há, também, de acordo com Silva (2004), uma pretensão de realizar a democracia direta, na medida em que se trata de uma teatralização, simulando a ágora, onde existe uma igualdade aparente. Assim, “a mediatização televisiva do debate e a sua difusão em direto [...] levam esta encenação democrática a casa dos portugueses, convidando-os a participarem nela, quer assistindo ao programa, quer enviando as suas opiniões”.

Os temas têm como objetivo ser “questões transversais à sociedade” e, nos painéis, a RTP procura ter participantes “de reconhecida competência e referência no país, com opiniões divergentes e representando a maior pluralidade ideológica possível”, embora não tenham de ser necessariamente constituídos por políticos, até porque, com alguma frequência, o contraditório não espelha necessariamente posições político-partidárias conflituais. Relativamente aos macro temas mais frequentes, a ERC declara que eram, até 2007, “Sociedade” (32,4%), “Política nacional” (17,2%) e “Economia” (16,6%). Em sentido contrário, situam-se a “Ciência e Tecnologia” (0,7%) e “Cultura” e “Política internacional”, com 1,4% cada uma. Quanto à distribuição dos participantes em palco pelas suas profissões/funções, os dados revelaram o seguinte:

predomínio dos especialistas, nomeadamente professores universitários (85 participantes – 11,3% do total de participantes em palco) e dos representantes políticos, na sua maioria deputados (63 participantes), ex-ministros (44 participantes) e ministros (34 participantes). Os profissionais liberais, como advogados, juristas (categoria em que também se integram os juizes) e economistas representam, respetivamente, 47 participantes (6,2% do total) e 37 participantes em palco (4,9%). Os representantes de instituições privadas e públicas correspondem à sétima e oitava profissões/funções mais representadas no programa, respetivamente, 34 e 32 participantes em palco (4,5% e 4,2% do total). (ERC, 2007, p. 11)

Em suma, tratam-se, na sua maioria, de membros das “elites” intelectuais e políticas e dirigentes de instituições públicas e privadas” e distribuídos de forma geralmente equitativa entre os diversos partidos com assento parlamentar (ERC, 2007). Por outro lado, P&C obedece a um formato pré-estabelecido e ritualizado que, embora possa ter sofrido

pequenas alterações ao longo dos anos, pode ser resumido pelo seguinte esquema (Silva, 2004, p. 49):

Tabela 1

Esquema da estrutura do programa “Prós e Contrás”

1ª Parte	1. saudação e anúncio da questão em debate
	2. anúncio dos convidados presentes no debate
	3. anúncio de uma mini-repostagem audiovisual
	4. anúncio da sondagem televisiva
	5. debate
	6. entrevistas (IK, JMP)
	7. retoma do debate
	8. anúncio do resultado provisório da sondagem
	9. anúncio do intervalo
Intervalo	
2ª Parte	10. início da segunda parte
	11. debate
	12. entrevistas (LB, MS)
	13. debate
	14. anúncio do resultado provisório da sondagem
	15. anúncio do intervalo
Intervalo	
3ª Parte	16. início da terceira parte
	17. debate
	18. entrevistas (CF, LS, RF, JC)
	19. menção de que o tempo escasseia, explicitação do fim do programa
	20. pedido a cada um dos painéis que faça o último comentário
	21. revelação do resultado final da sondagem
	22. agradecimentos e encerramento

Programas TV. Prós e Contrás. (2018).

Elementos que Contribuem para uma Leitura Paranoica: Já Sabemos o que *Eles* Vão Dizer?

Considerações Metodológicas

No estudo que temos vindo a referir, a ERC realizou uma análise de conteúdo onde foram contempladas 145 emissões do programa P&C, correspondentes às emitidas desde o seu início, em 2002, até 5 de janeiro

de 2007. A entidade identificou e caracterizou os participantes em palco, tendo recolhido e codificado as informações disponíveis, relativas à sua ligação partidária e à função/cargo profissional desempenhados. Em seguida, procedeu à análise dos critérios editoriais subjacentes à sua escolha, centrando-se, em detalhe, nas emissões de P&C dedicadas a temáticas económicas. Tal abordagem deve-se ao propósito do estudo: fundamentar visões da entidade sobre dois programas em que o PSD protestou (num caso de forma direta e noutro através de declarações em órgãos de comunicação social). O primeiro programa analisado a fundo é “A Prova dos Nove” (6 de novembro de 2006), dedicado ao Orçamento de Estado para 2007. A crítica do PSD residiu na presença dos participantes em palco que “foi desequilibrada para o partido da oposição, por alegadamente contar apenas com representantes do Governo” (ERC, 2007, p. 3). O segundo programa considerado intitulou-se “A Reforma das Urgências Hospitalares” (26 de fevereiro de 2007). Nas palavras de Miguel Macedo, na altura secretário-geral do PSD, “foi feito à medida do ministro da saúde” (JN, 2007, citado em ERC, 2007, p. 32), uma vez que este terá estado presente no programa “sem contraditório político”. No caso da dissertação de mestrado de Silva (2004), o que importa destacar neste âmbito é o programa visionado e transcrito⁸ para obtenção de conclusões sobre as estratégias discursivas que o dispositivo (palavra não utilizada pela autora) permite aos seus participantes utilizarem: “2003 vai ser um ano bom ou mau para Portugal” (6 de janeiro de 2003) que visava a adivinhação de

8. A autora recorre a uma tabela onde regista sinais de transcrição utilizados e os seus valores. Dado que o presente artigo não constitui uma análise específica do discurso não irei fazer uso da mesma.

“prognósticos políticos e económicos para Portugal no decurso do ano que começava” (2004, p. 44).

Na presente secção apresentamos exemplos concretos de elementos estruturais que potenciam leituras paranoicas por parte dos espetadores, recorrendo aos programas referidos e à emissão “Touradas: Tradição ou Espetáculo Cruel?” (19 de novembro de 2018) que visionámos para avaliar a atualidade das conclusões dos estudos citados. No essencial, a estrutura do programa manteve-se inalterada. Embora tenha sido, essencialmente, uma discussão sobre a “civildade” ou não das touradas, o mote para o debate foi uma desavença político-económica sobre o IVA a ser aplicado à atividade (no contexto de uma descida do IVA para as atividades culturais e da visão de Graça Fonseca, ministra da cultura, que excluía a tauromaquia desse espectro), o que o aproxima um pouco aos restantes programas considerados.

Em que Consiste uma Leitura Paranóica?

Daniel Link (2002) situa a leitura como a relação entre duas séries de sentido: o objeto e o sujeito – que lê o objeto –, funcionando a relação em si como terceiro elemento. O autor baseia-se na distinção, da semiótica de Peirce, entre Primeiridade (possibilidade de o sujeito considerar que o objeto é o que é mesmo antes de se relacionar com o sujeito), Segundidade (consciência bilateral que o sujeito tem da sua ação de aproximar-se do objeto e da “reação” do objeto) e Terceiridade (enlace entre o sujeito e o objeto que origina a leitura). A paranoia surge, neste contexto, como criadora da lei da Terceiridade, isto é, através da aproximação arbitrária de elementos aparentemente não relacionados torna-se possível criar a regra geral através da qual se depreende um

significado. Assim, para o autor, o ato de leitura divide-se em três momentos: (1) o momento de encontro com o texto que desperta um desejo de sentido; (2) a criação “paranoica” de séries de relações a partir do estímulo inicial e (3) o encontro do sentido ao longo da série associativa criada (ver Silva e Silva, 2009, 2012). Rowland (2004), por sua vez, encontra, num dos textos de Carvalho (1999, p. 83), uma definição de paranoia que completa a perspectiva aqui apresentada: “Uma visão parcial tentando compreender a totalidade do mundo”.

No seguimento do que afirmámos acima, Sedgwick (2002) considera que, mesmo que estejamos certos sobre todos os elementos de uma conspiração, ou seja, que tenhamos uma visão desmistificada e revoltada de amplas e genuínas opressões sistemáticas, isso não implica necessariamente seguir um curso específico de consequências epistemológicas ou narrativas. Assim, mais do que saber se algo é verdade, importa saber como é que o conhecimento é performativo: o que é que *faz* ao sujeito. Assim, para a autora, a paranoia não deve ser encarada como um diagnóstico patológico (Freud), mas também existe uma perda quando o julgamento paranoico se confunde inteiramente com a investigação crítica teórica, ao invés de ser encarado como um tipo de teorização cognitivo e afetivo, entre outros. Evitar a restrição a formas paranoicas de conhecimento não é, *a priori*, negar a realidade ou gravidade de uma opressão. Simultaneamente, questionar a prevalência da paranoia não significa acusar as suas suspeições de serem delirantes. Em suma, a paranoia sabe algumas coisas bem e outras mal ou insuficientemente. É por isso que este artigo realça o predomínio de características estruturais em P&C que promovem leituras/práticas

de conhecimento paranoicas. A paranoia⁹ é, enuncia Sedgwick, antecipatória; reflexiva e mimética; uma teoria forte; uma teoria de afetos negativos; e crente na exposição. Na próxima secção sumário, então, quer as características de uma leitura paranoica, quer alguns aspetos gerais de P&C, alicerçados em exemplos de programas concretos.

Elementos que contribuem para uma leitura paranoica

Antecipação (2002, pp. 130-131): O primeiro imperativo da paranoia é “não haver surpresas más”. Contudo, existe uma aversão à surpresa em geral que parece ser aquilo que “cimenta a intimidade entre paranoia e conhecimento prévio (*per se*), incluindo a epistemofilia e o ceticismo”. Assim, a paranoia requer que “as más notícias sejam sempre sabidas de antemão”. Tal significa que em “nenhum momento pode ser demasiado cedo para dizer ‘já sabia’ ou ‘já era inevitável’ que alguma coisa má ia acontecer”. Em P&C não há grande espaço para surpresas: um painel é apresentado como sendo a favor de uma posição geral, enquanto o outro é anunciado com sendo contra essa mesma posição. Além disso, no programa dedicado ao IVA a aplicar às touradas, a reportagem inicial cobriu logo muito do que foi dito ao longo de todo o programa, permitindo a rápida formação de uma opinião que dificilmente terá mudado com o decorrer das intervenções. A discussão foi ancorada, sumariamente, nas seguintes linhas de reflexão: lado “pró descida do IVA para a tourada” – tourada é cultura por decreto-lei e presença na constituição; subida do iva nas touradas é preconceito, discriminação, ditadura do gosto, censura cultural, fundamentalismo do politicamente

9. A autora exclui do âmbito desta discussão estados clínicos frequentemente designados como demência, esquizofrenia ou, mais genericamente, psicoses ou delírios patológicos.

correto. Tem de haver liberdade para gostar de touradas, caso contrário há totalitarismo. Lado “contra a descida do IVA para a tourada” – tourada é anti progresso, massacre, tortura; não gostar é questão de civilização; causa da promoção do bem-estar animal é absolutamente legítima (mas não sou “mata toureiros” – António Costa); tourada é manifestação pública de uma cultura de violência ou de desfrute do sofrimento animal.

Reflexão e mimetismo (2002, pp. 131-133): A paranoia parece imitar aquilo que critica, ou seja, reifica a visão que defende como única possível, esperando que a visão contrária imite o mesmo comportamento totalizante porque só consegue ocupar as duas posições, recusando ser um modo de saber entre outros. Desta forma, propõe que “qualquer coisa que me consigas fazer eu consigo fazer pior e que qualquer coisa que me consigas fazer eu consigo fazer primeiro – a mim próprio”. Um exemplo concreto de uma intervenção que guia os espetadores neste sentido é a de Luís Capucha (professor de Sociologia no ISCTE) que a moderadora deixou falar sem interromper durante um tempo considerável, aparentando alguma parcialidade:

A tauromaquia e a nossa sociedade que faz parte desta civilização está posta em causa em vários domínios. Estes senhores [aqueles que se manifestam contra a tauromaquia], hoje querem atacar a tauromaquia, a seguir vão querer atacar e definir aquilo que nós vestimos e já definem, aliás, em alguns aspetos, a seguir o que nós comemos, depois o que nós bebemos e tudo o que nós fazemos. Há aqui sim uma política de controlo dos costumes, um totalitarismo, um pensamento único a respeito da relação entre os homens e a natureza que é perigosíssimo porque no dia em que nós assumirmos que os homens e os animais não humanos, isto é, não dotados de cultura, são todos iguais só temos dois caminhos: ou o homem é equiparado aos animais e então estamos num estado de selvajaria, isto é, os animais não podem passar a ser seres com cultura e portanto teríamos de ser nós a descer ao nível deles e isso já aconteceu ou

esteve perto de acontecer. Basta ver que o regime nazi produziu a primeira lei de proteção dos animais que é conhecida e foi o governo mais selvagem”.

Teorização forte (2002, pp. 133-136): Sedgwick cita Silvan Tomkins para definir esta característica: uma teoria forte pretende ser geral e abrangente, é capaz de englobar um espectro alargado de fenómenos aparentemente distantes um do outro e com uma fonte comum. Este é, continua o autor, um critério habitualmente aceite para avaliar o poder explicativo de uma teoria científica. Quando uma teoria abrange apenas fenómenos “próximos”, diz-se que é fraca. No entanto, quando rege fenómenos cada vez mais remotos, numa formulação única, o seu poder cresce. A autora acrescenta, por sua vez, que se trata de uma estrutura explicativa que parece redundante, ao não prevenir ou sequer parar situações, servindo apenas para provar as suposições que já tinha no início, ganhando força quando não consegue evitar que as mesmas se verifiquem. Aqui, o exemplo que me parece mais ilustrativo desta pretensão de explicação forte é a própria formulação da pergunta principal que enquadra cada debate: “2003 vai ser um ano bom ou mau para Portugal?” (Silva, 2004, p. 50) inicia uma discussão em que oradores e público têm de mobilizar diferentes parâmetros, em grande medida pessoais e subjetivos (mesmo sabendo que o debate se situa ao nível da economia e da política nacionais), para concluir sobre uma visão otimista ou pessimista que será, na minha perspetiva, sempre insuficiente.

Teorização de afetos negativos (2002, pp. 136-138): Afetos positivos (reparativos) referem--se à procura de prazer. Por outro lado, afetos negativos pretendem evitar a dor. A paranoia é, segundo Sedgwick e Tomkins, uma teoria de afetos negativos, em que a força “auto confirmatória” de

uma estratégia monopolista de antecipação de efeitos negativos pode ter o efeito de bloquear por completo o objetivo potencialmente operativo de procurar afetos positivos. Consequentemente, ela denuncia apenas os aspetos negativos de uma situação, não vendo para além disso. Contudo, uma teoria forte de afetos positivos não é menos redundante do que a aqui descrita nem mais ou menos realista. Ainda assim, dos dois, o conhecimento paranoico nega mais minuciosamente o seu motivo e força afetivos, mascarando-se como “a verdade”. A título de exemplo, o facto de o público no estúdio se manifestar negativamente contra um orador, predispõe o público “em casa” a uma visão negativa ou, caso contrário, vê-se obrigado a tentar abstrair-se desse tipo de manifestação de desagrado. Tal situação obrigou Fátima Campos Ferreira a intervir para parar o barulho na plateia, num dos programas analisados pela ERC (2007, p. 38).

Crença na exposição (2002, pp. 138-143): Independentemente do modo como perceciona a sua própria motivação, a paranoia caracteriza-se por colocar, na sua prática, uma ênfase extraordinária na eficácia do conhecimento *per se*, como exposição. De forma até “vaidosa”, age como se o seu trabalho fosse automaticamente concretizado se pudesse, finalmente, ver a sua história realmente conhecida. A eventualidade de, por exemplo, um ouvinte já com conhecimento sobre o tema permanecer indiferente ou hostil quase não é considerada. Além disso, a autora afirma que há formas de violência extremamente visibilizadas, o que lhes confere um carácter mais espetacular do que escandaloso, acontecendo, por vezes, que a própria visibilidade constitui uma boa parte da violência. Todo o dispositivo P&C assenta na exposição de argumentos, visando influenciar o outro. A crença de que a visibilidade e a exposição

levam sempre a um entendimento democrático faz parte da génese do programa. Assim se explica, também, o recurso a estratégias discursivas que visam a vitória argumentativa, nomeadamente como tentativa de domínio e controlo do debate, entre as quais destaco “maior duração relativa e absoluta das intervenções do locutor, já que o participante que consegue falar durante mais tempo tem mais oportunidades de exprimir os seus pontos de vista e de construir o seu ethos discursivo” e “maior frequência de interrupções, intrusões e manutenções forçadas de vez, como estratégia conducente à anterior, visando a obtenção de maior tempo de intervenção” (Silva, 2004, pp. 124).

Considerações Finais

Concluída a presente análise, salta à vista que são várias as características que levam à existência de uma forte polarização e, inclusive, emotividade na estrutura habitual de P&C e começam, precisamente, pela necessidade de escolher um lado à partida: ser “pró” ou “contra” uma dada situação, por vezes bastante complexa, como afirmar se um ano vai ser “bom” ou “mau” para um país, tentando pensar em tudo o que isso envolve. Seria necessário criar mecanismos no programa que permitissem, igualmente, suspender as certezas que, principalmente o público, já tem *a priori*, para que cada pessoa não seja pressionada a posicionar-se como um adepto de uma das equipas, tendendo rapidamente a rejeitar o que ouve vindo do outro lado. É essa abertura à surpresa e à construção de algo a partir do que achamos que sabemos que Sedgwick (2002) declara ser necessário estimular complementarmente:

formas de conhecimento reparativo que visem encontrar respostas para os pontos de agressão identificados pela leitura paranoica.

Ainda assim, não pretendemos dizer que não há espaço em P&C para leituras reparativas. Geralmente, porém, a sua existência é vista como um elemento estranho à estrutura (linhas de rutura), correndo-se o risco de perturbar o equilíbrio entre as posições, caso surjam diversas intervenções que desafiem, de algum modo, a estrutura bipartida entre “prós” e “contras”. No programa dedicado ao IVA sobre a tourada, por exemplo, a certa altura, Manuel Eduardo dos Santos (lado “contra a descida do IVA para as touradas”) afirma compreender e ser “sensível” à força das touradas como elemento de sociabilidade em certas regiões, o que o faz não acreditar na pertinência de uma proibição das touradas por decreto. Tal intervenção permite aos espetadores considerar uma espécie de terceira visão, facto que entendemos como positivo, mas que afeta a lógica do programa, na medida em que, em seguida, os oradores do lado “pró descida do IVA” trataram-no como aliado, elogiando-o, durante alguns momentos, o que altera o equilíbrio de forças visado pelo dispositivo. Noutro momento, a moderadora Fátima Campos Ferreira (FCF) atribui a palavra a um cidadão português residente no Canadá (António Gomes), país em que a tourada é permitida em forma de “representação”, ou seja, citando as palavras de FCF, “enfia-se um velcro onde o ferro é espetado, portanto [a tourada] não fere o touro”. A moderadora tentou, neste caso bem, na nossa perspetiva, trazer a debate um possível compromisso de adaptação da tradição para contornar a acusação de que o touro sofre desnecessariamente na tourada, alargando o espectro de enunciações. Contudo, o próprio cidadão posicionou-se do lado da proteção das touradas como são realizadas em Portugal,

não salientando esta adaptação como uma evolução positiva. Concomitantemente, outro defensor do lado “pró” (Joaquim Grave) rejeitou tal ajuste por retirar a “verdade” ao espetáculo. Neste caso concreto, um elemento estrutural do programa, a moderadora, tentou lançar uma terceira alternativa, rejeitada prontamente por um dos lados que preferiu manter a dicotomia-base.

Considerando o que foi dito até aqui, salientamos que o presente artigo não trata o problema de forma exaustiva, procurando antes realizar uma reflexão sistematizada sobre os aspetos tratados, pelo que pensamos ser útil alargar a presente análise a outros aspetos e debates, incluindo debates realizados no Parlamento, uma vez que o dispositivo televisivo (e mediático em geral) tem, neste contexto, uma presença e influência passíveis de serem estudadas. Além disso, importa salientar novamente que questões como a escolha dos intervenientes nos debates, a organização do próprio debate e as leituras que assim se promovem para o público têm implicações quer para a participação de movimentos sociais nos mesmos, quer para a forma como aquilo que dizem é entendido pela audiência (presencial e através da televisão). Seria, por isso, interessante perceber até que ponto diferentes formatos/estruturas de debate sobre a mesma temática tendem a orientar a audiência para determinadas predisposições relativamente ao que é tratado.

Dado o recente fim do formato P&C (a última emissão aconteceu em setembro de 2020), sobre o qual não nos posicionamos por ausência de informação sobre o formato que o substituirá, pensamos que análises futuras devem centrar-se na procura de alternativas para incluir formas comunicativas e pessoas excluídos (Silveirinha, 2005); na possibilidade de abarcar explicitamente vieses cognitivos na discussão, ou

seja, situações em que avaliações realizadas a opções em separado ou em conjunto têm resultados diferentes (Sunstein, 2018); e no papel da emotividade no discurso e/ou em aspetos para-discursivos em diferentes momentos.

Referências

- Ahmed, S. (2004). *The Cultural Politics of Emotion* (2ª ed). University Press
- Almeida, C. C. de. (2012). *Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais* [Trabalho apresentado em congresso]. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/04/pdf_c984eaa137_0013197.pdf
- Deleuze, G. (1996). *O mistério de Ariana* (E. Cordeiro, trad. e prefácio.). Veja – Passagens.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2007). *Relatório sobre a monitorização do programa Prós e Contras*. Media (Imprensa, Rádio, TV). <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/media-imprensa-radio-tv/relatorio-sobre-a-monitorizacao-do-programa-pros-e-contras>
- Lopes, F., Loureiro, L. M., Neto, I., & Ribeiro, F. (2012). A TV portuguesa à procura de cumprir uma promessa de participação. *Nueva Época*, (11).

- Marcello, F. A. (2004). O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação e Realidade*, 29(1), 199-213
- Mateus, S. (2013). O parlamento no ecrã – debate e conversação na televisão contemporânea. *Alceu*, 14(27), 107-11813
- Programas TV. Prós e Contrás. (2018). *Sobre o programa*. [TV series episode]. RTP. <https://www.rtp.pt/programa/tv/p35235>
- Programas TV. Rever no RTP Play. (2018, novembro 19). *Touradas: Tradição ou Espetáculo Cruel?* (Episódio 35, Temporada 16). <https://www.rtp.pt/play/p4234/e375310/pros-e-contras>
- Rowland, C. (2004). Conspiração, paranoia e interpretação: Teatro (1998) e O medo de Sade (2000) de Bernardo Carvalho. *Scripta*, 8(15), 137-148.
- Sedgwick, E. (2002). Paranoid reading and reparative reading, or, you're so paranoid, you probably think this essay is about you. In E. K. Sedgwick, M. A. Barale, J. Goldberg, & M. Moon (Orgs.), *Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity* (pp. 123-151). Duke University Press.
- Silva, D. (2004). *Estratégias de argumentação e construção da imagem pessoal no debate político televisivo* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório UM. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/922?locale=pt>

Silva e Silva, F. (2009). *Como se lê / limites da leitura* [Trabalho apresentado em congresso]. IX Semana de Letras IX, Porto Alegre, RS, Brasil.

Silva e Silva, F. (2012). *Qual a diferença entre leitura e interpretação* [Trabalho apresentado em congresso]. II Jornada UFRGS de Estudos Literários, Porto Alegre, RS, Brasil.

Silveirinha, M. J. (2005). Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público. In J. C. Correia (Org.), *Comunicação e Política* (pp. 147-180). Estudos em Comunicação.

Sunstein, C. R. (2018). On preferring A to B, while also preferring B to A. *Rationality and Society*, 30(3), 305-331

Movimentos Sociais e Pandemia no Brasil de Bolsonaro

Carolina Castellitti
Elizabeth Arruda de Azevedo
Luiza Costa Melo
Luiz Felipe Sardinha Bonfim
Rafael de Castro Macedo
Raquel Guilherme de Lima

A análise apresentada neste capítulo é resultado de um informe de uma pesquisa em curso, cujo objetivo é construir um inventário dos repertórios (Alonso, 2012; Pereira & Silva, 2020; Tilly, 1995) e das estratégias mobilizados por diferentes movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro (Brasil), no contexto da pandemia de Covid-19. A partir de um grupo formado por docentes e discentes da graduação em ciências sociais da Universidade Federal Fluminense, nos propusemos acompanhar as atividades realizadas desde o mês de maio por diferentes movimentos e organizações do estado (RJ), compartilhadas em suas redes sociais e páginas. O verbo acompanhar indica uma abordagem de caráter exploratório e etnográfico, com um senso de observação *in situ* que por meio da análise de textos, imagens, vídeos e interações *online* procura alcançar um conhecimento vasto sobre a realidade a que se dedica compreender (Miller & Slater, 2004).

Para isso, apoiamo-nos em duas vertentes das ciências sociais contemporâneas: a primeira empreende o estudo dos movimentos sociais

a partir das contribuições da abordagem teórica do confronto político e se pergunta pela forma que toma a ação coletiva desses movimentos em determinado recorte de espaço e tempo (Pereira & Silva 2020); a segunda, considera a tecnologia e, mais especificamente, a Internet, não como uma dimensão separada da vida social (uma dimensão *online* oposta à dimensão *offline*), mas como produto do relacionamento complexo e nuançado desses mundos, que produz suas estruturas normativas (Hart, 2004; Miller & Slater, 2004).

No entanto, mesmo contando com esses importantes antecedentes teóricos, a análise que desenvolveremos neste capítulo será eminentemente empírica. Uma vez que o contexto motivador desta pesquisa, a crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia, ainda constitui uma realidade alarmante no país e objeto de uma investigação em curso. Os movimentos sociais a que faremos referência são quatro: 1- o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio); 2- o Movimento Favelas na Luta (MFL); 3- a Rede Emancipa; e 4- o Coletivo Ponte Cultural. Tais movimentos cobrem um espectro amplo de populações fortemente impactadas pela doença, como os professores, os trabalhadores da cultura e os moradores das periferias fluminenses, onde a população negra é predominante.

Ativismo e Isolamento Social no Rio de Janeiro - Brasil

Caracterizado como um estado de alerta global (Bringel & Pleyers, 2020), o contexto atual de enfrentamento ao novo coronavírus seis meses depois de decretada a pandemia, ainda é marcado pela crise e a incerteza. Em que pese a necessidade de medidas de estímulos

e redução do impacto negativo do isolamento social na esfera econômica, os esforços de combate à proliferação do vírus e do adequado atendimento aos infectados pela Covid-19 devem ainda nortear as ações dos governos nacionais e locais, segundo as principais instituições de saúde ao redor do mundo. Vacilantes, com algumas exceções, na adoção de uma severa quarentena no início da subida da curva de infecções, os países da América Latina parecem amplificar os danos do vírus em seus territórios. O Brasil é um exemplo, senão o caso exemplar, de uma nação que há meses convive com números elevados de novos casos e mortes. Em todas as regiões do país, entretanto, estão em curso planos de flexibilização do isolamento social. A única instituição que permanece, majoritariamente, em funcionamento remoto é o sistema educacional, desde o nível mais elementar, como a creche, até o superior.

Em relação à condução da crise sanitária no Brasil, o presidente da república Jair Bolsonaro ocupa lugar de destaque por seus posicionamentos públicos irresponsáveis. Suas recorrentes manifestações flagrantemente negacionistas, deixaram entre os brasileiros a sensação de navegar em um barco à deriva (Bringel, 2020). Nos meses que se seguiram à declaração de quarentena fomentada, sobretudo, por governos locais e pelo judiciário, o presidente foi um agente importante para a circulação de informações desencontradas, de *fake news*, de negacionismos e pela falta de transparência sobre o real quadro da pandemia no país (Miguel, 2020; Freire, 2020). Essa deriva ficou materializada na acefalia do Ministério da Saúde, que completou quatro meses sem um ministro titular¹ (“Brasil completa três meses sem ministro da Saúde

1. O general Eduardo Pazuello foi efetivado ministro da saúde em 16 de setembro, após permanecer no cargo desde 15 de maio de 2020 como interino.

definitivo”, 2020), e nas mais de 150 mil mortes causadas pela doença registradas até a primeira quinzena do mês de outubro de 2020. Apesar da inicial reticência do executivo e em oposição à cartilha ultra liberal liderada pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, o Congresso aprovou a lei 13.982/20, que estipulou uma renda básica emergencial no valor R\$ 600 a trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa². Com um desembolso de R\$ 81,3 bilhões destinados a 63,5 milhões de pessoas somente no mês de junho (“Auxílio emergencial: 63,5 milhões de pessoas já receberam benefício”, 2020), a medida, de impacto robusto, acarretou o aumento da popularidade de Jair Bolsonaro, mesmo que o protagonismo de sua formulação e implementação não tenha partido do executivo federal, mas, sim do poder legislativo. Não há até o momento a formulação de uma política de transição para o pós-pandemia que venha minorar o impacto negativo do fim do auxílio³.

Frente à insuficiente assistência do Estado na garantia das condições necessárias para o combate da propagação da doença nas regiões mais vulneráveis do país, que muitas vezes não contam com a infraestrutura básica para cumprir com as medidas recomendadas – como o acesso à água tratada e à condições de moradia adequadas para o isolamento dos infectados –, a sociedade civil demonstrou uma capacidade de organização potente e efetiva. O fortalecimento do ativismo comunitário foi destacado por diferentes atores e lideranças comunitárias, como a Frente Favela Brasil, em Paraisópolis (SP), o Observatório das

-
2. Para mães que cuidam sozinhas de seus filhos este valor foi de R\$1200. No país, o salário-mínimo vigente é de R\$1045.
 3. O auxílio foi aprovado inicialmente para o pagamento de três parcelas, e recentemente prorrogado até dezembro com a diminuição do valor pela metade (Uribe & Pupo, 2020).

Favelas, o projeto Coroadinho sem Coroa (MA), entre muitos outros (Bertoloto, 2020).

Foram ações como essas que nos motivaram a engajarmos na tarefa de identificar e descrever diferentes formas de organização da sociedade civil perante a pandemia de Covid-19, no estado do Rio de Janeiro⁴, ao longo da vigência das medidas de isolamento e do período de sua flexibilização, imposta pela necessidade de “reativar” certos setores, mesmo com taxas altas de contágio. Como é sabido, os impactos se projetam em múltiplas dimensões (saúde, educação, trabalho, cultura, desigualdades de gênero e violência contra a mulher, entre outras), e influenciam as mobilizações de diferentes coletivos, com maior ou menor grau de institucionalização. Buscamos a partir da pesquisa responder as seguintes perguntas, quais são as principais reivindicações desses atores? Como se organizam e divulgam suas atividades em um contexto de isolamento social? Como se articulam –ou não– com as diferentes instâncias dos poderes públicos municipais e estaduais? Como as mídias digitais estão sendo utilizadas nesse contexto?

Apresentação dos Casos e da Estratégia Metodológica

Os esforços de pesquisa dedicados à identificação de repertórios e estratégias de ação de quatro movimentos sociais em tempos de pandemia

4. O estado do Rio de Janeiro possui uma população estimada em 17.366.189 pessoas para o ano de 2020, distribuída em 92 municípios. Destes, o mais populoso é a capital, do mesmo nome do estado, com 6.747.815 habitantes. A seguem as cidades de São Gonçalo (1.091.737), Duque de Caxias (924.624), Nova Iguaçu (823.302) e Niterói (515.317). Os movimentos analisados neste texto atuam principalmente nessas cidades, e em outras menores como Itaboraí (242.543) e Seropédica (83.092). Para mais informações, consultar: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010).

se concentraram, inicialmente, na escolha de uma abordagem metodológica viável durante o período de isolamento social. Este imperativo colocou para a equipe a tarefa de compreender na prática os meandros da pesquisa qualitativa em ambiente virtual. Optamos, dessa forma, pela etnografia digital como a metodologia que melhor se adequava aos nossos objetivos e à conjuntura imposta pela pandemia.

Conhecer um fenômeno social por meio da etnografia demanda, segundo a tradição estabelecida desde a clássica contribuição de Malinowski, o convívio prolongado com o “outro”, a valorização do saber nativo e a atenção miúda aos sentidos singulares das práticas culturais. Informados por esta tradição, nos questionamos sobre quais seriam as implicações de desenvolver uma etnografia em um ambiente virtual?

Imersos em um mundo virtual cada vez mais absorvente, o recurso da etnográfica digital como meio para se conhecer os significados das interações online se torna frequente (Beleli & Pelúcio, 2018). A etnografia digital não representaria, para alguns, uma forma alternativa da abordagem tradicional antropológica. Ou seja, a realização de uma etnografia neste ambiente não demandaria uma postura metodológica distinta daquelas observadas em trabalhos desenvolvidos presencialmente.

O tratamento de um campo virtual como uma realidade não autocontida é um debate interessante e importante para os fins desta pesquisa. Parte da literatura defende a necessária compreensão da realidade que extravasa o ciberespaço e que circunscreve os agentes sociais, por meio de marcadores da diferença, em distintos lugares. Seus fenômenos, portanto, não podem ser compreendidos fora da relação dialética com o mundo offline que os produzem (Hart, 2004).

Sobre este debate, o artigo de Miller e Slater (2004) nos apresentou uma abordagem que recusa classificações prematuras e estanques em relação ao objeto e ao contexto de análise. Ambos reafirmam que não há nada da prescrição de uma etnografia clássica que não possa ser desenvolvida virtualmente. Defendem, por sua vez, que é necessário evitar no empreendimento etnográfico o enquadramento do que se estuda a partir de categorias pressupostas e estanques. Por exemplo, a dependência necessária entre a vida online e offline deve ser um resultado da pesquisa e não de pressuposições. Cabe, então, questionar conceitos como o de “virtualidade”, “interatividade”, como realidades anteriores à investigação. Segundo os autores,

isso significa desagregar ‘a Internet’ na profusão de processos, usos e ‘tecnologias’ sociais que ela pode compor em diferentes relações sociais ao invés de considerá-la como um ‘objeto’ único com propriedades inerentes que podem, no máximo, ser expressos de formas variadas em diferentes contextos. (Miller & Slater, 2004, p. 46)

De forma alguma os casos estudados podem ser compreendidos como fenômeno circunscrito às interações online. De fato, o posicionamento dos movimentos sociais frente aos recursos e desafios representados pela Internet, assim como as consequências dessas ferramentas tecnológicas nos modos de organização e consigna desses movimentos, especificamente no contexto de pandemia e isolamento social, constitui uma (talvez a principal) pergunta de investigação a ser respondida, e não um dado ou pressuposto. Nessa direção, esperamos que nossa pesquisa contribua para a reflexão sobre a relação entre tecnologia e política no amplo espectro das organizações sociais do campo progressista e conservador.

Antes de descrever a atuação de tais movimentos durante a quarentena, iremos apresentá-los brevemente a seguir. Tais coletivos foram escolhidos a partir das temáticas que defendem, consideradas centrais na contemporaneidade, a saber: racismo, educação, cidadania, trabalho e cultura. Esta comunicação é referente a observação e análise dos movimentos realizadas entre os meses de maio e de setembro de 2020.

- **Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio).**

Fundado em 1931, é um dos sindicatos mais antigos em atividade no país, com sede no centro do Rio de Janeiro. A instituição representa os interesses e reivindicações de profissionais de ensino relacionados à educação – professores, coordenadores pedagógicos, tutores e demais profissionais – em todas as modalidades ofertadas pela rede privada de ensino na cidade do Rio de Janeiro e das seguintes cidades, intituladas de “base estendida”, Itaguaí, Paracambi e Seropédica. O SinproRio integra uma comunidade sindical ampla, na qual encontra-se filiado à Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FEETERJ), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além dos seus perfis nas redes sociais, também foram coletadas informações transmitidas ao vivo por meio da Rádio Mundial News FM. Perfil: Sinpro-Rio (s.d.).

- **Movimento Favelas na Luta (MFL).**

Tal movimento é composto por ativistas e militantes de favelas e periferias de todo o estado do Rio de Janeiro. Sua principal pauta é demandar justiça para a morte de moradores periféricos e favelados em decorrência das ações policiais. Suas ações coletivas são impulsionadas por um único repertório, que seriam as marchas. O seu maior objetivo é retratado na frase mais usada em suas redes sociais desde 2017 até o momento atual: “vidas negras nas favelas importam”. O MFL faz parte de uma cadeia de denúncias e cobranças

por reparações destas mortes causadas por agentes do Estado. As marchas culminam a indignação que se inicia nas redes sociais dos familiares e conhecidos da vítima, transcorre nos canais locais de comunicação, como o “O Jornal Voz da Comunidade” e o “Coletivo Favela Akari” e ganha espaço nas mídias tradicionais. As redes sociais do movimento se dedicam, exclusivamente, a replicar e a convocar os atos de rua para cobrar justiça para estes casos. Perfis: Movimento Favelas na Luta (s.d.); Movimento Favelas na Luta (s.d.); favelasnaluta (s.d.)

- **Rede emancipa.**

Movimento social voltado à educação de jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade por meio da organização de cursinhos populares pré-universitários, que buscam atender à demanda pelo acesso ao ensino superior, sobretudo às universidades públicas. Nesse espaço, professores formados e em formação ministram aulas voluntariamente e adotam uma pedagogia com objetivos emancipatórios, cujo próprio nome do movimento reivindica, inspirados nos ideais do notável educador Paulo Freire. Com início em 2007, o movimento funciona a partir de uma rede nacional de cursinhos gratuitos, com unidades em todas as regiões brasileiras. Também se dedica à alfabetização de jovens e adultos, educação para pessoas privadas de liberdade, português como língua de acolhimento para estrangeiros e educação infantil. É considerada uma ação com caráter “integral”, a partir da organização em redes de solidariedade ativas nas periferias. Além destas atuações, destaca-se também a idealização da Universidade Emancipa, em 2017, direcionada para educadores populares e apoiada por algumas universidades públicas brasileiras. Perfis: Rede Emancipa (s.d.); Rede Emancipa · Rio de Janeiro (s.d.); Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular (s.d.); Rede Emancipa (s.d.).

- **Coletivo Ponte Cultural.**

O Coletivo Ponte Cultural surgiu em 2016 com o objetivo de promover a inclusão social através da democratização do acesso à cultura e à educação superior. Com sede em Itaboraí, desde 2017 ocupa duas salas cedidas pelo Centro

Empresarial dessa cidade, oferecendo atividades culturais e educacionais a crianças e adolescentes da comunidade do Apolo II, bairro periférico entre Itaboraí e São Gonçalo. Atualmente, o coletivo se mobiliza para reformar uma casa e construir um Centro Cultural próprio. Dentre as atividades oferecidas gratuitamente estão os cursos de Teatro, Cinema e TV, Desenho Realista, Danças Urbanas, Teclado, Violão, Piano e o Pré-vestibular Comunitário, que juntos somam mais de 200 alunos. Mantém ainda uma Biblioteca Comunitária, a realização de Saraus e de Cine Clubes. Suas ações são realizadas com o apoio de amigos, artistas e comerciantes locais. Atualmente, a equipe é composta de 33 profissionais da cultura e educação. Perfil: [Coletivo Ponte Cultural \(s.d\)](#).

Repertórios em Tempos de Pandemia

A seguir, destacamos em três grandes chaves os repertórios e as estratégias identificadas ao longo desses meses de observação: ações corporativas por melhores condições de trabalho, trabalho de base e marchas. É necessário ressaltar que a escolha pelo agrupamento em tipos de repertórios e de estratégias é uma opção analítica útil para apontar similaridades entre os casos analisados. Tal opção, contudo, não pode ser tomada como sugestão de equivalência entre movimentos distintos quanto sua institucionalização, abrangência, temática e finalidade.

Ação Corporativa por Melhores Condições de Trabalho

A ação sindical é exemplar do que aqui chamamos ação corporativa, que possui nas causas trabalhistas seu maior foco. Dentre o grupo analisado, o SinproRio se destaca como representante do movimento sindical. Com forte institucionalização, o sindicato dos professores da rede privada da cidade do Rio de Janeiro e das demais cidades da “base

estendida” possui sede física, na qual desenvolve atividades administrativas, de mobilização e de formação. Com o início da quarentena, foram tomadas medidas que viabilizassem reuniões e outras atividades que dependiam da infraestrutura da sede, como a gravação de um programa de rádio, para o ambiente virtual.

Após este período de adaptação, o SinproRio, entre a segunda quinzena de março e o final do mês de junho, prestou assessoria sobre as regulamentações do trabalho remoto⁵. Também esteve atuante na orientação oferecida aos docentes e na negociação com empregadores sobre a implementação de duas medidas provisórias regulamentadas pelo governo federal, que versavam sobre a redução de jornadas e de salário e da suspensão do contrato⁶.

A partir de junho, o foco da atuação do SinproRio voltou-se para a contestação do retorno às aulas no formato presencial. Esta mudança foi impulsionada a partir da divulgação do programa da prefeitura do Rio de Janeiro para a flexibilização das medidas de isolamento social, no qual assinalava a possibilidade do regresso às salas de aula no segundo semestre. Dá-se então uma intensa mobilização do sindicato contrário à possibilidade de uma retomada das atividades presenciais, considerada temerária e infundada cientificamente. Assembleias virtuais unificadas são convocadas, com o chamado “não é hora de voltar às aulas”. Desde a primeira plenária virtual, ocorrida no dia 13 de junho, a estratégia da greve em relação às atividades presenciais é pautada. Confere-se a ela

5. Suporte realizado através da divulgação de modelos de documentos para apresentar em negociação e uso do site para consultas.

6. A MP927, de 22 de março de 2020, que versava sobre teletrabalho e teve seu prazo vencido, e a MP936, que deu origem à Lei 14.020, de 6 de julho de 2020, que dispõe sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e outras medidas trabalhistas.

o rótulo de “greve pela vida”, que acaba aprovada em assembleia do dia 4 de julho.

As postagens que convocam os sindicalizados para as reuniões usam uma estética familiar deste tipo de movimento. Sua chamada é feita por meio de postagens que retratam charges de professores confrontando autoridades, com professores no megafone divulgando a data da assembleia, e vídeos que simulam uma pessoa falando ao megafone ou aulas presenciais em meio aos riscos da Covid-19.

A articulação em torno da greve é feita por meio de campanhas que se valem da linguagem das redes sociais. Tais campanhas mobilizam diretamente a questão do trabalho docente, exigindo o respeito à categoria, mas também utilizam o contexto sociopolítico do país ao pautar a defesa da vida a despeito de interesses econômicos. Observamos estas temáticas em dois tipos de inserção.

Um tipo com imagens muitas vezes de desenhos, em sua maioria com tons de vermelho e de azul, que remetem ao ambiente escolar. São pautadas palavras de ordem como “emprego, salário justo e valorização da vida”, “Professor/a a profissão das profissões” e “quem trabalha com educação, respeita a ciência”. Há ainda vídeos com o depoimento de personalidades públicas em apoio à causa docente. Nestas postagens a ênfase recai sobre o ofício docente. Elas são indexadas com o logo da campanha “dignidade na educação – respeite @ professor/a”.

Já no segundo tipo de inserção, as redes sociais do SinproRio também articularam ações virtuais que abordaram, para além do tema corporativo, o momento social, econômico e político o qual o país atravessa. A defesa da vida aparece em postagens que se valem do uso de imagens *stock* com pessoas comuns sempre bem iluminadas e com cenário vívido.

As palavras de ordem colocadas, tanto nas imagens como no título das postagens, são: “Ainda não é hora de voltar à escola” e a que se posiciona contra uma postura economicista “A economia se recupera, a vida jamais”. Há, nestes casos, a mobilização típica em redes sociais do uso de hashtags, como “#EmDefesadaVida” e “#Respeiteoprofessor /a”.

Com um nível de institucionalidade incomparável ao do SinproRio, o Coletivo Ponte Cultural também organizou a partir das suas redes sociais ações direcionada à categoria profissional dos artistas. O coletivo não é uma organização sindical, mas ante a grave crise enfrentada pelo setor de cultura e de entretenimento seus organizadores se uniram ao movimento nacional da categoria em torno da aprovação da Lei Aldir Blanc⁷, que reserva recursos específicos para socorrer artistas e centros culturais na pandemia.

A partir de maio, o coletivo, por meio de suas redes sociais, organizou “lives” – formato de apresentações artísticas e demais intervenções consagrado na pandemia – com o objetivo de manter a conexão entre o público e os artistas locais da região na qual atua. Com o propósito da formação crítica e cidadã, a Rede Emancipa também organizou uma “live”, em seu perfil no Instagram, denominada “Festival Sou Favela”, que contou com artistas da periferia.

Assim como o SinproRio, o Coletivo Ponte Cultural manifestou-se não apenas sobre temas concernentes ao seu local de atuação, mas sobre a situação da cultura em todo o país. Sua mobilização, contudo, ganhou

7. Aldir Blanc foi um consagrado músico, escritor e compositor brasileiro, com canções feitas em parceria com João Bosco, como *O Bêbado e a Equilibrista*, sucesso na voz de Elis Regina. Diagnosticado com Covid-19, morreu no dia 4 de maio de 2020 no Rio de Janeiro, e teve seu nome homenageado na Lei Emergencial da Cultura (14.017), a partir da escolha da relatora, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

novos rumos quando da discussão da Lei Aldir Blanc no Congresso Nacional. Foi observada uma movimentação nas redes do grupo, a partir do final de maio, para discutir e esclarecer dúvidas a respeito da legislação de interesse do setor por meio de webconferências. Integrou-se, dessa forma, à mobilização nacional da cultura, que culminou em *tuitação* da *hashtag* #AprovaLeiAldirBlancIntegral. Especificamente, o coletivo organizou ações para prestar informações quanto à elegibilidade ao recurso garantido pela aprovação da lei, ocorrida em 29 de junho, e o cadastramento de artistas e centro culturais locais.

Em setembro, as redes sociais do Coletivo Ponte Cultural passaram a articular postagens direcionadas à esfera municipal na qual atuam. A postagem “Cadê o Teatro prefeito Dr. Sadinoel?” questiona, por exemplo, sobre a destinação de verbas acordadas para a reforma de um teatro na cidade de São Gonçalo que não foi entregue até o momento. Importa ressaltar que a postagem ocorreu às vésperas do início da campanha eleitoral para os cargos municipais no país.

Trabalho de Base

Em tempos de pandemia, a Rede Emancipa se destaca pelo forte trabalho de base que vem realizando. O grupo objetiva por meio de uma educação emancipatória, de linhagem freiriana, combater as desigualdades e injustiças sociais. Consonante com as medidas de isolamento social adotadas em meados de março, a Rede Emancipa declarou o cancelamento das aulas presenciais de seus cursinhos, que reúnem milhares de estudantes.

Desde então adaptou as suas atividades formativas por meio dos métodos mais acessíveis de comunicação à distância, como aulas

gravadas em áudio pelos professores e distribuídas entre os alunos de pré-vestibular. A filiação à pedagogia da libertação orienta as ações pedagógicas direcionadas à uma formação cidadã, perspectiva sempre presente em suas reivindicações por vida digna e pelo empoderamento da população periférica. Na pandemia, tal princípio de ação resultou em ações para minorar a situação de vulnerabilidade social da periferia escancarada pela crise sanitária.

Neste cenário, a Rede Emancipa organizou uma campanha nacional, intitulada “Solidariedade Ativa”, de arrecadação e distribuição de cestas básicas, kits de higiene e livros como forma de auxiliar e permitir materialmente o isolamento social das famílias em situação de vulnerabilidade⁸. Estas ações foram apresentadas e defendidas a partir de um vocabulário que ressalta a construção e o fortalecimento dos laços comunitários como um mecanismo de “autopreservação”, de “cuidar dos nossos” e de protagonismo popular simbolizado no ideal “nós por nós”. Outros movimentos estudados também realizaram campanhas desse tipo, como o Coletivo Ponte Cultural, que entregou 80 cartões alimentação para auxiliar as famílias atingidas pela crise econômica em consequência da pandemia. É interessante apontar que na divulgação dessas ações os movimentos enfatizam que não se trata de “realizar assistencialismo”, mas de “formar cidadãos conscientes de seus direitos”⁹. Tanto para o Coletivo Ponte Cultural quanto para a Rede Emancipa, a solidariedade

8. Atualmente, essa campanha também contempla as quatro unidades do Degase da cidade do Rio de Janeiro - educação popular para jovens privados de liberdade -, na qual a rede Emancipa trabalha há três anos.

9. Ação divulgada no Facebook do coletivo, sob a chamada “Qual a importância dos movimentos sociais?” e as hashtags #FazendoNossaParte e #ResponsabilidadeSocial.

é entendida como mecanismo fortalecedor de vínculos e uma forma de resistência popular, garantia da vida e da potência coletiva.

A campanha “a solidariedade ativa não pode parar” da Rede Emancipa usou de diferentes estratégias para a arrecadação dos recursos e materiais para a distribuição, desde a coleta direta entre os doadores até a estratégia da “*vakinha*”, financiamento coletivo organizado por meio de doações online. O grupo divulga em postagens cenas da distribuição dos kits de itens básicos e de livros nos quais é possível observar ativistas trajados de camisas verdes, emblemáticas da Rede Emancipa, ou de camisas pretas com os dizeres “Vidas negras importam” ou “Poder para as periferias”. Há uma forte representação nas imagens da participação feminina e de pessoas negras. Fotos de crianças e adultos recebendo livros e bolsas ecológicas que armazenam as doações de itens básicos também compõem o portfólio do movimento. Nas imagens estão ressaltados o uso de máscaras por beneficiários e ativistas, sendo que parte destes inclusive veste luvas. Também há o destaque para os ativistas de punho cerrado, gesto de menção à luta e a resistência. Finalmente, as postagens da campanha insistem no chamado à doação e participação, pedidos de ajuda no compartilhamento online das mensagens e prestação de contas das ações feitas nos territórios atendidos.

Em paralelo à intensa campanha de solidariedade, a Rede Emancipa também repaginou a sua atuação no campo educacional. Mudanças ocorridas após a publicação de um Manifesto sobre a pandemia (“Sobre pandemia e Periferias: um manifesto”, 2020) de conteúdo marcadamente crítico, no qual a rede se posiciona contrariamente ao modelo social, político e econômico vigente no país, que possui no governo Bolsonaro o seu maior representante. Novos conteúdos foram criados

e adaptados à versão virtual. Exemplos dessas ações são cursos online promovidos por agentes da rede e da Universidade Emancipa, criada em 2017, como o “Democracia é”¹⁰, “Marxismo e periferias” e “Pandemia e Periferias: entender o mundo hoje”, grupos de leitura e de discussão protagonizados por seus alunos e a plataforma “Poder para as Periferias”, que visa organizar as comunidades para as eleições municipais, por meio da sistematização das lutas e reivindicações. Na transmissão ao vivo do lançamento da plataforma, uma das coordenadoras ressaltou a palavra de ordem: “Renda para comer, saúde para viver e segurança para não morrer”.

Marchas

O Movimento Favelas na Luta nasce da articulação de várias favelas cariocas na luta contra os assassinatos da população negro¹¹. Essa articulação reúne ativistas que militam em outros movimentos sociais vinculados aos temas da negritude e das periferias. O MFL possui um único repertório de ação, as marchas. Em tempos de pandemia, o movimento não recuou de sua tradição de ação coletiva frente aos assassinatos de jovens negros perpetrados por agentes do Estado durante ações policiais em bairros periféricos. Afetados pela repercussão mundial do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, os ativistas do MFL pautaram nas ruas do Rio de Janeiro mortes de jovens negros, ocorridas durante o período da quarentena, em duas marchas nas quais

10. Curso de extensão em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

11. Descrição do movimento divulgada nas redes sociais. O gentílico “carioca”, faz referência a favelas da cidade do Rio de Janeiro, e não do estado, como é o caso de outros movimentos analisados.

se lia frases, emblemáticas das manifestações norte-americanas, como “quantos mais não conseguirão respirar?”.

Os perfis online do MFL atuam especialmente como mecanismos de replicação e de divulgação das marchas convocadas em desagravo aos assassinatos ocasionados pela polícia, sobretudo de crianças e de jovens negros. Nestas ocasiões, as redes sociais do movimento são mobilizadas e as comunicações frequentes. A movimentação em relação a uma morte decorrente da ação policial ocorre, muitas vezes, em primeiro lugar no círculo pessoal da vítima, depois nas mídias locais das comunidades e de lideranças importantes, até ganhar a mídia tradicional. O MFL atua na replicação desses casos e na convocação das marchas em repúdio à ação do Estado. Nessa articulação, o MFL confronta a comunicação proposta pelos meios tradicionais enfatizando palavras como “assassinato” – no lugar de “morte”, “guerra” e “genocídio”.

Como mencionado, durante a pandemia o MFL insistiu na estratégia de marchar na rua, mesmo atentando, em suas redes sociais, para a necessidade de manter o distanciamento social e fazer uso de máscaras e álcool em gel. O assassinato de João Pedro, de 14 anos, na região metropolitana do Rio de Janeiro, vitimado em decorrência de uma ação da Polícia Federal em conjunto com a Polícia Civil do RJ, em meio a quarentena, foi um dos eventos determinantes para a tomadas das ruas pelos ativistas. Foram realizadas duas marchas até o momento, o ato “Vidas Negras Importam”, no dia 31 de maio de 2020¹², e o ato

12. Ocorrido em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo estadual do Rio de Janeiro. Este ato foi impulsionado pelo assassinato de George Floyd e pela comoção mundial que se seguiu do ocorrido. Assim como nos Estados Unidos, a marcha ganhou visibilidade e adesão mesmo em uma situação de aumento exponencial de contágios da Covid-19 no país.

“II Marcha Antirracista - Vidas Negras Importam”, ocorrido no dia 7 de junho¹³. As marchas foram transmitidas pelas redes sociais do movimento, registradas por meio de fotos e debatidas através de *lives*. Na divulgação, a continuidade de operações policiais somadas às péssimas condições de infraestrutura urbana das favelas e periferias do Rio de Janeiro reforçaram a retórica do movimento em prol da realização da marcha. Cartazes com os dizeres “Basta de CORONATIROS”, retratados nas mídias sociais, são exemplares desta retórica.

Já o segundo ato ocorreu como decorrência do primeiro e como resposta ao contexto político nacional. No dia 31 de maio, foi realizado um ato de rua, pró democracia e antifascista na cidade de São Paulo, convocado por torcedores de times de futebol acerca do contexto político e do avanço das mobilizações ultra conservadoras em apoio ao presidente, Jair Bolsonaro. A convocação para a “II Marcha Antirracista - Vidas Negras Importam” buscou ampliar a adesão ao movimento, especialmente de pessoas brancas pertencentes à classe média e alta, a partir da inclusão da palavra “antirracista” em alusão a palavra “antifascista”, que havia repercutido grandemente nas redes sociais após os atos das torcidas de futebol da cidade de São Paulo¹⁴.

Observou-se, nesta oportunidade, aumento do número de manifestantes, que segundo os organizadores chegaram a quatro mil. A cobertura do evento nos permitiu observar jovens brancos com cartazes que enunciavam “Brancos, essa luta também é nossa.” Neste período, em referência as manifestações antifascistas e à oposição ao governo

13. Ocorrido em frente ao Busto de Zumbi, no centro do Rio de Janeiro.

14. Houve um reclame nas redes sociais de pessoas vinculadas à causa da população negra e à movimentos negro sobre a maior adesão e visibilidade conferida à atos de rua que não pautariam centralmente a questão racial.

Bolsonaro, o movimento Coalização Negra Por Direitos, entidade que reúne mais de 600 movimentos negros, lançou a campanha “Enquanto houver racismo, não haverá democracia.” Munidos de um contexto no qual o racismo estrutural e a luta antirracista figuraram como pauta nas grandes mídias, os ativistas performaram no segundo ato cenas observadas nas manifestações interacionais deflagradas pelo assassinato de George Floyd. A mais exemplar foi aquela na qual manifestantes se deitam no chão e gritam que não conseguem respirar.

A estética das duas marchas reivindicou elementos já presentes na militância negra e periférica do Rio Janeiro, como as palavras de ordem “Não acabou tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”. É também notória e recorrente a presença das mães que tiveram os seus filhos assassinados, que marcharam com uma faixa na qual se lia “As mães negras não aguentam mais chorar.” Cruzes com os nomes de mortos emblemáticos, como Amarildo e João Pedro, e crianças que lembram os seus pares assassinados, por meio das fotos das vítimas, compõem a performance dramática das marchas. Na pandemia, cartazes com dizeres cortantes marcavam como o atual contexto é vivido nas periferias, como no seguinte exemplo: “Nem fome, nem tiro e nem covid: o povo negro quer viver!”.

Os protestos de rua, organizados pelo MFL, foram relevantes para a restrição de operações policiais nas favelas e comunidades periféricas do Rio de Janeiro, durante o período de calamidade sanitária ocasionado pela pandemia da Covid-19, referendada pelo Supremo Tribunal Federal em 5 de junho. A arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF 635, apelidada como “ADPF das favelas”, é uma ação proposta pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), construída coletivamente com

a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com pesquisadores e com integrantes de movimentos negros, de favelas e periféricos. A ADPF foi ajuizada em novembro de 2019 e retornou ao debate na conjuntura pandêmica, após o assassinato do menino João Pedro e da forte mobilização de rua, nacional e internacional, que pautou o racismo e o assassinato por forças policiais de pessoas negras.

Considerações Finais

Em 21 de outubro de 2018, em um dos mais marcantes pronunciamentos do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro dirigiu-se, por meio de uma chamada de vídeo, a uma multidão de apoiadores que ocupava a Avenida Paulista, centro comercial da cidade São Paulo, com as seguintes promessas: “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria [...] Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca vista” (“Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro”, 2018). Eleito, o presidente mantém sua postura persecutória à movimentos sociais progressistas, ora classificados como comunistas ora como corruptores dos valores da nação. Partidos e movimentos sociais de esquerda, desde o resultado inesperado das eleições de 2018, ainda buscam explicações para a vitória de um programa político de ultradireita, inédita por vias eleitorais no país até então, e de meios para, novamente, disputarem a esfera pública.

Buscamos identificar, em tempos de pandemia, quais os repertórios e estratégias de ação mobilizados por quatro movimentos sociais progressistas radicados no estado Rio de Janeiro. A conjuntura pandêmica e

o negacionismo do governo federal brasileiro posicionaram o campo da esquerda como um dos maiores defensores do cumprimento das medidas de isolamento social e da reivindicação de auxílio governamental para os mais atingidos pela crise sanitária. Tal militância deveria, portanto, se valer fortemente dos meios digitais para resguardar os nela envolvidos e para manter o posicionamento “a vida em primeiro lugar”.

A pandemia da Covid-19 e as consequentes medidas de distanciamento social reforçariam, desse modo, a atuação online de movimentos sociais como uma estratégia eficiente de promoção das causas que representam. Ocupar as redes sociais da Internet, entretanto, é posto para o campo progressista como uma necessidade nos tempos atuais. Uma vez que parte do sucesso eleitoral da ultradireita, nacional e internacional, vem sendo creditado à sua forte e hábil presença virtual, assim como, ao afastamento dos movimentos de esquerda de sua base.

Em sua atuação no ciberespaço, identificamos repertórios e estratégias de ação que não são novidades para as mobilizações coletivas, como os repertórios de greve sindical, marchas e do trabalho de base. Tais ações, contudo, foram organizadas, impulsionadas ou divulgadas, no período analisado, mormente via redes sociais virtuais destas organizações.

As modulações que a Internet confere a estas ações são, contudo, novidades que devem ser ressaltadas e acompanhadas em seus desdobramentos. O trabalho de base, realizado pela Rede Emancipa, parece amplificado na pandemia por meio de suas plataformas virtuais. O objetivo de letrar a juventude em um vocabulário de emancipação e justiça social foi difundido por meio de cursos online que congregam diferentes instituições em sua realização, como reconhecidas universidades públicas. O mesmo pode ser colocado para os mecanismos da

rede para a arrecadação de recursos, viabilizado por plataformas de doações virtuais, e a distribuição dos auxílios. Mesmo caminho seguiu o Coletivo Ponte Cultural, dentro de seu escopo de atuação. Tais ações foram divulgadas por meio de uma simbologia própria das redes sociais. O uso de *hashtags*, por exemplo, foi um padrão observado em todos os perfis acompanhados. Destaca-se também como o ambiente virtual proporciona vinculações inter-regionais e internacionais às ações desenvolvidas. As marchas organizadas pelo MFL, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, foi exemplo desta conexão. Elas se somaram à onda de manifestações antirracistas desencadeadas nos Estados Unidos, após o assassinato de George Floyd, e que foram observadas em diferentes países. No Rio de Janeiro, o assassinato de João Pedro foi o estopim para a tomada das ruas, que mobilizou tanto performances tradicionais do movimento, como a presença das mães enlutadas pela perda de seus filhos, quanto performances observadas nas manifestações norte americanas. Todas indexadas nas redes sociais pelas *hashtags* características, transmitidas ao vivo e divulgadas pelas redes sociais do movimento.

Por último, destacamos a referência a um local específico, um território que será o lugar das intervenções e justificativa da própria existência dos grupos, feita reiteradamente por três movimentos: o Coletivo Ponte Cultural, a Rede Emancipa e o Movimento Favela na Luta. Este enraizamento da militância pode ser um indicativo na aposta do trabalho de base como repertório de ação em tempos de Bolsonaro. Difere do grupo o SinproRio, que possui na sua institucionalidade tradicional um desafio à reinvenção em um contexto de forte ataque às leis trabalhistas e à ação sindical.

Como foi mencionado, o trabalho de campo que serve de base a esta pesquisa foi e está sendo levado a cabo no calor dos acontecimentos, e ainda restam desafios importantes, como observar a movimentação das redes durante o próximo período eleitoral no país, que no mês de novembro definirá prefeitos e vereadores em todo o território nacional. Nessa direção, os diferentes graus e tipos de institucionalização propostas pelas organizações permanece como uma dimensão a ser observada, analisando a articulação das estratégias e lideranças locais com os diferentes partidos que compõem a contenda eleitoral. Até o momento, nossa estratégia metodológica revelou acertos na observação dos repertórios e dos roteiros afetados, e ao mesmo tempo potencializados, pelas condições de isolamento colocadas pela pandemia, como demonstramos ao longo deste texto. Ainda esperamos, em uma etapa posterior da pesquisa, implementar outras técnicas, como entrevistas com referentes e lideranças. No contexto atual em que nos vemos constantemente desafiados como docentes, alunos e cidadãos, reforçamos nossa convicção no conhecimento embasado produzido pelas ciências sociais, adaptando, assim como os movimentos que observamos, nossa prática e encontrando novos caminhos de construção coletiva.

Referências

- Alonso, Â. (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Revista Sociologia & Antropologia*, 2(3), 21-41. doi: [10.1590/2238-38752012v232](https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232)
- Auxílio emergencial: 63,5 milhões de pessoas já receberam benefício. (2020, junho 17). Recuperado de <https://economia.ig.com.br/2020->

- Beleli, I. & Pelucio, L. (2018). Aperte play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais. In S. Durão, & I. Lins França (Eds.), *Pensar com método* (pp. 117-143). Papéis Selvagens.
- Bertoloto, R. (2020, abril 24). Brasil pega fogo quando povo entender que vai morrer na porta do hospital. *Ecoa*. <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/24/sem-estado-favelas-do-brasil-criam-proprias-solucoes-para-encarar-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>
- Brasil completa três meses sem ministro da Saúde definitivo. (2020, agosto 15). Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/saude/brasil-completa-tres-meses-sem-ministro-da-saude-definitivo/>
- Bringel, B. (2020). Mucho más que un “cacerolazo”: resistencias sociales en tiempos de pandemia. In B. Bringel, & G. Pleyers (Eds.), *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia* (pp. 181-188). CLACSO; ALAS.
- Bringel, B., & Pleyers, G. (Eds.). (2020). *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia*. CLACSO; ALAS.
- Coletivo Ponte Cultural. (s.d.). *Início* [página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.facebook.com/coletivopontecultural>

“Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. (2018, outubro 22). Recuperado de <https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>

favelasnaluta [@favelasnaluta]. (s.d.). *Tweets* [perfil do Twitter]. Twitter. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://twitter.com/favelasnaluta?s=08>

Freire, L. (2020, maio 6). Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia. *Boletim Cientistas Sociais*, (34). <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2348-boletim-n-34-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>

Hart, K. (2004). Notes towards an anthropology of the internet. *Horizontes Antropológicos*, 10(21). doi: [10.1590/S0104-71832004000100002](https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100002)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Rio de Janeiro. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>

Miguel, J. (06 maio, 2020). Coronavírus, bolsonarismo e a produção da ignorância. *Boletim Cientistas Sociais*, (34). <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2348-boletim-n-34-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>

Miller, D. & Slater, D. (2004) Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, 10(21). doi:[10.1590/S0104-71832004000100003](https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003)

Movimento Favelas na Luta. (s.d.). *Início* [Facebook page]. Facebook. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.facebook.com/favelasnaluta/>

Movimento Favelas na Luta [@favelasnaluta]. (s.d.). *Posts* [perfil do Instagram]. Instagram. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://instagram.com/favelasnaluta?igshid=1ui5k7a706jk6>

Pereira, M. M., & Silva, C. F. da. (2020). Movimentos Sociais em ação: Repertórios, escolhas táticas e performances. *Revista Sociologia e Antropologia*, 10(02), 615-645. doi: [10.1590/2238-38752020v10i212](https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10i212)

Rede Emancipa. (s.d.). *Início* [página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.facebook.com/RedeEmancipa/>

Rede Emancipa · Rio de Janeiro [@emanciparj]. (s.d.). *Posts* [perfil do Instagram]. Instagram. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.instagram.com/emanciparj/>

Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular (s.d.). *Início* [canal do YouTube]. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.youtube.com/user/RedeEmancipa>

Rede Emancipa [@RedeEmancipa]. (s.d.). *Tweets* [perfil do Twitter]. Twitter. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://twitter.com/redeemancipa>

Sinpro-Rio. (s.d.). *Início* [página do Facebook]. Facebook. Recuperado em 12 de outubro de 2020, de <https://www.facebook.com/sinprorio1931/>

Sobre pandemia e Periferias: um manifesto. (2020, maio 5). Recuperado de <https://redeemancipa.org.br/2020/05/manifesto/>

Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In M. Traugott (Ed.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp. 15-42). Duke University Press.

Uribe, G., & Pupo, F. (2020, setembro 1). Governo anuncia que auxílio emergencial passará a ser de R\$ 300 até dezembro. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-anuncia-que-auxilio-emergencial-passara-a-ser-de-r-300-ate-dezembro.shtml>

OS AUTORES

PIERO DOMINICI

Membro da Academia Mundial de Arte e Ciência, de posse da ASN, leciona Sociologia da Complexidade, Comunicação Pública, Inteligência. Redes e Sistemas Complexos e Sociologia dos Processos Culturais e Comunicativos na Universidade de Perugia. Sociólogo e filósofo, professor visitante da Universidade Complutense de Madrid, lecionou em inúmeras universidades nacionais e internacionais. Diretor Científico do Programa Internacional de Pesquisa e Educação CHAOS e Diretor (Scientific Listening) do Global Listening Center. É membro do MIUR - Register of Auditors e da WCSA (World Complexity Science Academy), e membro de comitês científicos nacionais e internacionais. Há mais de vinte anos, lida com a complexidade e o pensamento sistêmico (ensino, pesquisa, formação), com particular referência a organizações complexas e questões relacionadas à educação, comunicação, inovação, democracia, ética pública. Colabora com revistas científicas e culturais e é autor de livros e numerosas publicações científicas.

piero.dominici@unipg.it

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

É bacharel (2000), mestre (2003) e doutora (2010) em Ciências Sociais pela Unesp – Universidade Estadual Paulista. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa – Portugal (2020). Desde 2013, ocupa o cargo de Professor Assistente Doutor na Unesp e desde 2014 integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Atua na área de Sociologia da Comunicação, desenvolvendo estudos sobre a relação entre Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais, com ênfase nos temas: participação, mobilização social, deliberação pública, ativismo digital, comunicação para mobilização popular.

caroline.luvizotto@unesp.br

ISABEL FERIN CUNHA

É licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1974), mestre (1984) e doutora (1987) em Ciências da Comunicação pela Usp – Universidade de São Paulo. Realizou estágio de Pós-doutorado em Comunicação no Centre National de la Recherche Scientifique, França (1991). Foi Vice-Presidente do Centro de Investigação em Media e Jornalismo (2004-2006) e coordenou de 1999 a 2017 projetos aprovados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia / Portugal. Professora Associada com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (aposentada). Investigadora do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Suas áreas de

interesse são Análise de Mídia (Imprensa, Televisão e Redes Sociais): Mídia e Lusofonia e Comunicação Política.
icunha@fcsh.unl.pt

ALANA NOGUEIRA VOLPATO

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unesp – Universidade Estadual Paulista. Mestra em Comunicação e graduada em Comunicação Social – Relações Públicas pela UEL – Universidade Estadual de Londrina. Bolsista da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo n. 2019/00781-9. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov.
alanavolpato@gmail.com

ANA CAROLINA TRINDADE

Mestra em Comunicação pela Unesp - Universidade Estadual Paulista. Bolsista Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (jan/2019-set/2020). Graduada em Relações Públicas. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (UNESP) e do Grupo de Pesquisa Ecologia da Comunicação Organizacional (UFMA).
carolinatrin@gmail.com

ANA CRISTINA CONSALTER AMÔR

Doutoranda e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Desde 2018, é secretária de Educação no município de Cabrália Paulista (SP). Possui pós-graduação em Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo Centro Universitário Uninter e graduação em Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração (2007), além de licenciatura em Língua Portuguesa pela Faculdade Centro Paulista Ibitinga. É membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov e da Associação de Voluntários no Combate ao Câncer “Resgate a Vida” (Cabrália Paulista).
ac.amor@unesp.br

ANA ELIZABETH DE ALMEIDA GOMES

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense e tem especialização em Comunicação e Saúde pela Escola de Governo da Fundação Oswaldo Cruz, em Brasília. Com experiências em jornalismo diário e em

assessoria de comunicação, especialmente nas áreas de Educação e Saúde, há 10 anos trabalha na área de Comunicação em Saúde no Ministério da Saúde brasileiro. É integrante do grupo de pesquisa Jornalismo e Memória na Comunicação, no qual atua nos projetos Jornalismo e Gestão da Informação e Jornalismo Independente.

bethagomes@gmail.com

CAROLINA CASTELLITTI

Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, onde atualmente realiza estágio Pós-doutoral, com bolsa da FAPERJ. Foi professora substituta do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e seus principais temas de pesquisa são gênero, carreira, trabalho e crise.

castellittic@gmail.com

CINTIA BARUDI LOPES

Doutora em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade Metropolitana de Santos, Especialista com capacitação docente em direito constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional, Graduada em direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Avaliadora do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Diretora da Comissão de Direito Administrativo da 116ª Subseção do Jabaquara - São Paulo. Advogada.

c.barudi@uol.com.br

DANIEL MARTÍNEZ-ÁVILA

Doutor pelo Programa Oficial de Doctorado en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid. Professor Assistente Doutor da Universidad Carlos III de Madrid, foi Pesquisador e Instrutor Adjunto na University of Wisconsin-Milwaukee. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do International Society for Knowledge Organization (ISKO) Scientific Advisory Board, possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação.

dmartinezavila@gmail.com

DAVID RENAULT

É, desde 1995, professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Brasília, onde se formou em Jornalismo 20 anos antes, e realizou o Mestrado em Comunicação e o Doutorado em História Cultural. Antes de abraçar a carreira acadêmica trabalhou por duas décadas em redações de jornais como O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense e a revista Exame. Foi diretor da Faculdade de Comunicação entre 2007 e 2015. Em 2017, em estágio pós doutoral na Universidade do Minho, Portugal, realizou estudo comparativo entre a cobertura da mídia impressa do Brasil sobre a Operação Lava Jato, e a de Portugal sobre a Operação Marquês. É líder do grupo de pesquisa Jornalismo e Memória na Comunicação e participa dos projetos Jornalismo e Gestão da Informação e Jornalismo Independente.

renault.david@gmail.com

DEISE MARIA ANTONIO SABBAG

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista. Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, onde realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão (com enfoque na Área de Organização do Conhecimento). Docente permanente na Pós Graduação, linha de pesquisa Produção e Organização da Informação, no programa de Ciência da Informação da UNESP/Marília.

deisemarian@gmail.com

DENISE CRISTINA BELAM FIORAVANTI

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Graduada em Biblioteconomia pela UNESP/Marília. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação e do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: Feminismo, violência de Gênero, Feminicídio.

denisebfioravanti@gmail.com

ELIZABETH ARRUDA DE AZEVEDO

Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Seus principais temas de interesse são movimentos sociais, raça e diáspora africana.

elizabetharruda@id.uff.br

ÉRIKA ALFARO DE ARAÚJO

Jornalista graduada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Bauru- SP, Brasil. Mestranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma instituição e bolsista CAPES. Realiza pesquisa na linha de Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais com foco no jornalismo esportivo e suas relações com a questão de gênero.

eriikaalfaro@gmail.com

FERNANDO BORGES

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade Panthéon-Assas (Paris II), Mestre em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Coimbra e graduado em Jornalismo pela UFRJ. Atualmente é investigador contratado da Universidade de Coimbra, no Instituto Jurídico. Experiências prévias incluem atividades como gestão de ciência e ensino em Cabo Verde e Portugal. Com publicações e apresentações sobre a relação entre a Comunicação e o Desporto, seu trabalho se aprofundou nos elementos económicos e simbólicos do espetáculo desportivo.

fvsborges@outlook.com

FLÁVIA PIVA ALMEIDA LEITE

Doutora em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica – PUC – São Paulo/SP, Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino – ITE – Bauru/SP, Pós-graduada em Gerente de Cidades pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP – São Paulo/SP, Graduada em Direito pela ITE- Bauru. Docente da UNESP - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Campus Bauru. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP- Franca.

flavia.leite@unesp.br

FRANCISCO ARRAIS NASCIMENTO

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação e do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidades, análise documentária, tratamento temático da informação.

francisco.arrais.nascimento@gmail.com

LAURA BOTOSSO GOMES DA SILVA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

laura.bottozzo@unesp.br

LUCAS ARANTES ZANETTI

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Unesp – Universidade Estadual Paulista. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov.

lucaszanetti66@gmail.com

LUIZ FELIPE SARDINHA BONFIM

Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Seus principais temas de interesse são moda, indústria cultural, consumo e questões raciais.

lf_sardinha@id.uff.br

LUIZA COSTA MELO

Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Seus principais temas de interesses são gênero, desigualdades sociais e cultura.

luiza.melo.121@gmail.com

MARCIA MARQUES

Professora do curso de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, desde 1977. Graduada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo, tem Mestrado em Comunicação e Doutorado em Ciência da Informação pela UnB. Antes de ingressar na carreira universitária, trabalhou como jornalista em vários veículos tradicionais, a exemplo da Folha de S. Paulo e O Globo. Integrante do grupo de pesquisa Jornalismo e Memória da Comunicação, coordena o projeto Jornalismo e Gestão da Informação, que orienta o desenvolvimento de tecnologias e soluções para a organização e acervamento da informação e conhecimento no Centro de Documentação (CeDoc) da FAC. É membro do projeto Jornalismo Independente.

professoramarcia@gmail.com

MARIA CAROLINA S. R. VIEIRA

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (2016). Atualmente, é doutoranda no mesmo programa. É graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, também pela instituição (2012). Desde 2016, atua como repórter legislativa na TV Câmara Botucatu. É membro do Grupo de Pesquisa Mídia e Sociedade (Unesp/Bauru).

mcarol.srvieira@gmail.com

MILENA CAROLINA DE ALMEIDA

Graduanda do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

milencarolina.almeida@hotmail.com

MAURO DE SOUZA VENTURA

Jornalista graduado pela PUCRS, Mestre em Jornalismo e Editoração pela ECA-USP e Doutor em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela FFLCH-USP. Livre-docente em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

ms.ventura@unesp.br

NAÍDE FEIJÓ MÜLLER CAJADO CALDEIRA

PhD candidate in Communication Sciences at Catholic University of Portugal where she is a junior researcher at the Research Center for Communication and Culture. She holds a BA in Public Relations and Business Communication from the Higher School for Social Communication and a MA in Integrated Communication from the Higher Institute of New Professions. She has been working for more than 10 years as a communication consultant having collaborated with several public and private entities. Between 2015 and 2019, she worked as a communication and public relations advisor at the Portuguese Parliament and on political campaigns. Her main research interests are related to the role of Strategic Communication in the achieving of public legitimacy for contemporary human rights activist movements within the scope of the 2030 agenda. She is the author of publications on the potential of strategic communication in civic dynamics, the representation of the concept of activism

in public service television channels in Portugal, and on the relationships between journalists and press officers.

naide.muller@fch.lisboa.ucp.pt

PEDRO BERTI

Formado em Comunicação com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Sagrado Coração (USC), especialista em História, Cultura e Poder pela Universidade do Sagrado Coração (USC), especialista em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Educacional Alfa. Mestre e doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais - ComMov (Unesp/Bauri).

p.berti@unesp.br

RAFAEL DE CASTRO MACEDO

Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Seus principais temas de interesse são educação, trabalho, jogos e rede sociais.

rafael_macedo@id.uff.br

RAFAELA CAROLINA DA SILVA

PhD candidate and Master in Information Science by the PostGraduate Program in Information Science at University of Sao Paulo (UNESP), in the line of Research Management, Mediation and Use of Information. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Scholarship. Member of the Information, Knowledge and Organizational Intelligence Research Group. She did a research internship at the Robert Gordon University, Scotland, UK (2016), where she did part of her Master thesis. Specialist in Institutional Psychopedagogy by Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEPE). Graduated in Library Science from UNESP. Author of books, book chapters and articles published in national and international environments. She is dedicated to scientific research, working on the interdisciplinarity of the themes: Hybrid libraries; Concept of hybridity in libraries; Social development; Information management; and Community development.

rafaela.c.silva@unesp.br

RAQUEL GUILHERME DE LIMA

Doutora em sociologia pelo IESP/UERJ e professora adjunta do departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Seus principais temas de pesquisa são desigualdades sociais, trajetórias, educação e trabalho.

rglima@id.uff.br

RAQUEL LOURENÇO

Nasceu em 1996 e iniciou o seu percurso na área da investigação com uma Bolsa de Iniciação à Investigação, obtida enquanto estava na Licenciatura em Ciências da Comunicação da FCSH/NOVA, para integrar a equipa do projeto “DIVinTV - Diversidade na Televisão Pública Portuguesa”. A partir daí, tem participado em diversos projetos e publicações, em colaboração com o ICNOVA. Recentemente terminou o Mestrado na vertente de Estudos dos Media e do Jornalismo, igualmente na FCSH/NOVA, e pretende iniciar o Doutoramento em breve. O capítulo presente nesta obra resulta precisamente de um artigo elaborado no âmbito do seu Mestrado para o seminário Media e Sociedade. Em paralelo com a atividade académica, foi tutora dos Estudantes Internacionais da Licenciatura em Ciências da Comunicação da FCSH no ano letivo anterior e continua a ser treinadora/atleta de atletismo.

raquelfcsh@hotmail.com

ROSÂNGELA FORMENTINI CALDAS

Professor at UNESP - PostGraduate Program in Information Science and Department of Information Science. She is a member of the departmental Council of the Commission for Cultural Actions (CAC), and of the research group “Information, Knowledge and Organizational Intelligence”. Participated in the proposal, structuring and restructuring of UNESP Information Science graduate courses. With the support of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), and the Gulbenkian Foundation, she conducted a research at the School of Engineering at the University of Minho/Portugal, and at renowned cultural institutions in France, Scotland, England and Portugal. She was president of the Municipal Council of Culture and head representative of the Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM). She is interested in the following research topics: Smart Cities, Public Cultural Structures, and Community Development.

r.caldas@unesp.br

Índice Remissivo

A

activism 61, 63, 113, 114, 224, 225, 226, 227, 228, 232, 233, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 245, 247, 249, 337
Activism 114, 225, 226, 243, 244, 246, 247, 248, 249
activists 224, 225, 227, 228, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242
Activists 9, 224, 239, 247
administração pública 120, 137, 138
ativismo 33, 43, 94, 109, 111, 112, 197, 220, 305, 331
Ativismo 8, 45, 90, 93, 104, 245, 303
atletas negros 104, 106

B

Bolsonaro 9, 166, 167, 168, 169, 170, 222, 302, 304, 305, 317, 320, 321, 322, 324, 327

C

cidadania 22, 23, 29, 39, 40, 70, 71, 74, 75, 76, 80, 86, 124, 145, 152, 163, 174, 182, 183, 201, 278, 279, 309
Cidadania 2, 4, 8, 11, 39, 118, 176, 201, 331
comunicação 22, 23, 24, 25, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 104, 106, 122, 125, 140, 144, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 159, 161, 163, 164, 177, 186, 206, 207, 212, 219, 250, 275, 284, 289, 309, 310, 315, 319, 331, 332
Comunicação 2, 4, 8, 11, 23, 24, 33, 34, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 69, 70, 71, 75, 83, 90, 91, 144, 153, 154, 155, 165, 176, 177, 199,

200, 201, 207, 213, 222, 244, 247, 251, 284, 299, 301, 331, 332, 333,
334, 335, 336, 337, 338, 339
Covid-19 8, 93, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 134, 302, 304, 306, 313,
314, 319, 321, 323

D

democratização 69, 70, 71, 75, 76, 83, 84, 87, 91, 186, 187, 213, 310
Democratização 8, 69, 71, 83
desporto 93, 94, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 120, 277
Desporto 8, 93
direitos culturais 129
Direitos culturais 136
Direitos Culturais 8, 118, 129
dispositivo semiótico 280
Dispositivo Semiótico 9, 278, 280

F

Fabício Queiroz 9, 157, 166, 167, 169
feminismo 184, 185, 189, 190, 192, 271, 276
Feminismo 9, 178, 190, 193, 194, 195, 196, 334
feminismo no Brasil 190
Feminismo no Brasil 9, 178

G

Gestão Pública 9, 137
Globo Esporte 9, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264,
266, 267, 268, 269, 270, 277

H

hybrid libraries 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Hybrid libraries 62, 338

Hybrid Libraries 61

J

jornalismo 82, 84, 157, 160, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 223, 251, 252, 253, 256, 274, 275, 276, 332, 334

Jornalismo 9, 49, 157, 158, 164, 165, 166, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 220, 221, 222, 251, 331, 332, 333, 336, 337, 339

jornalismo esportivo 251, 252, 253, 256, 274, 275, 276, 334

Jornalismo Esportivo 9, 251

M

manifestações 43, 81, 82, 93, 94, 97, 101, 104, 107, 110, 111, 170, 179, 180, 197, 211, 304, 319, 320, 321, 324

Manifestações 8, 93, 94

mídia 23, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 43, 44, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 81, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 159, 162, 163, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 199, 201, 203, 206, 207, 209, 220, 300, 319, 333

Mídia 8, 9, 22, 24, 35, 49, 50, 91, 176, 199, 331, 336

mídia independente 199, 207, 209, 220

mídias 22, 23, 24, 25, 26, 28, 33, 36, 39, 41, 42, 78, 86, 166, 173, 200, 206, 209, 210, 212, 219, 220, 306, 310, 319, 320, 321, 326

midiatização 69, 71, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 87, 88, 157, 162, 163, 165, 166, 173

Midiatização 8, 9, 69, 76, 83, 88, 90, 157, 162, 164, 175, 176

movimentos negros 204, 321, 322

movimentos sociais 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 39, 43, 44, 45, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 107, 108, 112, 160, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 192, 194, 197, 201, 204, 212, 298, 302, 303, 306, 308, 316, 318, 322, 323, 334

Movimentos sociais 48, 89, 91, 195, 221

Movimentos Sociais 2, 4, 8, 9, 11, 22, 26, 39, 44, 48, 69, 88, 178, 186, 195,
201, 245, 302, 328, 331, 332, 335, 338
Mulheres 9, 100, 193, 194, 197, 251, 277
mulher negra 99
Municipal de Bauru 139

P

pandemia 93, 97, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 209, 302,
303, 304, 305, 306, 307, 308, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 322,
323, 325, 326, 327, 329
Pandemia 8, 9, 118, 302, 311, 318
participação cidadã 2, 4, 8, 11, 26, 39
Participação Cidadã 44
pessoas com deficiência 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128,
129, 130, 131, 132, 133, 136
Pessoas com Deficiência 118, 126
pessoas negras 99, 317, 322
população negra 303, 320
Portuguese TV 9, 224
Prefeitura 139, 140
Prós e Contras 9, 278, 288, 299, 300

Q

Queiroz 9, 157, 166, 167, 168, 169, 170

R

racismo 94, 96, 99, 104, 106, 113, 164, 178, 184, 309, 321, 322
regulação 23, 25, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 71, 72, 80, 83, 203
Regulação 8, 22, 33, 39, 47, 90

S

society 53, 55, 60, 61, 62, 63, 196, 226

Society 8, 51, 61, 64, 196, 244, 246, 247, 276, 301, 333

T

TV news 225, 236, 243

Types of Development 8, 51, 61

V

vidas negras 309

Vidas negras 317

